



MULHERES RURAIS E ACESSO ÀS TIC: DESIGUALDADE NO DIREITO À COMUNICAÇÃO E SAÚDE

Ivonete da Silva Lopes
Jéssica Suzana Magalhães Cardoso
Daniela de Ulysséa Leal

Direitos autorais © 2023 Ivonete da Silva Lopes

Todos os direitos reservados

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou armazenada em um sistema de recuperação, ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem a permissão expressa por escrito da editora.

ISBN-978-85-60601-34-9

Fotografia da capa: Ivonete da Silva Lopes Design da

capa: Marco Paulo Andrade Revisão: Isadora Moreira

Ribeiro Editoração: Ivonete da Silva Lopes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SISTEMA
DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA CENTRAL – SEÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

-
- M956 Mulheres rurais e acesso às TIC [recurso eletrônico] : desigualdade no direito à comunicação e saúde / [organizadoras] : Ivonete da Silva Lopes, Jéssica Suzana Magalhães Cardoso, Daniela de Ulysséa Leal. – [recurso eletrônico]. – [Viçosa, MG : Ed. UFV, 2023]
- 1 recurso online : PDF
- Requisitos do Sistema: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web.
- Inclui referências.
- ISBN 978-85-60601-34-9
1. Mulheres - Inovações tecnológicas. 2. Quilombolas - Serviços de informação. 3. Mulheres do campo - Recursos de informação. 4. Tecnologia - Serviços de informação. I. Lopes, Ivonete da Silva, 1972- . II. Cardoso, Jéssica Suzana Magalhães1998- . III. Leal, Daniela de Ulysséa, 1969- . IV. Título.

CDD: 302.23082

CDU: 316.774-055.2

Às mulheres rurais, nossas interlocutoras nesta pesquisa, pela confiança, por terem nos recebido em suas casas e participado das atividades de extensão e pesquisa realizadas em seus territórios.

Às lideranças Carina Veridiano e Cleonilde Pereira (Nina), da Comunidade Quilombola Buieié (Viçosa – MG), e Sheila Pagnussatti e Taís Oliveira, do assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Olga Benário (Visconde do Rio Branco – MG), pelo apoio na organização das atividades, diálogo e parceria.

De forma especial, agradecemos à Teresinha Silva Nascimento, moradora do assentamento Olga Benário, que gentilmente cedeu sua fotografia para ilustrar a capa deste trabalho.

SUMÁRIO	Erro! Indicador não definido.
Apresentação	7
O caminho da pesquisa	15
PRIMEIRA PARTE: PANDEMIA E (DES)INFORMAÇÃO	24
A necropolítica e a ausência da interseccionalidade nos dados sobre a Covid-19 no Brasil	25
Desafios da promoção de saúde no meio rural brasileiro: uma revisão sistemática pelo método PRISMA (2017-2021)	52
Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo Ministério da Saúde do Brasil	62
Tratamento Precoce da Covid-19 e a desinformação do governo Bolsonaro no Twitter	82
Comunicação de risco na América do Sul: uma análise da abordagem da Covid-19 nos websites governamentais	103
MULHERES RURAIS E AS TIC: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA PANDEMIA DE COVID – 19	127
Mulheres quilombolas e ausência de comunicação intercultural para o enfrentamento da Covid-19	128
Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia	142
Mulheres quilombolas, desigualdade e estratégias de acesso às TIC na pandemia	161
Articulação digital quilombola: ações femininas frente à pandemia da Covid-19 no quilombo do Buieié, Viçosa – MG	170

Mulheres assentadas, desigualdade e apropriação das TIC	190
Mulheres rurais e Covid-19: o papel dos mediadores sociais frente à frágil comunicação governamental no Brasil.....	207
Mulheres rurais e a vacinação contra a Covid-19: a falta de diálogo com quem cuida.....	226

Apresentação

O e-book “Mulheres rurais e acesso às TIC: desigualdades no direito à comunicação e à saúde” é uma colheita de frutos da atuação do [Meios Grupo de Pesquisa em Comunicação, Relações Raciais e Gênero](#), estruturado a partir do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (PPGER- UFV). O grupo entrou em uma nova fase em 2020 e desde então preparou o solo, localizado em diferentes territórios da Zona da Mata Mineira, semeou ideias, projetos, pesquisas e diálogos com diversas comunidades. Essa fase preparatória ocorreu em um momento histórico e sanitário delicado, o primeiro ano da pandemia da Covid-19. Nos anos seguintes, a mobilização própria do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão encontrou nas mulheres rurais uma base de interlocução a partir da qual floresceram ricas experiências aqui compartilhadas. Por meio de um trabalho coletivo, coordenado pela professora Ivonete Lopes, iniciou-se um diálogo entre as lideranças femininas de comunidades rurais, dos quilombos, de assentamentos e estudantes da UFV (graduandos, mestrandos, doutorandos).

Nessa jornada de idas e vindas entre os territórios e a UFV, os encontros, as conversas, as oficinas, os cafezinhos, os aprendizados e as trocas de saberes ganharam formas de frutos que podemos chamar de conhecimento. Esse processo pode ser descrito como uma semeadura conjunta, na qual os saberes acadêmicos e os saberes do território caminharam juntos e geraram aprendizados horizontais entre as pessoas participantes. Essa terra foi arada a partir do diálogo entre as áreas da comunicação, do gênero, da interseccionalidade e dos saberes ancestrais das mulheres rurais e dos movimentos sociais. Ao longo dos três anos, foi possível evidenciar um diagnóstico contundente do afastamento das comunidades rurais dos seus direitos à comunicação e à saúde na pandemia da Covid-19. As experiências acumularam evidências sobre essa realidade em diferentes territórios mineiros: quilombos, assentamentos rurais e em áreas de agricultura convencional.

O Meios estruturou uma agenda com capilaridade entre áreas estratégicas na busca por um desenvolvimento mais sustentável, humano e menos desigual. Estabeleceu pontes entre a comunicação, a interseccionalidade e a extensão rural. Com isso ampliou, sobretudo no campo da comunicação, novos ângulos de compreensão de interfaces entre a busca pelos direitos à comunicação e à saúde. Estudos empíricos trouxeram um recorte de experiências que nos convidam a (re)pensar enquanto comunicadores, pesquisadores, formuladores de estratégias acerca do ambiente rural. Essas perspectivas e provocações foram colhidas e compartilhadas em formas de artigos em periódicos latinos e nacionais e agora compõem os 13 capítulos deste e-book. Ele foi estruturado em

três partes: a primeira, “O caminho da pesquisa”, destaca construção dos percursos metodológicos vivenciados pelo grupo; a segunda, “Pandemia e (des)informação”, registrou a incomunicação (Wolton, 2010) do Governo Federal no diálogo com a população durante a pandemia; a terceira, “Mulheres rurais e as TIC: estratégias de sobrevivência na pandemia de Covid-19”, angulou o protagonismo feminino na busca pela sobrevivência.

No texto de abertura, Ivonete Lopes escreve em primeira pessoa “O caminho da pesquisa”. A docente e pesquisadora relatou a formatação do grupo, seus percursos metodológicos durante o período pandêmico, além de refletir sobre a busca por uma construção realmente colaborativa com as participantes. A coordenadora do Meios identificou o fomento recebido nas instâncias da UFV, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como fundamental para a realização desse conjunto de saberes, descritos em diferentes produtos acadêmicos (monografias, teses, dissertações, artigos), em exposições, ações de divulgação científica, oficinas e manuais técnicos produzidos em diálogo com as lideranças femininas e atentos às demandas comunitárias. A autora destacou o aprendizado sobre a visão da vida comunitária, sobretudo dos assentamentos rurais, e como isso afetou suas as práticas no planejamento e distribuição das tarefas junto aos integrantes do Meios.

A parte um do livro começa com o artigo “A necropolítica e a ausência da interseccionalidade nos dados sobre a Covid-19 no Brasil” que destacou a intencional desordem do governo brasileiro na geração de dados sobre a pandemia. As autoras apontaram que mesmo diante da existência da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, da Portaria 344/2017 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde e das orientações de organismos internacionais, indicando a relevância da coleta de dados de forma desagregada sobre o pertencimento étnico-racial, o governo não produziu estatística com a incorporação dessas variáveis. Os dados coletados apontaram que entre as 27 unidades federativas, 63% (17) não informam sobre o perfil étnico-racial dos contaminados e dos óbitos em decorrência do novo coronavírus e 85% (23) não desagregam as estatísticas por cor/raça e gênero. A partir da perspectiva da

Necropolítica (Mbembe,2018), na qual o poder político define quem pode viver, as autoras sinalizaram que a ausência dessas informações impossibilita que se elaborem e desenvolvam políticas de atenção focadas nos grupos mais vulneráveis.

Na sequência vem uma contextualização relevante. Trata-se do texto “Desafios da promoção de saúde no meio rural brasileiro: uma revisão sistemática pelo método PRISMA”, que buscou em 23 artigos científicos, publicados entre 2017 e 2021, conhecer os desafios vivenciados pelas populações rurais na busca pela saúde. No texto, a autora destacou o êxito da luta dos movimentos sociais no meio rural, com a criação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), em 2011. Um achado importante na revisão identificou que a saúde da mulher no meio rural, atravessada por determinantes sociais da saúde, ainda é um tema emergente. Elas foram citadas em estudos relacionados à violência de gênero, mas não foram localizadas abordagens sobre o papel central no cuidado da saúde familiar e ambiental, além da atuação como benzedoras e parteiras.

O terceiro artigo, “Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo Ministério da Saúde do Brasil”, apresenta lacunas na estratégia de comunicação de risco do Ministério da Saúde (MS) do Brasil para gerir a crise sanitária desencadeada pelo novo coronavírus. O estudo analisou 24 peças de campanhas de comunicação do MS, veiculadas em 2020, nas quais predominaram a comunicação institucional em detrimento de ações que pudessem alertar a população sobre os riscos do novo coronavírus. O principal órgão sanitário do país usou cerca de 50% das campanhas sobre a Covid-19 para divulgar ações governamentais (repasso de recursos, equipamentos, etc.) e abordou a Comunicação de Risco em 33% das campanhas.

O quarto artigo, “Tratamento Precoce da Covid-19 e a desinformação do governo Bolsonaro no Twitter”, também reitera a negligência do governo brasileiro, desta vez documentada em *posts* do Ministério da Saúde (MS) e do Presidente Jair Bolsonaro, no Twitter¹. Os dois perfis foram responsáveis por disseminar conteúdo desinformativo, por meio da propagação de notícias sem evidência científica, sobretudo em relação ao tratamento precoce da Covid-19. Os autores analisaram conteúdos de postagens publicadas entre março de 2020 e 2021, nas quais notou-se a ocorrência de 32% e 67% de desinformação, respectivamente, nos perfis de @jairbolsonaro e do

¹ Na segunda-feira 24 de julho de 2023 a rede social teve seu nome alterado para “X”, devido a uma reformulação empresarial. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/por-que-elon-musk-resolveu-trocar-logo-do-twitter-por-x.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2023.

@minsaúde. Dados preocupantes, uma vez que o MS se destituiu do seu papel de fonte de informação oficial e confiável para atuar como agente da desinformação, ao lado do então Presidente Jair Bolsonaro.

O último capítulo da seção, “A Comunicação de risco sobre a Covid-19 na América do Sul e os websites das autoridades de saúde”, avaliou os sites das autoridades sanitárias dos cinco países da América do Sul com maior índice de mortes decorrentes do novo vírus: Brasil, Argentina, Colômbia, Peru e Chile. Buscou-se compreender como os riscos sobre a Covid-19 foram comunicados aos cidadãos. A qualidade da informação governamental foi avaliada em três dimensões: técnica, conteúdo e capacitação dos cidadãos. Os resultados apontaram a inadequação das mensagens nos websites oficiais para os grupos mais vulneráveis e as suas especificidades sociais; a falta de acessibilidade dos conteúdos; a escassa oferta de serviços digitais para prestar atenção à população. O estudo recomendou que os conteúdos sobre a Covid-19 fossem publicados em website específico para facilitar o acesso e garantir o direito dos cidadãos à informação.

A segunda parte do livro reuniu diferentes questões que afetaram as mulheres rurais e a aproximação que essas empreenderam com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). O texto “Mulheres Quilombolas e ausência de comunicação intercultural” refletiu sobre a articulação entre comunicação, resistência e luta pela sobrevivência das comunidades quilombolas na pandemia da Covid-19. O estudo ocorreu na Comunidade Quilombola Buieie (Viçosa, MG), umas das 20 comunidades tradicionais certificadas pelo Governo Federal na Zona da Mata Mineira. No Buieie viviam 130 famílias que somam cerca de 600 pessoas, dentre as quais 25 participaram do estudo. O campo confirmou a vulnerabilidade de pessoas negras no contexto pandêmico, negligenciadas nas campanhas digitais do Governo Federal e do estado de Minas Gerais para informar sobre a prevenção da Covid-19. No texto refletiu-se sobre a importância da comunicação intercultural (abordagem das relações entre os grupos, reconhecendo e respeitando suas diferenças culturais) como estratégia efetiva para falar de saúde em territórios tradicionais. No Buieie, os meios de comunicação mais valorizados foram a TV e o rádio. Isso reflete as várias desconexões do território (digital, estradas, eletricidade) que dificultam a comunicação.

No texto “Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia” discutiu-se sobre a articulação entre comunicação, resistência e luta pela sobrevivência das comunidades quilombolas na

pandemia da Covid-19. Os autores escolheram os perfis da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N’Golo) no Instagram para realizar essa observação e também entrevistas com lideranças. O estudo ampliou o conhecimento sobre a interface comunicação e quilombolas, a partir do contexto pandêmico, e identificou o uso da plataforma como espaço para denúncia da negligência do governo para com as comunidades tradicionais e para dialogar com a população quilombola sobre como se proteger do vírus. Os resultados apontam várias desconexões que dificultam a comunicação. Entretanto, notou-se uma apropriação do Instagram e do WhatsApp. O primeiro foi espaço de comunicação entre movimentos sociais e a comunidade e o segundo possibilitou o diálogo das comunidades com as entidades representativas do movimento. Destacam-se as estratégias de aproximação e a identificação da figura dos mediadores (donos dos celulares) no repasse das informações à população nos territórios quilombolas.

O capítulo “Mulheres quilombolas, desigualdade e estratégias de acesso às TIC na pandemia” reflete a percepção das autoras sobre as desconexões presentes na rotina da Comunidade Quilombola Buieie. O texto problematiza a exclusão digital, de gênero, de raça e de território e a correlaciona com impacto na busca pelo direito à comunicação e à saúde. A pesquisa dedicou-se a mapear o acesso das mulheres rurais às TIC, os hábitos de consumo de informação sobre a COVID-19 e as estratégias adotadas para minimizar a desconexão. Foram ouvidas as dificuldades de conexão de 25 mulheres durante a pandemia. As mulheres pretas e pardas foram o grupo mais excluído digitalmente no território. A TV e o Rádio estão presentes em 72% dos lares das participantes, enquanto o computador está em apenas 28% das casas. Entre as entrevistadas, 28% informaram não ter celular. O grupo reiterou a dificuldade no uso das TIC. Entre as mulheres com acesso à Internet, identificou-se que a pandemia intensificou o uso das redes sociais. O Facebook e o WhatsApp foram fontes de informação e espaço para mobilização social da comunidade e de comercialização dos produtos e serviços oferecidos. O capítulo registrou a limitada oferta de serviço de Internet na área rural e a ausência de políticas públicas para superar esse cenário.

O capítulo seguinte discutiu a “Articulação digital quilombola: ações femininas frente à pandemia da Covid-19”, no período de 2020. O trabalho ilustrou o protagonismo das mulheres quilombolas do território tradicional do Buieie, analisado nos estudos anteriores, no cuidado de toda a comunidade e na apropriação das TIC para

fortalecer a comunicação e os laços sociais. Constatou-se que as condições de desigualdade, pobreza e preconceito racial mobilizaram a ação solidária de mulheres quilombolas na coleta e distribuição de máscaras, álcool em gel e cestas básicas para a comunidade. Essas ações garantiram uma maior segurança em relação à disseminação da doença no local. O estudo constatou a vulnerabilidade na qual as populações quilombolas da Zona da Mata Mineira viveram e enfrentaram desigualdades, ampliadas pela dificuldade de acesso à internet. Esse contexto afetou a capacidade das mulheres quilombolas de criar estratégias de proteção à vida e obter informações sobre a pandemia. O autor identificou ferramentas como o WhatsApp, usado para comunicação e fortalecimento da coletividade quilombola. O aplicativo mostrou-se estratégico ao grupo, pois as mensagens de voz incluíram pessoas não alfabetizadas nos grupos e em contato com familiares. O estudo apontou que a comunicação digital pode impactar as comunidades quilombolas, ampliando a participação política, a coesão da comunidade e a inserção no mercado de trabalho.

O capítulo “Mulheres assentadas, desigualdade e apropriação das TIC” lança olhar sobre as mulheres rurais residentes no assentamento Olga Benário, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado em Visconde do Rio Branco (MG). O território foi ocupado de forma pacífica por cerca de 24 famílias integrantes do MST em de 2005. O artigo buscou entender o impacto da realidade socioeconômica dessas mulheres no uso e acesso às TIC. O estudo entrevistou 12 mulheres do assentamento, em 2022, e identificou o uso de plataformas digitais em paralelo com uma baixa literacia digital. As experiências do assentamento ilustraram a articulação do MST durante a pandemia da Covid-19, pois ele adotou o WhatsApp para promoção da saúde contra o vírus. O aplicativo também foi usado pelos assentados para venda de produtos durante a pandemia. A autora problematizou o impacto das desigualdades nas condições de acesso e apropriação das TIC pelas assentadas como um impasse para a efetivação dos direitos humanos, inclusive o da saúde, e na superação dos marcadores sociais (gênero, raça, território, etc.).

O penúltimo capítulo do e-book, “Mulheres rurais e Covid-19: o papel dos mediadores sociais frente à frágil comunicação governamental no Brasil”, observou comparativamente duas comunidades rurais em Minas Gerais para abordar a precariedade da comunicação e saúde do governo Jair Bolsonaro (2019-2022) durante a pandemia da Covid-19. Foram entrevistados dois grupos de mulheres: 15 do assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Visconde do Rio Branco

(MG), e 10 residentes no bairro Palmital, em Viçosa (MG), não organizadas em movimento social. O estudo foi realizado em 2022. Nesses dois espaços rurais, notaram-se diferenças no consumo de informações; no assentamento do MST, as moradoras recorreram mais às informações digitais sobre a Covid-19 do que as mulheres do Palmital. Tal proximidade foi estimulada pela interlocução que o MST fez com as moradoras durante a pandemia e pela oferta e acesso comunitário à Internet no assentamento. O texto apresenta contribuições para o planejamento de diálogos institucionais sobre saúde com a população rural: a relevância da adoção de uma abordagem sensível ao gênero na comunicação que estimulem as ações do cuidado como responsabilidade de todos os membros da família; as estratégias devem considerar a potencialidade do WhatsApp para campanhas de promoção da saúde; sugere-se a criação de parcerias com movimentos sociais, associações e outros atores para mitigar riscos, promover a saúde e combater a desinformação no rural.

O e-book encerra-se com o capítulo “Mulheres rurais e a vacinação contra a Covid-19: a falta de diálogo com quem cuida”. A pesquisa ouviu, em 2021, 10 mulheres da zona rural de Viçosa sobre a percepção acerca da imunização. Em paralelo, também analisou as estratégias de comunicação governamental acerca da vacina. Os resultados sinalizaram a negligência em relação às mulheres rurais nas campanhas de imunização sobre a Covid-19. Grupos vulnerabilizados não receberam uma comunicação adaptada às suas realidades, apenas conteúdo genérico. Os autores apontaram nos resultados a alta aceitação da vacina contra a Covid-19 pelas participantes, devido ao protagonismo de alguns governos locais, que adequaram as estratégias de comunicação para os rurais, e ao papel informativo da televisão. Os estudos identificaram uma figura estratégica na imunização: o mediador. Ele foi caracterizado como pessoa jovem e dona de celular ou estudante que vive na área urbana. Ele atua na transmissão de informações sobre a vacinação aos pais, familiares e vizinhos. Esse grupo foi responsável pelo agendamento da imunização, feito pela internet. A pesquisa reiterou a importância de uma comunicação em saúde alinhada às práticas socioeducativas dos territórios rurais, bem como das suas limitações de acesso à internet.

Este roteiro de leitura chega ao fim, após apresentar traços do rural vivenciado na Zona da Mata Mineira sob diversos pontos de vista, que em comum apontam para a importância do acesso de comunidades rurais às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como caminho para busca por diversos direitos e por uma cidadania plena. Os textos angulam o protagonismo das mulheres, lideranças em diferentes

agrupamentos sociais visitados, e problematizam os marcadores sociais nas suas rotinas. A iniciativa de cuidado, as articulações com as tecnologias para sobrevivência durante anos de negligência da pandemia de Covid-19 também reiteram a ausência de políticas públicas que amparem a saúde dessas famílias e a conexão à Internet nesses territórios.

Os textos repetiram, em diferentes argumentos, a necessidade de uma comunicação sobre a saúde pensada para o ambiente rural, suas limitações e singularidades. As estratégias de diálogo (Araujo; Cardoso, 2007) para promoção da saúde devem considerar os contextos de vida, linguagem, aspectos geográficos, os suportes midiáticos variados, pois a televisão e o rádio ainda se fazem presentes nas rotinas dessas populações. Iniciativas devem também observar como parceiros as entidades associativas, movimentos sociais e os jovens como mediadores de informações junto às suas comunidades. O protagonismo do WhatsApp contrastou com o limitado letramento midiático dos usuários e se desenha como uma área de investigação de extrema relevância. As demandas são muitas, pois ainda há muito a conhecer e explorar sobre a interface entre a comunicação, saúde e os heterogêneos rurais que o Brasil tem.

Pâmela Araújo Pinto

Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde – PPGICS/ICICT/FIOCRUZ

Referências

ARAÚJO, I; CARDOSO, J. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018. WOLTON,

D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

O caminho da pesquisa

Ivonete da Silva Lopes

Este texto nasce do diálogo com integrantes das bancas avaliadoras das dissertações/tese resultantes do projeto “Mulheres rurais e recursos infocomunicacionais: das desigualdades às estratégias na busca de conhecimento sobre saúde no contexto pandêmico [Covid-19]”. Nas bancas, os comentários elogiosos à contribuição dos trabalhos para o campo de estudos da comunicação, gênero e raça, saúde e extensão rural. Destacaram o referencial bem construído, atualizado em diálogo com os dados da pesquisa de campo e análises acuradas, contudo, crítica à falta detalhamento dos procedimentos metodológicos, argumentos que apontam nossa não valorização como pesquisadores do caminho percorrido na/para construção da pesquisa.

Baseada nessa troca e reflexão com os autores das dissertações e tese que escrevo sobre nossos passos, tema e pesquisa. Uso “nós” porque foi uma caminhada coletiva, de muitas inquietações, trocas e aprendizado enquanto integrantes do Meios – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Relações Raciais e Gênero¹. Não foi fácil, às vezes um trabalho bastante adverso, por estarmos pesquisando algo em movimento, totalmente desconhecido e com significativas alterações. Durante três anos, acompanhamos as transformações, o impacto e o aumento da desigualdade social trazidos pela pandemia da Covid-19. Foram de 37,6 milhões de brasileiros contaminados e mais de 700 mil mortes em decorrência da pandemia até abril de 2023 (Brasil, 2023).

Primeiro, é importante pontuar como chegamos ao tema, ou melhor, como o tema nos afetou enquanto problema/objeto de pesquisa. Em 2020, no retorno do pós-doutorado², eu estava entusiasmada para dar início a uma agenda de pesquisa sobre os temas raça e gênero e adotar a abordagem teórico-metodológica da interseccionalidade. O desafio era estimular os discentes, principalmente os que oriento, a incluir gênero e raça nos trabalhos que desenvolviam no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGER-UFV).

Depois, o reencontro com Daniela de Ulysséa Leal³, uma das organizadoras deste livro, que iniciava o doutorado com a proposta de dar sequência à pesquisa sobre

¹ Grupo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGER) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

² Realizei estudo comparativo entre a mídia negra brasileira e estadunidense no departamento de African & African Studies (University of Wisconsin – Milwaukee-EUA).

³ Graduada em Comunicação, mestra e doutora em Extensão Rural.

comunicação de risco (CR) e logística reversa de embalagens de agrotóxicos. Não tivemos tempo de conversar sobre essa nova etapa de nossas vidas. Duas semanas de aula e tudo suspenso. O que imaginávamos durar dias ou poucas semanas se agravava. Ainda em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a doença causada pelo coronavírus se tratava de uma pandemia. Isolada, Daniela resolveu mudar o tema da pesquisa; continuava com comunicação de risco, mas com olhar na análise da comunicação dos protocolos de mitigação dos riscos da Covid-19. Fomos afetadas por esse cenário, que alterou nossas agendas de pesquisa.

Primeiros passos

A comunicação foi o ponto de partida para nossas pesquisas. Começamos pela análise das campanhas de comunicação do Governo Federal sobre os protocolos para mitigação dos riscos do coronavírus. Em 2020, publicamos o primeiro artigo sobre o estudo: “Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro”, na Revista Latinoamericana de Comunicación – Chasqui⁴. Outros trabalhos que compõem a primeira parte desta obra revelam a precariedade da gestão da comunicação do governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022), seja pelo predomínio da comunicação institucional em detrimento da CR, pela falta de transparência dos dados, ausência de informação desagregada sobre contágio e morte por cor/raça e gênero, pela desinformação e inadequação da comunicação para os diferentes grupos sociais.

O estudo sobre a comunicação nos mostrou ações praticamente digitais e com abordagem voltada para populações urbanas. Houve a plataformização das estratégias de comunicação e das políticas sociais, não considerando os desconectados, os mais pobres, que e tiveram dificuldade de acesso ao Auxílio Emergencial, disponível apenas por aplicativo. Dessa análise resultou o projeto de iniciação científica “Comunicação de riscos e Covid-19: estratégias de comunicação para comunidades rurais⁵”. No segundo semestre de 2020, entrevistamos 25 mulheres, entre 18 e 76 anos, da Comunidade Quilombola Buieié em Viçosa. Cabe destacar que, em virtude dos riscos, as entrevistas foram conduzidas por Carina Aparecida Veridiano, quilombola, moradora na comunidade e estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV.

⁴ Disponível em: <<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4350>>.

⁵ Projeto Iniciação Científica CNPq que teve como bolsista Jéssica Suzana Magalhães Cardoso, uma das organizadoras deste livro.

O resultado apontou muitos desencontros entre as estratégias de comunicação adotadas pelos governos federal e de Minas Gerais e a realidade das participantes da pesquisa. A comunicação governamental foi focada nos meios digitais em relação à exclusão digital da maioria das entrevistadas. “As mulheres se informam pela televisão ou rádio, contudo há ausência de campanhas veiculadas nesses meios. A perspectiva de gênero e intercultural para comunidades quilombolas também têm sido negligenciadas pelas autoridades” (Lopes *et al.*, 2021).

O projeto foi aprimorado e outros grupos de mulheres rurais foram incluídos, como as assentadas e mulheres que praticam agricultura convencional. Dessa pesquisa inicial, no auge do primeiro ano da pandemia, nasce o projeto guarda-chuva “Mulheres rurais e recursos infocomunicacionais: das desigualdades de acesso às estratégias na busca de conhecimento sobre saúde no contexto pandêmico”⁶, contemplado pelo edital de demanda universal de 2021 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Vinculados a esse projeto, três trabalhos defendidos em 2023: a tese (1) “A comunicação de risco e o papel das mulheres rurais no enfrentamento da pandemia de Covid-19 na Zona da Mata (MG)”, de Daniela de Ulysséa Leal; e as dissertações (2) “Mulheres quilombolas do Buieie, Viçosa-MG: articulação e resistência frente aos desafios da Covid-19”, de autoria de Lindemberg Ribeiro Caetano, e (3) “Mulheres rurais e literacia digital: questões para além do acesso às TIC”, de autoria de Jéssica Suzana Magalhães Cardoso.

É preciso caminhar junto: pesquisa, ensino e extensão

Não é fácil articular pesquisa, ensino e extensão. A minha formação em Comunicação (da graduação ao doutorado) não deu suporte para essa prática associada. Contudo, no desenvolvimento desta pesquisa, a articulação acabou sendo demandada pelo campo, contexto e necessidade. Os quatro pós-graduandos vinculados ao projeto guarda-chuva precisavam de discussão mais focada nos eixos teóricos da investigação, porém, não havia nenhuma disciplina no PPGER que pudesse contribuir para aprofundar o debate. Esse carecimento levou à criação, no segundo semestre de 2021, do tópico especial ERU 792: Mulher Rural, Interseccionalidade e Infocomunicação⁷, oferecido de modo remoto em virtude das restrições impostas pela pandemia.

⁶ Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em fevereiro de 2021. Parecer nº 4.529.610.

⁷ Este tópico foi transformado em disciplina em 2022. Passou a ser denominada ERU 714 – Relações Raciais, Gênero e Comunicação.

O caminhar junto (título deste tópico) não se restringe às práticas de ensino, pesquisa e extensão, mas diz respeito, sobretudo, à nossa postura de troca e diálogo no Meios, que tem nos permitido incorporação de novas abordagens teórico-metodológicas em nossas investigações, como relata Daniela de Ulysséa Leal: “A perspectiva interseccional chegou a esta pesquisadora (branca) por influência de sua orientadora (negra) que descortinou um quadro de opressões até então pouco percebido por mim” (Leal, 2023). Enquanto orientadora, essa agenda me aproximou do rural e da área comunicação e saúde no rural, demarcando uma área do PPGER que envolve gênero, raça e comunicação com olhar sobre o território rural. Cabe destacar que em nos nossos trabalhos adotamos o rural não como espaço antagônico ao urbano, mas como territórios complementares quando se considera que essas fronteiras não são fixas nem evidentes, o que promove circularidade nos cotidianos e trajetórias dos sujeitos rurais (CASTRO, 2016).

Feitas as observações sobre o ensino/teoria, a extensão foi nosso maior desafio, a primeira experiência do grupo. O interesse em fazer extensão estava latente desde 2020. A pesquisa com as mulheres da Comunidade Quilombola do Buieié nos mostrou a desconexão e pouca habilidade delas para lidar com as tecnologias da informação e comunicação (TIC), embora o momento demandasse, principalmente das lideranças, habilidades para escoar a produção da comunidade (verduras, quitandas e artesanatos) por meio de cestas comercializadas pela internet.

Em 2021, surge a oportunidade com o edital para bolsas de iniciação em extensão oferecidas pela UFV, por emenda parlamentar do deputado federal Padre João (PT). O projeto “Mulheres quilombolas, letramento midiático e empoderamento” foi contemplado com uma bolsa. Em fevereiro de 2022, entramos nesse novo caminho.

Fizemos pesquisa e extensão ao mesmo tempo. Um aspecto relevante foi a entrada no campo, a conversa e o planejamento das atividades com as comunidades. No Buieié, a liderança Carina Aparecida Veridiano, bolsista do projeto de extensão, organizou a reunião com as mulheres em fevereiro de 2022. Depois de ouvirmos as demandas, organizamos o planejamento das oficinas (fotografia, Canva, Instagram, WhatsApp Business), que foram realizadas durante as tardes de sábado.

No Assentamento Olga Benário, fomos introduzidas pela professora Irene Maria Cardoso (Departamento de Solos -UFV). Fomos à casa da dona Luzia Arifa, liderança e uma das moradoras mais antigas do local. No mesmo dia nos reunimos com as mulheres, em princípio faríamos apenas a pesquisa. Observei que a proposta não trouxe entusiasmo,

então comentei sobre as oficinas que tínhamos iniciado recentemente na comunidade quilombola, perguntei se tinham interesse em participar e a receptividade foi outra. Essa experiência nos levou a refletir: as pesquisas sem maior envolvimento com a comunidade, sem deixar nada, não são um modelo esgotado? Alguns grupos sociais recebem muitos pesquisadores e, muitas vezes, nem os resultados desses trabalhos são devolvidos para a comunidade.

Retornando ao nosso trabalho, a extensão acabou orientando a pesquisa. Em cada ida ao Buieié e ao Assentamento Olga Benário⁸ para realizar as oficinas, fazíamos as entrevistas com roteiro semiestruturado. No retorno para a próxima formação, fazíamos a avaliação das oficinas. Na primeira oficina na comunidade quilombola, tínhamos apenas a projeção dos *slides*, que não foi suficiente. As participantes sentiram falta de um material físico para ir acompanhando as aulas e para consultar no intervalo de 15 dias até o próximo encontro. Elaboramos material simples, impresso em preto e branco pela falta de recursos⁹.

Desde que iniciamos a prática extensão-pesquisa sincronicamente, isso nos tem feito retornar, repensar, adequar nossas práticas em diálogo com a comunidade. Por exemplo, começamos usando letramento, mas alteramos no percurso para literacia, conforme explica Jéssica Suzana Magalhães Cardoso (2023, p. 10): a “opção por utilizar a expressão ‘literacia’ ao invés de ‘letramento’ se dá para que o conceito não seja confundido com a ideia de alfabetização digital”. Alfabetização remete ao uso instrumental das TIC, enquanto a perspectiva da literacia digital é mais ampla e trabalha o uso das TIC de forma crítica e consciente pelos indivíduos.

Nossa experiência vai ao encontro do pensamento de Edineide Jezine (2004, s/p) ao enfatizar que o papel da extensão universitária vai além da associação de ensino, “mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento”. Como grupo que focava exclusivamente na pesquisa, a partir da extensão nossos trabalhos têm dialogado mais com as comunidades, o que tem resultado no aprimoramento da pesquisa,

⁸ A luta pela terra na Zona da Mata de Minas Gerais teve seu marco inicial com a ocupação da fazenda Santa Helena, distante 2,8 km da sede do município de Visconde do Rio Branco, em junho de 2005. Na ocasião, aproximadamente 24 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a terra, onde hoje fica o Assentamento Olga Benário.

⁹ O edital Fapemig demanda universal contemplava apenas pesquisa, mas usamos para desenvolver as duas atividades. Cabe destacar que em 2022, fomos contemplados com o edital extensão com interface pesquisa. Recurso maior com o qual elaboramos material didático mais apropriado.

na formação de pesquisadores mais críticos e engajados, assim como se reflete na minha prática docente.

Há os desafios práticos de adequação das atividades aos territórios, como a falta de um local apropriado para realizar as oficinas, conforme se observa nas figuras 1 e 2, além da precariedade do acesso à internet. Na comunidade quilombola, as oficinas foram realizadas na casa de uma das participantes e a internet compartilhada entre as mulheres, o que deixava a conexão ainda mais instável. Importante destacar que a maioria delas era mãe, com múltiplas jornadas de trabalho, e ainda assim essas mulheres não deixavam de se organizar coletivamente para melhorar a qualidade de vida nos respectivos territórios. Sobre as tarefas femininas, Jéssica Cardoso (2023, p. 69) observou que “em todas as ações que realizamos em ambos os territórios, as crianças sempre estavam presentes, acompanhando suas mães e/ou cuidadoras”, o que muitas vezes causava dispersão das mães por terem que atender às demandas das crianças.

Figura 1: Realização da oficina de Técnicas de Fotografia no Buieié.



Fonte: Cardoso, 2023.

Figura 2: Realização da oficina de Redes Sociais no Olga Benário.



Fonte: Cardoso, 2023.

Passos coletivos com a individualidade das pesquisas

Fomos descobrindo o caminho da extensão, as facilidades e os desafios de termos pesquisas vinculadas a um projeto guarda-chuva. Se, por um lado, esse tipo de projeto facilita a gestão da pesquisa à medida que permite encaminhar um único projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), já que posteriormente os subprojetos de pesquisa são apenas registrados como projetos de formação (mestrado ou doutorado) na UFV, por outro, corre-se o risco de trabalhos muitos similares. No caso do Meios, embora tenhamos discutido, desde a etapa de elaboração dos projetos de pesquisa individuais, os capítulos de cada trabalho, contribuindo coletivamente para o resultado de cada dissertação e da tese, a leitura e interpretação da teoria em diálogo com os dados da pesquisa de campo resultou em trabalhos bastante distintos.

No projeto, trabalhamos com os seguintes eixos teóricos: 1) comunicação (comunicação de risco, comunicação e saúde, literacia digital); 2) gênero (mulheres rurais, assentadas da reforma agrária, quilombolas; divisão sexual do trabalho); e 3) interseccionalidade (raça, gênero, território etc.). Foram quatro grupos participantes da

pesquisa: mulheres de dois assentamentos¹⁰, uma comunidade quilombola e mulheres que praticam agricultura convencional.

Em termos metodológicos, nosso desafio era empregar a interseccionalidade como teoria e metodologia, considerando a crítica de Díaz-Benítez e Mattos (2019), segundo a qual a interseccionalidade, como constructo teórico, muitas vezes aparece desassociada da metodologia e da interpretação dos resultados da pesquisa de campo. Nossa intenção era não repetir esse equívoco, por isso refletimos na construção de uma abordagem holística. Nesse sentido, o trabalho recente de Collins (2022) contribui ao enfatizar que a interseccionalidade não é apenas uma ideia/teoria, mas uma prática e modo de conhecimento baseado na experiência das mulheres. A prática se refere a um modo de conhecimento preocupado com a mudança social desses grupos subalternizados.

Collins (2002) ainda provoca, baseada em Lorde (1984), que “as ferramentas do senhor nunca irão derrubar a casa grande”. Ou seja, como uma pesquisa de abordagem interseccional pode adotar a mesma metodologia e técnicas conversadoras de pesquisa para problematizar e estimular mudança social? Uma das possibilidades trazidas pela própria autora é a prática dialógica, como a pesquisa-ação participativa (Takagi, 2015). Nossas ações de pesquisa e extensão tiveram essa perspectiva, ao adotarmos a extensão com viés popular e emancipatório (Freire, 1971; Dias, 2021) que estimula a construção coletiva, a comunicação horizontalizada, a reflexão e o diálogo.

A mudança social não se restringe às comunidades, ela afeta nossas práticas como docentes, pesquisadores e discentes – da graduação à pós-graduação. O contato com o/a outro/a mostra que não caminhamos sós na construção do conhecimento e de uma universidade pública socialmente comprometida.

Este não é um trabalho finalizado, seguimos caminhando com pesquisa, ensino e extensão. Ampliamos os grupos de mulheres que participam das oficinas de literacia digital e das nossas pesquisas. Questões trazidas neste texto estão sendo refletidas em outros trabalhos, especialmente problematizando a adoção da interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica e do desafio da extensão universitária.

¹⁰ Uma das pesquisas com o Assentamento Denis Gonçalves, em Goianá, não foi finalizada a tempo de ter o resultado apresentado neste livro.

Referências

CARDOSO, J. S. M. Literacia digital e mulheres rurais: questões para além do acesso às TIC. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa/UFV, 2023.

CASTRO, E. G.. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, nº 45, p. 193- 212. Julho/dezembro de 2016. ISSN 1517-5901

COLLINS, P.H. **Bem mais que ideias. A interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; MATTOS, A.. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. **Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos**, v. 2, p. 1, 2019. Disponível em: <[http://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologias_e_RI_volume-2%20\(1\).pdf#page=68](http://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologias_e_RI_volume-2%20(1).pdf#page=68)>. Acesso em: 04 jan. 2023.

DIAS, M.M. A extensão universitária entre o assistencialismo, o mercado e a emancipação social. SOUSA, D. T., MORENO, A., NEVES, C. A., VIEIRA, L. B. (Orgs.). **Práticas e reflexões na extensão universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: Editora da UFV, 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

LEAL, D. **A comunicação de risco e o papel das mulheres rurais no enfrentamento da pandemia de Covid-19 na Zona da Mata (MG)**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2023.

LOPES, I.; LEAL, D. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro. **Chasqui. Revista Latinoamericana de comunicación**, v. 1, n. 145, p. 261–280, 2020.

TAKAGI, D. First Precepts for Democracy and Research Practices in Ethnic Studies: Iteration, Collaboration, and Reflection. **Cultural Studies. Critical Methodologies**. Vol.15 (2). 100-111, 2015

PRIMEIRA PARTE:
PANDEMIA E (DES)INFORMAÇÃO

A necropolítica e a ausência da interseccionalidade nos dados sobre a Covid-19 no Brasil

Ivonete da Silva Lopes

Daniela de Ulysséa Leal

Paulo Victor Melo

Introdução

A comunicação em saúde busca desenvolver estratégias para informar e influenciar o comportamento da população para adoção de práticas que promovam a vida, o bem-estar e a redução de riscos e vulnerabilidades (Ramos, 2012; Renna, 2008; Schmidt *et al.*, 2013). Os desafios da área se amplificam diante da situação de crise sanitária global da Covid-19, os primeiros casos de contaminação por coronavírus no Brasil foram registrados em finais de fevereiro de 2020, a partir de pessoas que retornavam do exterior. Na ausência de uma política de testagem, rastreamento e isolamento – multiplicaram o potencial de disseminação do vírus, que desde os meses iniciais da pandemia apresentou taxas de mortalidade mais agressivas em territórios vulnerabilizados. Outro agravante foi a disseminação em áreas remotas, nas quais o distanciamento geográfico e dificuldade de acesso à saúde podem significar barreiras fundamentais para a obtenção do cuidado no cenário pandêmico (Noronha *et al.*, 2020).

A complexidade do território brasileiro tem colocado à prova a habilidade dos governos e instituições peritas¹¹ no emprego da comunicação diante de desigualdades estruturais, como a sociedade brasileira, onde os mais vulneráveis (negros, quilombolas, indígenas e mulheres) convivem com riscos preexistentes como moradia/alimentação inadequadas, doenças crônicas e acesso restrito à saúde (Caldwell; Araújo, 2020; Gomes, 2020). Entre os que vivem em condição de vulnerabilidade social, as mulheres negras (pretas e pardas) constituem o maior grupo de brasileiros, 28,7% da população, sendo que 32% dessas mulheres vivem com menos de \$5.50 por dia e 9,1% têm renda diária inferior a \$1.90 (PNAD, 2020). De acordo com um estudo do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas, a remuneração média por hora das mulheres

¹¹ De acordo com Giddens (1991) instituições peritas são sistemas de excelência técnica ou de competência profissional que organizam os ambientes material e social, precisam fornecer respostas claras e precisas à sociedade, já que estas organizações definem grande parte das ações do cotidiano.

negras é a mais baixa, \$2.14, seguida dos homens negros (\$2.26), das mulheres brancas (\$3.55) e dos homens brancos (\$4.07).

Dentre a população desempregada, as mulheres negras são também as de maior percentual. 19,8% das mulheres negras estão sem emprego no Brasil (58,5% do total de pessoas sem ocupação atual). Esses dados, conforme aponta uma pesquisa da *Sempre Viva Organização Feminista*, “evidenciam que os efeitos da crise afetam, sobremaneira, as pessoas mais pobres, as mulheres, as pessoas negras e, por conseguinte, a interseção destas três dimensões: mulheres, pobres e negras (SOF, 2020).

Frente às vulnerabilidades, o Estado ocupa centralidade na proteção à vida dos mais pobres, por meio do apoio financeiro para prover condições básicas de sobrevivência, vacinação e informações adequadas para o enfrentamento à pandemia (Gomes, 2020). No entanto, o Governo do presidente Jair Bolsonaro (2019 – 2022)¹² tem sido negligente nas ações nas áreas de saúde, assistência social e comunicação, que deveriam estar articuladas para o enfrentamento à pandemia (Ventura; Bueno, 2021). A gestão da crise sanitária tem mostrado justamente a intencionalidade do governo em expor ao risco os grupos sociais vulneráveis, historicamente menosprezados nas falas racistas e misóginas de Bolsonaro¹³. São esses brasileiros, sobretudo os negros e as mulheres, que durante a pandemia têm sofrido o impacto da redução e inconstância do pagamento do Auxílio Emergencial, que teve valores significativamente reduzidos entre 2020 e 2021. Inicialmente, o apoio estatal variava de \$100 a \$200 (o maior pago às mulheres chefes de família), no ano seguinte rebaixados para entre \$25 e \$62,5.

À instabilidade do Auxílio Emergencial, adiciona-se duas medidas concatenadas que colocam em risco a saúde. Uma delas é o estímulo, pelo Ministério da Saúde e pelo próprio presidente, de protocolos sem evidência científica, como o tratamento precoce

¹² Após atuar por 28 anos como deputado federal, o ex-capitão do Exército Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente da República pelo PSL (atualmente, o seu partido é o PL, após ficar dois anos sem partido político) com uma agenda notadamente antidireitos humanos, de matriz econômica neoliberal, com discursos favoráveis ao armamento da população e com propostas contrárias às reivindicações e direitos de mulheres, indígenas, quilombolas, negras e negros, dentre outros segmentos vulnerabilizados da sociedade. Adiciona-se ainda que é contrário às restrições de exploração do meio ambiente.

¹³ Jair Bolsonaro em diversas ocasiões foi misógino, racista e homofóbico. Entre esses episódios, citamos apenas três deles: 1) em 2014, agrediu a deputada Maria do Rosário (PT), ex-ministra dos Direitos Humanos, dizendo: “Não estupro você porque não merece”; 2) perguntado sobre como agiria se um de seus filhos se apaixonasse por uma mulher negra, respondeu: “eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco”; e, 3) durante a campanha eleitoral para presidente foi acusado de racismo por falar que quilombolas da comunidade “não fazem nada” e “nem para procriador eles servem mais”. Baseado na trajetória política de Jair Bolsonaro, deputado federal por quase 30 anos, pode-se afirmar que está sendo coerente com sua gestão como presidente da república no desprezo aos grupos mais vulneráveis que historicamente foram por ele ofendidos.

com ivermectina e cloroquina (Lopes; Leal; Andrade, 2021). A outra refere-se à negligência na compra de vacinas. Enquanto nações disputavam a compra de imunizantes, Bolsonaro rejeitou 81 tentativas¹⁴ da *Pfizer* de negociação para o governo adquirir 70 milhões de doses e tripudiou, em vários episódios, com falas racistas e xenófobas, a vacina produzida na China, o que segundo o diretor do Butantã, Dimas Covas, provocou atraso na entrega de insumos para a produção da vacina Coronovac pelo instituto (BBC, 2021; O Estado de S. Paulo, 2021).

Diante do exposto, o argumento central deste artigo é que existe uma orientação deliberada do Governo Federal, uma necropolítica (Mbembe, 2011) que regulamenta e regulariza quais corpos são matáveis. Essa política se revela tanto pela inércia quanto por ações que contrariam evidências científicas ao enfrentamento à pandemia e se manifesta sobretudo nas estratégias da comunicação governamental, analisada neste artigo. Ancoradas no debate sobre vulnerabilidade (Fadigas, 2017; Fraser; Aldrich, 2021) e distintas perspectivas teóricas que versam sobre a necessidade de uma comunicação adequada para cada comunidade [comunicação de risco (OMS, 2018), comunicação e cultura (Airhihenbuwa *et al.*, 2020) e, principalmente, pelas lentes da interseccionalidade (Etowa; Hyman, 2021; Crenshaw, 1991)], este artigo traz para o debate as marcas da necropolítica na comunicação, visualizadas a partir da ausência de estatística sobre pertencimento racial e de gênero nos boletins epidemiológicos e na comunicação governamental, que desconsidera as especificidades dos brasileiros no que tange a marcadores de classe, gênero, raça e território.

Vulnerabilidade e Necropolítica

A vulnerabilidade está relacionada com a capacidade de prevenir, agir e resistir aos efeitos de uma crise, sendo interpretada não como uma circunstância estática e sim como um processo dinâmico produzido por uma combinação de fatores (Fadigas, 2017). Para a autora, as causas profundas da vulnerabilidade são a base de um problema social complexo que define as características e qualidades que colocam certos grupos numa situação marginal.

Vulnerabilidade refere-se, então, a uma relação entre pobreza (devido ao acesso limitado a bens, definidos em termos gerais) e risco, caracterizada por uma conhecida ou desconhecida distribuição de probabilidade de eventos e os esforços para gerir este risco

¹⁴ Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/25780_pfizer-foi-ignorada-pelo-governo-federal-81-vezes-expoe-randolfe-rodriques-a-cpi.html>.

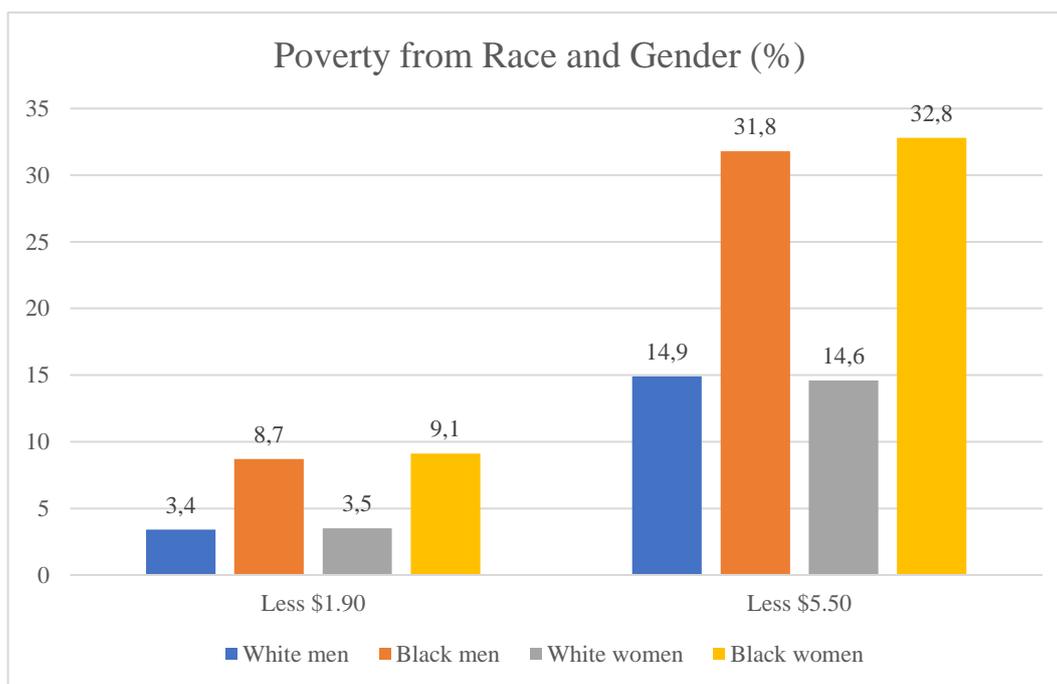
(Alwang *et al.*, 2001). Segundo os autores, a pobreza está relacionada com o conceito de vulnerabilidade por ser reconhecida como o resultado de um processo dinâmico (pobreza é não fixa, contém uma referência temporal). Todavia, o resultado do processo - a pobreza - é assumido como o principal foco político, e não o processo em si.

Entendida como função de uma relação social, cultural, política e econômica desigual e, como fruto desta relação de desigualdade, a vulnerabilidade pode manifestar-se de modo individual ou coletivo, entre indivíduos, entre diferentes grupos culturais ou etnias minoritárias (Guimarães; Novaes, 2009). Sendo assim, uma crise sanitária, como a pandemia do novo coronavírus, expõe a vulnerabilidade de certas populações, que é reforçada pelo resultado de desigualdades, negligência e outras ações humanas (Fadigas, 2017).

O indivíduo vulnerável é aquele que possui uma cidadania frágil, ignorando o papel do direito à integridade física como uma condição de acesso aos direitos sociais, econômicos, políticos e trabalhistas (Guimarães; Novaes, 2009). Comunidades com maiores quotas de indivíduos em vulnerabilidade social, como idosos, desempregados, em situação de pobreza ou minorias étnico-raciais, tendem a ter piores resultados tanto no início das crises, como no exemplo de uma crise de saúde pública, quanto nos processos de recuperação a longo prazo, haja vista que estão constrangidas a procurar ajuda, tendo enfrentado no passado uma discriminação institucionalizada (Fraser; Aldrich, 2021). Isso porque a reação à crise depende de múltiplos recursos que as populações dispõem para reagir ao vírus, no caso da Covid-19, como “memória imunológica, condições econômicas e sanitárias, sistemas de saúde com profissionais e infraestrutura em quantidades e qualidades variadas, canais de coordenação das ações etc.” (Herst, 2021, p.3).

Esses são fatores que têm afetado desproporcionalmente negros, outros grupos não-brancos e migrantes, conforme observado por pesquisadores nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Brasil (Star *et al.*, 2021; Santos *et al.* 2020; Lago *et al.*, 2020; Sandset, 2021; Gomes, 2020). A complexidade das vulnerabilidades pode ser melhor analisada ao se adicionar a variável gênero (Fadigas, 2017; Etowa; Hyman, 2021), como apresentado no **Gráfico 1**.

Gráfico 1. Pobreza e extrema pobreza por raça e gênero no Brasil.



Fonte: Autoria própria, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2020).

O gráfico acima permite verificar que o pertencimento racial é o marcador social que mais explicita quem são os pobres no Brasil. Há pouca diferença dentro do mesmo grupo racial quando se compara homens e mulheres tanto em relação a pobreza quanto à extrema pobreza¹⁵. No que tange à pobreza, 14,6% dos homens brancos e 14,9% das mulheres brancas são pobres. 3,4% dos homens brancos e 3,5% das mulheres brancas são extremamente pobres. Entre os negros, o pertencimento racial também aproxima os gêneros na desigualdade. Cerca de um terço dos homens negros (31,8%) e das mulheres negras (32,8%) são pobres e quase dez por cento dos homens negros (8,7%) e das mulheres negras (9,1%) são extremamente pobres.

Os dados demonstram que a pobreza atinge principalmente os negros no Brasil, sendo as mulheres negras ainda mais afetadas pela desigualdade. Nesse cenário, a perspectiva da interseccionalidade permite visualizar como “[...] o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p. 177).

O desemprego, o subemprego e a informalidade também atingem mais a população negra. Segundo o infirmativo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, do IBGE, os negros são maioria entre os desocupados (64,2%) ou subutilizados

¹⁵ O Brasil utiliza o parâmetro do Banco Mundial, portanto considera-se a condição de pobreza aqueles que vivem com menos de \$5.50 dólares por dia, e extrema pobreza renda inferior \$1.90 por dia.

(66,1%). O levantamento demonstra também que 47,3% das pessoas negras se encontram em condições informais de trabalho, atuando em postos onde a informalidade é majoritária, a exemplo da agropecuária, construção civil e serviços domésticos.

As condições de moradia, além do trabalho e renda, aumentam a vulnerabilidade da população negra. Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, também do IBGE, revelam que 44,5% das negras e negros vivem em domicílios com a ausência de pelo menos um serviço de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água por rede e esgotamento sanitário por rede). Nas duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, 18,7% e 30,5% da população negra, respectivamente, residem em aglomerados subnormais (enquanto que o percentual de pessoas brancas nessas condições de moradia é de 7,3% e 14,3%, respectivamente).

Dados nacionais (IBGE, 2020; IBGE, 2019) e pesquisas (Hyman; Etowa, 2021; Ahmed, 2020; Caldweel; Araújo, 2020) apontam que as comunidades negras convivem com riscos pré-existentes. Essa pobreza nas condições de vida foi ampliada pela pandemia. Os brasileiros pobres, em sua maioria negros, estão mais expostos aos riscos da Covid, principalmente porque precisam sair de casa para ganhar algum dinheiro. Para Airhihenbuwa *et al.* (2020, p.4) "que o distanciamento físico é um privilégio para populações com contextos preexistentes que reforçam não apenas a vulnerabilidade a condições como o diabetes, mas também condições de vida que impossibilitam a adesão ao distanciamento físico". Isso pode ser observado na pesquisa IBGE/Covid-19 (2020b) ao demonstrar que o trabalho remoto era para poucos, apenas 8 milhões dos 211,8 milhões de brasileiros tinham o benefício de executar suas atividades profissionais em *home office* em setembro de 2020. Esses possuíam ensino superior completo e pós-graduação.

Na área da saúde, de acordo com a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 67% dos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS (Sistema Único de Saúde) são negros, e estes também são maioria dos pacientes com diabetes, tuberculose, hipertensão e doenças renais crônicas, consideradas agravantes para o desenvolvimento de quadros mais preocupantes da Covid-19, sendo que boa parte dessas comorbidades é ligada a questões sociais, como a falta de saneamento básico, e agravada pelas desigualdades raciais, como condições precárias de moradia, que favorecem doenças como a tuberculose, ou alimentação inadequada, que promove doenças como diabetes e hipertensão arterial. Essas vulnerabilidades existentes, que se ampliam diante dos riscos de contágio pela Covid-19, deveriam refletir em ações governamentais para atender as especificidades desses grupos.

Pandemia e agravamento das desigualdades históricas

No Brasil, a Presidência e o Ministério da Saúde não têm considerado as desigualdades sociais e raciais para minimizar os riscos de contágio pela Covid-19. Ao contrário, a gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019 – 2022)¹⁶ tem naturalizado a morte em larga escala, como na seguinte afirmação: “alguns vão morrer, vão morrer, lamento, é a vida. Não pode parar uma fábrica de automóveis porque tem mortes no trânsito” (Bolsonaro, 2020)¹⁷. Esse discurso tem se combinado com uma estratégia de inércia diante da pandemia (demora para compra de vacinas, naturalização da situação pandêmica etc.), com um comportamento negacionista e com o estímulo à desinformação (Lopes; Leal, 2020; Lopes; Leal; Andrade, 2021; Ventura; Bueno, 2021).

Por negligenciar a situação, Bolsonaro vem sendo acusado de genocídio por irresponsabilidade frente à crise sanitária, que mata sobretudo os mais expostos, de modo que os negros, parcela mais pobre da população brasileira, passaram a corresponder a 55% das vítimas fatais do novo coronavírus (Dias; Melo; Brito, 2020) e a população indígena, desprezada¹⁸ pelo atual Governo Federal, teve 158 povos afetados, com 35.840 casos e 844 óbitos registrados até 12 de outubro (Apib, 2020).

Ao ignorar essas vulnerabilidades, a escolha governamental tem sido pela promoção do que Mbembe (2018) denomina como Necropolítica, o poder político que regulariza e regulamenta quem pode viver e quem se pode deixar morrer. Nessa seleção, o autor destaca que o racismo ocupa um lugar “na racionalidade própria do biopoder¹⁹” que torna justificáveis as escolhas sobre quem vai morrer, sendo o racismo uma tecnologia que permite o exercício do biopoder (Foucault, 2010), visto que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (Mbembe, 2016, p.128).

¹⁶ Bolsonaro sustentou o discurso da imunidade de rebanho, que acontece quando um vírus não pode se disseminar porque encontra uma população que tem um alto nível de imunidade, reduzindo o número de indivíduos suscetíveis à infecção.

¹⁷ Entrevista Bolsonaro ao Programa Brasil Urgente da Band. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/alguns-vaio-morrer-lamento-e-a-vida-diz-bolsonaro>>.

¹⁸ A Associação dos Povos Indígenas do Brasil precisou divulgar uma nota cobrando do governo federal um plano de ação emergencial para proteger esses grupos. Disponível em <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/riscos-do-coronavirus-para-populacao-indigena>>. Acesso em: 14 out. 2020.

¹⁹ Castro (2004) explica que “o biopoder surge na obra [de Foucault] após a descrição da formação do dispositivo da sexualidade e termina com a questão do racismo moderno, um [...] racismo estatal. Na segunda, o biopoder aparece ao final de uma extensa jornada em que Foucault analisa as transformações do conceito de guerra de raça. Em ambos, o biopoder é mostrado em sua dupla face, como poder sobre a vida (a política da vida biológica, incluindo a política da vida biológica sexualidade) e como poder sobre a morte (racismo)”.

Atualizando a discussão de Necropolítica para a crise sanitária da Covid-19, Lee (2020) chama atenção para o fato de que a pandemia tem demonstrado o efeito mordaz da política neoliberal que aumenta as vulnerabilidades "seja por meio da erosão dos programas de seguridade social, do seguro-desemprego ou da educação pública, reorganizou o poder soberano do Estado, deixando de garantir a vida e sustentar o bem-estar, para se preocupar exclusivamente com a arbitragem da morte, como se vê agora".

Nessa mesma perspectiva, Gomes (2020) complementa que o agravamento da crise sanitária no Brasil é resultado de um processo histórico perverso acentuado pelo neoliberalismo, marcado pelo congelamento do investimento de recursos públicos em saúde, educação e seguridade social. Para o autor, a Emenda Constitucional 95/2016, a chamada Lei do Teto de Gastos, que limita por 20 anos os investimentos públicos em áreas sociais, "é um terrível exemplo de como essa perversidade faz parte da atual política de Estado e se realiza por meio da Necropolítica" (Gomes, 2020, p.2).

O contexto brasileiro tem se tornado caótico e citado como um dos piores lugares de gestão da pandemia (Ventura; Bueno, 2021). A crise se acentua com o agravamento das desigualdades pela redução de políticas sociais (Gomes, 2020; Lee, 2020), que vem ocorrendo desde o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e se intensificando na administração Bolsonaro. A omissão tem tornado o vírus mais letal aos negros, que são

os mais dependentes do apoio institucional nas situações de estado de calamidade pública [...], possuem maior necessidade do uso dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Também é a população negra e pobre aquela que apresenta dificuldade de acesso às medidas sanitárias, às informações adequadas, aos recursos financeiros para a compra de produtos de higienização, de garantia de uma vida saudável, com alimentação nutritiva que possa ajudá-la a adquirir imunidade não só aos ataques do Covid-19, mas também de outras doenças (GOMES, 2020, p.3).

Aqueles que mais necessitam do apoio estatal e que convivem com a precariedade da segurança social, ampliada nos anos recentes, ficam nas mãos do governo liderado por um presidente que, historicamente, tem sido contra políticas sociais e demonstrado desprezo por negros, quilombolas e populações indígenas. A apatia e a negligência do governo diante da pandemia são ações indiretas que expõem os pobres e vulneráveis aos riscos e à morte. Uma delas é a inconstância e redução dos valores do Auxílio Emergencial, apoio financeiro pago pelo Governo Federal aos desempregados, população de baixa renda e profissionais autônomos durante a pandemia. O auxílio começou a ser pago em abril de 2020, com valores que variavam de \$100 a \$200 (o maior valor para

mulheres chefes de família), mas foi reduzido para \$50 entre setembro e dezembro de 2020. O auxílio ficou suspenso por quatro meses até abril de 2021, mas quando voltou a ser pago sofreu outra redução. Os valores passaram a variar de \$25 a \$62,5, com previsão de pagamento até o mês de agosto de 2021.

Metodologia

Por se tratar do recorte de uma pesquisa mais ampla sobre mulheres rurais, comunicação da Covid-19 e recursos infocomunicacionais, este artigo combina alguns procedimentos metodológicos adotados no projeto guarda-chuva. Adota-se como principal metodologia, neste texto, a análise documental, que inclui os boletins epidemiológicos dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, além do painel de monitoramento do Governo Federal.

Na primeira etapa da pesquisa, identificamos os websites governamentais criados pelos estados, Distrito Federal e Governo Federal para divulgar os dados da Covid-19. Feita essa identificação, criamos uma planilha para coletar as informações disponíveis nos boletins, tendo como ênfase a disponibilização de estatísticas com as variáveis raça/cor e gênero. Posteriormente, os dados foram sistematizados e interpretados de acordo com a revisão bibliográfica de vulnerabilidades, Necropolítica e interseccionalidade.

Além desses passos, para exemplificar a necessidade de entender a cultura dos diferentes grupos, incorporamos entrevistas realizadas com 25 mulheres da Comunidade Quilombola do Buieié e também a análise das estratégias de comunicação adotadas pelo Governo Federal – tanto a institucional, feita pelo Ministério da Saúde, quanto a do Twitter do presidente da República. Em ambas foram tomadas possibilidades de se visualizar as marcas da Necropolítica e da desinformação, que significa uma desordem na informação. Esse fenômeno compreende uma grande variedade de conteúdos, de naturezas diversas, que vão desde um falso contexto, uma falsa conexão até uma manipulação de conteúdo, e que constituem, assim, o ecossistema desinformacional (Wardle; Derakhshan, 2017). Desse modo, desinformação neste trabalho é compreendida como uma estratégia política de produção e circulação intencionais de conteúdos e discursos que se sustentam no desprezo aos fatos e à realidade, com o objetivo de gerar crises comunicacionais, conquistas políticas e/ou econômicas. “[...]a desinformação, converte-se em arma de determinados grupos, sobretudo extremistas de direita, que, em

meio à crise profunda em que nos encontramos, valem-se do estratagema para amedrontar, confundir ou ludibriar a população” (Martins, 2020, p. 15-16).

Interseccionalidade e cultura na comunicação da Covid-19: a importância dos dados desagregados na saúde

A adequação da comunicação para diferentes grupos sociais é central para o enfrentamento da pandemia. A OMS alerta que, embora a pandemia da Covid-19 tenha dimensão global, são necessárias ações locais para cada comunidade (OMS, 2018). Pesquisas no campo da comunicação e saúde ratificam essa orientação da OMS em duas principais perspectivas teóricas: cultural e interseccional. A primeira dá ênfase ao conteúdo das campanhas e sua relação com diferentes grupos sociais, destaca a necessidade de a comunicação ser pensada observando as especificidades sociais para se conseguir maior engajamento social, enquanto a interseccional aponta a significância da produção de estatísticas que entrecruzem marcadores sociais (raça, gênero, território entre outros) considerando que, embora o coronavírus atinja todos, os riscos são maiores para alguns grupos. Segundo Fleury e Oliveira (2020, s/p), a pandemia expôs “um fenômeno que ainda insistimos em não reconhecer: o racismo. Ele é um elemento que estrutura a sociedade brasileira e implica em disparidades nas condições de vida da população negra, mas que se expressa também no descaso do poder público em produzir dados com recorte racial”.

A produção de estatísticas desagregadas em relação aos números de casos e óbitos em decorrência do novo coronavírus tem sido apontada como um problema em vários países (Ahmed, 2020; Figueroa *et al.*, 2021; Chakraborty, 2020). A alta comissária da Organização das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, enfatizou a relevância da coleta e análise desagregada de dados por etnia ou raça, além de gênero, como essenciais para identificar e tratar as desigualdades e a discriminação estrutural que impactam em resultados na saúde, inclusive na Covid-19.

No mesmo sentido, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), escritório regional da OMS para as Américas, publicou uma nota técnica frisando a importância da produção de dados desagregados para a realização de respostas adequadas e eficientes à pandemia.

Dados desagregados oferecem muitos benefícios, tais como: análise acurada da situação de saúde; melhor entendimento das características específicas de uma população; detecção de problemas; identificação de padrões e necessidades; monitoramento da equidade; estruturas e

planos de financiamento para o direcionamento de recursos; monitoramento e avaliação de projetos; avaliação dos avanços; comparações de rotina e análise de tendências para informar e melhorar os programas; melhores sistemas de informação em saúde; entre outros (OPAS, 2020, p. 2).

Nessa perspectiva, Etowa e Hyman (2021, p.10) apontam a necessidade de se adotar “lente interseccional levando em conta raça, migração e gênero [...] as mulheres estão entre as populações mais impactadas pessoal e economicamente por esta pandemia”. A produção de dados em saúde tem sido pauta do movimento negro e do debate acadêmico no Brasil mesmo antes da pandemia. A coleta interseccional de dados na área tem sido destacada como fundamental para que se possa pensar e desenvolver políticas mais efetivas no setor, como apontam as pesquisadoras Lopes e Werneck (2009, p. 20), ao afirmarem que “o uso do quesito cor na intersecção com outras variáveis tais como sexo, idade, ocupação, escolaridade, local de moradia, entre outras, é essencial para identificar necessidades e demandas, definir prioridades, alocar recursos e promover mudanças nos processos de trabalho”.

Adiciona-se à orientação de organizações internacionais e de pesquisas que ressaltam a produção de estatísticas com a abordagem interseccional, o fato de o Brasil possuir desde 2009 a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra²⁰ (PNSIPN), que reconhece o racismo institucional e as desigualdades étnico-raciais dele resultantes, que se refletem nas iniquidades sociais das condições de saúde da população negra.

Vale ressaltar ainda que, desde fevereiro de 2017, a Portaria nº 344²¹ do Ministério da Saúde tornou obrigatório o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde, atendendo aos objetivos da PNSIPN e servindo como subsídio para o planejamento de políticas públicas relacionadas às necessidades específicas de cada grupo racial/étnico e à melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS frente à coleta, ao processamento e à análise dos dados organizados por cor, etnia e gênero, bem como a promoção da equidade.

Importa frisar também que o preenchimento dos formulários no sistema público de saúde segue os critérios desenvolvidos pelo IBGE (preta, parda, indígena, amarela e

²⁰ A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instituída pela Portaria MS nº 992 de 13/05/2009, visa promover a equidade em saúde. Disponível em: <<https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=218804>>.

²¹ Portaria nº 344/2017, do Ministério da Saúde, dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Disponível em: <<https://bit.ly/2TqJRZK>>.

branca) com base na autodeclaração, em que cada pessoa explicita sua raça/cor, sendo essa padronização essencial para a visibilidade de dados referentes à ausência de direitos e dignidade para certas camadas da população.

Segundo Fleury e Oliveira (2020), a produção de dados sobre a questão racial – não apenas na saúde, mas em todas as áreas de atuação do Estado – colabora para a explicitação das desigualdades raciais e do racismo, atuando como um instrumento relevante para as tentativas de ocultação ou naturalização das desigualdades e de estímulo ao senso crítico na observação da realidade. Enfatizam os autores o enraizamento no Brasil da ideia de que o racismo não existe porque somos uma mistura de raças. “Entretanto, esse disfarce construído por meio da negação é estratégico para se manter as coisas como estão: se não há racismo, não há a necessidade de pensar mecanismos (inclusive institucionais) para combatê-lo (Fleury; Oliveira, 2020, s/p).

Aqui cabe fazer um parêntese para destacar que os movimentos sociais negros, há décadas, têm demandado do Estado a inclusão do quesito raça/cor em todos os sistemas de coletas de dados sobre a população. Em 1995, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, entregue ao presidente brasileiro à época, Fernando Henrique Cardoso, afirmava que “a criação desta base de dados sobre a população negra é fundamental para a formulação de políticas públicas específicas para todas as áreas de interesse da questão racial” (Santos, 2014, p.132).

Foi essa motivação – e o fato da ausência de dados desagregados no início da pandemia – que orientou a elaboração de uma carta assinada por 150 entidades integrantes da Coalizão Negra por Direitos e os pedidos feitos tanto pela Coalizão quanto pelo Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) e pela Defensoria Pública da União.

A partir dessas solicitações, no dia 10 de abril de 2020 o Governo Federal começou a apresentar informações sobre cor/raça nas comunicações sobre a pandemia, porém, além deste processo ter sido descontinuado em nível federal, não houve uma orientação expressa para que todos os estados adotassem a mesma medida, ficando a cargo de cada estado decidir por reunir/publicar ou não a desagregação dos dados.

No entendimento de Fleury e Oliveira (2020, s/p), essa situação expôs o baixo grau de institucionalização que a questão racial ainda possui no Estado brasileiro, o que “significa dizer que há uma negligência histórica das instituições em relação às diferenças raciais que compromete análises mais consistentes e, por consequência, a formulação de indicadores capazes de subsidiar políticas públicas”.

A questão racial nos boletins epidemiológicos da Covid-19

Feitas as observações sobre a relevância da coleta de dados desagregados, sob uma perspectiva interseccional, para o enfrentamento das desigualdades e do racismo estrutural, parte-se para a análise dos boletins epidemiológicos da Covid-19 produzidos pelo Governo Federal e pelos governos dos estados e do Distrito Federal. Conforme levantamento realizado em abril de 2021, com os boletins epidemiológicos publicados em todas as 27 Unidades da Federação, revela-se que a maioria não publica os dados de raça em seus boletins diários, como pode ser observado nos gráficos 2 e 3.

Gráfico 2: Raça no boletim epidemiológico dos estados brasileiros



Fonte: Autoria própria, com base nos sites das 27 UF's.

Gráfico 3: Estados brasileiros e coleta de dados Covid-19 por cor/raça e gênero



Fonte: Autoria própria, com base em consulta aos sites dos governos estaduais

A maioria dos estados (17) não divulga informação sobre pertencimento étnico-racial nos boletins epidemiológicos diários. Se desagregados esses dados por região, o Sul aparece como a região mais omissa nesse quesito, visto que nenhum dos três estados traz essa estatística. Do outro lado, aparece a Região Norte, onde quatro dos seis estados apresentam raça na comunicação dos dados. No Nordeste, três dos nove estados; no Sudeste, dois dos quatro estados; e no Centro-Oeste, apenas um estado²². Comparando os dados desta pesquisa com a realizada por Santos *et al.*, em junho de 2020, percebe-se que duplicou o número de estados que passaram a incorporar raça na coleta e divulgação dos dados sobre Covid-19.

Quando se observa a coleta de dados desagregados por gênero e pertencimento étnico-racial, 15% dos estados divulgam essa informação, ou seja, apenas quatro entre as 27 Unidades da Federação. São eles: Amazonas, Acre, Roraima e Espírito Santo. Assim como na produção de estatística sobre cor/raça, a Região Norte também aparece na coleta de dados por sexo como a mais representativa, são três de seis estados nortistas.

²² Divulgam raça no boletim diário: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Roraima.

Todavia, esses dados coletados sobre a Covid-19, desagregados por gênero e pertencimento étnico-racial, não estão sendo popularizados e transmitidos à sociedade para que se saiba quem está sendo mais atingido pela pandemia. Os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Espírito Santo possuem, por exemplo, perfis nas redes sociais Facebook e Instagram e poderiam divulgar esses dados; contudo, postam, sem frequência, dados de enfermos, óbitos e vacinados, de forma generalista. Dessa maneira, informações importantes ficam restritas a espaços técnicos, dificultando uma melhor percepção dos efeitos da pandemia por parte do público.

Cabe destacar que esses quatro estados também produzem estatísticas por etnias indígenas, prática encontrada apenas no total de nove estados (Acre, Amazonas, Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, Roraima e Sergipe). Como o contágio das populações indígenas demonstra a potência do vírus e a falta de estratégias de contenção, a prática de produzir estatísticas por etnias indígenas reflete, então, uma dinamicidade e atenção à temporalidade da pandemia na abordagem por parte desses estados, que incorporam novos aspectos da doença, como sua trajetória pelo interior do Brasil.

Apesar da resistência verificada no Brasil quanto à produção e divulgação de dados sobre o perfil em relação a gênero e pertencimento racial e contágio/ óbitos pela Covid-19, é importante destacar como as mulheres negras figuraram como as primeiras pessoas imunizadas na maioria dos estados. Tomamos como estudo de caso o Sudeste, região mais populosa, com 88,7 milhões dos 210 milhões de brasileiros (IBGE, 2020), e a mais importante economicamente do país, como emblemática para se discutir o racismo e como raça é apropriada para agregar valor aos discursos oficiais ou como estratégia de marketing político.

Para desenvolvermos tal argumento, cabe lembrar que nessa região apenas Minas Gerais e Espírito Santo divulgam informação diária sobre pertencimento racial e Covid-19, sendo que o Espírito Santo é o único do Sudeste que traz estatísticas sobre gênero e raça/cor no boletim epidemiológico diário, inclusive identificando as etnias indígenas²³.

As imagens (abaixo) foram capturadas dos websites governamentais e mostram que em três estados (São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santos) a estratégia adotada coloca os governadores, homens brancos, ao lado das mulheres negras.

²³ Minas Gerais e São Paulo trazem dados sobre gênero e raça apenas nos boletins acumulados, contudo não ficam facilmente disponível nos sites.

Imagem 1: Registros de primeiras pessoas vacinadas contra a Covid-19 na Região Sudeste



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Mônica Calazans (São Paulo), Terezinha da Conceição (Rio de Janeiro), Maria Bom Sucesso Pereira (Minas Gerais) e Iolanda Brito (Espírito Santo). Fonte: Divulgação dos estados²⁴

Entre os textos que complementam a comunicação governamental desses registros de vacinação, somente o publicado pelo governo paulista faz menção a gênero e raça ao destacar que a vacinada é uma “mulher, negra e com perfil de alto risco [obesa, hipertensa e diabética] para complicações provocadas pelo coronavírus, não deixou de atuar nos hospitais da capital paulista para ajudar a salvar vidas” (São Paulo, 2020). A publicação conta um pouco da trajetória da enfermeira que atuou por 26 anos como auxiliar de enfermagem, entrou tardiamente na universidade e aos 47 anos conseguiu o diploma de ensino superior. Apesar da formação em enfermagem, trabalha de forma precarizada com contrato temporário em hospital na capital paulistana. Em resumo, a vida de Mônica retrata os riscos preexistentes com os quais convive a população negra e as dificuldades de ascensão social, como se observa no depoimento da enfermeira: “Não é apenas uma vacina. É o recomeço de uma vida que pode ser justa, sem preconceitos e com garantia de que todos nós teremos as mesmas condições de viver dignamente, com saúde e bem-estar” (Calazans, 2020).

Ao analisarmos os dados da Região Sudeste com mais vagar, três aspectos se destacam: 1) somente um estado (Espírito Santo) possui raça/cor e gênero no boletim

²⁴ Imagens disponíveis em: <<https://bit.ly/3pLWAm5/>, <https://bit.ly/3xnE8mt>, <https://bit.ly/3iAVkbb>> e <<https://bit.ly/3xhyjXr>>.

epidemiológico diário, 2) os quatro estados iniciaram as campanhas de vacinação com uma mulher negra, 3) apenas um estado faz referência ao pertencimento racial e de gênero na publicação no website governamental sobre a campanha de imunização na qual mulheres negras foram protagonistas. O que esses dados nos dizem sobre o compromisso desses estados com o enfrentamento ao racismo e as desigualdades que afetam majoritariamente as mulheres negras? Se raça e gênero não são considerados como variáveis relevantes na coleta e divulgação de dados sobre a pandemia, por que esses estados deram visibilidade às mulheres negras para dar início da campanha de vacinação?

Temos como principal hipótese a apropriação da diversidade racial e de gênero pelos estados como estratégia de marketing para agregar valor social ao discurso político, assim como muitas empresas têm adotado na publicidade (Sodré, 2015; Leong, 2013), sem introduzir a diversidade de forma ampliada, por exemplo, com política de inclusão de negros no mercado de trabalho. Em outras palavras, percebemos uma aproximação da lógica mercantil com a estatal no que se refere à abordagem superficial da diversidade. Esse debate pode ser aprofundado pela perspectiva do capitalismo racial, que segundo Leong (2013, p. 2152 e 2155) é o processo "em que indivíduos brancos e instituições predominantemente brancas usam pessoas não brancas para adquirir valor social e econômico [...]. A não branquitude tornou-se, portanto, algo desejável e, para muitos, tornou-se uma mercadoria a ser perseguida, capturada, possuída e usada".

Entendemos esse processo como um jogo, no qual as instituições brancas e masculinas têm o poder se apropriar da raça e gênero com intenção de se mostrarem diversas no sentido de valorizar as mulheres negras; contudo, a maioria não segue os apontamentos estabelecidos pela Política Nacional Integral de Saúde da População Negra, as orientações da OMS e ONU, e tampouco as reivindicações da Coalizão Negra por Direitos, que pede a coleta desagregada de dados por raça/cor, gênero e território. Isso significa que o pertencimento racial é usado por esses governos para aquisição de visibilidade política e social sem incorporar medidas para enfrentamento do racismo e promoção da igualdade neste momento de crise sanitária. Embora os estados e municípios tenham autonomia na gestão da pandemia, o Governo Federal tem um papel central na gestão das medidas e na orientação dos entes federados – no que falha, sobretudo, no trato da questão racial e de gênero.

Comunicação e cultura

A abordagem cultural da comunicação e saúde sobre a pandemia lança luz sobre as especificidades sociais e os hábitos de consumo midiático para se pensar estratégias de enfrentamento à pandemia (Airhihenbuwa *et al.*, 2020). Podemos observar essas diferentes lógicas de percepção do risco nas respostas de 25 mulheres da Comunidade Quilombola Buieie²⁵, em Viçosa, Minas Gerais, onde vivem cerca de 600 pessoas.

Entre os quilombolas, a terra é coletiva e os laços de parentesco predominam no grupo. As mulheres entrevistadas usavam máscaras somente para sair da comunidade. No Buieie se sentiam seguras, a comunidade era tida como extensão da própria casa, onde consideravam equivocadamente estarem protegidas do contágio da Covid-19, embora muitas saíssem para trabalhar em serviços domésticos e pessoas externas circulassem pelo bairro. “Uso a máscara sempre que vou em Viçosa, não utilizo em casa e nem na comunidade porque temos o hábito de achar que aqui não tem o vírus” afirmou uma das entrevistadas. Este relato se coaduna com os achados de Airhihenbuwa *et al.* (2020) de que as campanhas focadas no risco individual são menos efetivas, sobretudo para aquelas comunidades em que as desigualdades estruturais limitam as escolhas individuais.

As vulnerabilidades em meio a uma crise sanitária reforçam papéis sociais, como as ações de cuidado desempenhadas pelas mulheres. Segundo estudo das organizações Gênero e Número e Sempre Viva (2020), 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, sendo que, entre essas, 80,6% passaram a cuidar de familiares, 24% de amigos/as e 11% de vizinhos. Reforça-se, assim, a ideia de Oliveira e Moraes (2010) de que as mulheres são um importante “recurso de cura”, pelas ações do cuidado, seja na sua casa ou de terceiros. A super-representação de mulheres entre os trabalhadores de baixa remuneração na linha de frente - incluindo auxiliares de saúde domiciliar, enfermeiros e assistentes de enfermagem - e no outro extremo da cadeia de suprimentos - incluindo aqueles empregados no setor de logística e embalagem - é particularmente preocupante (Bahn *et al.*, 2020)

Dessa maneira, a pandemia, apesar de afetar sobremaneira as mulheres por serem as populações mais vulneráveis no Brasil, responsáveis pelo cuidado familiar e da

²⁵ Comunidades Quilombolas são grupos étnico raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida (IBGE, 2020). A comunidade quilombola do Buieie é composta de uma população rural majoritariamente negra, descendente direta e indireta de escravizados que viviam nessa região.

comunidade e ainda possuírem uma sobrecarga de trabalho com o acúmulo das atividades domésticas, “não tem rosto de mulher. Não é narrada, pensada, relacionada às mulheres” (Lago *et al.*, 2020, p.97). O único olhar do Governo Federal para as mulheres se deu ainda no início da pandemia, com o lançamento de uma cartilha, através da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). Produzida em abril de 2020, essa cartilha²⁶ buscava elucidar sobre os riscos da Covid-19 e seus protocolos de enfrentamento, violência doméstica em tempos de isolamento e cuidados maternos. Entretanto, a obra não abarcou a diversidade que envolve o universo feminino, como as vulnerabilidades a que muitas estão sujeitas, nem apresentou novas edições, acompanhando a evolução da pandemia.

O modo como o Governo brasileiro tem feito a gestão da comunicação para o enfrentamento da Covid-19 tem sido uma das dimensões que, articulada à demora em pagar o Auxílio Emergencial, atraso na vacinação e boicote aos protocolos de enfrentamento, como uso de máscara e isolamento social, possibilitam visualizar a ação Necropolítica. Especificamente no que se refere à comunicação, um dos princípios mais básicos é o da adequação das mensagens para dialogar com diferentes públicos (OMS, 2018; Batista, 2007). Observa-se que o Governo Federal tem ignorado que os negros engrossam os segmentos da população que sofrem com a exclusão digital por não terem acesso à Internet ou acesso apenas limitado.

No Brasil, no primeiro ano da pandemia, Lopes e Leal (2020) verificaram que a comunicação governamental teve como suporte as redes sociais e o website. Desconsiderou-se, portanto, os desconectados, que somam 47 milhões de brasileiros. Ao se observar o marcador cor/raça, os números são ainda maiores: 35% da população indígena e 29% da negra não estão conectados. Quanto à escolaridade, 97% dos que possuem ensino superior estão conectados, ao passo que, entre os analfabetos, esse número alcança apenas 16%. Por sua vez, 28% dos domicílios do Brasil não possuem acesso à internet. Na área rural e entre a população nas classes D e E, mais empobrecidas, o número aproxima-se de 50%, o que evidencia que a desigualdade na conexão se reflete no território, classe social e pertencimento racial (Martins; Lopes; Dourados, 2021). Isso indica que, ao fazer opção unicamente pela comunicação digital, o governo expôs ainda mais os segmentos vulnerabilizados pela ausência de acesso à informação.

²⁶ Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/cartilha-orienta-mulheres-durante-a-pandemia-do-coronavirus>>.

O Governo Federal chegou a lançar, em março de 2020, início da pandemia, a campanha de conscientização intitulada “Juntos somos mais fortes”²⁷, veiculada em aeroportos, rodoviárias, meios digitais, TV, rádio, jornais e revistas. A campanha, porém, apresentava uma mensagem dúbia, ao usar o termo “juntos” e mostrar as pessoas ainda sem máscara (filmada antes das orientações da OMS). Desse modo, a campanha foi veiculada por pouco tempo, não tendo sido renovada nem atualizada. Apenas agora, quando o Brasil contabiliza 450 mil mortos²⁸, é realizada nova campanha de prevenção e combate à doença, resultante da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, em abril de 2021, que tem investigado a gestão da pandemia pelo Governo Federal, e a determinação da Justiça Federal, em março de 2021, de que o governo promovesse campanha a respeito das formas de transmissão e prevenção do coronavírus, conforme recomendações técnicas atuais.

Assim, a ausência de campanhas massivas na televisão ou no rádio entre as estratégias do Governo para engajar a população na prevenção da Covid-19 desconsidera as características do consumo midiático na pandemia, que teve aumento da busca de informações na mídia tradicional, como televisão (Reuters Institute, 2020), especialmente num país em que 61% da população considera a televisão como a mídia mais confiável na divulgação de informações sobre o coronavírus, segundo pesquisa do Instituto DataFolha (Folha de São Paulo, 2020).

A situação é agravada com a desinformação promovida pelo Ministério da Saúde e o presidente da República Jair Bolsonaro (2019 – 2022). Na pesquisa realizada nos perfis do Twitter @minsaude e @jairbolsonaro, entre março de 2020 e março de 2021, constatou-se a frequência de 67% e 32% de desinformação (Lopes; Leal; Andrade, 2021). Foram consideradas ‘desinformação’ as publicações contrárias às orientações da OMS e evidências científicas, que se manifestam especialmente na defesa do tratamento precoce. Entre as publicações, citamos duas de Bolsonaro. A primeira postagem afirma que: “Conclui-se que o Lockdown matou 2 pessoas para cada 3 de Covid no Reino Unido. No Brasil, mesmo ainda sem dados oficiais, os números não seriam muito diferentes. – Lamentamos cada morte, seja qual for a sua causa, como a dos 3 bravos policiais militares executados em São Paulo” (Bolsonaro, 09/08/2020). No segundo exemplo, observa-se que o Presidente da República defende o uso de medicamento. “Temos informações

²⁷ Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/juntos-somos-mais-fortes-campanha-publicitaria-e-lancada-para-conscientizacao-sobre-coronavirus>>.

²⁸ Até 25/05/2021.

precisas que a Cloroquina tem sido usada pelo Brasil com uma grande taxa de sucesso. – O remédio existe, apenas se aguardavam as formalidades para seu uso legal [...]” (Bolsonaro, 27/03/2020).

Nessa mesma direção, o Ministério da Saúde teve um papel na propagação de conteúdos de desinformação, como este exemplo: “Para a recomendação da cloroquina na fase precoce do coronavírus, o Ministério da Saúde considerou estudos e a experiência brasileira. O Conselho Federal de Medicina também propôs que médicos considerassem a cloroquina com o consentimento do paciente” (Ministério da Saúde, 02/07/2020).

O Brasil tem se mostrado um cenário emblemático na produção e circulação de desinformação. Na maioria dos países, os governos buscam orientar a população quanto à desinformação que pode trazer danos à saúde pública, mas no território brasileiro o Governo Federal e o próprio Ministério da Saúde desinformam, conforme ilustrado acima. Para Recuero *et al.* (2020), esta pandemia tem sido enquadrada no Brasil como uma questão político-partidária e não um problema de saúde pública, já que a discussão sobre os modos de tratamento e as ações de enfrentamento são polarizadas e confundidas com problemas de filiação política pela população. Para os autores, existe uma apropriação da desinformação sobre Covid-19 para sustentar discursos políticos, relacionados ao apoio, principalmente, ao presidente da República.

Importa alertar que a desinformação na pandemia tem impactado diretamente na vacinação de grupos vulnerabilizados, a exemplo dos Povos Indígenas. Em entrevista à BBC Brasil, o comunicador e empreendedor indígena Anápuaka Tupinambá declarou que viu “parentes indígenas falarem que viram que mais de 900 indígenas no Xingu teriam morrido por conta da vacina. Uma senhora com mais de 90 anos me disse que não iria se vacinar por causa disso”. Na reportagem, publicada em março de 2021, lideranças indígenas encaminharam uma série de vídeos que circularam com desinformação sobre suposta eficácia de remédios e sobre possíveis efeitos da vacina²⁹.

Apesar dos estudos sobre comunicação de riscos em crises sanitárias e do *Guia Comunicação de riscos em emergências de saúde pública*³⁰, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), apontarem diretrizes para que a comunicação possa contribuir para minimizar os danos causados pela pandemia do coronavírus, Lofstedt (2012) destaca que a confiança tem um papel importante nesse processo, pois a aceitação do risco

²⁹ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56433811>>.

³⁰ Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259807/9789248550201-por.pdf?ua=1>>.

depende expressivamente da confiança do público em um gerenciamento eficaz. Segundo Recuero *et al.* (2020), as autoridades têm um papel fundamental na legitimação da desinformação, principalmente as que detêm um cargo político ou possuem expertise na área da saúde, de forma que esse conteúdo tende a se espalhar muito mais rápido e entre muito mais gente do que a desinformação propagada por pessoas comuns ou por contas automatizadas.

Desse modo, os prejuízos trazidos pela confiabilidade dessas informações representam um problema de saúde pública, considerando que neste momento de crise a população precisa de orientação objetiva e confiável para se proteger e reduzir o impacto do novo coronavírus (OMS 2020). De outro lado, a situação se agrava no Brasil, com ações do Governo Federal que contribuem para gerar desinformação (Ventura; Bueno, 2021; Lopes; Leal, 2020), enquanto muitas nações têm concentrado esforços para barrar ou minimizar a propagação de desinformação (Meneses, 2019).

Corroborando com a perspectiva de que o Governo Federal não empreendeu esforços para um consenso social sobre os riscos do novo coronavírus o fato de quase metade (46,6%) das campanhas lançadas³¹ pelo Ministério da Saúde em seu site terem enfoque propagandístico, voltadas à divulgação institucional (Lopes; Leal, 2020). O Instagram do MS também refletiu essa realidade, de acordo com Pinto, Antunes e Almeida (2020), que identificaram a predominância da estratégia institucional, sendo que o governo foi tema de 38,75% dos *posts* e o MS, de 61,25%. Dessa maneira, atrelaram-se recursos logísticos e humanos a produções digitais que visavam, entre outras pautas, mostrar as ações do Governo Federal para “suprir” as demandas dos estados e regiões brasileiras no atendimento à população vítima da Covid-19, em detrimento a conteúdos educativos em saúde.

³¹ Disponível em: <https://www.saude.gov.br/campanhas/46452-coronavirus_entre_março_e_setembro_de_2020>.

Considerações finais

Apesar da existência da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, da Portaria 344/2017 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde e das orientações de organismos internacionais indicarem a relevância da coleta de dados de forma desagregada sobre o pertencimento étnico-racial, o Governo Federal não tem produzido estatística com a incorporação dessas variáveis. O resultado dessa omissão pode ser visto no baixo índice de Unidades da Federação que produzem e divulgam dados sobre Covid-19, gênero e raça. Entre os 27 estados e Distrito Federal, 63% (17) não informam sobre o perfil étnico-racial dos contaminados e dos óbitos em decorrência do novo coronavírus e 85% (23) não desagregam as estatísticas por cor/raça e gênero. A ausência dessas informações impossibilita que se elaborem e desenvolvam políticas de atenção focadas nos grupos mais vulneráveis.

Embora as desigualdades estruturais resultantes do racismo coloquem os negros e, sobretudo, as mulheres negras como os maiores grupos de brasileiros que vivem na pobreza e extrema pobreza, a política de gestão da pandemia desconsidera essas informações para protegê-los do vírus. Em vez de ampará-los, os colocam em risco com ações na área de saúde que promovem o tratamento precoce com medicamentos sem comprovação científica, atraso na vacinação, entre outros; na área social, o atraso e redução dos valores do Auxílio Emergencial; e na comunicação, o estímulo à desinformação sobre as medidas de proteção, com ausência de campanhas adequadas para os diferentes grupos sociais.

Diante do exposto neste artigo, consideramos que a ausência de ações de atenção aos vulneráveis constitui uma política de morte. Há uma intencionalidade, uma lógica que está em harmonia com os valores e visão de mundo do presidente da República e sua trajetória política. Jair Bolsonaro, nos mais de 30 anos de vida política, revelou-se racista, misógino e homofóbico, além de ser contrário às políticas sociais. Como exemplo, não se pode ignorar que, ainda candidato a presidente, Bolsonaro disse que, se eleito, “não teria um centímetro de terra demarcado para reserva indígena ou quilombola”³². Neste momento de crise sanitária, que o Governo Federal é central para proteger a vida dos mais

³² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/expresso/nao-demarcarei-um-centimetro-quadrado-mais-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-23300890>>.

pobres, as políticas nas áreas da comunicação, saúde e assistência social refletem seu desprezo por esses grupos.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Moradores de favelas movimentam R\$ 119,8 bilhões por ano.** 2020. Recuperado de: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/moradores-de-favelas-movimentam-r-1198-bilhoes-por-ano>>. Acesso em: 14 out. 2020

AHMED, M.H. Black and Minority Ethnic (BAME) Alliance Against COVID-19: One Step Forward. **J Racial Ethn Health Disparities**. Oct;7(5):822-828, 2020. DOI: 10.1007/s40615-020-00837-0. Epub. PMID: 32789564.

AIRHIHENBUWA, C.; *et al...* Culture Matters in Communicating the Global Response to COVID-19. **Prev Chronic Dis**; 17:200245, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5888/pcd17.200245>external icon.

ALWANG, J.; SIEGEL, P.; JORGENSEN, S.. Vulnerability: a view from different disciplines. **Discussion Paper**, N.0115, 2001.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB. **Dados Covid-19.** Recuperado de: <<https://apiboficial.org/>>. Acesso em: 12 out.2020.

BAHN, K.; COHEN, J.; VAN DER MEULEN, R.. A Feminist Perspective on COVID-19 and the Value of Care Work Globally. **Gend Work Organ** 7:10.1111/gwao.12459, 2020. DOI: 10.1111/gwao.12459. Epub ahead of print. PMID: 32837001; PMCID: PMC7267119.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, L. A comunicação dos riscos no mundo corporativo e o conteúdo da mensagem. In: **Organicom**, Ano IV n.06, 2007.

BBC. **CPI da Covid: executivo da Pfizer confirma que governo Bolsonaro ignorou ofertas de 70 milhões de doses de vacinas, 2021.** Recuperado de: [CPI da Covid: executivo da Pfizer confirma que governo Bolsonaro ignorou ofertas de 70 milhões de doses de vacinas - BBC News Brasil](https://www.bbc.com/portuguese/health-57611111)

CALDWELL, K. L.; ARAÚJO, E. M.. **COVID-19 is deadlier for black Brazilians, a legacy of structural racism that dates back to slavery,** 2020. Recuperado de: <<https://theconversation.com/Covid-19-is-deadlier-for-black-brazilians-a-legacy-of-structural-racism-that-dates-back-to-slavery-139430>>. Acesso em: 30 mar. 2021

CASTRO, E. **El vocabulario de Michel Foucault. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores.** Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CHAKRABORTY, D.. The “living dead” within “death-worlds”: Gender crisis and Covid-19 in India. **Feminist Frontiers**, 2020. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gwao.12585>

CRENSHAW, K.. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford. V. 43, pp. 1241-1299, 1991.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E ESTATÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS - DIEESE. **A inserção das mulheres no mercado de trabalho**, 2020. Recuperado de: <https://bit.ly/3guSkmH>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DIAS, M.; MELO, P. V.; BRITO, T. Indígenas, negros e pobres: odiados pelo Estado e excluídos da internet. **Alma Preta**, 2020. Recuperado de: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/indigenas-negros-e-pobres-odiados-pelo-estado-e-excluidos-da-internet>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ETOWA, J., HYMAN, I. Unpacking the health and social consequences of COVID-19 through a race, migration and gender lens. **Can J Public Health** 112, 8–11, 2021. <https://doi.org/10.17269/s41997-020-00456-6>

FADIGAS, A. vulnerability factors of shellfisherwomen in the face of oil spill events: Na analysis of the Prestige case. **International Journal of Disaster Risk Reduction** 24, 2017. Recuperado de: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ijdr.2017.07.010>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

FLEURY, D., OLIVEIRA, V. Por que é importante produzir informações sobre raça no Brasil, 2020. Recuperado de: <https://www.justificando.com/2020/12/10/por-que-e-importante-produzir-informacoes-sobre-raca-no-brasil/> Acesso em: 10 jun. 2021.

FIGUEROA, J.F. *et al.*. Association of race, ethnicity, and community-level factors with COVID-19 cases and deaths across U.S. counties. **HealthCare** 9, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.hjdsi.2020.100495>

FOUCAULT M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRASER, T., Aldrich, D.P.. The dual effect of social ties on COVID-19 spread in Japan. *Sci Rep* 11, 1596, 2021. Recuperado de: <https://doi.org.ez35.periodicos.capes.gov.br/10.1038/s41598-021-81001-4>

GÊNERO E NÚMERO, SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA - SOF. Sem parar o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. **Relatório de pesquisa**. Recuperado de: http://mulheresnapanemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf

GOMES, N. **Questão racial e o novo coronavírus no Brasil**. São Paulo: Fiedrich Ebert Stifung, 2020.

HERST, M. **Mortalidade por Covid-19 e queda do emprego no Brasil e no Mundo**. Brasília: Ipea, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (28/08/2019) **IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019**. Recuperado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

[noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019](#) Acesso em: 27 set. 2020.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira, 2020.

_____. **Coordenação de População e Indicadores Sociais.** - Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

_____. **Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país.** 2020b. Recuperado de: encurtador.com.br/nuvJ0

_____. **Covid-19.** 2020c Recuperado de: <https://Covid19.ibge.gov.br/>

LAGO, C.; *et al...* A pandemia não tem rosto mulher. **Revista Alaic.**v. 19, n. 35, 2020.

LEE, C. J.. **COVID-19 isn't simply a medical or epidemiological crisis; it is a crisis of sovereignty,** 2020. Recuperado de: <https://africasacountry.com/2020/04/the-necropolitics-of-Covid-19> (4.1.2020)

LEONG, N. Racial Capitalism. **Harvard Law Review.** v.26, 2013. p..2151-2226.

LOFSTEDT, R. **Risk Management in Post-Trust Societies.** Londres: Ed. Routledge, 2021.

LEAL, D. U.; LOPES, I. S.; ANDRADE, M. P.. Cuando el gobierno informa mal: el Covid-19 y el tratamiento temprano en Brasil. In: **Razon Y Palabra**, v. 25, n. 112, set./dez. 2021. <https://doi.org/10.26807/rp.v25i112.185>

LOPES, I.; LEAL, D. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo Ministério da Saúde do Brasil. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación** N.º 145, diciembre 2020 - marzo 2021 (Sección Diálogo de saberes, pp. 261-280) ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

LOPES, F., WERNECK, J. Saúde da População Negra: da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, J. (Org.). **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Criola, 2009, p. 5-23.

MARTINS, H.. **Desinformação: crise política e saídas democráticas para as Fake News.** São Paulo: Veneta, 2020.

MARTINS, H., LOPES, I.S, DOURADOS, M. Desiguais e desconectados: a exclusão infocomunicacional no Brasil. IN: BALADRÓN, M.. *et al.. (Des)iguales y (des)conectados: políticas, actores y dilemas info-comunicacionales en América Latina.* 1ª ed, Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Revista Arte e Ensaio**, Rio de Janeiro, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>.

NORONHA, K.; *et al.*. Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. **Cadernos de Saúde Pública** ISSN 1678-446436 n°.6 Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA M., MORAES J. Práticas populares de saúde e a saúde da mulher. Juiz de Fora: **Rev. APS**, v. 13, n. 4, 2010, p. 412-420.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência**. Genebra: WHO, 2018. Recuperado de: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259807/9789248550201-por.pdf?ua=1>. Acesso em: 12 fev. 2021

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS. **Por que a desagregação de dados é essencial durante pandemias**, 2020. Recuperado de: <https://www3.paho.org/ish/images/docs/Data-Disaggregation-Factsheet-Portuguese.pdf?ua=1> Acesso em: 12 jun. 2021.

PINTO, P., ANTUNES, M., ALMEIDA. Instagram as a communication tool in public health: a systematic review. IN: **15th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)** 24 – 27 June 2020, Seville, Spain ISBN: 978-989-54659-0-3, 2020.

OLIVEIRA, V., OLIVEIRA, D. A semântica do eufemismo: mineração e tragédia em Brumadinho. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. jan-mar.;13(1), 2019 P. 13-38.

OXFAM. **Mulheres negras e pandemia: reflexões sobre raça e gênero**. Recuperado de: <https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-e-pandemia/>

RAMOS, M. N. P.. Comunicação em Saúde e Interculturalidade - Perspectivas Teóricas, Metodológicas e Práticas. **Reciis – Revista de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.6, n.4, Dez, 2012.

RECUERO, R *et al.*... Desinformação, Mídia Social e Covid-19 no Brasil: Relatório, resultados e estratégias de combate. **Relatório de Pesquisa**, 2020.

RENN, O. Risk governance: coping with uncertainty in a complex world. **Earthscan**, 2008.

SANTOS, S. A. **Educação: Um pensamento negro contemporâneo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPPIR. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA. Informe da Sociedade Brasileira de Infectologia sobre o novo coronavírus n° 10 – Perguntas e respostas para profissionais da saúde e para o público em geral, 2020. Recuperado de: <<https://web.infectologia.org.br/wp-content/uploads/2020/07/informe-10-perguntas-gerais-Covid-19.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2020.

Sodré, M... **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SCHMIDT, K. *et al...* Public Health and Vector-Borne Diseases—A New Concept for Risk Governance. **Zoonoses and public health**, v. 60, n. 8, p. 528-538, 2013. Recuperado de: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/zph.12045>

SOUSA, C. R. M. A pandemia da Covid-19 e a necropolítica à brasileira. **Revista de Direito**. Viçosa ISSN 2527-0389 | V.13 N.01., 2021. doi.org/10.32361/2021130111391

TONY S. The necropolitics of COVID-19: Race, class and slow death in an ongoing pandemic. **Global Public Health**, 2021. DOI: 10.1080/17441692.2021.1906927 Recuperado de: <https://doi.org/10.1080/17441692.2021.1906927>

VENTURA, D. de F. L.; BUENO F. T.. De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del “neoliberalismo epidemiológico” ante la Covid-19. **Foro Internacional**. Vol. LXI, 2 (244), 2021. DOI: <https://doi.org/10.24201/fi.v61i2.2835>

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H.. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report DGI**, 2017

Desafios da promoção de saúde no meio rural brasileiro: uma revisão sistemática pelo método PRISMA (2017-2021)

Daniela de Ulysséa Leal

Introdução

Os desafios e obstáculos vivenciados cotidianamente pelas populações rurais para acessarem os serviços de saúde são proporcionalmente mais complexos se comparadas aos urbanos. Apesar de o rural e o urbano não serem espaços antagônicos, ao contrário, serem complementares quando se considera que essas fronteiras não são fixas nem evidentes, o que promove circularidade nos cotidianos e trajetórias dos sujeitos rurais, há uma distância, nem sempre espacial, entre as possibilidades que o campo e a cidade oferecem (Castro, 2016).

A dispersão física das populações rurais, problemas socioeconômicos aliados à ausência ou à insuficiência de políticas públicas de saúde e de saneamento e a escassez de recursos aplicados nessas comunidades têm contribuído para consolidar um grave quadro de carências, característico da área rural brasileira (Lima *et al.*, 2019). Ademais, os serviços de saneamento oferecidos à população do meio rural apresentam déficit de cobertura, pois apenas 32,8% dos domicílios rurais estão ligados à rede de distribuição de água, enquanto a maior parte dessa população (67,2%) capta água de chafarizes e poços (protegidos ou não), diretamente de cursos de água sem nenhum tratamento ou de outras fontes alternativas, geralmente insalubres (Brasil, 2013). O acesso à saúde também é desigual, devido ao número de atuações dos profissionais de saúde, visto que apenas 23% se dá no meio rural (Castro *et al.*, 2020).

Os contrastes entre urbano e rural, além de fatores econômicos e políticos, têm raízes históricas, haja vista a prática das terras geralmente estarem em mãos de oligarquias regionais, que tradicionalmente ocupam espaços de poder (Germani, 2006). Além disso, a modernização do sistema econômico demandou do setor agrícola o desempenho do papel de gerador de divisas e de suprimentos das necessidades das classes urbanas, sem que se onerasse o capital industrial (Fonseca, 1985). Essa modernização conservadora e forçada do meio rural, aliada a um modelo de desenvolvimento econômico excludente, que atendeu ao interesse do mercado internacional, internamente ampliou as vulnerabilidades de distintos grupos, incluindo as populações quilombolas, comunidades

pesqueiras, as próprias populações indígenas, incidindo em um “contra desenvolvimento social” (Martins, 2001, p.43).

Esse contra desenvolvimento é responsável por quadros de pobreza extrema que atingem, nos dias atuais, 25,5% da população rural (Mello; Oliveira, 2015). Metade dessa população vulnerável, devido a seu acesso limitado a ativos (definidos de forma ampla) e habilidades limitadas para responder ao risco (Alwang; Siegel; Jorgensen, 2001) é composta por mulheres (47,5%) (IBGE, 2018). Além disso, a desigual estrutura fundiária brasileira reforça essa desigualdade social no campo, quando avaliada a distribuição de terra, pois dos mais de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários, 47% deles possuem área de até dez hectares (Brasil, 2013).

Devido à luta dos movimentos sociais no meio rural, foi aprovada, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), que visa atender às necessidades de saúde, melhorar os indicadores e a qualidade de vida dessa população, reconhecendo as condições e os determinantes sociais do campo e da floresta no processo saúde/doença desses grupos (Lima *et al.*, 2019). A Portaria nº 2.866/2011 institui a política no âmbito do SUS e tem o objetivo de melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor, de etnia e de orientação sexual (Brasil, 2013). De acordo com essa política, o saneamento básico está entre os mais importantes fatores sociais determinantes da saúde, pois contribui para o surgimento de doenças de veiculação hídrica, de parasitoses intestinais e de diarreias.

Sendo assim, as necessidades de saúde dos rurais demandam ações e iniciativas que reconheçam as especificidades desses territórios, objetivando o acesso aos serviços de saúde, a redução de riscos decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas e a aproximação à integralidade do cuidado (Lima *et al.*, 2019). Para melhor compreender as novas articulações e os gargalos que envolvem a saúde no meio rural, esta revisão sistemática visa realizar um breve mapeamento das publicações científicas entre os anos de 2017 e 2021, na forma de revisão sistemática.

Aspectos metodológicos

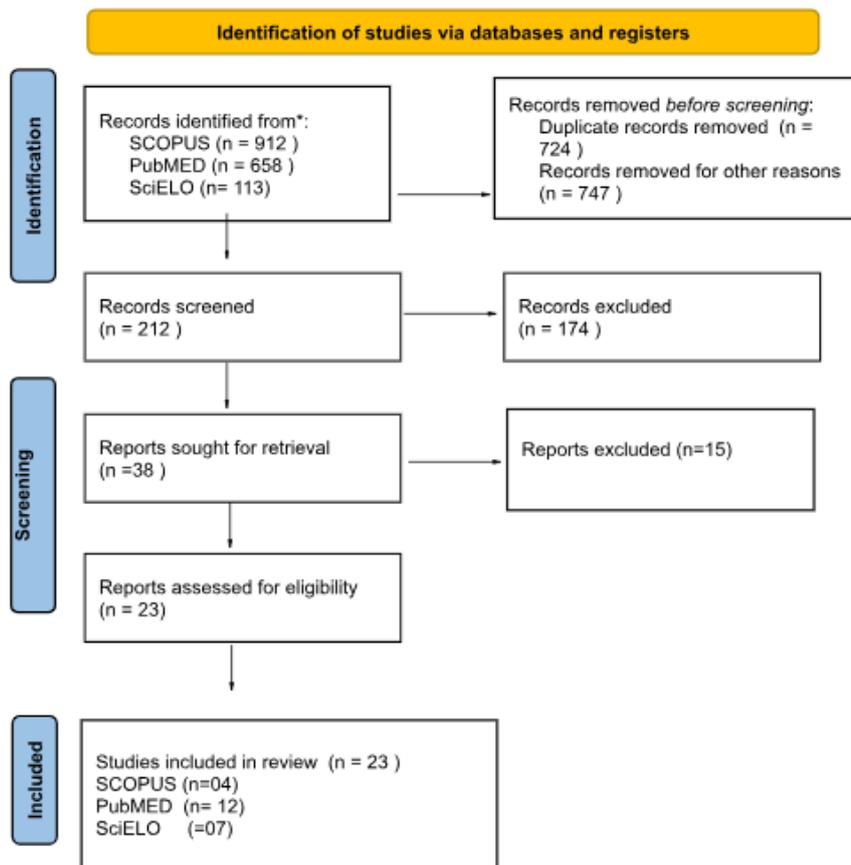
Para a realização desta revisão sistemática, optou-se pela metodologia “Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses – PRISMA (Moher *et al.*, 2009). Para os autores, as revisões e meta-análises sistemáticas têm grande importância nos estudos que envolvem a saúde, sendo um ponto de partida, por exemplo, para o desenvolvimento de diretrizes de prática clínica.

O protocolo desta pesquisa³³ deu-se pela busca das palavras-chave “SaúdeANDRural”, na plataforma PUBMed; “HealthANDRural”, na plataforma Scopus; e “SaúdeANDRural”, na plataforma SciELO. Foram considerados os seguintes critérios de seleção: a) artigos científicos publicados nos últimos cinco anos (entre 2017 e outubro de 2021); b) artigos científicos revisados por pares; c) textos publicados em inglês ou português, d) textos completos em Open Access.

Adotando os passos da metodologia Prisma (identificação, triagem, elegibilidade e inclusão), foram identificados 1683 artigos nas três bases. Em seguida foi aplicada uma triagem, sendo eliminados 724 textos por duplicidade, permanecendo 959 trabalhos. Uma segunda triagem feita com base nos títulos identificou 747 artigos que estavam fora do escopo desta pesquisa, restando 212 artigos pertinentes; após isso, foram examinados os abstracts e verificou-se que apenas 38 contemplavam o propósito deste trabalho. Depois, foi realizada outra triagem com base na leitura da Introdução e Resultados, restando 23 trabalhos. A figura a seguir demonstra o procedimento metodológico:

³³ O protocolo desta pesquisa deu-se pela busca na plataforma PUBMed entre os dias 14 a 20 de outubro de 2021; na plataforma SCOPUS no dia 22 de outubro de 2021 e na SciELO nos dias 25 e 26 de outubro de 2021.

Figura 1 – Diagrama de fluxo PRISMA 2020



Elaborado pela autora com base em Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, *et al.*. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ 2021.

O registo das informações sobre os estudos seleccionados foi feito numa planilha de extração de dados contendo as seguintes informações: Base de Dados; Ano; Journal; Título; País; Instituição; Autores; Palavras-chave; Contribuições.

Resultados e discussões

Dentro deste procedimento, foram avaliados, qualitativa e quantitativamente, 23 textos, 12 extraídos da base PUBMed, 04 da Scopus e 07 da SciELO, conforme o Quadro 1:

Quadro 1- Artigos saúde no meio rural

Item	Título	Autores	REVISTA	Ano
[1]	The impact of health insurance on poverty among rural older adults: an evidence from nine counties of western China	Shaoguo Z, Shuiping Y, Quanfang D	International Journal for Equity in Health	2021
[2]	Fatores associados ao acesso precário aos serviços de saúde no Brasil	Dantas <i>et al.</i>	REV BRAS EPIDEMIOL	2021
[3]	Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas	Lima <i>et al.</i>	Ciência & Saúde Coletiva	2021
[4]	Sintomas de ansiedade entre mulheres rurais e fatores associados	Parreira <i>et al.</i>	Escola Anna Nery	2021
[5]	Barriers to access and organization of primary health care services for rural riverside populations in the Amazon	Garnelo <i>et al.</i>	International Journal for Equity in Health	2020
[6]	Acesso à Atenção Primária à Saúde por idosos residentes em zona rural no Sul do Brasil	Ferreira <i>et al.</i>	Rev Saude Publica.	2020
[7]	Health problems in agricultural workers occupationally exposed to pesticides	Portela de-Assis <i>et al.</i>	Rev Bras Med Trab.	2020
[8]	Prevalence and factors associated with arterial hypertension in a Brazilian rural working population	Salaroli <i>et al.</i>	Clinics.	2020
[9]	A pandemia de COVID-19 em territórios rurais e remotos: perspectiva de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde	Floss <i>et al.</i>	Cad. Saúde Pública	2020
[10]	Fatores de risco cardiovascular em uma população rural brasileira	Luz <i>et al.</i>	Ciência & Saúde Coletiva	2020
[11]	Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil	Matties <i>et al.</i>	Ciência & Saúde Coletiva	2020
[12]	Avaliação da atenção primária à saúde de trabalhadores rurais expostos a praguicidas	Silvério <i>et al.</i>	Rev Saude Publica	2020
[13]	Mortalidade infantil no contexto da ruralidade brasileira: uma proposta para a superação da invisibilidade epidemiológica e demográfica	Alves <i>et al.</i>	Cad. Saúde Pública	2020
[14]	Comportamento sedentário em idosos residentes de zona rural no extremo Sul do Brasil	Leão, Knuth, e Meucci	REV BRAS EPIDEMIOL	2020
[15]	Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática	Trivellato, <i>et al.</i>	Ciência & Saúde Coletiva	2019
[16]	Leprosy survey among rural communities and wild armadillos from Amazonas state, Northern Brazil	Stefani, M e Rosa, P	PLoS One.	2019

[17]	Violência doméstica contra a mulher em contexto rural: reconhecimento das estratégias de atenção	Silva <i>et al.</i>	Rev Bras Promoç Saúde	2019
[18]	A Retrospective Survey of Rodent-borne Viruses in Rural Populations of Brazilian Amazon	Fernandes <i>et al.</i>	Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical	2019
[19]	Efeitos dos pesticidas sobre trabalhadores rurais: parâmetros hematológicos e relatos sintomatológicos	Dalbó, J; Filgueiras, F e Mendes, A	Ciência & Saúde Coletiva	2019
[20]	Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente à instalação de Perímetros Irrigados	Pontes, A; Rigotto, R e Silva, J	Ciência & Saúde Coletiva,	2018
[21]	Overweight in rural elderly: association with healthconditions and quality of life	Tavares <i>et al.</i>	Cien Saude Colet	2018
[22]	Musculoskeletal Disorders In Countryside Fishermen Of Amazonas-Brazil	Fragoso <i>et al.</i>	O Mundo da Saúde	2018
[23]	Rural women and violence situation: access and accessibility limits to the healthcare network	Cocco da Costa <i>et al.</i>	Revista Gaúcha de Enfermagem	2017

Fonte: elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

Entre as áreas de estudo, todos os trabalhos selecionados pertencem à da Saúde. Os trabalhos dividem-se do seguinte modo, por plataformas: na PUBMed, - Saúde Pública (8) e Medicina (4); na Scopus - Saúde Pública (4); e na plataforma Scielo - Saúde Pública (5) e Enfermagem (2). Percebe-se que a grande maioria das pesquisas se concentra na área da Saúde Pública ou Coletiva (17), o que leva a refletir sobre o pouco interesse pela saúde no rural por parte de outras áreas do conhecimento, inclusive no tocante a inovações. Além disso, fica evidente a importância do sistema e equipamento público para promover e solucionar as questões que envolvem a saúde no meio rural.

Da mesma forma, o interesse em desenvolver pesquisas para compreender a saúde no meio rural parte principalmente de centros de estudos em fundações e universidades públicas. Os artigos selecionados foram oriundos de dois países, Brasil (22) e China (1). O estudo chinês [1] é proveniente da escola de Administração Pública de Shaanxi e, entre os brasileiros, 18 trabalhos foram desenvolvidos por universidades federais e estaduais, três (3) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e apenas um vem de uma universidade particular [22]. Sobre as datas das pesquisas, o ano de 2020 foi o que apresentou maior número de publicações (10), seguido por 2019 (05), 2021 (4), 2018 (3) e 2017 (1).

Quanto às metodologias usadas nas pesquisas selecionadas, a maior parte dos trabalhos teve uma abordagem quali-quantitativa (14); entre os demais, seis (06) foram qualitativos e apenas três (03) quantitativos. No que diz respeito ao tipo de pesquisa, 21 trabalhos foram estudos empíricos, um trabalho teórico e uma revisão sistemática.

Os estudos apresentam que uma preocupação recorrente em relação à saúde no meio rural é referente aos problemas que abordam o labor agrícola, tema presente nos trabalhos [7], [8], [10], [12], [19], [20] e [22]. Os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos [7], [12], [19] são estudados de formas diversas, sendo associado ao desenvolvimento de diferentes doenças, como o câncer e as do sistema nervoso central. O desgastante trabalho rural, que envolve esforço físico, pode gerar também doenças osteomusculares [22] e, em associação com hábitos alimentares, pode promover a hipertensão [8] e os riscos cardiovasculares [10].

Tais situações tendem a se agravar, principalmente pela estrutura (ou falta dela) que compromete o acesso aos serviços de saúde pelas populações rurais. Nessa perspectiva, encontrou-se estudos que possuem como foco investigar as dificuldades de acesso aos serviços de Atenção Básica de Saúde pela população rural, seja pelas distâncias geográficas ou por iniquidades sociais [2], [3], [5], [6], [10]. No caso do Brasil, a região Norte recebe um olhar mais atento a essa questão [3], [5] pela situação particular em que vivem as populações ribeirinhas. A pandemia da Covid-19, por exemplo, revelou de maneira mais veemente a condição de vulnerabilidade e pobreza existente no meio rural, onde muitas políticas públicas não chegam [09]. Destacou também que a atenção primária à saúde (APS) é estratégica em surtos e epidemias, considerando os atributos de acesso, integralidade, coordenação do cuidado, abordagem familiar e comunitária e competência cultural [09].

As dificuldades de acesso à saúde no meio rural afetam cada grupo social de maneira diferente. Entre os mais vulneráveis, observa-se a insegurança alimentar [11], [15] e mortalidade infantil [13]. Outros fatores de desigualdade, como a velhice, por exemplo, tem sido a preocupação central de artigos. Os estudos abordam desde a necessidade de se ter seguro de vida na China [1], aos pontos limitantes no acesso ao sistema [6], efeitos do sedentarismo na terceira idade [14] e obesidade [21].

Tudo isso influencia o padrão de adoecimento no meio rural. Nesse sentido, os estudos apontam que, em parte do rural brasileiro, as doenças que acometem caracteristicamente as populações rurais são a lepra [16] e as viroses transmitidas por roedores [18], ambos na região amazônica. Não obstante, doenças “urbanas” chamadas

de "doenças da modernidade", como a obesidade [21], começam a impactar o meio rural. Além disso, tem sido observado na literatura acadêmica que essas doenças tendem a ocorrer simultaneamente com as patologias infectoparasitárias presentes no meio rural, aumentando substancialmente a vulnerabilidade social dessas populações [21].

A obesidade rural está diretamente relacionada à alteração dos modos de vida. Essas alterações podem ser mais drásticas, fazendo com que haja uma reconfiguração compulsória dos modos de vida no campo, com repercussões sobre a saúde dessas populações, a exemplo de situações de pressões e conflitos ambientais, [20]. Dessa forma, as necessidades de saúde devem ser compreendidas no contexto dos territórios em que os sujeitos individuais e coletivos se inserem, reconhecendo-se a complexidade das questões sociais, econômicas, culturais e ambientais [20].

Dito isso, compreendendo as especificidades que envolvem a saúde da mulher e principalmente ser mulher no meio rural, entre os artigos selecionados foi possível verificar que ainda é um tema emergente. Os poucos trabalhos que trazem a mulher rural como tema conjugado à saúde abordam violência doméstica [17], [23] e as causas e efeitos da ansiedade nas mulheres rurais [4]. O artigo [17] aborda a atuação dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) diante das situações de violência doméstica contra a mulher em contexto rural e as estratégias de escuta atenta e sensível e trabalho em equipe. O trabalho [23] analisa, a partir dos discursos de profissionais, o acesso e a acessibilidade à rede de atenção às mulheres em situação de violência, residentes em contextos rurais, identificando que aproximar os serviços que integram a rede de atenção à violência contra a mulher e qualificar os profissionais para acolher essas situações pode facilitar o acesso e a adesão das mulheres rurais a esses serviços.

O artigo [4] busca identificar os sintomas de ansiedade em mulheres rurais e a influência de variáveis sociodemográficas, econômicas, comportamentais e de saúde reprodutiva sobre os sintomas de ansiedade. De acordo com o estudo, as mulheres que afirmaram ter uma convivência "ruim" com o companheiro apresentaram maiores escores de sintomas de ansiedade, assim como o número de filhos e a variável idade. A identificação dos sintomas e os fatores associados, por parte da equipe de saúde, pode contribuir para ações específicas e encaminhamentos adequados.

Considerações finais

Diante do exposto, percebe-se que a promoção da saúde no meio rural envolve muitas variáveis e apresenta, dentro desta complexidade, particularidades que demandam do pesquisador o conhecimento aprofundado deste contexto. A saúde pode ser comprometida pelos efeitos do labor insalubre, pelas desigualdades sociais, limites de acesso ao sistema de saúde, além de contatos com patógenos que não são encontrados em áreas urbanas.

As mulheres, protagonistas importantes das dinâmicas do cenário rural, não despontam como parte de muitos estudos, aparecendo sempre conjugadas à violência de gênero, que se agrava devido às questões culturais e de distanciamentos geográficos. Para além de vítimas, essas sujeitas desempenham um papel fundamental no tocante ao cuidado e à saúde familiar e ambiental, além dos lugares que ocupam nas comunidades rurais, ainda mais significativos em tempos de pandemia.

Por fim, conforme esta revisão sistemática, a relação entre a saúde e a comunicação não é abordada quando se pesquisa o meio rural, embora a comunicação tenha papel fundamental na promoção da saúde, já que a saúde plena de uma população está ligada à sua democracia, a qual inclui direito à comunicação.

Referências

ALWANG, J.; SIEGEL, P.B.; JORGENSEN S.L. Vulnerability: a view from different disciplines **Judith. Discussion Paper** N.0115. 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. 2013.

CASTRO, E. G.. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, nº 45, p. 193- 212. Julho/dezembro de 2016. ISSN 1517-5901

CASTRO, F.; SANTOS, Á.; REIS, G.; VIVEIROS, L.; TORRES M.; OLIVEIRA JUNIOR, P. Telemedicina rural e COVID-19: ampliando o acesso onde a distância já era regra. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, 15(42):2484. 2020. [https://doi.org/10.5712/rbmfc15\(42\)2484](https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2484).

FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, Coleção Educação Popular n 3, 1985;

GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos**, vol. 2, n. 2, 2006. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3040>>. Acesso em 05 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017: agricultura familiar**, v. 7, p.1-108. IBGE/SIDRA Rio de Janeiro 2018. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

LIMA, Â. R. A. *et al.*. Necessidades de saúde da população rural: como os profissionais de saúde podem contribuir? **Saúde em Debate**, v. 43, n. 122, p. 755–764, 2019.

MARTINS, J. S.. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31-36, Dec. 2001.

MELLO, J.; OLIVEIRA, Y. R. Apresentação. In: MELLO, J. A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Brasília: MDS, 2015, (p. 7-12). (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, nº 23).

MOHER, D. *et al.*. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. **PLoS Medicine**, jul. 2009.

PORTELLA, M. R. Bras. Enferm" Brasília, v. 52, n. 3, p. 355.364, 1999.

STEVANIM, L. F.; MURTINHO, R. **Direito à comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo Ministério da Saúde do Brasil³⁴

Ivonete da Silva Lopes

Daniela de Ulysséa Leal

Introdução

Desde o surgimento do primeiro caso do novo coronavírus no Brasil, em fevereiro, até setembro de 2020, o país havia registrado 4,7 milhões de pessoas infectadas e quase 142 mil óbitos (Brasil, 2020). Apesar dos números elevados, parece não haver entendimento nacional sobre a gravidade da pandemia nem sobre as possibilidades de enfrentamento e cura. Sustentamos a hipótese que o negacionismo do presidente da República Jair Bolsonaro (2019 – 2022) tem colaborado para gerar ruídos na comunicação de riscos sobre a pandemia. A postura de negação, conforme Martine e Alves (2019), consegue mais facilmente aderência social por não exigir mudança de comportamento, como as requeridas pelos protocolos de enfrentamento à Covid-19.

Este trabalho examina como o Ministério da Saúde (MS) tem comunicado os riscos da Covid-19 diante de um contexto institucional contraditório. De um lado, existem as evidências científicas e os protocolos indicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para lidar com a pandemia e, por outro, a postura negacionista do presidente da República, a quem o MS está subordinado. A relação entre a gestão da comunicação e o negacionismo no Brasil é muito importante para a reflexão sobre as consequências de uma política de comunicação em saúde pública. Adiciona-se ainda o uso instrumental da comunicação, prática comumente adotada em governos autoritários e populistas, que concentram esforços na legitimação da gestão em detrimento da promoção da saúde (Gil; Matos, 2012). Características observadas na práxis comunicacional do Ministério da Saúde (Reuters, 2020), conforme discussão apresentada neste artigo.

As campanhas do MS para prevenção e enfrentamento à pandemia foram analisadas sob a perspectiva da comunicação de risco, conceito que envolve conexões entre as informações sobre determinada ameaça e as percepções e respostas do público sobre esta, na busca do engajamento social pela prevenção do risco. Desse modo, para se comunicar os riscos a que uma população está sujeita é preciso considerar seu caráter

³⁴ Artigo publicado na Revista Latinoamericana de Comunicación – Chasqui, nº 145, dezembro 2020 – março 2021, p. 261-280.

dinâmico, visto que a comunicação varia de acordo com o risco, com a população e com muitas outras variáveis, como cenário político e socioeconômico (Covello, 1993).

Pela CR são muitas as variáveis necessárias para o sucesso das estratégias de comunicação e gestão do risco, como o dinamismo, no qual as mensagens devem ser adequadas a cada situação e público. Todavia, em meio à pandemia do novo coronavírus no Brasil, alguns fatores se apresentam para conturbar todo o processo comunicacional e, conseqüentemente, a saúde pública, como o negacionismo, fortalecido pela pessoa do presidente da República. Neste sentido, percebe-se que o perigo pode estar presente também no modo como as pessoas percebem e respondem aos riscos (Abrams e Grewhawt, 2020).

O texto estrutura-se em três seções. A primeira delas discute a comunicação no contexto brasileiro de negacionismo; na sequência, o procedimento metodológico baseado na análise de conteúdo (Bardin, 2011) e as categorias criadas para se estudar as campanhas do MS; por fim, são discutidos os resultados.

Negacionismo versus comunicação de risco

A postura do presidente Jair Bolsonaro (2019 – 2022) não tem sido nada cautelosa desde o início da pandemia. Diante da confirmação do vírus no país, ele afirmou que não se tratava de uma situação “alarmante” (Jornal do Comercio, 2020). Em 10 de março, em um evento com Donald Trump, o presidente brasileiro chama o vírus de “fantasia”; no entanto, no dia seguinte, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou situação de pandemia. E assim tem sido o comportamento de Bolsonaro durante os seis primeiros meses de pandemia, com falas desdenhando da doença e rejeitando a gravidade da situação. Chegou a alegar que a Covid-19 se trata apenas de uma “gripezinha” e que “infelizmente algumas mortes terão, paciência, acontece, e vamos tocar o barco” (Istoé, 27/03).

O negacionismo não se restringe apenas à retórica presidencial, mas se evidencia principalmente na recusa às orientações de prevenção e enfrentamento à pandemia. Foram várias as aparições públicas do presidente sem máscara, em locais populares, causando aglomerações entre os seus seguidores. Adiciona-se ainda sua desaprovação às diversas medidas adotadas pelos governadores para o enfrentamento da Covid-19, como o isolamento social, fechamento do comércio e paralisação do transporte público. Bolsonaro, apesar de não ser médico, fez indicação pública de medicamentos sem eficácia comprovada cientificamente para o tratamento da Covid-19, episódio que resultou na

demissão de dois ministros da saúde por serem médicos e basearem suas decisões em evidências científicas.

Essa atitude da maior autoridade do país frente à pandemia provavelmente está servindo de estímulo para que se ignore o distanciamento social. No Brasil, durante os momentos mais críticos, quando foram registrados em julho, num único dia, 57.383 novos casos, pessoas se aglomeravam em praias e bares, houve casos de desafios à fiscalização que buscava garantir o cumprimento das normas de distanciamento social. Ainda que os números indicassem a gravidade do vírus, a superlotação dos hospitais e os óbitos decorrentes da pandemia, parece que a situação não trouxe mudanças de comportamento de uma parte da população. Nesse aspecto, compartilhamos com Martine e Alves (2019, p.19) que “a opinião pública é mais facilmente influenciada pela propaganda negacionista, pois ela desobriga as pessoas de mudar seu comportamento ou enfrentar questões complexas relacionadas ao paradigma de [enfrentamento à Covid-19 e proteção da vida]”.

Outro aspecto complicador para a gestão do enfrentamento à pandemia foram as trocas de ministros da saúde, três entre fevereiro e maio. Quando o contágio se iniciou no Brasil, Luiz Henrique Mandetta³⁵, Ministro da Saúde na época e de formação médica, buscou estabelecer protocolos para preparar o sistema público de Saúde, apresentando ao presidente dados, projeções e medidas de prevenção a serem tomadas. O ex-ministro afirma que os desentendimentos com Bolsonaro se acirraram quando este passou a promover a cloroquina e hidroxicloroquina (Mandetta, 2020), fármacos genéricos empregados há décadas no tratamento de doenças como artrite reumatoide e malária e que não obtiveram comprovação científica no tratamento da Covid-19 (Ektor, 2020). Em 15 de junho, Bolsonaro declara em uma emissora de TV aberta que “eu tinha informações que a cloroquina estava dando certo, de forma não comprovada cientificamente [...]” (Jornal do Commercio, 2020). Essa fala do presidente vai de encontro aos resultados de pesquisas científicas (Peiffer-Smadja *et al.*, 2020; Ektor, 2020; Silva, Azize, 2020) que apontam os riscos do uso dessa droga, e as orientações dos pesquisadores brasileiros, principalmente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição científica brasileira com mais de um século de atividades no desenvolvimento de pesquisas na área de saúde.

³⁵ Henrique Mandetta, apesar da postura técnica no momento da pandemia, é defensor do fim da gratuidade do SUS e defendeu a expulsão dos médicos cubanos do Brasil.

Jair Bolsonaro pressionava pela inclusão do uso destes medicamentos desde os primeiros sintomas do coronavírus. Essas declarações públicas do presidente podem ser interpretadas dentro do escopo teórico da pós-verdade, no qual existem duas categorias de desinformação: a divulgação de informações imprecisas ou falsas por uma fonte desinformada ou a divulgação deliberada de informações falsas ou imprecisas. Ambas categorias moldam as informações para se adequarem a uma agenda específica (Harsin, 2018). Devido às muitas reuniões entre o presidente e donos de laboratório fabricantes de cloroquina, pode-se aferir a intencionalidade contida em suas afirmações sobre o remédio, sendo que, segundo dados do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), o consumo de cloroquina pelos brasileiros cresceu 358% durante a pandemia (Correio Braziliense, 2020).

O governo acabou optando pela troca de ministro, assumindo, em 17 de abril, Nelson Teich, oncologista, que ficou no cargo menos de um mês, pedindo sua demissão pelo embate com Bolsonaro sobre o uso da cloroquina. Com isso, o general Eduardo Pazuelo, especialista em logística, assume o Ministério da Saúde interinamente e implementa, em 21 de maio, um protocolo nacional para incentivar o uso da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19 em hospitais públicos. O general é efetivado como ministro em 16 de setembro, alinhando a pasta ao discurso negacionista da presidência. Nesse sentido, os laboratórios do Exército também passaram a produzir a hidroxicloroquina, chegando a um estoque de mais 1,85 milhão de unidades (Correio Braziliense, 2020).

Neste contexto de crise sanitária grave, o negacionismo que se apresenta tem suas origens nas questões epistemológicas vinculadas ao negacionismo científico, que vem sendo aceito socialmente, desconsiderando argumentos racionais, a exemplo do criacionismo e o terraplanismo (Caponi, 2020). Outro fator de origem apontado pela autora é a questão ético-política, como os direitos humanos, pois o governo, ao não assumir o respeito às normativas e regulações internacionais estabelecidas pela OMS, instituiu parâmetros e pautas sobre quem deve e quem não deve ser assistido, legitimando decisões não éticas sobre a vida e a morte.

As questões trazidas por Caponi (2020) corroboram para pensar o perfil das vítimas da Covid-19 no Brasil e as medidas “seletivas” adotadas pelo governo no enfrentamento à pandemia. Cabe lembrar que os primeiros casos foram registrados nas grandes cidades, pessoas de classe média e alta com histórico de viagens internacionais. No entanto, rapidamente os negros, parcela mais pobre da população passou a

corresponder a 55% das vítimas fatais do novo coronavírus (Dias; Melo; Brito, 2020). A população indígena, desprezada³⁶ pelo Governo Federal, teve 158 povos afetados, com 35.840 casos e 844 óbitos registrados até 12 de outubro (Apib, 2020).

Diante de um contexto tão culturalmente heterogêneo e desigual quanto o brasileiro, a comunicação de riscos (CR) é um conceito que contribui para problematizar as ações do Governo Federal de enfrentamento ao coronavírus. Primeiro porque diversos estudos apontam que a comunicação tem potencial de contribuir para a promoção da saúde e prevenção de doenças (García del Castilho *et al.*, 2020; Rezwani; Khorshed; Jeff, 2020). Segundo, a CR exige que se atente sobretudo à diversidade social e à adequação das mensagens aos diferentes grupos sociais. Isso significa que mesmo diante da dimensão global da Covid-19, a demanda é por uma comunicação própria para cada tipo de comunidade. A linguagem deve, então, ser adequada ao contexto de cada grupo, reforçando a compreensão dos processos pelo público leigo. A CR precisa, também, atender à temporalidade do evento. Em emergências de saúde pública, a população precisa se informar sobre riscos sanitários e medidas de proteção por meio de canais e plataformas acessíveis, no devido tempo e frequência (OMS, 2018). Perante a velocidade de contaminação do SARS-COV2, percebe-se a importância da agilidade na disseminação das informações.

A comunicação de risco considera a experiência social do risco, que é moldada pelos processos de informação, pelas estruturas institucionais, pelo comportamento do grupo social e pelas respostas individuais e, para Lofstedt (2012), a confiança tem um papel de destaque nesse fenômeno. Dessa maneira, para que a população aceite os protocolos de enfrentamento da Covid-19, ou a existência do risco, é preciso que haja confiança em quem gerencia a comunicação e a crise sanitária. A postura conflitante do presidente com os dois primeiros ministros da saúde provavelmente criou interferências no entendimento da gravidade da pandemia ou ainda pode ter estimulado que muitas pessoas tenham continuado a negligenciar as medidas de prevenção.

Nesse sentido, diante de um risco, a razão humana pode ficar prejudicada e comprometer o poder de decisão, devido a fatores que afetam os aspectos emocionais dos indivíduos, como o medo (Batista, 2007). Para o autor, essa percepção é influenciada pela

³⁶ A Associação dos Povos Indígenas do Brasil precisou divulgar uma nota cobrando do Governo Federal um plano de ação emergencial para proteger esses grupos. Disponível em <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/riscos-do-coronavirus-para-populacao-indigena>>. Acesso em: 14 out. 2020.

capacidade percebida do indivíduo em lidar com o problema, o que faz com que este passe por diferentes fases ante seu processo decisório: saber da existência do risco, ter conhecimento suficiente do problema para avaliar as alternativas disponíveis, compreender a importância da informação e o impacto em sua vida, ter capacidade de incorporar a informação em seu processo decisório.

Sendo assim, as estratégias de CR devem gerar engajamento, visto que, além de informar a população, precisam envolvê-la na prevenção dos riscos (Covello, 1993), o que se torna imprescindível numa situação de pandemia, na qual os indivíduos devem se conscientizar da gravidade da situação e tomar atitudes que defendam sua saúde e a do coletivo. Para isso, é necessário um alinhamento entre a percepção do risco por parte do emissor e da recepção da mensagem.

Dessa forma, percebe-se o importante papel do agente comunicador de riscos, no sentido de transpor barreiras cognitivas, visto que, caso o receptor não tenha habilidade para absorver a informação, pode optar pela simplificação, pela alternativa mais fácil e rápida, não necessariamente a melhor. No caso do Covid-19, tem-se observado um grande esforço das entidades e organizações públicas e privadas em transmitir uma comunicação de risco de qualidade e com a linguagem adequada ao público em geral. As organizações da área da saúde têm ocupado papel balizante em tempos de pandemia, servindo de guia no enfrentamento da contaminação para os demais setores. Segundo a OMS (2018), para se conquistar a confiança da população nessas circunstâncias, as intervenções sobre CR devem ser funcionais, acessíveis, transparentes, oportunas, de fácil compreensão, além de admitir as incertezas. A organização aconselha que autoridades e peritos escutem a sociedade, respondendo às suas preocupações e necessidades, para que o seu aconselhamento seja aceitável, relevante e confiável.

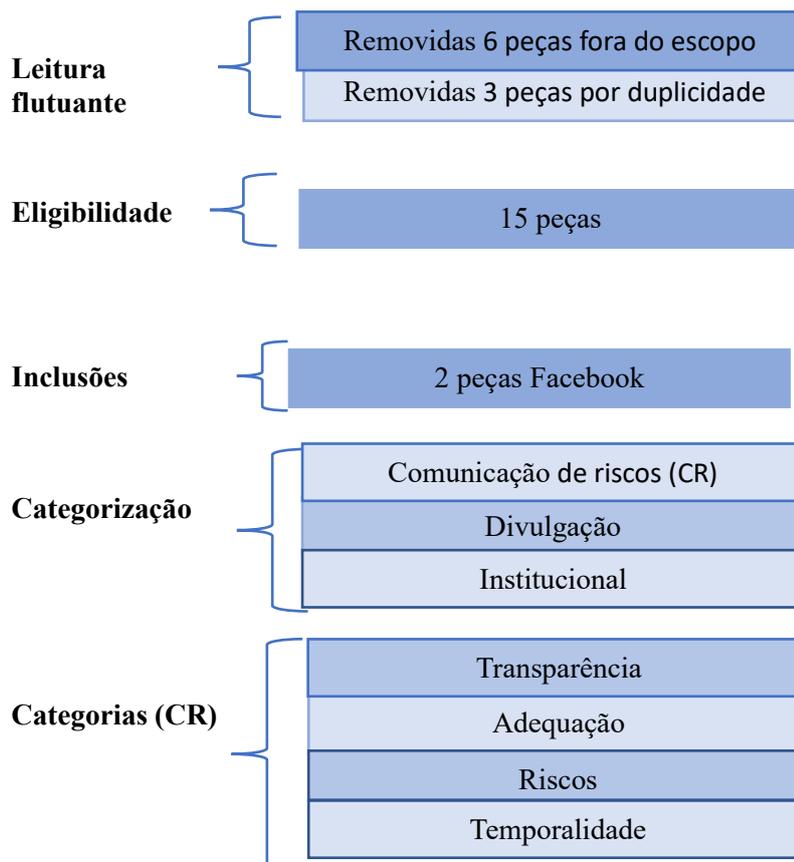
Metodologia

O procedimento metodológico adotado baseia-se primordialmente na análise de conteúdo (Bardin, 2011). Fizemos algumas adaptações sobretudo em relação à homogeneidade do *corpus*, conforme sugerido pela autora, que acabamos por não adotar. Como se trata de uma amostra de 24 campanhas que se dividem em *posts*, filmes, cartazes, filmes, spots e cartilhas, fizemos a opção de analisar todas as peças por se referirem a estratégias comunicacionais do Ministério da Saúde para o enfrentamento da Covid-19.

Na primeira etapa da análise de conteúdo, a leitura flutuante ou pré-análise (Bardin, 2011), foram excluídos seis vídeos por não fazerem parte do escopo desta

pesquisa. Embora estivessem como integrantes das campanhas coronavírus, eles tratavam sobre várias etapas (faixa-etárias) do desenvolvimento infantil sem fazer nenhuma conexão com o contexto pandêmico. Entre as 18 peças restantes, três foram consideradas como duplicadas. Apresentavam o mesmo conteúdo para divulgação em diferentes mídias, por exemplo, a convocação dos estudantes formandos da área da Saúde, que aparece como filme e spot (ver quadro 1).

Figura 1: Procedimento metodológico



Fontes: Autoras.

As 17 peças que compõem o *corpus* final deste artigo foram agrupadas em três categorias: 1) institucional, 2) divulgação e 3) comunicação de riscos. Posteriormente, foram criados quatro tipos ideais de CR: 1) transparência; 2) riscos; 3) adequação, e 4) temporalidade. As tipologias foram criadas com base na discussão teórica sobre comunicação de riscos (Covello, 1993; Batista, 2007; Lofstedt, 2012) e no guia *Comunicação de riscos em emergências de saúde pública* (OMS, 2018) e servem como ferramentas para analisar a produção de conteúdo, especificamente as campanhas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.

Discussão

Este trabalho estuda de forma aprofundada o material disponibilizado no site <https://www.saude.gov.br/campanhas/46452-coronavirus>, que abrange o início da pandemia no Brasil até setembro de 2020, no total de 15 peças. As campanhas de comunicação desenvolvidas pelo Ministério da Saúde contribuem para se atender à política de enfrentamento à Covid-19 pelo governo federal, no entanto, reconhecemos que outras ações precisam ser consideradas no diálogo do órgão com a sociedade, especialmente para se comunicar os riscos do novo vírus, seja por meio das redes sociais ou coletivas de imprensa. Desse modo, analisamos de forma não exaustiva alguns *posts* no Facebook.

Quadro 1: Campanhas do Ministério da Saúde para o enfrentamento à Covid-19

Data	Material	Público-alvo	Abordagem	Fragments do texto
19/03	Filme	Geral	Divulgação <i>Fake News</i>	Antes de compartilhar mensagens de saúde, confirme se elas são verdadeiras no canal de WhatsApp Saúde sem <i>Fake News</i> .
03/04	Filme e spot	Estudantes saúde	Divulgação Convocação	Estudantes dos dois últimos anos de Medicina e do último ano de Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, você será convocado para atender a pacientes com coronavírus em todo o país. O Brasil conta com você! (diversidade entre os estudantes)
15/04	Filme	Crianças	Comunicação de risco Sintomas, como se proteger	O que é o novo coronavírus?
24/07	Filme	Geral	Institucional	Entrega nacional de 100 milhões de EPIs, R\$15 milhões distribuídos entre os estados. Mais de um milhão e meio de brasileiros se recuperaram da Covid-19. O cuidado do Governo Federal com os brasileiros continua.
28/07	Filme	Nordeste	Institucional	Governo Federal Coronavírus entrega Região Nordeste. O

				cuidado do Governo Federal com o Nordeste continua.
30/07	Filme	Sudeste	Institucional	Governo Federal Coronavírus entrega Região Sudeste. O cuidado do Governo Federal com o Sudeste continua.
31/07	Filme	Norte	Institucional	Governo Federal Coronavírus entrega Região Norte. O cuidado do Governo Federal com o Norte continua.
31/07	Filme	Sul	Institucional	Governo Federal entrega região Sul.
31/07	Filme	Centro-Oeste	Institucional	Institucional Governo Federal Coronavírus entrega Centro-Oeste.
31/07	Filme	Distrito Federal	Institucional	Governo Federal Coronavírus entrega Distrito Federal.
27/08	Filme Spot	Geral	Comunicação de risco Cuidado precoce	Para combater a Covid-19, a orientação é não esperar. Quanto mais cedo começar o tratamento, maiores são as chances.
01/09	Cartilha	Pais e responsáveis crianças	Comunicação de risco Orientações	O que é esse tal de coronavírus? Novo coronavírus. Vamos nos proteger? Sintomas, proteção e incertezas sobre o vírus.
14/09	Cartaz e Post	Geral	Comunicação de risco Sintomas	Ao perceber os sintomas da Covid-19 #nãoespere. Procure um médico.
14/09	Post	Geral	Divulgação App Conect SUS exames	Baixe o APP Conect SUS e acesso os exames (Covid-19). Divulga serviço disponibilizado pelo SUS
14/09	Post	Geral	Comunicação de risco Mosaico sintomas	Dor de cabeça, cansaço, febre... #nãoespere. Procure um médico.

Fonte: Autoras. Construído com base no site do Ministério da Saúde.

Feitas as exclusões das peças por estarem fora do escopo da pesquisa ou por duplicidade, restaram 15 peças que, pelas semelhanças, foram agrupadas em três categorias:

a) Institucional – o enfoque é propagandístico ao mostrar as ações que o Governo Federal para “suprir” as demandas dos estados e regiões brasileiras no atendimento à população vítima da Covid-19. Esta categoria é constituída por sete peças e corresponde a 46,6% das campanhas lançadas pelo Ministério da Saúde. Foram veiculadas entre 24 e 31 de julho de 2020, período no qual o país enfrentava a maior crise no atendimento aos pacientes e registrava os números mais elevados, chegando a 57.837 novos casos em 30 de julho e acumulados 92.475 óbitos. Enquanto os noticiários mostravam o sofrimento das vítimas e seus familiares, a exemplo do Distrito Federal, onde oito unidades de saúde que têm leitos de UTI pelo SUS estavam sem vagas (G1, 2020), o governo tentava amenizar as críticas e mostrar ações que não correspondiam à realidade.

Figura 2: Entrega nacional



Fonte: Ministério da Saúde.

As peças tiveram como público-alvo a população nacional, os moradores do Distrito Federal e cada uma das cinco regiões brasileiras teve um filme específico. A narrativa foi construída com falas de pacientes, familiares das vítimas e profissionais de saúde para reforçar a ideia da importância do cuidado familiar, de médicos/enfermeiros e do Governo Federal – responsável pela distribuição de recursos financeiros e equipamentos, conforme o texto: “[...] Entrega nacional de 100 milhões de EPIs, R\$15 milhões distribuídos entre os estados [...]” “Mais de um milhão e meio de brasileiros se recuperaram da Covid-19. O cuidado do Governo Federal com os brasileiros continua” (Brasil, 2020).

Observamos que as estratégias adotadas nas campanhas disponibilizadas no site do Ministério da Saúde se refletem nas postagens feitas nas redes sociais, mostrando convergência entre o resultado da pesquisa aqui apresentada e a de Pinto *et al.* (2020).

Esses autores, ao analisarem os *posts* do MS no Instagram entre janeiro e abril/2020, revelaram que as publicações priorizaram ações do governo para combater o vírus e em segundo plano foram oferecidas informações de PS [promoção da saúde]. A estratégia dominante foi a institucional (82 *posts*) - o governo foi tema de 38,75% dos *posts* e o MS de 61,25%; esse protagonismo implicou em menos conteúdo educativo em saúde (39,3% dos *posts*). Embora as duas pesquisas utilizem categorias distintas de análise, podemos inferir que há aproximação entre promoção da saúde tratada por Pinto *et al.* (2020) e a de comunicação de riscos, contudo, essa abordagem foi negligenciada nas ações comunicacionais do MS, em tentativa de promover o governo.

b) Divulgação – nesta categoria constam três peças, 20% das campanhas, que informam sobre serviços disponíveis. Um deles é o canal do MS para verificação de *Fake News*, o ministério alerta: “Antes de compartilhar mensagens de saúde, confirme se elas são verdadeiras no canal de WhatsApp Saúde sem *Fake News*” (Brasil, 2020). Outro serviço divulgado é o aplicativo “App Conect SUS exames”, que disponibiliza os resultados dos exames, inclusive os testes de Covid. Por último, a convocação de estudantes de Medicina e de outras áreas da saúde para atender pacientes do coronavírus em todo o país.

c) Comunicação de riscos – categoria formada por campanhas que trazem informações sobre os sintomas, medidas de prevenção e enfrentamento à Covid-19. Composta por cinco peças ou 33% do material elaborado pelo MS. Esta categoria será analisada no próximo tópico.

Comunicação de riscos pelo Ministério da Saúde

Depois de categorizado o *corpus*, interessa-nos entender mais profundamente como os riscos da Covid-19 foram comunicados à sociedade. Tomando como base a discussão teórica sobre comunicação de risco (Covello, 1993; Batista, 2007; Lofstedt, 2012) e o guia *Comunicação de Riscos em Emergências de Saúde Pública* (OMS, 2018), elegemos critérios ou tipos ideias para proceder o estudo, buscando encontrar marcas ou ausência delas nas estratégias do Ministério da Saúde ao enfrentamento à pandemia. São eles: transparência, riscos, adequação e temporalidade.

a) Transparência – refere-se à divulgação de informações sobre a pandemia. Envolve sobretudo a transparência sobre o número de infectados, óbitos e dados atualizados sobre o vírus, as condições de atendimento pelo sistema público e privado de saúde.

Em nenhuma das cinco campanhas enquadradas na categoria comunicação de riscos, observa-se a adoção desse critério ou que a transparência tenha servido de mote para a criação de alguma peça ou ação governamental. Contudo, o contrário pode ser verificado. O Ministério da Saúde abandonou as coletivas de imprensa realizadas diariamente, em horário fixado no final da tarde, nos dois primeiros meses da pandemia, quando o médico Luiz Henrique Mandetta esteve à frente do órgão. A coletiva costumava ser o principal destaque dos noticiários noturnos e mostrava o ministro e equipe técnica trazendo dados atualizados, comentando a conjuntura nacional e respondendo questionamentos de jornalistas. O abandono dessa estratégia fragilizou a transparência da gestão pública e sobretudo da comunicação dos riscos da pandemia nas duas gestões posteriores do ministério.

Outro exemplo de opacidade são as figuras 3 e 4, capturadas da página do Facebook do MS, que mais parecem uma tentativa de ocultar informações da sociedade. Os números são manipulados de forma que possam parecer favoráveis ao governo na gestão da pandemia. A primeira delas, “Placar da Vida”, usa a metáfora do futebol nas cores da bandeira brasileira e traz em destaque o número de pessoas recuperadas, no mês em que o país vivenciava os maiores números de óbitos e novos casos por dia. Do mesmo modo, a figura 4 destaca a quantidade de recuperados e sequer apresenta o número de óbitos e novos casos, que ainda permaneciam elevados até setembro.

Figuras 3 e 4: Posts Facebook



Fonte: <https://www.facebook.com/minsaude> (Posts em 20/07 e 25/09)

A manipulação desses dados pelo MS pode ser denominada como semântica do eufemismo (Oliveira & Oliveira, 2019, p. 17), “modalidade discursiva sustentada por declarações, comunicados, textos e ilustrações na qual se reitera mais a imagem idealizada pela empresa [ou governo]. [...] de maneira a coincidirem com as expectativas e os valores politicamente corretos e desejáveis pela opinião pública”. A intenção é mostrar o governo como responsável e zeloso pela saúde da população, estratégia também utilizada nas sete peças categorizadas como comunicação institucional e frequentemente utilizada nas redes sociais do ministério.

b) Riscos – envolve informações sobre os riscos sanitários que a população corre de contrair o novo coronavírus, as medidas que deverão ser adotadas para o enfrentamento à pandemia e proteção à vida. Nesta categoria foram incluídas quatro peças: cuidado precoce (filme e spot), cartilha sobre o que é o coronavírus e duas outras sobre os sintomas (cartaz e posts).

O vídeo de 30 segundos intitulado *Cuidado precoce* faz um apelo para que a pessoa que sentir algum sintoma da Covid-19 (o vídeo especifica tosse, febre, dor de cabeça, perda de olfato ou paladar e cansaço) não espere, afirmando que quanto mais cedo começar o tratamento, maiores são as chances de recuperação. No entanto, essa peça comunicacional não esclarece sobre sintomas leves (em 80% dos casos, quando a recomendação é ficar em casa isolado) e nem sobre a etapa da testagem, que deveria ser o enfoque do cuidado precoce, ao invés de tratamento (SBI, 2020). Com a pouca testagem geral que o Brasil vem realizando e a indução ao uso da cloroquina pelo governo como a cura da doença, esse vídeo pode significar ruídos na comunicação desses riscos pra população brasileira, além de exercer pressão sobre as unidades de saúde públicas.

A cartilha *Novo coronavírus. Vamos nos proteger?*, de 24 páginas, é um material voltado a crianças, pais e responsáveis por crianças. Logo no início há uma mensagem para os pais sobre a necessidade de se conversar com as crianças sobre o vírus e mudanças na rotina, buscando mitigar sentimento de insegurança. A publicação lança mão de personagens, como a Dr^a. Carla (do SUS), e recursos de histórias em quadrinhos (coloridos) para esclarecer sobre a natureza do vírus, sintomas da doença, contágio e prevenção. O material apresenta linguagem simples, adequada ao público infantil, além de trazer um glossário com palavras específicas relativas ao tema. Destaca-se aqui uma dica de cuidado contida na página 12 sobre higiene das mãos, que sugere que a criança conte até 20 em voz alta ou cante duas vezes a música *Parabéns* pra você enquanto esfrega o sabão nas mãos.

A cartilha também apresenta informações sobre os agravantes da doença e os grupos de risco, esclarecendo sobre os cuidados necessários com os idosos: “o melhor é que as crianças fiquem longe do vovô e da vovó (p. 15). Na parte final da publicação, as crianças são convidadas a colaborar numa missão contra o coronavírus, uma boa forma de promover o engajamento desse público no enfrentamento do risco.

Entre as peças comunicacionais sobre os sintomas da Covid-19, o primeiro *post* (Figura 5) apresenta um mosaico de sintomas relacionados à doença com fotos, porém sem descrições que sejam mais específicas e sem ao menos citar o nome da doença ou do vírus. Como se trata de um tipo de peça comunicacional para ser usada em redes sociais, é importante que seja aplicada num contexto onde as informações sobre o vírus já estejam esclarecidas.

Figura 5: Cuidado Precoce

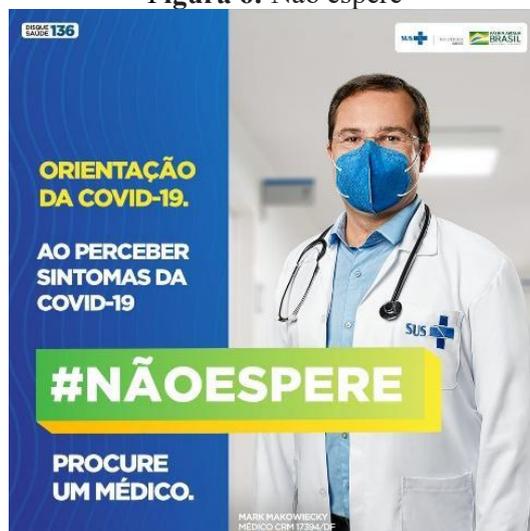


Fonte: Ministério da Saúde

Pode-se observar também, nesse cartaz, o incentivo para procurar um médico com urgência caso haja algum sintoma (*#nãoespere*). Contudo, a Sociedade Brasileira de Infectologia sugere que o paciente só procure ajuda médica se a febre persistir por mais de 24h e, no caso de os sintomas serem leves ou uma “síndrome gripal”, deve permanecer em isolamento respiratório domiciliar por 14 dias, mesmo que não possa fazer o exame específico para Covid-19 (SBI, 2020).

A campanha do Ministério da Saúde conta também com cartaz (*e post*), cujo único intuito é promover a ideia do *#nãoespere*, ou seja, vá imediatamente a uma unidade de saúde pública ou a um hospital particular caso sinta algum sintoma, conforme demonstra a Figura 6.

Figura 6: Não espere



Fonte: Ministério da Saúde

Nesse caso, não há informações sobre a doença ou sua prevenção. Essa estratégia do #nãoespere poderia ser mais eficiente se os aparatos de saúde estivessem melhor estruturados para realizar testagens, meio mais eficaz para se fazer um rastreamento do vírus. Todavia, o Brasil, até 28 de setembro, havia realizado apenas 84.064 testes por milhão de habitantes, enquanto os Estados Unidos fizeram 321.734; Rússia, 315.176; Peru 117.226; e Reino Unido 360.532 (WorldMeter, 2020). Para Bollela (2020), essa baixa testagem está relacionada à falta de estratégias do Ministério da Saúde para definir as diretrizes de ação no combate ao novo coronavírus e na prevenção.

c) Adequação – concerne à adaptação das mensagens para diferentes grupos, considerando as distintas estruturas sociais, culturas, estilos de vida, educação, classe social e outros aspectos demográficos, como gênero e pertencimento racial.

As campanhas tiveram ênfase generalista. A segmentação mais visível foram os filmes institucionais destinados a diferentes regiões brasileiras, além de duas peças destinadas às crianças, ou melhor, aos cuidados que pais e responsáveis deveriam ter para protegê-las do vírus. Entretanto, não houve indícios, até o momento, de que as crianças integrariam o grupo de risco da Covid-19 (Lee *et al.*, 2020), enquanto idosos e pessoas com alguma comorbidade não foram preocupação das campanhas.

Outra observação necessária é que embora o vírus tenha entrado no país pelas metrópoles, não houve adequação das mensagens para as pequenas cidades, com

população entre 10 e 20 mil habitantes, que correspondem a 68,22% dos 5.565 municípios (IBGE, 2019). Na grande maioria deles, os leitos de terapia intensiva são escassos ou inexistentes (Noronha *et al.*, 2020) e, em virtude da ausência de aparatos de saúde, acabam tendo de ser deslocados para as capitais ou cidades maiores – o que acaba piorando a situação nas grandes cidades. Adiciona-se ainda a ausência de comunicação para a população rural, indígena, comunidades tradicionais e para os 13,6 milhões de brasileiros que residem em favelas (Agência Brasil, 2020), em condições precárias, onde não está sendo possível manter o isolamento social, além da escassez de água e de alimentos agravada pela pandemia.

d) Temporalidade – diz respeito ao dinamismo da comunicação de risco na incorporação de componentes dos diferentes estágios da pandemia. Essa é uma característica que tem sua relevância acentuada, especialmente porque as pesquisas sobre a Covid-19 estão acontecendo simultaneamente à sua ampliação global, ao acompanhamento dos estágios da doença e descobertas sobre o comportamento do vírus. Isso significa que procedimentos de proteção e enfrentamento indicados, principalmente pela OMS, estão sendo adaptados de acordo com as descobertas científicas. Serve para ilustrar as orientações em relação ao uso da máscara, medida de proteção inicialmente recomendado até março pelo MS somente para os casos suspeitos, pessoas com sintomas de tosse, espirros e dificuldade para respirar. Em abril, a recomendação foi ampliada para toda a população, sendo indicado o uso em locais públicos.

No que se refere à incorporação da temporalidade nas campanhas no Ministério da Saúde, não tem sido uma estratégia adotada. A comunicação não tem acompanhado os ciclos da pandemia no país, observa-se a temporalidade apenas no início da pandemia, quando o órgão buscou divulgar informações sobre o que era o novo coronavírus, sua forma de contágio e os procedimentos que deveriam ser adotados em caso de suspeita. No entanto, não houve alterações significativas nas campanhas nos seis meses posteriores, sobretudo quanto à interiorização do vírus e ao comportamento social com a abertura de comércio, escolas e áreas públicas (praias e parques).

Considerações finais

O Estado, principalmente o Ministério da Saúde, tem responsabilidade sobre a saúde pública, devendo estabelecer, proporcionar e comunicar os procedimentos de enfrentamento a todos os brasileiros, sem exceção. Nesse sentido, toda diversidade deveria ser contemplada (geográfica, social, étnica, etc.), visto a velocidade do contágio.

A falta de estabilidade na política adotada pelo ministério e em suas diretrizes se refletiu numa comunicação pouco precisa e pouco abrangente sobre os riscos da Covid-19, gerando baixo engajamento social, situação agravada pelo comportamento recorrente de Bolsonaro de provocar aglomerações, aparecer frequentemente em público sem máscara e ainda promover o uso da cloroquina para a cura do vírus.

Esta pesquisa revela uma divergência entre a realidade e as campanhas de comunicação desenvolvidas pelo MS. Governadores reclamavam do atraso de repasse de recursos para criar hospitais de campanha e equipar leitos, situação que segundo Jesem Orellana, epidemiologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), foi “um dos maiores problemas na breve história dos hospitais de campanha foram os atrasos nas entregas. Muitas mortes poderiam ter sido evitadas” (Rede Brasil Atual, 2020). Apesar disso, o governo tentou se promover, quase 50% das campanhas sobre a Covid-19 tiveram como foco a propaganda institucional mostrando o repasse de recursos, equipamentos e o cuidado do Governo Federal com a população.

Especificamente sobre a comunicação de riscos, o Ministério da Saúde a tratou secundariamente, a CR correspondeu a 33% das campanhas. Além de não predominante, a CR apresenta muitas fragilidades. A transparência foi prejudicada com a tentativa de manipular os números, quando o MS destaca o número de recuperados e negligencia o elevado número de novos casos e óbitos (Figura 3). A paralisação das coletivas diárias com o ministro e equipe técnica também prejudicaram o diálogo entre o Estado, imprensa e sociedade. Os riscos foram negligenciados, visto que a comunicação foi imprecisa e pouco clara sobre sintomas, excluindo aspectos de prevenção, e com foco no enfrentamento, o que a transformou num apelo para reforçar a agenda adotada por Bolsonaro.

Destaca-se ainda que não houve adequação das mensagens, a maioria delas foi voltada para a população geral, percebe-se segmentação do público apenas em relação às regiões brasileiras (na comunicação institucional) e duas para crianças, pais e responsáveis. Nesse aspecto, importante destacar a ausência de adaptação da comunicação para as populações que vivem em favelas, comunidades indígenas, em pequenas cidades, entre outras especificidades. A temporalidade também não foi observada para acompanhar as diferentes fases da pandemia, como por exemplo, para orientar a atual fase de abertura do comércio, escolas e áreas públicas.

Referências

ABRAMS, E.; GREWHAWT, M. Risk communication during Covid-19. **J Allergy Immunol Pract**, Vol. 8, n.6, 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Moradores de favelas movimentam R\$ 119,8 bilhões por ano.** 2020 Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/moradores-de-favelas-movimentam-r-1198-bilhoes-por-ano>. Acesso em: 14 out. 2020

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL- APIB. **Dados Covid-19.** 2020. Recuperado de <https://apiboficial.org/>. Acesso em: 12 out.2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, L. A comunicação dos riscos no mundo corporativo e o conteúdo da mensagem. In: **Organicom** Ano IV n.06, 2007.

BOLLELA, V. R. Brasil tem os mais baixos índices de testagem da Covid-19 no mundo. **Jornal da USP** 14/07/2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-tem-os-mais-baixos-indices-de-testagem-da-Covid-19-no-mundo/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Campanhas Coronavírus.** 2020. Recuperado de <http://antigo.saude.gov.br/campanhas/46452-coronavirus>

_____. **Painel Coronavírus. 2020** Recuperado de <https://Covid.saude.gov.br/>.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados** 34 (99), 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.013

CORREIO BRAZILIENSE. **Veja quem são os empresários que ganham com a cloroquina no Brasil.** 11/07/2020 Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/11/interna-brasil,871362/veja-quem-sao-os-empresarios-que-ganham-com-a-cloroquina-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2020.

COVELLO, V. T. Communicating risk information: a guide to environmental communication in crisis and noncrisis situations. In: RAO, V. K. (Ed.) **Environmental strategies handbook: a guide to effective policies and practices.** New York, 1993.

DIAS, M.; MELO, P. V.; BRITO, T. **Indígenas, negros e pobres: odiados pelo Estado e excluídos da internet.** 2020. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/indigenas-negros-e-pobres-odiados-pelo-estado-e-excluidos-da-internet>>. Acesso em: 10 jul. 2020

DEL CASTILLO, J. A. G.; DEL CASTILLO-LÓPEZ, Á. G.; DIAS, P. C.; GARCÍA-CASTILLO, F. Social networks as tools for the prevention and promotion of health among youth. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 33, 13. Epub August 17, 2020. <https://doi.org/10.1186/s41155-020-00150-z>

EKTORP, Estella. Death threats after a trial on chloroquine for COVID-19. **The Lancet Infectious Diseases**, Volume 20, Issue 6, 661, 2020.

GIL, P.G.; MATOS, H. Quem é o cidadão na comunicação pública? In: Matos, H. **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. P.141-168. São Paulo: ECA/USP, 2012.

G1. **Coronavírus: DF confirma 21 novas mortes; oito hospitais estão sem leitos de UTI. Distrito Federal.** Recuperado de: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/28/coronavirus-df-confirma-21-novas-mortes-oito-hospitais-estao-sem-leitos-de-uti.ghtml>>. Acesso em: 30 set. 2020.

HARSIN, J. **Post-Truth and Critical Communication Studies**. Online Publication Date: Dec 2018 DOI:10.1093/acrefore/9780190228613.013.757

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019.** (28/08/2019) Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-doLs-municipios-para-2019>. Acesso em: 27 set. 2020.

ISTOÉ. **Infelizmente algumas mortes terão. Paciência, diz Bolsonaro.** Nº2620 Editora Três, 27/03/2020. Recuperado de: <<https://istoe.com.br/infelizmente-algumas-mortes-terao-paciencia-diz-bolsonaro>>. Acesso em: 14 out. 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Gripezinha.** Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/politica/2020/07/11953165-gripezinha--historico-de-atleta-e-aglomeracoes--a-cronologia-de-bolsonaro-ate-contrair-o-coronavirus.html>>. Acesso em: 10 out. 2020.

LEE, Ping-Ing; HU, Ya-Li; CHEN, Po-Yen; HUANG, Yhu-Chering; HSUEH, Po-Ren. Are children less susceptible to COVID-19? **J Microbiol Immunol Infect.** 2020 Jun; 53(3): 371372. Published *online* 2020 Feb 25. doi: 10.1016/j.jmii.

LOFSTEDT, R. **Risk Management in Post-Trust Societies**. Londres: Ed. Routledge, 2012.

MANDETTA, L. H. **Um paciente chamado Brasil. Os bastidores da luta contra o coronavírus.** Editora Objetiva, 2020. ISBN: 9788547001148.

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Disarray in global governance and climate change chaos. **R. bras. Est. Pop.**, v.36, 1-30, e0075, 2019.

NORONHA, K.; GUEDES, G.R.; TURRA, C.M.; ANDRADE, M.V.; BOTEGA, L.; NOGUEIRA, D.; CALAZANS, J.; CARVALHO, L.; SERVO, L.; AMARAL, P. Análise de demanda e oferta de leitos hospitalares gerais, UTI e equipamentos de ventilação assistida no Brasil em função da pandemia do COVID-19: impactos microrregionais ponderados pelos diferenciais de estrutura etária, perfil etário de infecção e risco etário de internação. **Nota Técnica n.1.** CEDEPLAR/UFMG: Belo Horizonte, 2020.

OLIVEIRA, V. de C.; OLIVEIRA, D. de C. A semântica do eufemismo: mineração e tragédia em Brumadinho. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. jan-mar.;13(1):13-38, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência**. Genebra: WHO, 2018.

PEIFFER-SMADJA, N. *et al.*. Hydroxychloroquine and COVID-19: a tale of populism and obscurantism. **The Lancet**. November 13, 2020. DOI:[https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(20\)30866-5](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30866-5)

PINTO, Pâmela Araujo; BRASILEIRO, Fellipe Sá; ANTUNES, Maria João L.; ALMEIDA, Ana Margarida P. COVID-19 no Instagram: práticas de comunicação estratégica das autoridades de saúde durante a pandemia. **Comunicação Pública** [Online], Vol.15 nº 29, 2020.

REDE BRASIL ATUAL. **Saúde e Ciência**, 2020. Recuperado de: <<https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2020/08/hospitais-de-campanha-para-a-Covid-19-no-brasil-uma-historia-de-atrasos-e-falta-de-planejamento/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

REUTERS. **Um manda, outro obedece, diz Pazuello em live com Bolsonaro**. Em 22/10/2020. Recuperado de: <<https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/um-manda-outro-obedece-diz-pazuello-em-live-com-bolsonaro/ar-BB1aiGui>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

REZWANUL, H. R.; KHORSHED, A. Y; JEFF, G. Health outcome and expenditure in low-income countries: does increasing diffusion of information and communication technology matter? **Information Technology for Development**, 26:3, 506-524, 2019. 1678455 DOI: 10.1080/02681102.

SILVA, M.; AZIZE, R. L.. Substâncias sob suspeita: regulações e incitações suscitadas pelo coronavírus. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30(2), 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300204>

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA. **Informe da Sociedade Brasileira de Infectologia sobre o novo coronavírus nº 10 – Perguntas e respostas para profissionais da saúde e para o público em geral**. 2020. Recuperado de: <<https://web.infectologia.org.br/wp-content/uploads/2020/07/informe-10-perguntas-gerais-Covid-19.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2020.

WORLDOMETERS. **Covid-19 Coronavirus pandemic**. 2020. Recuperado de: <<https://www.worldometers.info/coronavirus/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

Tratamento Precoce da Covid-19 e a desinformação do governo Bolsonaro no Twitter³⁷

Daniela de Ulysséa Leal

Ivonete da Silva Lopes

Marco Paulo Andrade

Introdução

O Brasil tem se tornado um caso emblemático para pesquisas no campo da comunicação da Covid-19. De um lado, a hiperabundância de informação sobre a crise sanitária está gerando uma infodemia. Os riscos trazidos pela confiabilidade dessas informações representam um problema de saúde pública, considerando que neste momento de crise a população precisa de orientação precisa e confiável para se proteger e reduzir o impacto do novo coronavírus (OMS, 2020). De outro lado, a situação se agrava no Brasil, com ações do governo federal que contribuem para gerar desinformação (Ventura; Bueno, 2021; Recuero; Soares, 2020; Lopes; Leal, 2020) enquanto muitas nações têm concentrado esforços para barrar ou minimizar a propagação de *Fake News* (Meneses, 2019).

Nessa conjuntura, os órgãos nacionais de saúde ocupam um papel relevante como fonte de informação. Podem ser vistos, segundo a perspectiva de Giddens (1991), como sistema especializado ou sistema perito, sistemas de excelência técnica ou de competência profissional que organizam os ambientes material e social, definindo grande parte das ações do cotidiano. Para o autor, a confiança da população leiga nesses sistemas independe de alguma iniciação nos processos ou de qualquer domínio de conhecimento, ela se dá por elementos pragmáticos de fé, “baseado na experiência que tais sistemas geralmente funcionam como se espera que eles façam” (1991, p. 38). Dessa forma, espera-se desses sistemas, principalmente em meio a uma pandemia, respostas para governança de enfrentamento de risco (Fiocruz, 2020).

Kunsch (2016) aponta que instituições de saúde, como Ministério da Saúde, têm a responsabilidade de realizar uma comunicação pública que busque amenizar os problemas cruciais da população, especialmente em um contexto de pandemia. Esse tipo de comunicação, em meio a uma crise sanitária, desempenha um papel fundamental em

³⁷ Artigo publicado na Revista Razón y Palabra, com o título “Quando o governo desinforma: a Covid-19 e o tratamento precoce no Brasil”, vol. 25, nº 112, setembro-dezembro de 2021, p. 115-131.

termos de enquadramento do risco, que são estruturas inconscientes que organizam e traduzem as experiências de vida e aplicam esquemas interpretativos sobre os riscos (Silva; Fra Paleo; Ferreira Neto, 2019), facilitando o consenso social sobre todos os aspectos da pandemia. Nesse sentido, estudos já apontaram que indivíduos expostos a informações precisas e confiáveis tendem a adotar comportamentos mais preventivos durante o surto de uma epidemia (Wang *et al.*, 2020) e a confiança pública na informação molda tanto a aderência às práticas recomendadas como a rapidez no seu cumprimento (Ipsen; Myers; Sage, 2021).

O viés negacionista tem conduzido estratégias de órgãos oficiais, sistemas peritos de saúde coletiva, como o Ministério da Saúde, impulsionando desinformações que motivam comportamentos sociais (Ventura; Bueno, 2021; Recuero; Soares, 2020; Goulart; Munhoz, 2020; Lopes; Leal, 2020). Devido a um falso antagonismo entre a economia e a saúde, no qual se afirma que as medidas de contenção do contágio (e não uma pandemia) prejudicariam o crescimento econômico, o Ministério da Saúde gerou um discurso ruidoso, confuso, dúbio e repleto de incertezas (Sodré, 2020). Nesse sentido, aceitação de intervenções sem validação científica, como o caso do tratamento precoce, é usada pelo presidente da república brasileiro, Jair Bolsonaro (2019 – 2022). Essa é uma estratégia que articula a ideia de que, se existe um suposto tratamento eficaz, não há motivos para continuar com isolamento social (Caponi, 2020)

Desse modo, o surto do novo coronavírus no Brasil tem sido enquadrado como uma questão político-partidária e não um problema de saúde pública (Recuero *et al.*, 2020), de modo que a politização e o negacionismo em torno da doença têm causado danos à saúde coletiva no Brasil e fragilizado nossas bases democráticas, visto que o Brasil é considerado um dos países com maior produção, circulação e consumo de *Fake News* do mundo (Fernandes; Montuori, 2020). De acordo com Recuero *et al.* (2020), a desinformação oriunda de autoridades, em especial as que ocupam cargo político ou possuem expertise na área da saúde, tende a se disseminar mais rápido e entre mais pessoas do que a propagada por pessoas comuns ou por contas automatizadas.

Nesse sentido, alguns episódios corroboram para ilustrar essa desinformação e o engajamento de *Fake News*. Em 17/03/2021, o tratamento precoce (da Covid-19) foi um dos assuntos mais comentado no Twitter Brasil, com 53,7 mil publicações, motivado, principalmente, por disputas entre aqueles que defendem tais práticas e os contrários, pela ausência de evidência científica. Considera-se esse impacto ao levar em conta que o Twitter tornou-se o meio de comunicação mais frequentemente utilizado para a

divulgação de informação sanitária desde o surto de H1N1, durante o surto do vírus H7N9, ou gripe aviária, em 2013, e a epidemia do vírus Zika, em 2015 e 2016 (Tahamtan *et al.*, 2021).

O ápice da desinformação foi a exclusão do *post* do MS pelo Twitter em 17/01/2021, pois a publicação, de 12/01/2021, estimulava o tratamento precoce e por isso violou as regras da plataforma por conter informações enganosas e potencialmente prejudiciais ao enfrentamento da Covid-19. Apesar de possibilitar a disseminação de desinformações, as redes sociais podem ser ferramentas importantes de comunicação em saúde pública, especialmente por seu potencial para informar, motivar e envolver utilizadores (Pinto; Antunes; Almeida, 2020).

Baseado nesta conjuntura, o presente artigo busca analisar as estratégias utilizadas pelos perfis no Twitter do Ministério da Saúde e do presidente da República Jair Bolsonaro para promover o tratamento precoce da Covid-19. Este trabalho está dividido em quatro seções além desta introdução, seguida pela discussão das teorias que podem elucidar a natureza da desinformação. Depois, apresenta-se o percurso metodológico adotado, resultados e discussões, finalizando com as considerações finais.

A construção da desinformação

A repercussão em redes sociais sobre o uso de medicamentos sem comprovação científica no tratamento precoce reflete aspectos do regime da pós-verdade. Para Harsin (2018), a ideia de pós-verdade não se refere a um período “depois” da verdade, mas sim a uma quebra da confiança social em instituições de elite interligadas, produtoras e guardiãs da verdade, como igreja, a ciência, os governos, imprensa, etc. Para o autor, o que passa a ser aceito como verdade popular é uma forma de conhecimento frágil, ou seja, uma opinião baseada na confiança naqueles que supostamente sabem.

Essa lógica populista busca retratar o povo e a elite como antagonistas, sugerindo, entre outras, que especialistas são menos confiáveis que as pessoas comuns, sendo a perícia suspeita e a verdade relativa (Mede; Schafer, 2020). No discurso da pós-verdade, as atitudes críticas ordinárias, oriundas da incerteza e das desconfianças, alcançam novas dimensões quando fatos objetivos passam a ter menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais (Sacramento; Paiva, 2020).

À abordagem da pós-verdade é introduzida por Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017) uma nova estrutura conceitual para se examinar os distúrbios das informações, que podem ser classificados em três tipos diferentes: Informação incorreta

(*Mis-Information*) – quando informações falsas são compartilhadas, mas sem intenção de dano; Desinformação (*Dis-information*) – quando informações falsas são conscientemente compartilhadas para causar danos; Mal-informação (*Mal-information*) – quando informações genuínas são compartilhadas para causar danos, muitas vezes através da publicação de informações destinadas a permanecerem privadas.

A desinformação é a abordagem conceitual que nos interessa aprofundar por ser, entre as categorias de Wardle e Derakhshan (2017), a que melhor possibilita analisar o estímulo ao tratamento precoce no Brasil. Nessa perspectiva corroboram Recuero e Soares (2020) ao destacar que a desinformação pode abranger grande variedade de conteúdo, de estratégias de disseminação e graus de interferência intencional sobre a informação. Pode ser categorizada como: informação fabricada (informação completamente falsa, fabricada ou sem nenhuma evidência); informação com enquadramento enganoso (informações verdadeiras utilizadas para criar um sentido falso devido à forma como são apresentadas) e informações manipuladas (informações parcialmente verdadeiras manipuladas para construir um falso sentido).

Tornou-se parte significativa da dieta informacional obtida digitalmente, visto que a crescente digitalização de tudo o que a vida comporta inclui a atividade de falsificar e alterar fatos, com o objetivo, inclusive, de manipular as pessoas politicamente (Gomes; Dourado, 2019). Como as tecnologias interativas propiciam a ampliação das formas de conexão entre indivíduos e entre indivíduos e grupos, rompendo a horizontalidade da comunicação dos meios tradicionais, descentraliza os discursos e o conhecimento (Fernandes; Montuori, 2020). Para essas autoras, este cenário coletivo de produção e propagação de conteúdo desemboca em uma crise informacional, relacionada à qualidade daquilo que é disseminado.

A pandemia aumentou o consumo de veículos de mídia tradicionais, como televisão (Reuters Instituto, 2020), inclusive no Brasil, onde 61% da população considera a mídia televisiva a mais confiável na divulgação de informações sobre o coronavírus, conforme pesquisa do Instituto DataFolha (Folha de São Paulo, 2020). Todavia, segundo Wardle e Derakhshan (2017), a televisão tem tido papel importante na difusão e amplificação de informações de má qualidade que têm origem on-line.

De acordo com pesquisa do Instituto Reuters, 88% das alegações falsas pesquisadas sobre o coronavírus apareceram em plataformas de mídia social, em comparação com 9% na televisão ou 8% em veículos de notícias. Durante emergências de saúde de dimensões pandêmicas, a difusão de desinformação se prolifera devido ao

sensacionalismo, que acaba contribuindo para a ampliação social do risco através da exploração das emoções humanas, e pelo vício da repercussão ágil de informação incompleta ou inexata (Vasconcellos-Silva; Castiel, 2020). Sendo assim, as redes sociais on-line permitem, também, novas lógicas de agrupamento, ao reunir indivíduos que partilham crenças e opiniões, e que se sentem confortáveis para suspender as barreiras da censura, apresentando uma mudança significativa na organização social e em seu relacionamento com a verdade (Sacramento; Paiva, 2020).

Para Wardle e Derakhshan (2017), as redes sociais são impulsionadas pelo compartilhamento de conteúdo emocional. Nesta perspectiva, Sacramento e Paiva (2020) sublinham que a Internet tem cada vez mais desempenhado papel fundamental na construção da ignorância ao viabilizar a circulação de informações e práticas discursivas que promovem uma maior aceitação de discursos baseados nas experiências do que naqueles que se baseiam em evidências e métodos científicos.

Diante disso, pode-se perceber os caminhos pelos quais a desinformação é construída, criando uma matriz referencial equivocada, induzindo a percepções distorcidas do mundo. Nesse sentido, a crença é, então, um elemento fundamental na disseminação da desinformação, pois a partir dela é que se delineiam a formação da opinião e as representações da realidade, e não a partir da verdade (Alzamora e Andrade, 2019). Para as autoras, as imagens estereotipadas da realidade suscitam crenças que moldam sentimentos, pensamentos e ações; dessa forma, a crença faz com que a desinformação circule, mesmo havendo indícios de falsidade em seu conteúdo, sustentando-se nos arraigados hábitos de ação. Dentro desse contexto de pandemia, é pertinente lembrar que Martine e Alves (2019, p.19) afirmam que “a opinião pública é mais facilmente influenciada pela propaganda negacionista, pois ela desobriga as pessoas de mudar seu comportamento ou enfrentar questões complexas relacionadas ao paradigma de [enfrentamento à Covid-19 e proteção da vida]”.

Desse modo, Sacramento e Paiva (2020) esclarecem que são fluidas as fronteiras entre a crença e a convicção, entre o “acreditar que” e o “acreditar em”. Para os autores, na convicção, o sujeito está comprometido com um sistema simbólico de explicação do mundo que lhe dá segurança ontológica, não abrindo margem para outras visões de mundo, o que ratifica a escolha do familiar em detrimento ao estranho. Nesse sentido, em agrupamentos mais afins a polarizações político-ideológicas existe maior dificuldade na circulação da informação qualificada e checada, devido à tentativa de proteger as suas crenças através da negação de fatos ou de evidências contrárias (Recuero *et al.*, 2020).

A capacidade catártica desses discursos desinformativos reforça crenças pessoais, proliferando a difusão da desinformação motivada pelo sensacionalismo, que contribui para a ampliação social de riscos através da exploração das emoções humanas (Vasconcellos-Silva e Castiel, 2020). De acordo com esses autores, esse apelo emocional promove a repercussão ágil de informação incompleta ou inexata. A velocidade líquida das postagens não respeita o tempo necessário para o cérebro verificar a veracidade do fato narrado (Fernandes e Montuori, 2020).

Entretanto, as diferentes sociedades têm capacidades distintas para resistir às desinformações. Segundo o estudo de Edda Humprecht (2019), a desinformação sobre o novo coronavírus é mais difundida em países marcados por níveis elevados de polarização da sociedade, assim como a baixa confiança nas instituições públicas e a instrumentalização da ciência, fatores que podem levar os indivíduos a propagar alegações não fundamentadas. Para a autora, a resistência à desinformação, presente por exemplo na sociedade suíça, deve-se à disponibilidade de fontes de notícias confiáveis e grande confiança na ciência e na gestão da crise sanitária.

Diante do exposto, percebe-se a construção da ignorância através da imbricação de interesses políticos e interações digitais e da afirmação de crenças pessoais, elementos fundamentais para a propagação da desinformação, comprometendo áreas fundamentais para o bem estar social, como a saúde coletiva e a democracia.

Metodologia

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e lança mão de uma base metodológica que combinou a análise bibliográfica, buscando aprofundar o entendimento sobre desinformação e a governança do risco da Covid-19, e a Análise de Conteúdo de Bardin (1995), aplicada à *Public Timeline* do perfil do Ministério da Saúde e do Presidente Jair Bolsonaro no Twitter, entre os dias 01 de março de 2020 e 01 de março de 2021.

A conta do Ministério da Saúde nessa plataforma foi iniciada em 2009 e conta atualmente com cerca de 1,3 milhões³⁸ de seguidores e a de Jair Bolsonaro, iniciada em março de 2010, tem 6,7 milhões. Para realizar o *text mining* no Twitter, foi solicitada uma conta de desenvolvedor para ter acesso à Interface de Programação de Aplicativo (API) desta rede social. Utilizamos o software Python junto a API e a biblioteca *tweepy* para rodar o *script* e recuperar *tweets* nos perfis @minsaude e @jairbolsonaro postados no

³⁸ Em 22/03/2021.

referido período. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: *tratamento_precoce*, *cloroquina*, *ivermectina*, *Covid*. Obtivemos uma amostra total de 126 *tweets*, sendo 61 referentes à conta do Ministério da Saúde (@minsaude) e 65 da conta do Presidente Jair Bolsonaro (@jairbolsonaro), conforme Quadro 1.

Quadro 1- Informações principais dos perfis estudados no Twitter

Twitter User	@minsaude	@jairbolsonaro
Perfil	Perfil oficial da Ministério da Saúde.	Capitão do Exército Brasileiro, eleito 38º Presidente da República Federativa do Brasil
Seguidores	1,3 mi	6,7 mi
Seguindo	485	550
Total de Tweets	61	65
Excluídos por estarem fora do escopo	15	5
Tweets sobre tratamento precoce no período estudado	46	60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Após a pró-análise (Bardin 1995) das 126 publicações, 20 *Tweets* foram excluídos por estarem fora do escopo desta pesquisa: cinco deles do @jairbolsonaro e 15 do @minsaude. Procedendo com a análise proposta por Bardin (1995, p.17), a categorização constitui uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento”; de acordo com os critérios previamente definidos, os *tweets* foram agrupados em quatro categorias:

- 1) Incerteza – diz respeito aos *tweets* do Ministério da Saúde em relação ao uso de medicamentos nos primeiros meses da pandemia, quando os *posts* indicavam o uso de cloroquina ou deixavam a escolha para o médico, gerando dúvidas quanto ao protocolo adequado. Consideramos esta fase até 25 de maio de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) desaconselhou o uso da cloroquina. Depois dessa data, consideramos qualquer publicação sobre tratamento precoce como desinformação;
- 2) Desinformação – quando a publicação está em desacordo com as orientações de especialistas ou com os protocolos de segurança definidos por instituições peritas, como a OMS.

- 3) Divulgação – enfoque propagandístico, faz referência a ações do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia. Em geral faz menção a algum ministério;
- 4) Outras – crítica à mídia e outros *posts* que não se enquadraram nas duas primeiras categorias, mas faziam de alguma forma referência à pandemia.

Resultados e discussão

O *corpus* de análise é formado por 106 *Tweets*, 60 deles publicados por Jair Bolsonaro e 46 pelo Ministério da Saúde, conforme quadros 2 e 3. De acordo com as categorias estabelecidas, no perfil @jairbolsonaro não foi encontrada nenhuma publicação que se enquadrasse no grupo incerteza. Os *posts* do presidente foram bastante assertivos sobretudo quando se referiam criticamente às medidas de isolamento social e à defesa da cloroquina como medicamento para o tratamento precoce. Foram 18 os *Tweets* com desinformação, correspondendo a 32% das publicações desse perfil, como ilustram os trechos “[...]o *Lockdown* matou 2 pessoas para cada 3 de Covid no Reino Unido. No Brasil, mesmo ainda sem dados oficiais, os números não seriam muito diferentes” (09/08/2020) e “Temos informações precisas que a Cloroquina tem sido usada pelo Brasil com uma grande taxa de sucesso” (27/03/2020).

As ações de divulgação representaram 59% (33 postagens) e se concentraram entre junho e julho de 2020, um dos períodos mais críticos da primeira onda da pandemia. O comportamento do perfil @jairbolsonaro vai ao encontro das ações de comunicação do MS, que neste mesmo período focou em ações propagandísticas numa tentativa de mostrar a entrega de equipamentos e leitos aos estados (Lopes; Leal, 2020). Contudo, tanto as campanhas do MS quanto as publicações do presidente destoavam da realidade exibida pelos noticiários, que mostravam a falta de leitos e equipamentos nos hospitais, o colapso no sistema de saúde.

A categoria “Outras” (9%) demonstra uma significativa incidência de *Tweets* relacionados a queixas pessoais e ataques a desafetos, como a mídia e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) por reconhecer a autonomia dos municípios e estados na gestão de medidas de enfrentamento à Covid-19.

Quadro 2: Categorias e ocorrência Perfil @jairbolsonaro

Categoria	Exemplo	Ocorrência
Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> ● @minsaúde libera mais de R\$600 milhões para ações de combate ao vírus. ● Apoio para incentivar pequenos produtores orgânicos no Brasil durante a Covid-19.@Mapa Brasil @TereszaCrisMS ● Distribuição inicial de 3,4 mi de unidades de cloroquina e hidroxiclороquina para uso em pacientes seguindo as orientações médicas. 	59%
Desinformação	<ul style="list-style-type: none"> ● Conclui-se que o Lockdown matou 2 pessoas pra cada 3 de Covid no Reino Unido. No Brasil, mesmo ainda sem dados oficiais, os números não seriam muito diferentes. – Lamentamos cada morte, seja qual for a sua causa, como a dos 3 bravos policiais militares executados em São Paulo. ● Temos informações precisas que a Cloroquina tem sido usada pelo Brasil com uma grande taxa de sucesso. – O remédio existe, apenas se aguardavam as formalidades para seu uso legal. – Nossos parabéns à @anvisa_oficial pela presteza na liberação do registro ● Aos primeiros sintomas procure um médico e inicie o tratamento precoce. - Não espere sentir falta de ar para tomar essa decisão de PROCURAR UM MÉDICO e iniciar o TRATAMENTO PRECOCE. O Brasil é um dos países que tem o maior número de recuperados da Covid-19. 	32%
Outros	<ul style="list-style-type: none"> ● O STF determinou que as ações diretas em relação ao Covid-19 são de responsabilidade de estados e municípios. Mesmo assim, o @govbr não tem medido esforços no auxílio dos brasileiros desde o início. Lamentavelmente, estes fatos não são mostrados na maior parte da mídia. @secomvc ● A desinformação mata mais até que o próprio vírus. O tempo e a ciência nos mostrarão que o uso político da Covid por essa TV trouxe-nos mortes que poderiam ter sido evitadas. 	9%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa

O *corpus* do Ministério da Saúde é formado por 46 publicações que foram distribuídas entre três categorias: divulgação, incerteza e desinformação. Nesse último grupo foram encontrados 31 *posts* ou 67% dos *Tweets* do MS, o que, em meio a uma pandemia, põe em desacordo seu papel de sistema perito em saúde ao desinformar em vez de focar os esforços para comunicar os riscos da pandemia e medidas de prevenção. A maioria dos *Tweets* seguiu este padrão narrativo: “[...] recomendação da cloroquina na

fase precoce do coronavírus, o Ministério da Saúde considerou estudos e a experiência brasileira” (02/09/2020).

As publicações do grupo incertezas corresponderam a 22%, essas se concentram entre março e 25 de maio de 2020, período no qual o MS lidava com o desconhecimento sobre o novo coronavírus e eram grandes as dúvidas sobre o protocolo de atendimento médico. Por último, a divulgação (11%) abarca o restante das postagens, não havendo nenhuma que possa ser classificada como Outras, que abordam a pandemia por uma perspectiva diferente.

Quadro 3: Categorias e ocorrência perfil @minsaude

Categoria	Exemplo	Ocorrência
Incerteza	<ul style="list-style-type: none"> • O @minsaude divulga as diretrizes para o tratamento medicamentoso de pacientes. As recomendações publicadas nesta quarta (20) são para o tratamento precoce, com #cloroquina e #hidroxicloroquina, de pacientes com #COVID19 no SUS. • @minsaude está deixando a #cloroquina à mão do médico como mais um reforço no atendimento a paciente grave hospitalizado. "Vamos deixar o remédio ao alcance do médico". O medicamento só deve ser usado com recomendação médica #coronavírus 	22%
Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> • O ministro @lhmandetta deu uma orientação a quem comprou a #cloroquina sem a indicação médica. "Se você cometeu essa iniciativa mediada pela falta de informação, o mais correto a fazer é pegar a caixa e entregar ao farmacêutico, ao hospital ou posto de saúde". #coronavirus • O @minsaude vai distribuir aos estados 3,4 milhões de unidades dos medicamentos #cloroquina e #hidroxicloroquina para uso em pacientes internados com formas graves de #coronavírus. Saiba mais sobre os benefícios e entenda o risco da automedicação: https://saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46601-cloroquina-podera-ser-usada-em-casos-graves-do-coronavirus 	11%
Desinformação	<ul style="list-style-type: none"> • Para a recomendação da cloroquina na fase precoce do coronavírus, o Ministério da Saúde considerou estudos e a experiência brasileira. O Conselho Federal de Medicina também propôs que médicos considerassem a cloroquina com o consentimento do paciente. • O secretário de Vigilância em Saúde do @minsaude, Arnaldo Medeiros, destacou que o diagnóstico e o tratamento precoce contra a #Covid19 são importantes para evitar o agravamento de casos e até mortes. Leia mais: https://bit.ly/3am3FIK 	67%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Com base nos Quadros 2 e 3, foi possível estabelecer uma comparação entre as postagens dos dois perfis, conforme gráfico 1:

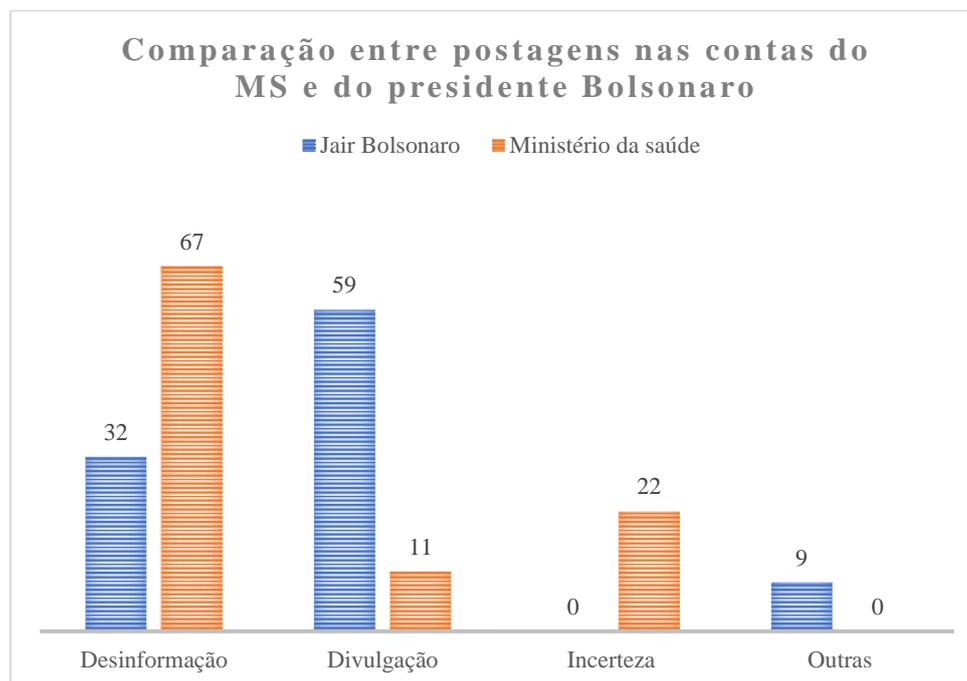


Gráfico 1 *Tweets* por categoria

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Ao analisar as estratégias utilizadas pelos perfis no Twitter do Ministério da Saúde e do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (2019 – 2022) para promover o tratamento precoce da Covid-19, pode-se observar que a conta institucional do MS produziu mais desinformação sobre este tratamento em relação à do presidente. Todavia, a conta presidencial produziu um número maior de *tweets* sobre o assunto, só que com uma perspectiva voltada à divulgação de ações do governo federal.

A categoria de Incertezas é preponderante no início da pandemia no perfil do Ministério da Saúde, havia naquele período muitas inquietações sobre o tratamento com cloroquina e hidroxicloroquina para a Covid-19, haja vista que o ministério, na rede social, pedia precaução com o uso do remédio, inclusive por causar sérios efeitos colaterais, ao mesmo tempo que recomenda as diretrizes para o tratamento precoce com esses fármacos. Importante destacar que o termo “efeitos colaterais” tem apenas uma ocorrência em toda a pesquisa e aparece na conta do MS, nessa fase de incertezas.

Entretanto, enquanto o MS buscava ser mais cauteloso, Jair Bolsonaro, em sua conta pessoal, promove o remédio, afirmando que o governo zerou impostos para a importação de cloroquina, deu licença para laboratórios nacionais pesquisarem cloroquina e ampliou a produção destes remédios pelos laboratórios das Forças Armadas. Essas ações do presidente corroboram para a estruturação de um regime

desinformacional, principalmente considerando que seu perfil pessoal do Twitter é o veículo central de divulgação de sua atuação, além da interlocução com a população brasileira. O papel de Presidente da República é representado imgeticamente como figura de poder, um índice balizador de crenças que serve como um viés de confirmação das mesmas. Aqui verifica-se o que Manfredi-Sánchez, Amado-Suárez & Waisbord (2021) denominam de “político pop”, um presidente que se apoia em redes sociais para comunicar decisões, interpretar o meio e validar políticas. Para os autores, uma crise sanitária favorece uma política da “impaciência”, desarticulada da mídia tradicional e caracterizada por um comportamento impulsivo.

Apesar dessa comunicação promovendo a adoção da cloroquina e da hidroxicloroquina, nesse período, o estudo de Pacheco e Riera (2020) indicava que a eficácia e segurança dessas medicações em pacientes com Covid-19 ainda era incerta (muito baixa certeza de evidência) e seu uso rotineiro para essa situação não deveria ser recomendado até que os resultados dos estudos em andamento fornecessem avaliação adequada de seus efeitos.

Durante o mês de abril, o assunto do tratamento precoce e uso da cloroquina desaparece no Twitter do MS e na conta do presidente, o que pode estar relacionado com tensões internas da gestão. Em 17 de abril há a troca de ministro, quando assume, no lugar de Luiz Henrique Mandetta, o oncologista Nelson Teich, que fica menos de um mês no cargo. A pasta estava em embate com Bolsonaro sobre o uso da cloroquina. Desse modo, o general Eduardo Pazzuelo, especialista em logística, assume o Ministério da Saúde interinamente e implementa, em 21 de maio, um protocolo nacional para incentivar o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19 em hospitais públicos. Evidenciou-se a pulsão do governo em agir segundo seus preceitos pessoais/achismo, carregado de um posicionamento político ideológico em detrimento das recomendações científicas e do bem coletivo.

O Ministério volta a *tweetar* sobre o uso destas substâncias em 28 de maio, esclarecendo que o paciente tem liberdade de escolha, o que relativiza a opção do médico e fragiliza os protocolos sanitários. O Ministério destaca que o tratamento está disponível para toda população brasileira: “É o Governo do Brasil dando igual oportunidade para todos!”. Desse modo, o MS, com o aval de ser um sistema perito, lança mão de sua rede social para espalhar desinformação para a sociedade brasileira, sugerindo que o tratamento do vírus existe e o governo o disponibiliza (o que pode gerar entendimento de que os protocolos de prevenção e enfrentamento são supérfluos).

Notadamente, com o avançar da pandemia, a indicação desses medicamentos, assim como o conceito de tratamento precoce, sofreu alterações ao longo do período estudado, por parte de ambos perfis. O uso da cloroquina foi recomendado, inicialmente, para pacientes com estado grave, hospitalizados. Esse primeiro caso já dificulta o entendimento sobre o termo “tratamento precoce”, já que a gravidade da doença e a hospitalização se dão com o avanço da mesma. Diante da falta de um protocolo baseado em evidências científicas, a partir de maio a cloroquina passa a ser indicada para casos leves, com recomendação médica e autorização do próprio paciente/família. Contudo, no dia seguinte (29/05/2020), o MS publica que “os medicamentos não são indicados para prevenir a doença e nem tratar casos leves”.

Dessa maneira, o ministério desassocia esses fármacos do que pode ser entendido como tratamento precoce, ampliando mecanismos semânticos sobre o termo, que colaboram com o desentendimento e a desinformação, já que em 09 de julho/2020 é publicado um *tweet* esclarecendo que “os pacientes devem buscar esse atendimento, mesmo que sejam sintomas leves” e “o tratamento precoce tem uma resposta mais assertiva”. Sendo assim, o Ministério da Saúde, ao longo do mês de julho, defendeu a necessidade de se intensificar o tratamento precoce, o atendimento, o diagnóstico e a prescrição médica.

Demonstrando ter um plano de ação fragmentado e sem planejamento estratégico, o Ministério da Saúde, em setembro, esclarece que o protocolo de atendimento aos casos de coronavírus mudou, pois deve-se procurar uma unidade de saúde ao menor sintoma gripal, afirmando que o tratamento precoce salva vidas. Vale destacar que a mudança constante de protocolos não se deu por acompanhar os avanços da ciência, como as demais informações sobre o novo vírus, já que o tratamento precoce foi descartado como solução pelas comunidades científicas ainda na fase inicial da pandemia.

Apesar da falta de evidências científicas, o órgão passa a recomendar a cloroquina na fase inicial da Covid-19, e afirma estar considerando estudos (sem apresentá-los) e a experiência brasileira (sem também comprovação de dados). Um dos fatores que sustenta a pós-verdade e a desinformação é o discurso buscando alinhamento entre experiência e ciência, como se ambas tivessem o mesmo peso e rigor metodológico.

Nesse período, o MS cita que o Conselho Federal de Medicina propôs que médicos considerassem a cloroquina com o consentimento do paciente, e Bolsonaro, alinhando seu discurso com o do ministério, publica que “Henrique Prata, diretor do Hospital do Amor de Barretos, recomenda a Cloroquina para o tratamento da Covid-19”. As

associações médicas demoraram a se manifestar contrariamente a esse protocolo, emitindo ome em 23/03/2021 um boletim do Comitê Extraordinário de Monitoramento Covid-19, organizado pela Associação Médica Brasileira (AMB), defendendo que medicamentos sem eficácia comprovada contra o novo coronavírus devem ter sua utilização banida (AMB, 2021). Porém, no sentido de reafirmar o posicionamento favorável ao tratamento precoce, o general Pazzuelo é efetivado como Ministro da Saúde no dia 16 de setembro, quando os laboratórios do Exército também passaram a produzir a hidroxicloroquina, chegando a um estoque de mais 1,85 milhão de unidades (Correio Braziliense, 2020).

Para agravar a crise informacional, o Ministério da Saúde, em 02 e 04 de janeiro de 2021, compartilhou em suas redes sociais um estudo publicado no *The American Journal of Medicine*, recomendando o uso precoce da hidroxicloroquina na prevenção da Covid-19 (McCullough *et al.*, 2021). Contudo, tratava-se de um artigo de opinião, visto que tem como referência uma série de artigos científicos sem evidências conclusivas e não levou em consideração estudos com outras metodologias, que têm maior relevância científica e que já comprovaram a ineficiência da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19. A referida postagem viralizou no Twitter através da conta de um médico, alcançando mais de 7,3 mil curtidas e 2,8 mil compartilhamentos (Comprova, 2021), demonstrando o potencial interativo existente na conjuntura em que o indivíduo, ideologicamente motivado, tem acesso a uma mensagem afim a seus interesses.

Além da cloroquina, Bolsonaro insere outros elementos ao escopo, pouco claro, do tratamento precoce: a Nitazoxanida, em 11/2020, (que segundo o presidente, “é um remédio de reposição, cientificamente demonstrado no tratamento precoce da Covid que reduz a carga viral”) e a Ivermectina, em 01/2021. De acordo com o presidente: “Nota-se a baixíssima taxa de óbitos por Covid em países africanos”, atribuindo esse resultado à distribuição em massa da Ivermectina.

O uso da Ivermectina, de preço acessível e disponível no mercado, propagou-se como eficiente para o tratamento precoce contra Covid-19 com base em estudos *in vitro* (Caly *et al.*, 2020), porém, existe grande dificuldade em reproduzir os resultados em estudos *in vivo*, sendo necessário uma overdose 17 vezes maior do que a dose máxima permitida para humanos, o que pode gerar, entre outras, depressão do sistema nervoso central. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já havia se posicionado em julho de 2020 (quase seis meses antes da postagem desinformativa de Bolsonaro) contra uso rotineiro da medicação para prevenção e tratamento da doença, reforçando que o

medicamento antiparasitário tem apenas indicação para uso conforme o que consta na bula, como no tratamento de escabiose e piolho (Anvisa, 2020). A OMS e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) também não recomendam o uso de Ivermectina para quaisquer outros propósitos diferentes daqueles para os quais seu uso está devidamente comprovado (OPAS, 2020).

Após a censura pelo Twitter, em 16/01/2021, da postagem do MS de 12/01/2021, que incentivava o tratamento precoce, afirmando que houve publicação de informações enganosas e potencialmente prejudiciais em relação à Covid-19, o ministério não fez mais nenhuma postagem sobre o termo ou sobre os remédios incluídos neste protocolo. Entretanto, a conta de Jair Bolsonaro continuou, até o fim do período pesquisado, sendo fonte de diversas desinformações sobre a pandemia.

Considerações finais

Diante do exposto, foi possível perceber que o papel do Ministério da Saúde de comunicador de riscos em meio à pandemia do novo coronavírus foi desempenhado pela perspectiva negacionista em detrimento de evidências científicas. O Ministério da Saúde nega, assim, seu papel institucional de fonte de informação oficial e confiável, apesar de ter investido de poder para isso. Dessa maneira, percebe-se uma mudança de regime de verdade quando a confiança em capacidades abstratas dos sistemas peritos, como o Ministério da Saúde em relação à governança de riscos de uma pandemia, passa a se pautar em dogmas e experiência pessoal. Essa autoridade de sistema perito permite, então, que a desinformação tenha lastro para se espalhar, levando médicos públicos e privados a prescreverem o tratamento precoce.

A maior parte das publicações na conta de Jair Bolsonaro tem aspectos de divulgação, demonstrando a determinação do presidente de levar à frente o estabelecimento do tratamento precoce como o melhor protocolo para a Covid-19, independente das evidências científicas que foram surgindo ao longo do período estudado. Essa posição do presidente tem influência clara na comunicação das muitas pastas de seu governo.

A falta de planejamento estratégico para o enfrentamento da pandemia é perceptível nos discursos do MS e do presidente Bolsonaro (2019 – 2022), a exemplo da indicação da cloroquina, que inicialmente se dá para os casos graves e passa a ser recomendada para casos leves e sintomas gripais. Da mesma forma, o termo “Tratamento Precoce” aparece de forma ambígua – para mencionar a necessidade de ir rapidamente ao

serviço médico caso tenha sintomas e/ou especificamente para falar/indicar a cloroquina ou Ivermectina. O MS, após críticas, ainda busca desassociar o tratamento precoce de fármacos e o alinhar com a testagem e o diagnóstico. Dessa maneira, estas vozes colaboram com a falta de unidade e de consenso social sobre o enfrentamento à Covid-19, o que leva ao agravamento da crise sanitária no Brasil.

Este estudo demonstrou que as contas do Twitter do MS e do presidente Jair Bolsonaro se ancoram (sustentam-se uma na outra) para criar um viés de confirmação ao disseminar a desinformação; isso ocorre também quando ambas reafirmam as publicações de uma na outra e quando ambas pinçam artigos acadêmicos e artigos noticiosos para confirmar as suas publicações e posicionamentos. Desse modo, aponta-se que só a literacia não seria suficiente para tentar minimizar os danos causados por essa estratégia, sendo necessárias ações que abarquem a educação científica e crítica.

Por fim, muitos estudos ainda serão necessários para se dimensionar os efeitos causados pela promoção do discurso do tratamento precoce como enfrentamento da pandemia no Brasil, tanto efeitos colaterais físicos nas pessoas que fizeram uso indevido desses medicamentos quanto econômicos, pois o Governo Federal dedicou o primeiro ano da pandemia a esforços de comunicação sobre um tratamento inexistente.

Referências

- ALLCOTT, H., GENTZKOW, M. Social media and *Fake News* in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, 31(2), 211-236. 2017 DOI: 10.1257/jep.31.2.211
- ALZAMORA, G., ANDRADE, L. A dinâmica transmiídia de *Fake News* conforme a concepção pragmática de verdade. **Em Pauta**, V.13 - Nº 1 p. 109-131. São Paulo. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p109-131>
- AMARAL, I. **Redes Sociais na Internet: sociabilidades emergentes**. Covilhã, Portugal: Editora Labcom, IFP, 2016.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Nota de esclarecimento sobre a Ivermectina. **Portal Anvisa**. 20/07/2020. 2020 Recuperado de: <http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/nota-de-esclarecimento-sobre-a-ivermectina/219201>.
- ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) **Boletim 02/2021 Comitê Extraordinário de Monitoramento Covid-19 (CEM COVID_AMB)**. 2021 Recuperado de: <<https://amb.org.br/wp-content/uploads/2021/03/boletim-cem-Covid-amb-02-2021.pdf>>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BOLLELA, V. R. Brasil tem os mais baixos índices de testagem da Covid-19 no mundo. **Jornal da USP**. 2020 Recuperado de: <<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-tem-os-mais-baixos-indices-de-testagem-da-Covid-19-no-mundo/>>.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: Entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avancados**, v. 34, n. 99, p. 209–224. 2020

CORREIO BRAZILIENSE. **Veja quem são os empresários que ganham com a cloroquina no Brasil**. 2020 Recuperado de: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/11/interna-brasil,871362/veja-quem-sao-os-empresarios-que-ganham-com-a-cloroquina-no-brasil.shtml>>.

EKTORP, E. Death threats after a trial on chloroquine for COVID-19. **The Lancet Infectious Diseases**, Volume 20, Issue 6, 661. 2020

CALY, L.; CALY, J. D.; DRUCE, M. G.; CATTON, D. A.; JANS, K. M., WAGSTAFF. The FDA-approved drug ivermectin inhibits the replication of SARS-CoV-2 *in vitro*. **Antiviral Research** 178, 104787. 2020

COMPROVA. **Revisão de estudo publicado no site do MS não garante eficácia da hidroxicloroquina no tratamento preventivo contra Covid-19**. 2021 Recuperado de: <<https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/revisao-de-estudo-publicado-no-site-do-ms-nao-garante-eficacia-da-hidroxicloroquina-no-tratamento-preventivo-contr-Covid-19/>>.

COVELLO, V. T. Communicating risk information: a guide to environmental communication in crisis and noncrisis situations. In: RAO, V. K. (Ed.) **Environmental strategies handbook: a guide to effective policies and practices**. New York. 1993.

EXAME. **Quem são os empresários que ganham com a cloroquina no Brasil**. 2020 Recuperado de: <<https://exame.com/negocios/quem-sao-os-empresarios-que-ganham-com-a-cloroquina-no-brasil/>>.

FERNANDES, C.; MONTUORI, C. A rede de desinformação e a saúde em risco: uma análise das *Fake News* contidas em 'As 10 razões pelas quais você não deve vacinar seu filho'. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde**. abr.-jun.;14(2):444-60. 2020. doi.org/10.29397/reciis.v14i2.1975.

FOLHA DE SÃO PAULO. **TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha**. 2020 Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml?_ga=2.146455476.1677150191.1616248670-733122905.1606862120>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Gestão de riscos e governança na pandemia por Covid-19 no Brasil - Análise dos decretos estaduais no primeiro mês**. 2020 Recuperado de: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41452/2/relatorio_cepedes_gestao_riscos_Covid19_final.pdf>.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GOMES, W.; DOURADO, T. *Fake News*, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia** Vol. 16 Nº 2, 2019.

GOULART, A.; MUÑOZ, I. Desinformação e pós-verdade no contexto da pandemia da Covid-19: um estudo das práticas informacionais no Facebook. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, e5397. 2020.

HARSIN, J. **Post-Truth and Critical Communication Studies**. Online Publication. 2018 DOI:10.1093/acrefore/9780190228613.013.757

HUMPRECHT, E. Where ‘*Fake News*’ flourishes: a comparison across four Western democracies. **Information Communication and Society**, v. 22, n. 13, p. 1973-1988. 2019. Recuperado de: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369118X.2018.1474241>>.

IPSEN, C.; MYERS, A.; SAGE, R. A cross-sectional analysis of trust of information and COVID-19 preventative practices among people with disabilities. In: **Disability and Health Journal**. 2021 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2021.101062>.

JUN, S.; YOO H.; LEE, J. The impact of the pandemic declaration on public awareness and behavior: Focusing on COVID-19 google searches. In: **Technological Forecasting & Social Change**, 166 120592. 2021 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120592>

KUNSCH, M. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: Matos, H. (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**, p. 13-30. São Paulo: ECA/USP, 2012.

LOPES, I.; LEAL, D. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo Ministério da Saúde do Brasil. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación** N.º 145 (Sección Diálogo de saberes, pp. 261-280) 2020 ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X’

MANFREDI-SÁNCHEZ, J.; AMADO-SUÁREZ, A.; WAISBORD, S. Presidential Twitter in the face of COVID-19: Between populism and pop politics. [Twitter presidencial ante la COVID-19: Entre el populismo y la política pop]. **Comunicar**, 66, 83-94, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3916/C66-2021-07>.

MARTINE, G.; ALVES, J. Disarray in global governance and climate change chaos. **R. bras. Est. Pop.**, v.36, 1-30, e0075, 2019.

MCCULLOUGH, P. A. *et al.*. Pathophysiological Basis and Rationale for Early Outpatient Treatment of SARS-CoV-2 (COVID-19) Infection. In: **The American Journal of Medicine**, Vol 134, No 1, 2021.

MEDE, N.; SCHAFFER, M. Science-related populism: Conceptualizing populist demands toward science. **Public Understanding of Science**, Vol. 29(5) 473–49, 2020.

MENESES, J.P. Como as leis estão a definir (e a criminalizar) as *Fake News*. **Dossiê Temático: Desinformação, Jornalismo e Modelos de Negócio** Vol.14 N.27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.5423>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência**. Genebra: WHO. 2018 Recuperado de:

<<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259807/9789248550201-por.pdf?sequence=10&isAllowed=y>>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Recomendação sobre o uso de ivermectina no tratamento de COVID-19**. 2020. Recuperado de: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/52462>>.

_____. Entendendo a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19. **Folheto informativa** n.5, 2020.

_____. **Folha informativa COVID-19**. 2021. Recuperada de: <<https://www.paho.org/pt/Covid19#cloroquina>>.

PACHECO, R.; RIERA, R. Hydroxychloroquine and chloroquine for COVID-19 infection. Rapid systematic review. **J. Évid-Based Healthc**; 2(1):74-92. 2020 Doi: 10.17267/2675-021Xevidence.v2i1.2843 | ISSN: 2675-021X

PINTO, P.; ANTUNES, M.; ALMEIDA, A. M. Instagram as a communication tool in public health: a systematic review. In: **15th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)** 24 – 27 June 2020, Seville, Spain, 2020. ISBN: 978-989-54659-0-3.

Reuters Institute for the Study of Journalism. (2020) *Digital News Report*. Recuperado de: <<https://www.digitalnewsreport.org/>>.

RECUERO, R.; SOARES, F. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. Preprint. **Journal E-Compós**. 2020

RECUERO, R.; SOARES, F.; VINHAS, O.; VOLCAN, T.; ZAGO, G.; STUMPF, E.; VIEGAS, P.; HÜTTNER, L.; BONOTO, C.; SILVA, G.; PASSOS, I.; SALGUEIRO, I.; SODRÉ, G. Desinformação, Mídia Social e Covid-19 no Brasil: Relatório, resultados e estratégias de combate. **Relatório de Pesquisa**. 2020.

SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. *Fake News*, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. **Matrizes**, V.14 - Nº 1 p. 79-106. São Paulo. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i1p79-106>.

SILVA, N.; FRA.PALEO, U.; FERREIRA NETO, J. Wildfire Risk and the Role of Local Media in the Amazonian and Temperate Forests. **Int J Disaster Risk**. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13753-019-00243-z>

SODRÉ, F. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3. 2020.

TAHAMTAN, I.; POTNIS, D.; MOHAMMADI, E.; MILLER, L.; SINGH, V. Framing of and Attention to COVID-19 on Twitter: Thematic Analysis of Hashtags. **J Med Internet Res**;23(9):e30800. 2021 Recuperado de: <<https://www.jmir.org/2021/9/e30800>>.

VASCONCELLOS-SILVA, P.; CASTIEL, L. *Fake News* e Covid-19. In: **Caderno de Saúde Pública**, 36(7): e00101920. 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00101920.

VENTURA, D.; BUENO, F. De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del “neoliberalismo epidemiológico” ante la Covid-19. **Foro Internacional**. Vol. LXI, 2 (244), 2021. DOI: <https://doi.org/10.24201/fi.v61i2.2835>

WANG X., *et al.*. Risk communication on behavioral responses during COVID-19 among general population in China: A rapid national study. **Journal of Infection**, 81, p. 911–922. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jinf.2020.10.031>

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report DGI**, 2017.

Comunicação de risco na América do Sul: uma análise da abordagem da Covid-19 nos websites governamentais³⁹

Pâmela Araujo Pinto

Ivonete da Silva Lopes

Daniela de Ulysséa Leal

Introdução

Em 2021, as Américas tornaram-se o epicentro da pandemia do novo coronavírus. Em maio do mesmo ano, a região da América Latina e do Caribe ultrapassou o número de 1 milhão de mortes causadas pela Covid-19 (Organização Pan-Americana da Saúde, 2021b). A América Latina é a região mais desigual do mundo e a sua pobreza está concentrada nas populações não brancas. Isso confirma a estreita relação entre desigualdade, renda, condições de moradia e pandemia (Caldweel; Araújo, 2020; Gomes, 2020; Teixeira, 2020). O Brasil é o país com o maior número absoluto de mortes, com mais de 700 mil vidas perdidas (até setembro de 2023). Juntamente com a Colômbia, a Argentina, o Chile e o Peru, lideraram o *ranking* de países com maior número de pessoas infectadas e mortas pela Covid-19 na América do Sul, em 2021.

O agravamento da crise sanitária na América do Sul, foco desta pesquisa, e o contexto histórico de desigualdade social na região aumentam ainda mais a dependência da população mais vulnerável em relação ao apoio do Estado, seja na forma de assistência financeira, cuidados médicos ou busca por informações adequadas (Gomes, 2020). No contexto da crise sanitária da Covid-19, tem-se verificado uma intensa procura de notícias sobre a pandemia na Internet (Abuín-Vences *et al.*, 2020). Assim, os sites dos governos e das agências oficiais de saúde ocuparam um espaço relevante, uma vez que são organizações especializadas e forneceram informações confiáveis face à infodemia e à desinformação sobre a Covid-19 (Eysenbach, 2020).

Com o objetivo de avaliar as ações comunicativas dos governos no enfrentamento do coronavírus, optou-se pela comunicação de risco (CR) para avaliar o papel desses sites na orientação dos cidadãos. A comunicação de risco considera que a experiência social do risco é influenciada por processos de informação, estruturas institucionais, comportamentos de grupo e por reações individuais, nos quais a confiança na informação

³⁹ Artigo publicado na Revista Española de Comunicación, em 2023, Suplemento 1, S20-S34 <https://doi.org/10.20318/recs.2023.7273>.

desempenha um papel essencial. O compromisso social para proteger a vida e a saúde será mais eficaz se a população tiver confiança na fonte de informação.

A comunicação de risco reclama atenção à diversidade social e à adequação das mensagens aos diferentes grupos. Em relação a esse critério, não se pode deixar de assinalar a exclusão digital na região. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (Echeberría, 2020), a cobertura da Internet na região aumentou de 50% para 70% da população nos últimos cinco anos. No entanto, ainda há 30% de pessoas desconectadas para as quais a comunicação de risco deve ser adaptada a outros meios de comunicação.

O procedimento metodológico adotado é a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa para descrever e avaliar a qualidade da informação governamental utilizada para comunicar os riscos relacionados à Covid-19. Este artigo tem como foco a interface entre a comunicação de risco (Glik, 2007; Löfstedt, 2005; World Health Organization, 2018) e a qualidade da informação aos cidadãos (Mendonça; Neto, 2015; Paolucci; Neto; Luzia, 2017).

Em relação ao empoderamento da população, a observação dos sites dos cinco países sul-americanos permite-nos argumentar que o desenvolvimento da confiança e da autonomia dos cidadãos favorece o controle da situação pandêmica (Saboga-Nunes *et al.*, 2020). Em outras palavras, os cidadãos podem ser empoderados quando lhes são oferecidos recursos de informação e serviços de qualidade pelo governo.

Desse modo, o texto está estruturado em quatro seções. A primeira e a segunda partes do capítulo apresentam o enquadramento teórico sobre a comunicação de risco no contexto do governo eletrônico e sobre o direito à informação nos websites da administração pública. Em seguida, é apresentada a metodologia utilizada para a análise e, por último, são apresentados e discutidos os resultados da investigação.

Comunicação de risco no contexto do governo eletrônico

A comunicação de risco tem as suas origens na década de 1940, com os estudos de Gilbert White sobre a percepção do risco. Após a catástrofe nuclear de Chernobyl, observou-se a falta de capacidade, a todos os níveis, para lidar com situações de crise desse tipo, tanto na adoção de medidas de emergência como na comunicação com a população. Esse acontecimento impulsionou o desenvolvimento de pesquisas sobre a comunicação de risco, que nasceu então como uma área de estudo (Soriano *et al.*, 2016).

Os conteúdos da comunicação de risco sobre Covid-19 disponível nos websites dos Ministérios da Saúde dos países analisados são exemplos da estratégia de governo eletrônico adotada para responder às exigências dos cidadãos em matéria de transparência na condução da crise sanitária. Com a disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), os governos começaram a oferecer serviços públicos e informações online para estimular a participação social e aumentar a capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos (Lamberty; Gomes; Silva, 2020; Mensah, 2018).

O foco da transparência dessas atividades é regido, sobretudo, por leis de acesso à informação (LAI). Na América Latina, a Lei Modelo da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 2008, é um marco nesse tipo de legislação (Oliveira *et al.*, 2020). Com base nessa referência, foram elaboradas normas que abordam o direito de acesso à informação pública em diferentes períodos, como ilustra o Quadro 1 (Oliveira, *et al.*, 2020; Perlingeiro; Díaz; Liani, 2016). A transparência ativa é uma das bases comuns dessas regulamentações e refere-se ao "dever dos órgãos e entidades públicas, em todos os níveis e poderes, de divulgar, de forma proativa e voluntária, informações de interesse público que produzam ou detenham, em local físico de fácil acesso e em seus websites oficiais na internet" (Araújo; Marques, 2019, p. 236).

Quadro 1: Leis de acesso à informação na América Latina

País	Ano da Publicação	Nome da lei	Link
Peru	2003	Lei da Transparência e do Acesso à Informação Público (Lei n° 27.806)	https://www.leyes.congreso.gob.pe/Documentos/Laws/27806.pdf
Chile	2008	Lei de Acesso à Informação Pública (Lei n.º 20.285).	https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=276363
Brasil	2011	Lei n° 12.527 - sobre o acesso à informação	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm
Colômbia	2015	Lei que estabelece disposições para a promoção e proteção do direito à participação democrática (Lei n.º 1.757).	http://www.secretariasenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1757_2015.html
Argentina	2016	Lei sobre o direito de acesso à informação pública (Lei n.º 27.275)	http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/265000-269999/265949/norma.htm

Fonte: Oliveira, Gomes, Paulino e Farranha (2020); Perlingeiro, Diaz e Liani (2016)

A transparência tornou-se um dos principais parâmetros na avaliação das ações governamentais no ambiente digital. Ibáñez, Rodríguez-Navas, Morales e Breijo (2021) analisaram essa característica nos sites dos Ministérios da Saúde dos governos do Chile e da Colômbia e identificaram que há um esforço insuficiente para oferecer informações transparentes e de qualidade aos cidadãos. Os autores consideram que as ações de transparência limitam-se a repositórios digitais, com informação dispersa e desatualizada, de difícil compreensão aos cidadãos.

No Brasil, Araújo e Marques (2019) investigaram a transparência ativa nos sites de 23 ministérios do Executivo Federal e identificaram que esses canais não atendiam a diversos requisitos da Lei de Acesso à Informação (LAI) brasileira. Constataram a ausência de requisitos essenciais para sites governamentais, como ferramenta de busca, indicação da localização do órgão, instruções para contato com a entidade e garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência. O estudo constatou que o site do Ministério da Saúde não cumpria diversas obrigações legais, destacando-se a ausência de informações (inclusive sobre repasses financeiros) e a desorganização do conteúdo.

Durante a pandemia da Covid-19, houve pressão pública pelo acesso aos dados. Em paralelo às restrições à LAI verificadas em 24 países, incluindo Brasil e Colômbia, as autoridades também implementaram canais para dar visibilidade à transparência no enfrentamento da crise (Rodrigues; Geraldles; Kaya, 2021). Neste capítulo, tais aspectos serão avaliados no eixo do empoderamento do cidadão, adotado segundo a perspectiva de Saboga-Nunes *et al.* (2020) como o empoderamento da população por meio de uma comunicação efetiva e precisa sobre os riscos de infecção e sobre as medidas de proteção contra a Covid-19.

Por parte dos governos e instituições relevantes, isso significa compartilhar o poder com a população (Júnior; Morais, 2020). Esse compartilhamento será observado a partir das iniciativas de transparência e da acessibilidade de sites com o objetivo de expor ações para ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços governamentais. Na pandemia, esses serviços online apontam para novas formas de atendimento à população, especialmente por meio de ferramentas digitais (teleconsultas e aplicativos - apps).

As diretrizes introduzidas pela LAI, especialmente no que se refere aos critérios de transparência e acessibilidade, estão em consonância com os princípios da comunicação de risco, uma vez que ambos destacam a importância de uma prestação de contas precisa, acessível e transparente das ações governamentais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2018) define a comunicação de risco como a troca de informações, conselhos e informações, em tempo, entre peritos, profissionais e pessoas expostas a ameaças à sua sobrevivência, saúde ou bem-estar econômico e social (Organização Mundial de Saúde, 2018). Em uma situação de pandemia, em que os indivíduos devem tomar consciência da gravidade da situação e adotar atitudes que defendam a sua saúde e a da comunidade, é possível reduzir preventivamente a transmissão através da disseminação de conhecimentos sobre a extensão dessas doenças e da educação da população sobre medidas preventivas (Jun; Yoo; Lee, 2021).

Essa comunicação orientada para o risco em situações de crise ou de emergência tornou-se uma função essencial das agências de saúde pública face ao terrorismo, às doenças e às catástrofes naturais que ameaçam constantemente a saúde física e mental de muitas populações (Glik, 2007). Uma vez que os riscos e as populações são muito diversos, a comunicação de risco deve ter um carácter dinâmico, pois precisa de ser ajustada a cada situação. Para Glik (2007), a prática da comunicação de risco em emergências de saúde redefiniu o papel da saúde pública no século XXI, exigindo uma

maior divulgação de conhecimentos epidemiológicos, comportamentais e estatísticos para o público não especializado.

Os estudos sobre a de comunicação de risco consideram desde o desenvolvimento de mensagens sobre a natureza do risco, passando pelas preocupações, opiniões e reações resultantes da disseminação das mensagens, até as questões legais envolvidas no processo de gestão do risco (Löfstedt, 2005). A comunicação de risco desempenha um papel fundamental em termos de enquadramento do risco, ou seja, as estruturas inconscientes que organizam, traduzem as experiências de vida e aplicam esquemas interpretativos sobre os riscos (Silva; Fra.Paleo; Neto, 2019), facilitando o consenso social sobre a construção e distribuição do risco. Wang *et al.* (2020) salientaram que os indivíduos expostos a informações precisas e fiáveis tendem a adotar comportamentos mais preventivos durante uma epidemia.

Eriksson (2018) observou que, na última década, a investigação sobre a comunicação de risco contribuiu para o desenvolvimento de ferramentas eficazes para a prática da comunicação de risco, como a utilização do potencial das redes sociais para criar diálogo, a escolha da mensagem certa e o seu segmento; a realização de trabalho pré-crise; e a preferência pelos meios de comunicação tradicionais em situações de emergência. A produção de conhecimentos sobre comunicação de risco nos cuidados de saúde foi significativamente atualizada com a pandemia do novo coronavírus, com base em estudos anteriores sobre o Ébola, a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) e a gripe H1N1 (Organização Mundial de Saúde, 2018).

Em termos de gestão da informação em situações de crise sanitária, pode-se concluir que as redes sociais se tornaram canais diretos de divulgação em tempo real da evolução de qualquer emergência e ferramentas essenciais para as instituições governamentais e de saúde (Doblas; Dominguez; Corral; Danet, 2022; Pinto; Lopes; Almeida, 2021).

Direito à informação nos websites da administração pública

O direito à saúde e o direito à liberdade de expressão e de informação foram consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Eles estão diretamente relacionados entre si, pois, segundo a ONU, a acessibilidade à informação é um componente fundamental do direito à saúde, pois permite aos cidadãos o direito de buscar, receber e compartilhar informações e ideias sobre o tema (Artigo 19, 2020). Para Araujo e Cordeiro (2020), o direito à informação engloba aspectos relacionados a

conteúdos, formatos e canais adequados a contextos específicos, além do acesso aos equipamentos e dispositivos tecnológicos necessários aos portadores de informação.

Wrigley Kelly, Murray, McCarthy e O'Shea (2021) realizaram um estudo sobre a qualidade da informação sobre a Covid-19 em 41 websites, dos quais 17 (41,4%) eram sítios governamentais (África, América e Europa). Os autores utilizaram normas de qualidade da informação sobre saúde automatizadas por *software* reconhecidas internacionalmente (pontuação DISCERN, critérios de referência do *Journal of the American Medical Association* e *Código de Conduta da Health On the Net Foundation*) e encontraram deficiências significativas na qualidade do conteúdo e na legibilidade da informação sobre a Covid-19. Os autores observaram que a garantia de acesso aos conteúdos de informação sobre saúde de qualidade e legíveis protegem os direitos individuais à liberdade de expressão e de opinião, bem como a proteção contra informações falsas, especialmente em tempos de emergência de saúde pública.

Na Internet, a acessibilidade é orientada pelo World Wide Web Consortium (W3C), responsável pelo desenvolvimento de normas como as Web Content Accessibility Guidelines (WCAG), bem como pela disponibilização de ferramentas para a criação de métodos de avaliação da acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência (Dioses, Tupia e Bruzza, 2021). O W3C considera essencial que a Web seja acessível, com o objetivo de proporcionar igualdade de acesso e de oportunidades a pessoas com diferentes capacidades. Essa abordagem inclusiva abrange pessoas com deficiência, idosos, moradores de áreas rurais e busca garantir que esses diferentes perfis possam compreender, navegar, interagir e contribuir com a Web (Horizonte e Ferraz, 2012). De acordo com Horizonte e Ferraz (2020), Sam-Anlas e Stable-Rodríguez (2016), a WCAG 2.0 considera quatro princípios centrais como referência para a construção da acessibilidade da informação:

- a) perceptível (deve ser perceptível),
- b) operável (podem ser manipulados para gerir interações com outras interfaces),
- c) compreensível (em termos de conteúdos e de controles de programação),
- d) robusto (deve funcionar com tecnologias atuais e futuras).

Com base nesses eixos, foram desenvolvidos parâmetros de avaliação (61 itens) que foram aplicados em ferramentas automatizadas ou como referência para avaliações manuais. A partir dos parâmetros das WCAG 2.0, Rodríguez, Calderón, Pérez e Anlas (2020) analisaram a acessibilidade dos websites da administração pública eletrônica em 20 países da América Latina. Constataram que, apesar dos avanços no desenvolvimento

de portais da Internet, a acessibilidade nesses espaços ainda é deficiente. Em todos os países, foram observados erros que dificultam a acessibilidade, que geralmente é classificada como muito pobre ou deficiente. Na amostra, o Peru foi o segundo país com o conteúdo mais acessível.

Em estudo anterior, os autores encontraram deficiências significativas nos sites governamentais peruanos, apesar da vigência do Plano Nacional de Governo Eletrônico, desenvolvido entre 2013-2017 - que adotou como eixos estratégicos a inclusão, a participação e a transparência (Rodriguez, 2017; Sam-Anlas; Stable-Rodriguez, 2016). A Colômbia ficou em quarto lugar, o Brasil em 11º, seguido pela Argentina, que ficou em 16º lugar nesse *ranking*, e o Chile, que ocupa a 19ª posição entre os países menos acessíveis. Exemplos das limitações encontradas são a falta de alternativas para a apresentação de conteúdos de texto aos utilizadores, através da conversão para outros formatos (Braille, voz, texto ampliado, etc.).

Os valores de acessibilidade elencados pelas WCAG aproximam-se dos critérios de adequação da informação da comunicação de risco, embora os primeiros enfatizem os aspectos técnicos e os segundos privilegiem as características sociais da população. A OMS (2018) alerta que, embora a pandemia seja global, são necessárias ações direcionadas para os diferentes grupos sociais, de modo a conseguir uma maior adoção de medidas de prevenção. Nessa perspectiva, destacam que (Airhihenbuwa *et al.*, 2020, p. 4) "as lógicas culturais das diferentes sociedades moldam e influenciam as suas estratégias de prevenção" [...] e que "as mensagens de comunicação devem incluir múltiplas lógicas culturais [...]". A abordagem da interseccionalidade está também a ser considerada como uma lente importante, quer na produção de estatísticas sobre as vítimas da Covid-19, quer na construção de uma estratégia de comunicação que tenha em conta a raça, o gênero, o território, a classe, a migração e outros marcadores sociais que se cruzam e aumentam a vulnerabilidade social (Lopes *et al.*, 2022).

Quando as causas dos riscos para a saúde variam de local para local, é importante adaptar as comunicações de saúde pública por território para refletir tanto o nível de ameaça como as diferentes necessidades de informação das pessoas numa determinada área (Slavik *et al.* 2021). Para a OMS, o principal objetivo da comunicação de risco na saúde pública é estabelecer um processo de comunicação interativo ao nível governamental, que sirva de interface entre o governo e todas as partes interessadas. Isso assegura que a comunicação é um exercício flexível e contínuo que pode ser adaptada e transformada conforme a necessidade (Schmidt *et al.*, 2013).

No contexto da Covid-19, para além dessa necessidade de adaptação das mensagens, as ações de comunicação de risco depararam-se com um obstáculo crescente: a infodemia sobre o novo coronavírus, ou seja, uma pandemia de desinformação sobre o vírus (Eysenbach, 2020; Islam *et al.*, 2020). Os cidadãos se tornaram vulneráveis em contextos de desordem informativa em todo mundo, já que a capacidade de detectar a desinformação é ainda limitada face ao alcance e à circulação das mensagens, especialmente no ambiente online (Posetti; Bontcheva, 2020).

Ações como a verificação de fontes e da veracidade de conteúdos em sites relacionados à saúde tornam as agências de saúde (nacionais e internacionais) líderes estratégicos na expansão do conhecimento em saúde e na erradicação de mitos (Norman; Skinner, 2006; Rudd; Baur, 2020). Nesse sentido, um desafio fundamental na área de comunicação e saúde tem sido a falta de modelos teóricos adequados de orientação para o desenho de campanhas de comunicação pública em tempos de crise, especialmente com o avanço das plataformas de mídia social como mediadoras de conteúdo (Malik; Kha; Quan-Haase, 2021).

Metodologia

Este estudo adotou uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e descritiva para avaliar a comunicação de risco sobre a Covid-19 presente nos sites governamentais de saúde da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia e do Peru. O objetivo foi analisar como os riscos da pandemia foram divulgados nos sites dos Ministérios da Saúde desses governos, observando especificamente a incorporação das diretrizes da OMS quanto à adequação das mensagens para diferentes grupos sociais. Teve também a intenção de identificar se esses conteúdos contemplam as comunidades de acordo com as suas características socioeconômicas e étnico-raciais e se oferecem ferramentas para enfrentar a crise através de serviços digitais. As hipóteses deste estudo são: H1- os sites utilizam informações genéricas e não contemplam a diversidade social; H2- os sites não oferecem acessibilidade aos cidadãos.

A pesquisa baseou-se na revisão da literatura (sobre comunicação de risco e comunicação governamental, com ênfase nos aspectos do governo eletrônico) e no conteúdo dos cinco portais. A análise foi efetuada entre 21 e 25 de junho de 2021. As avaliações foram realizadas manualmente pelos autores, enquanto profissionais da comunicação, e não envolveram peritos ou utilizadores externos.

As propostas de análise de sites de saúde (Eysenbach; Powell; Kuss; Sa, 2002; Mendonça; Neto, 2015; Paolucci *et al.*, 2017; Paolucci; Neto, 2021) foram adaptadas aos perfis de sites governamentais, combinando três dimensões de avaliação: dimensão técnica (interatividade - com 11 indicadores); dimensão de conteúdo (cobertura, precisão e inteligibilidade - 14 indicadores); e dimensão de reforço do empoderamento do cidadão (transparência, acessibilidade e serviços digitais - 3 indicadores).

No eixo técnico, foram destacados os canais de interação entre o site (a instituição) e os cidadãos, incluindo informações sobre suporte técnico, canais para perguntas frequentes, entre outros (ver Tabela 2).

O eixo de conteúdo incluiu critérios de cobertura, exatidão e compreensibilidade. Em termos de cobertura, foram verificadas as diferentes abordagens da Covid-19 (prevenção, transmissão, sintomas, diagnóstico, possibilidades de tratamento e vacina); em termos de exatidão, verificou-se se a informação seguia as orientações da OMS e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), observadas à luz da análise de documentos dessas instituições sobre estratégias de prevenção e de estudos anteriores sobre essa temática; em termos de inteligibilidade, procurou-se demonstrar a compreensão do texto disponível, verificando a existência de jargão médico, a clareza do texto e a utilização de imagens de apoio.

A categoria de análise empoderamento do cidadão descreveu a presença de transparência ativa de dados, com indicadores relacionados ao enfrentamento da Covid-19 nos países; aspectos relacionados à acessibilidade das informações presentes nos portais e à oferta de serviços digitais, especialmente serviços de saúde à população, por meio de dispositivos.

Resultados da pesquisa

A investigação exploratória constatou que a pandemia tem sido um tema central nos websites dos Ministérios da Saúde (MS) dos 12 países sul-americanos. A análise deste trabalho centrou-se nos sites das autoridades de saúde dos países com maior incidência de mortes, detalhados na Tabela 2 - com dados de 21 de junho de 2021. Esses indicadores mostram que a mitigação do vírus na região desafia as ações das autoridades sanitárias nacionais e internacionais. Os dados foram coletados cinco meses após o início da imunização na Argentina, Brasil e Chile e quatro meses após o início da vacinação da população na Colômbia e no Peru.

Quadro 2: Websites das autoridades sanitárias sul-americanas inquiridas

País	Website	População	Total de Mortes por Covid-19	% mortes/população total
Brasil	https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/	213 milhões	500.800	0,23%
Colômbia	https://covid19.minsalud.gov.co/	51 milhões	99.335	0,19%
Argentina	https://www.argentina.gob.ar/salud/coronavirus-COVID-19	45 milhões	88.742	0,19%
Peru	http://www.minsa.gob.pe/covid-19/	33 milhões	190.202	0,57%
Chile	https://www.minsal.cl	19 milhões	31.392	0,16%

Fonte: CEPALAC (2021), Organização Pan-Americana da Saúde (2021b)

Como mostra o Quadro 2, os ministérios da saúde da Argentina, Brasil, Peru e Colômbia desenvolveram páginas web específicas para a COVID-19, mas também abordaram o vírus nos seus portais principais. O Chile foi o único país estudado que concentrou dados sobre o vírus no portal do Ministério da Saúde. Os sites do Brasil, Chile e Colômbia priorizaram informações sobre as ações do governo para enfrentar a crise, por meio de indicadores sobre vacinação e dados epidemiológicos. Na Argentina e no Peru, os canais se concentraram na prevenção contra o vírus, por meio de orientações aos cidadãos. Além dos sites, esses governos também deram visibilidade à resposta à crise nas plataformas de mídia social de seus ministérios.

Avaliação da qualidade da informação nos websites

A dimensão técnica, primeira dimensão avaliada, foi destacada devido à dificuldade das agências em interagir com a população. Apenas a Argentina disponibilizou um canal de comunicação direta com os cidadãos, por meio de um chat automático. Já estratégias como "Fale conosco" só foram encontradas na Argentina e na Colômbia, enquanto canais de FAQ (*frequently asked questions*) apareceram na Argentina e no Chile, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3: Critérios técnicos dos websites dos Ministérios da Saúde sobre a Covid-19

Critério	Indicador	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Peru
Técnico/ Interativi dade	Dispõe de canais de interação (blog, <i>chat</i> , redes sociais, comentários)?	sim	não	não	não	não
	O website oferece o contato do webmaster ao usuário?	não	não	não	não	sim
	O website oferece FAQ (perguntas frequentes) aos usuários?	sim	não	sim	não	não
	O website oferece tutoriais de ajuda ao usuário?	não	sim	sim	sim	sim
	O website dispõe da função “Contato”?	sim	não	não	sim	não
	O website identifica os perfis da autoridade sanitária nas redes sociais?	sim	sim	sim	sim	sim
	O website disponibiliza ferramenta de busca?	sim	não	sim	sim	não
	Há menu principal?	sim	não	sim	não	sim
	O website é atrativo?	sim	sim	sim	sim	sim
	A página principal do website é informativa?	sim	sim	sim	sim	sim
	O conteúdo do website está atualizado?	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Adaptados pelos autores de Mendonça e Neto (2015) e Paolucci *et al.* (2017).

Os aspectos técnicos revelaram a existência de websites atualizados com conteúdos informativos relevantes, distribuídos em páginas iniciais atrativas. Apenas no Brasil e na Colômbia as páginas da Covid-19 não tinham um menu principal - o que implica limitações de acessibilidade para a leitura do texto e também para a utilização de tecnologias de apoio (criadas para oferecer formas alternativas de leitura a pessoas com deficiência). O Peru e o Brasil não ofereceram canais de pesquisa interna em seus sites, o que, no caso brasileiro, contradiz a LAI. Todos os sites apontavam para os ícones das redes sociais dos ministérios. Entre as plataformas de mídias sociais destacadas nesses canais, a mais proeminente foi o Facebook. Em segundo lugar, os ícones do Instagram. Twitter e YouTube apareceram em igual proporção.

Na dimensão de conteúdo, observou-se que as páginas apresentavam informações sobre prevenção e apenas o Peru não disponibilizava dados epidemiológicos sobre a Covid-19. Notou-se que os conteúdos tinham uma abordagem genérica, sem se

aprofundar nas demandas e necessidades de grupos específicos, especialmente populações vulneráveis. As exceções foram a Argentina e a Colômbia. A página da Argentina levou em consideração idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas e mulheres que amamentam. Na Colômbia, foi produzido material informativo para povos indígenas, pessoas com deficiência, moradores de rua, idosos e comunidades negras. O Quadro 4 apresenta os critérios utilizados na avaliação do conteúdo disponível nos sites.

Quadro 4: Avaliação dos conteúdos dos websites dos Ministérios da Saúde sobre a Covid-19

Critério	Indicador	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Peru
Cobertura	O website oferece informação sobre prevenção?	sim	sim	sim	sim	sim
	O website apresenta informação sobre a transmissão do vírus?	sim	sim	sim	sim	sim
	O website apresenta informação sobre os sintomas?	sim	sim	sim	sim	não
	O website apresenta informação sobre o diagnóstico?	não	não	sim	sim	não
	O website apresenta informação sobre tratamento?	sim	não	sim	não	não
	O website apresenta informação sobre vacinas?	sim	sim	sim	não	sim
Precisão	O conteúdo repete recomendações da OMS da OPAS?	sim	sim	sim	sim	sim
Inteligibilidade	A linguagem é adequada ao público a que se dirige?	sim	sim	sim	sim	sim
	O website utiliza palavras técnicas ou jargões desconhecidos do público?	não	não	não	não	não
	As imagens da página ajudam a compreender os textos?	sim	sim	sim	sim	não
	Há dificuldade para compreender a informação sobre a prevenção?	não	não	não	não	não
	Há dificuldade para entender a informação sobre a transmissão do vírus?	não	não	não	não	não
	Há dificuldade para compreender a informação sobre os sintomas?	não	não	não	não	não havia

	Há dificuldades para compreender a informação sobre o diagnóstico?	não havia	não havia	não	não	não havia
--	--	-----------	-----------	-----	-----	-----------

Adaptado pelas autoras a partir de Mendonça e Neto (2015) e Paolucci *et al.* (2017).

Foram observados problemas na hierarquização das informações nos sites, com conteúdos dispostos de forma desordenada nas páginas principais e internas. O site argentino foi uma exceção e pode ser considerado uma referência entre os analisados. No portal do Ministério da Saúde argentino havia uma imagem de destaque que levava os usuários ao site da Covid-19. O conteúdo desse ambiente estava estruturado em três perfis: cidadãos (e informação útil), equipes de saúde e informação epidemiológica. Havia um segundo menu sobre Vacinas, Medidas Governamentais, Monitor de Dados e Perguntas Frequentes. Na parte inferior da página web, havia imagens com orientações sobre prevenção e sintomas. E por fim, havia um vídeo sobre prevenção no final da página (é importante ressaltar que os vídeos possuíam apenas legendas, sem nenhuma outra forma de acessibilidade).

Não foram encontradas informações fixas sobre o vírus no website do Ministério da Saúde peruano, uma vez que estavam distribuídas por cinco seções e mudavam de posição quando o sítio era atualizado. A página exclusiva sobre a Covid-19 foi anunciada na última parte da página do website principal, através do link "Não baixemos a guarda". Nesse espaço existem importantes lacunas de informação, com ênfase na prevenção e destaque para a página sobre vacinação. Todo esse conteúdo é informação textual. O conteúdo mais completo do governo peruano foi encontrado no arquivo da seção Campanhas do portal do MS. A campanha "No bajemos la guardia ante la Covid-19" reuniu 11 vídeos (sem legendas) sobre diferentes cenários e as medidas preventivas tomadas, além de disponibilizar mensagens em 13 idiomas (pertencentes às línguas indígenas e em quéchua).

No Chile, o conteúdo sobre a Covid-19 está dividido em 11 seções sobre o vírus, localizadas no menu do lado direito. A primeira, Informação ao cidadão, é destacada, assim como Casos confirmados de COVID-19, Autocuidado com a Covid-19 e Formação do pessoal de saúde. Os idosos e os indígenas foram os únicos grupos de risco mencionados.

No Brasil, as principais informações sobre o vírus estão no site do Ministério da Saúde: dados epidemiológicos, canais de atualização do banco de dados, transparência (vacinas, leitos disponíveis, contratos, etc.), artigos sobre o tema e orientações de

prevenção (em texto e vídeos). O acesso ao site da Covid-19 está sinalizado no menu principal. Esse canal concentra informações sobre a vacina. De forma não hierarquizada, são introduzidos conteúdos sobre prevenção e informações técnicas sobre procedimentos médicos. Esses conteúdos são destacados com imagens e, quando clicados, oferecem textos e vídeos. Os critérios de avaliação deste estudo levaram em conta esse canal segmentado sobre a Covid-19.

O critério de precisão destacou o âmbito da informação divulgada pelas autoridades de saúde da OMS e da OPAS, mas houve variações no detalhe e na atualização do conteúdo. Na Argentina e no Peru, as mensagens sobre a utilização de máscaras faciais estavam desatualizadas em relação às orientações atualizadas da OMS.

Na dimensão do empoderamento do cidadão, notou-se a falta de transparência na abordagem da Covid-19 nesses canais oficiais do governo; houve uma expressiva falta de acessibilidade nos conteúdos das páginas web, com exceções pontuais que eram perceptíveis ao usuário, como os vídeos brasileiros, que tinham legendas e tradução simultânea para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a tradução de conteúdos para línguas nativas do Peru e do Chile. Entre os demais indicadores dessa dimensão, o mais recorrente foi a oferta de serviços digitais, com potencial para auxiliar a tomada de decisão dos cidadãos no contexto da crise. Os cinco sites têm versões adaptadas para acesso móvel (*smartphones*).

Discussão dos achados

Embora as páginas dos cinco governos analisados destaquem a Covid-19, observou-se que a informação tem limitações significativas em termos de qualidade, com base nas dimensões avaliadas. Essas restrições podem ter um impacto na criação de uma comunicação de risco efetiva entre os governos e os cidadãos nesses países. A baixa qualidade da informação sobre o coronavírus, também discutida por Wrigley *et al.* (2021) em outros países das Américas, pode ter um impacto nos comportamentos preventivos dos cidadãos durante a pandemia (Glik, 2007; Wang *et al.*, 2020).

A ausência de uma perspectiva interseccional na comunicação acaba por ignorar a relação entre variáveis sociais (classe, gênero e raça/etnia, etc.) e a pandemia. Estudos (Ahmed, 2020; Caldweel; Araújo, 2020; Etowa; Hyman, 2021; Starr; O'Connor; Meghani, 2021; Lopes *et al.*, 2022) mostram que o vírus não afeta todos da mesma forma, os grupos mais vulneráveis são mais suscetíveis, razão pela qual a adequação das mensagens é priorizada pela comunicação de risco (Organização Mundial da Saúde,

2018), que aponta a necessidade de ações focais contemplando a diversidade social e cultural (Airhihenbuwa *et al.*, 2020). Embora essa orientação seja uma prioridade para a eficiência e o envolvimento social com as medidas de proteção e resposta à pandemia, tem sido negligenciada na América do Sul.

A partir dos indicadores de cobertura e inteligibilidade, observou-se que os conteúdos sobre a Covid-19, especialmente os relacionados à prevenção, transmissão e sintomas, foram abordados de forma clara, o que pode favorecer a sua compreensão por um público amplo. Conforme observado por Airhihenbuwa *et al.* (2020) e Slavik *et al.* (2021), a comunicação e as mensagens de saúde precisam ser adaptadas aos territórios e suas múltiplas lógicas culturais.

Temas como os sintomas só foram ignorados no Peru. As informações sobre as possibilidades de diagnóstico e tratamento não são mencionadas em 60% dos canais. O Chile disponibilizou locais de teste à Covid-19 e a Colômbia tratou a testagem como uma ação estratégica durante a crise. O tratamento da Covid-19 foi mencionado na Argentina e no Chile, com o objetivo de explicar à população que não existe uma abordagem terapêutica exclusiva para a doença, mas que ela é dada de acordo com os sintomas de cada pessoa em decorrência da infecção. O silenciamento dessa questão pode suscitar dúvidas devido à frequente circulação de informações falsas sobre esta pandemia, tanto nos meios de comunicação social como nos meios digitais (Eysenbach, 2020).

Foram feitos esforços para introduzir novas ferramentas de acesso à saúde nos respectivos contextos, tais como orientações sobre a utilização da telemedicina. Apenas Argentina e Brasil lançaram aplicativos diretamente relacionados à Covid-19, “Cuidar” e “Conect SUS”, respectivamente. Na Argentina, Peru e Chile foi oferecido o uso da plataforma WhatsApp para consultas e contato entre a população e os ministérios.

Embora essas ações tenham ampliado o acesso dos cidadãos aos serviços (de saúde) do governo, a partilha de poder (governança da pandemia) com a população (Júnior; Morais, 2020) não foi completada. A falta de transparência dos sites governamentais (Araujo; Marques, 2019; Ibáñez *et al.*, 2021) se manteve no contexto da pandemia. Dados epidemiológicos foram as informações mais recorrentes nos canais governamentais, mas não foram encontrados dados sobre investimentos. Argentina e Colômbia divulgaram informações mais detalhadas sobre o número de pessoas contaminadas, óbitos, aspectos geográficos, sexo, idade, taxa de ocupação de leitos de terapia intensiva e cobertura vacinal. A Colômbia criou uma página com dados sobre doações internacionais recebidas.

No outro extremo, o Peru não divulgou ações de transparência sobre a pandemia. Esse cenário diverge do relatado por Rodríguez, Calderón, Pérez e Anlas (2020), em que o Peru se destacou pela transparência, e confirma a redução da transparência governamental durante a pandemia na América Latina relatada por Rodrigues, Geraldine e Kaya (2021). No Brasil, o website do Ministério da Saúde apresenta um quadro dos casos de Covid-19, com destaque para os recuperados, novos casos surgidos nas últimas 24 horas e óbitos nesse período, mas não aborda o número total de óbitos. No Chile, o conteúdo sobre a Covid-19 apenas relatava dados epidemiológicos.

Com base nas normas definidas pelo W3C, verificou-se que os websites apresentavam limitações em termos de acessibilidade (Horizonte; Ferraz, 2012, 2020; Rodriguez *et al.*, 2020; Sam-Anlas; Stable-Rodriguez, 2016). As páginas eram, predominantemente, baseadas em texto e não ofereciam opções de acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência visual. Todos os países utilizaram vídeos para comunicar sobre o vírus, no entanto, o material não apresentava legendas. A presença de legendas foi observada em um vídeo do Chile e em alguns da Argentina e do Brasil. No Peru, Colômbia e Chile, foram identificados materiais traduzidos para os idiomas locais com orientações para os cidadãos. A Colômbia foi o único país que divulgou conteúdo em inglês e adotou uma opção de contraste em seu site. O Chile e a Colômbia permitiram a opção de aumentar o tamanho do texto na tela. O Chile foi o único país a oferecer serviços de consulta médica em linha, com linguagem gestual e tradução para as línguas originárias.

Esse conjunto de deficiências de acessibilidade tem um potencial significativo para afetar o alcance das mensagens do governo no contexto da crise sanitária. A ausência desses recursos pode impactar no fraco acesso dos cidadãos ao direito à informação e às medidas de prevenção contra o vírus. A compreensão dos riscos pelo público depende de uma comunicação clara que aborde todas as particularidades do evento e seja compreendida por todos os grupos sociais.

Considerações finais sobre os websites governamentais

Os resultados confirmam a importância de os sites governamentais de saúde produzirem conteúdos informativos baseados em evidências científicas, em linguagem acessível, que valorizem as imagens e que disponibilizem ferramentas para estimular a interatividade entre cidadãos e governos, de forma a fortalecer essa relação no combate à pandemia. A atualização da informação é também necessária devido às mudanças constantes relacionadas com o vírus e a infodemia. A dinâmica do vírus e a intensificação da crise sanitária, que exigiu mais tempo de distanciamento social, não se refletiram em uma maior oferta de serviços digitais e interação com a população nos países estudados. Apenas o site argentino disponibilizou um canal de comunicação direta com os cidadãos por meio de chat, enquanto os aplicativos de serviços digitais foram encontrados apenas nos sites brasileiro e argentino.

A primeira hipótese foi confirmada, pois os conteúdos apresentaram uma abordagem genérica, contrariando as orientações da comunicação de risco, que sugerem o desenvolvimento de ações de comunicação dirigidas que levem em conta aspectos demográficos e culturais. Os grupos mais vulneráveis não tiveram destaque nas informações oferecidas nesses canais oficiais. Nesse sentido, apenas a Argentina e a Colômbia deram importância à especificidade dos idosos, das mães que amamentam, das pessoas em situação de rua e das comunidades étnico-raciais.

A acessibilidade e a adequação das mensagens, do ponto de vista da comunicação de risco, não foram abordadas nos sítios Web. Esse fato confirma a segunda hipótese. A falta de acessibilidade foi observada nos conteúdos das páginas web, especialmente para atender às especificidades das pessoas com deficiência. Foram verificadas ações concretas como a tradução de vídeos brasileiros para Libras. A adaptação dos conteúdos para atender à diversidade social foi observada no Peru e no Chile, com conteúdos publicados em línguas originárias.

São fatores centrais para o cumprimento do direito à informação e à saúde os seguintes fatores relativos à qualidade da informação: a exatidão dos dados, validados por fontes confiáveis (especialmente agências de saúde como a OMS e a OPAS); a inteligibilidade dos textos; e a disponibilidade de acesso a esse conteúdo (Mendonça; Neto, 2015; Paolucci *et al.*, 2017).

Com base nos resultados, recomenda-se concentrar o conteúdo sobre a Covid-19 numa página Web específica para facilitar o acesso e a compreensão da informação. Essa

página Web deve ser destacada em todos os canais oficiais do governo, e não apenas na área da saúde, a fim de orientar o acesso dos cidadãos e das partes interessadas. A fim de garantir o direito dos cidadãos à informação, é necessário seguir as normas de acessibilidade do W3C e aumentar a transparência, para que sejam tidos em conta os diferentes perfis de utilizadores, incluindo as pessoas com deficiência e os grupos mais vulneráveis.

Cabe ressaltar que este trabalho proporcionou um mapeamento dos critérios mais relevantes dos sites para discutir o empoderamento do cidadão frente à pandemia, mas entende-se que alguns dos aspectos discutidos precisam ser mais explorados em trabalhos futuros. A transparência no uso de recursos financeiros na gestão da pandemia é um deles. As limitações desta análise são a não inclusão dos utilizadores na avaliação dos conteúdos e a falta de homogeneidade da amostra, o que implicou uma análise não homogênea, tendo em conta que a informação foi disponibilizada em diferentes formatos (páginas exclusivas e não exclusivas para a Covid-19). As recomendações feitas neste estudo têm como objetivo reforçar o empoderamento dos cidadãos no cenário de crise, bem como evidenciar as fragilidades existentes no cumprimento do direito de acesso à informação e à saúde.

Referências

- ABUÍN-VENCES, N.; *et al.*. Tratamento noticioso da pandemia de coronavírus nos meios de comunicação digitais espanhóis. **Hipertext.Net**, 21, 15-26, 2020. DOI: 10.31009/hipertext.net.2020. i21.02
- AHMED, M. H. Aliança de Étnicas Negras e Minoritárias (BAME) contra a COVID-19: um passo em frente. **Journal of Racial and Ethnic Health Disparities**, 7(5), 822-828, 2020. DOI: 10.1007/s40615-020-00837-0
- AIRHIHENBUWA, C. O.; *et al.*. A cultura é importante na comunicação da resposta global ao COVID-19. **Prevenção de Doenças Crônicas**, 17(17), 1-8, 2020. DOI: 10.5888/PCD17.200245
- ARAÚJO, I. S. DE, E CORDEIRO, R. A.. A pandemíia e o pandemônio: Covid-19, desigualdade e direito à comunicação. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, 2020 (diciembre 2020-marzo 2021), 89-106. Recuperado de: <<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4350>>.
- ARAÚJO, L. P. M.; MARQUES, R. M.. Uma análise da transparência ativa nos sítios ministeriais do Poder Executivo Federal brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação**, 12(2), 419-439, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n2.2019.9236

ARTIGO 19. **Mentiras virais: desinformação e o coronavírus março de 2020** (edição de março), 2020. Disponível em: <<http://www.article19.org>>.

CALDWEEL, K. L.; ARAÚJO, E. M.. COVID-19 é mais mortal para os negros brasileiros, um legado de racismo estrutural que remonta à escravidão. **The Conversation**, 1-4, 2020.

DIOSES, L.; TUPIA, M.; BRUZZA, M.. Estado da Arte para Medição da Acessibilidade em Serviços de Governo Eletrônico para Pessoas com Deficiência Visual (artigo), **Anais da 16ª Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação (CISTI)**. Chaves, Portugal, 2021. DOI: 10.23919/CISTI52073.2021.9476618.

DOBLAS, M.; *et al.*. Comunicar em tempos de pandemia: uso de redes sociais e papel das unidades de comunicação em cinco hospitais andaluzes. **Revista Española de Comunicación en Salud**, v. 13, n. 2, 155-. 172, 2020. DOI:10.20318/recs.2022.6630

ECHEBERRÍA, R.. **Infraestrutura da Internet na América Latina: pontos de troca de tráfego, redes de distribuição de conteúdo, cabos submarinos e centros de dados**, 2020. Obtido do sítio Web da CEPAL: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/46388-infraestructura-internet-america-latina-puntos-intercambio-traffic-redes>>.

ERIKSSON, M.. Lições para a comunicação de crises nas redes sociais: uma revisão sistemática do que a pesquisa diz à prática. **Revista Internacional de Comunicação Estratégica**, 12(5), 526-551, 2018. DOI: 10.1080/1553118X.2018.1510405.

ETOWA, J., E HYMAN, I.. Desvendando as consequências sociais e de saúde da COVID-19 através de uma lente de raça, migração e gênero. **Jornal Canadano de Saúde Pública**, 112(1), 8-11, 2021. DOI: 10.17269/s41997-020-00456-6

EYSENBACH, G. Como combater uma infodemia: Os quatro pilares da gestão infodêmica. **Jornal de Investigação Médica na Internet**, 22(6), 2020. DOI:10.2196/21820

EYSENBACH, G.; POWELL, J.; KUSS, O.; SA, E. R. Estudos empíricos que avaliam a qualidade da informação sobre saúde para os consumidores da World Wide Web: A systematic review. **Journal of the American Medical Association**, 287(20), 2691-2700, 2002. DOI:10.1001/jama.287.20.2691

GLIK, D. C. Risk communication for public health emergencies (Comunicação de risco para emergências de saúde pública). **Annual Review of Public Health**, 28, 33-54, 2007. DOI:10.1146/annurev.publhealth.28.021406.144123

GOMES, N. L. **A questão racial e o novo coronavírus** (1-8). Brasil: Ed. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020.

HORIZONTE, B.; FERRAZ, R.. **Acessibilidade na web**. Vol I. World Wide Web Consortium (W3C) Brasil, 2012.

IBÁÑEZ, D. B., *et al.*. Transparência e comunicação em saúde nos sites governamentais de países ibero- americanos: Os casos do Chile, Colômbia, Equador e Espanha. **Jornal Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública**, **18** (12), 2021. DOI: 10.3390 / ijerph18126222

ISLAM, M. S. *et al.*. Infodemia relacionada ao COVID-19 e seu impacto na saúde pública: uma análise global da mídia social. **Jornal Americano de Medicina Tropical e Higiene**, **103**(4), 1621-1629, 2020. DOI: 10.4269/ajtmh.20-0812

JUN S.P.; YOO H.S.; LEE J.S. O impacto da declaração de pandemia na sensibilização e comportamento do público: Focando nas pesquisas do Google COVID-19. **Technol Forecast Soc Change**, **166** (1-17), 2021. DOI: 10.1016/j.techfore.2021.120592.

JÚNIOR, J. P. B.; MORAIS, M. B. Participação comunitária no combate à COVID-19: Entre o utilitarismo e a justiça social. **Cadernos de Saúde Pública**, **36**(8), 2020. DOI:10.1590/0102-311X00151620

LAMBERTY, A. O.; GOMES, T. B.; SILVA, R. L. Direito de acesso à informação pública e governo eletrônico: a transparência nos portais do Poder Executivo da Argentina e do Brasil. **Revista Da Faculdade de Direito UFPR**, **65**(1), 157, 2020. DOI:10.5380/rfdufpr.v65i1.67912

LÖFSTEDT, R. E.. Risk management in post-trust societies. Em **Risk Management in Post-Trust Societies** (1 st). Palgrave Macmillan, 2005. DOI:[10.1057/9780230503946](https://doi.org/10.1057/9780230503946)

LOPES, I.; *et al.*. Mulheres quilombolas e ausência de comunicação intercultural para o enfrentamento da Covid-19. **Revista Latinoamericana De Ciencias De La Comunicación**, **20**(38), 2022. Recuperado de <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/757>>.

MALIK, A.; KHAN, M. L.; QUAN-HAASE, A.. Divulgação de agências de saúde pública por meio do Instagram durante a pandemia COVID-19: perspectiva de comunicação de risco de crise e emergência. **Jornal Internacional de Redução de Risco de Desastres**, **61** (abril), 102346, 2021. DOI: 10.1016 / j.ijdr.2021.102346

MENDONÇA, A. P. B.; NETO, A. P. Critérios de avaliação da qualidade da informação em sites de saúde: uma proposta. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Em Saúde**, **9**(1), 1-15, 2015. DOI: 10.29397/reciis.v9i1.930

MENSAH, I. K.. Adoção de serviços de governo eletrônico: Os elementos importantes da confiança e da transparência. **Revista Internacional de Investigação sobre o Governo Eletrónico**, **14**(3), 12-31, 2018. DOI: 10.4018/IJEGR.2018070102

NORMAN, C. D.; SKINNER, H. A.. eHealth literacy: Essential skills for consumer health in a networked world. **Journal of Medical Internet Research**, 8(2), 1-8, 2006. DOI: 10.2196/jmir.8.2.e9

OLIVEIRA, R.; *et al.*. Leis de acesso à informação na América Latina - uma análise comparativa. **Confluências Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, 22(3), 115-136, 2020. DOI: 10.22409/conflu.v22i3.47120

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Atualização da Região das Américas COVID-19**, 1-6, 2021. Retirado do sítio Web da Organização Pan-Americana da Saúde: <<https://www.paho.org/en/documents/paho-covid-19-daily-update-7-april-2021>>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **América Latina e Caribe ultrapassam um milhão de mortes por COVID-19**. OPAS, 2021b. Recuperado de: <<https://www.paho.org/pt/noticias/21-5-2021-america-latina-e-caribe-ultrapassam-um-milhao-mortes-por-covid-19>>.

PAOLUCCI, R.; NETO, A. P.. Métodos de avaliação da qualidade da informação em sites de saúde: Revisão Sistemática (2001-2014). **Revista Latino-Americana de Desenvolvimento**, 3(3), 37-42, 2021. DOI: 10.46814/lajdv3n3-004

PAOLUCCI, R.; PEREIRA NETO, A.; LUZIA, R. Avaliação da qualidade da informação em sites de tuberculose: análise de uma experiência participativa. **Saúde Em Debate**, 41(especial), 84-100, 2017. DOI: 10.1590/0103-11042017s08

PERLINGEIRO, R.; DÍAZ, I.; LIANI, M.. Revista de investigações constitucionais. *Revista de Investigações Constitucionais*, 3(2), 2-56, 2016. DOI: 10.5380/rinc.v3i2.46451

PINTO, A. P.; ANTUNES, M. J.; ALMEIDA, P. A. M.. O Instagram como ferramenta para saúde pública: um estudo da América do Sul. **Ámbitos International Journal of Communication**, 53(2), 63-81, 2021. DOI: 10.12795/Ambitos.2021.i53.04

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K.. **Desinfodemia: Decifrando a desinformação sobre o COVID-19**. 1-18, 2020. Recuperado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374416_por>.

RODRIGUES, G. M.; GERALDES, E.; KAYA, G. T. Impactos da pandemia da Covid-19 nas Leis de Acesso à Informação no Brasil e no mundo. **Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação**, 14(2), 420-439, 2021. DOI:10.26512/rici.v14.n2.2021.34663

RODRIGUEZ, G. D.. El Gobierno Electrónico y Las Tecnologías de la Información y la Comunicación (Tic) En El Perú. In **Informe Temático N° 18/2017-2018 Congreso de la República** (Issue 511), 2017. Acesso em: <https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con5_uibd.nsf/FC0390555289CCAF05>

[2581D800615E50/\\$FILE/Informe_tematico_Gobierno_Electronico_y_TIC_FINAL.pdf](#)
>.

RODRÍGUEZ, Y. S.; *et al.*. Estado da acessibilidade web dos portais de governo eletrônico na América Latina. **Bibliotecas, Anales de Investigacion**, 16(1), 7-22, 2020.

RUDD, R.; BAUR, C.. Literacia em saúde e percepções precoces durante uma pandemia. **Jornal de Comunicação em Cuidados de Saúde**, 13(1), 13-16, 2020. DOI:[10.1080/17538068.2020.1760622](https://doi.org/10.1080/17538068.2020.1760622)

SABOGA-NUNES, L.; *et al.*. **Um foco de promoção da saúde no COVID-19: mantenha o cavalo de Troia fora de nossos sistemas de saúde**, 2020. Disponível em: <https://www.iuhpe.org/images/IUHPE/Advocacy/COVID19_HealthPromotion.pdf?fbclid=IwAR0iHLIo4PIIUIGOazWgdGjHq89aMt6WtPpF400UMblEkECA65v0O6ODD
[AQ](#)>.

SAM-ANLAS, C. A.; STABLE-RODRÍGUEZ, Y.. Avaliação da acessibilidade web dos portais estatais no Peru. **Revista Espanola de Documentacion Cientifica**, 39(1), 1-15, 2016. DOI: <https://doi.org/10.3989/redc.2016.1.1213>

SCHMIDT, K.; *et al.*. Saúde Pública e Doenças Transmitidas por Vetores - Um Novo Conceito para a Governação dos Riscos. **Zoonoses e Saúde Pública**, 60(8), 528-538, 2013. DOI: [10.1111/zph.12045](https://doi.org/10.1111/zph.12045).

SILVA, N. T. C. C.; FRA.PALEO, U.; FERREIRA NETO, J. A.. Discursos conflitantes sobre o risco de incêndio florestal e o papel da mídia local nas florestas amazônicas e temperadas. **Revista Internacional de Ciência do Risco de Desastres**, 10(4), 529-543, 2019. DOI: 10.1007/s13753-019-00243-z

SLAVIK, C. E.; *et al.*. As mensagens de saúde pública durante a pandemia COVID-19 refletiram os riscos locais para a saúde: uma análise de conteúdo das práticas de tweeting nas geografias canadenses. **Saúde e lugar**, 69 (novembro de 2020), 102568, 2021. DOI: [10.1016/j.healthplace.2021.102568](https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2021.102568).

SORIANO, E., *et al.*. Identificação e Análise Da Comunicação Do Risco De Desastres Naturais Em Municípios Do Estado De São Paulo. **Revista da Anpege**, v. 12, n. 19, 2016, p. 390-408. DOI: [10.5418/RA2016.1219.0016](https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0016)

STARR, L. T.; O'CONNOR, N. R.; MEGHANI, S. H.. A melhoria da comunicação de doenças graves pode ajudar a mitigar as disparidades raciais no atendimento entre os negros americanos com COVID-19. **Jornal de Medicina Interna Geral**, 36 (4), 1071-1076, 2021. DOI: 10.1007/s11606-020-06557-

TEIXEIRA, J. C.. [brasilcasaemadis.pdf](#). **Fronteiras Feministas**, 1-10, 2020. DOI: [10.1111/gwao.12536](https://doi.org/10.1111/gwao.12536).

WANG X., *et al.*. Risk communication on behavioral responses during COVID-19 among general population in China: A rapid national study. **Journal of Infection**, 81, p. 911–922. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jinf.2020.10.031>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública**. Organização Mundial da Saúde, 2018.

WRIGLEY KELLY, N. E., *et al.*. Uma análise objetiva da qualidade e legibilidade das informações online sobre COVID-19. **Saúde e Tecnologia**, 0123456789, 2021. DOI:[10.1007/s12553-021-00574-2](https://doi.org/10.1007/s12553-021-00574-2)

SEGUNDA PARTE:
MULHERES RURAIS E AS TIC: ESTRATÉGIAS DE
SOBREVIVÊNCIA NA PANDEMIA DE COVID – 19

Mulheres quilombolas e ausência de comunicação intercultural para o enfrentamento da Covid-19⁴⁰

Ivonete da Silva Lopes

Daniela de Ulysséa Leal

Jéssica Suzana M. Cardoso

Carina Aparecida Veridiano

Introdução

Diante de uma crise sanitária global do novo coronavírus, o local e suas especificidades de classe, gênero, território e outros marcadores sociais têm ganhado evidência nas pesquisas sobre comunicação e governança dos riscos da Covid-19 (Airhihenbuwa *et al.*, 2020; Start *et al.*, 2021 Lago *et al.*, 2020, Etowa; Hyman, 2021; Lopes, 2021), inclusive sendo abordadas pelo viés da cultura popular (Oliveira; Sabbatini, 2020). Essas particularidades colocam à prova a habilidade das instituições peritas⁴¹ e governamentais para lidar com o local, suas diferentes lógicas culturais e, sobretudo, desigualdades estruturais que impactam desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis em relação ao contágio do novo coronavírus.

No Brasil, os negros (pretos e pardos) formam o grupo mais vulnerável, convivem com riscos preexistentes como doenças crônicas, acesso restrito à saúde, moradias inadequadas e trabalham em atividades mais expostas ao vírus, como empregos domésticos e ou informais (Teixeira, 2020; Caldwell; Araújo, 2020; Gomes, 2020). São eles que possuem maior necessidade do suporte estatal. Na área da saúde, por exemplo, 67% dos que usam exclusivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) são negros e possuem alguma comorbidade, considerada como agravante da Covid-19, conforme aponta a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.

Entre essa população vulnerável há distinção e o território é apenas uma delas, podendo indicar ser a população rural, urbana, moradora em favela etc. Este trabalho traz resultados da pesquisa com mulheres negras, que possuem a especificidade de serem uma comunidade tradicional. Formam um grupo culturalmente diferenciado, com a

⁴⁰ Artigo publicado na Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación – ALAIC, v. 20, n. 38, 2022.

⁴¹ De acordo com Giddens (1991), instituições peritas são sistemas de excelência técnica ou de competência profissional que organizam os ambientes material e social, precisam fornecer respostas claras e precisas à sociedade, já que estas organizações definem grande parte das ações do cotidiano.

particularidade da organização social, “[...] ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

A PNAD mostra que a mulheres negras (pretas e pardas) compõem o grupo social mais vulnerável do país, correspondem a 28,7% da população, mas representam 32,8% dos pobres que vivem com menos de \$550 dólares por dia e 9,1% dos extremamente pobres – com renda diária inferior a \$1,90. Diante desse contexto, este artigo tem dois objetivos. O primeiro é trazer para o debate a urgência do respeito e incorporação da interculturalidade nas práticas da comunicação e saúde, especialmente em crises sanitárias, como a vivenciada há quase dois anos pela Covid-19. O segundo objetivo é compreender os hábitos de consumo, a lógica cultural da comunidade quilombola estudada sob a perspectiva de gênero para tensionar com o modo como o governo federal e do estado de Minas Gerais têm lidado com as especificidades das comunidades tradicionais.

Sobre o Buieié e a pesquisa

Comunidades Quilombolas são grupos étnico- raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida (IBGE, 2020). Os quilombos, antigas unidades básicas de resistência de pessoas escravizadas (Soares, 2018), hoje se configuram espaços de novas resistências, especialmente em um momento de crise sanitária como a do novo coronavírus. O vírus que chegou pelas grandes cidades se disseminou pelo interior do país, inclusive em áreas remotas, nas quais as desigualdades de acesso geográfico podem significar barreiras fundamentais para a obtenção do cuidado no cenário pandêmico (Noronha *et al.*, 2020). Além disso, a carência de infraestrutura dos serviços de saúde e a escassez de políticas públicas reforçam os prejuízos das populações rurais nos atendimentos em saúde (Maciazeki-Gomes; Nogueira; Toneli, 2016, p. 119).

Na Região da Zona da Mata Mineira existem 20 comunidades quilombolas certificadas pelo Governo Federal⁴². Uma delas é a Comunidade Quilombola Buieié (Viçosa, MG), território das entrevistadas neste artigo. No Buieié vivem 130 famílias que

⁴² Em Minas Gerais existem 420 comunidades quilombolas segundo a Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19 – IBGE (2020).

somam cerca de 600 pessoas, que na sua maioria possuem relação de parentesco e laços de sociabilidade que criam o “aparente” senso de proteção contra o vírus no local, tanto que muitos dos moradores não usam máscara por se sentirem protegidos. A comunidade acaba sendo percebida como uma extensão da casa, conforme observado nas falas das entrevistadas.

Foram entrevistadas 25 mulheres da Comunidade Quilombola Buieié, em Viçosa/MG. Elas carregam as marcas do território rural que habitam, interseccionadas por raça e classe social. A maioria delas vive com renda familiar de até um salário mínimo, o que as coloca na condição de pobreza. O perfil socioeconômico dessas mulheres vai ao encontro do resultado da pesquisa por amostra de domicílio (PNAD, 2019). As entrevistas, realizadas entre agosto e outubro de 2020, lançaram mão de roteiro semiestruturado e foram conduzidas por Carina Veridiano, aluna do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ela é quilombola e moradora no Buieié, portanto, foram tomados todos os cuidados para preservar a comunidade. A análise dos dados e do conteúdo dessas entrevistas foi realizada manualmente pelos pesquisadores, que trataram e analisaram o *corpus* textual. Esse procedimento sistemático para levantamento de indicadores que permitam a realização de inferência sobre determinado texto segue metodologia de Bardin (1977).

As entrevistas foram feitas com mulheres entre 18 e 76 anos. Entre as entrevistadas, 18 se autodeclararam pretas e sete pardas. Catorze delas são solteiras, nove casadas e duas viúvas. Sete não têm filhos e cinco possuem somente um filho. Apenas duas das entrevistadas possuem dois filhos. Acima da média nacional de dois filhos, encontram-se 11 participantes da pesquisa. Possuem maior número de filhos as mulheres na faixa-etária entre 57 e 67 anos e com menos anos de escolaridade.

Quanto à ocupação principal, seis são estudantes (três cursando ensino médio e três universitárias), 12 entrevistadas são do lar, três são domésticas/faxineiras e quatro têm a agricultura como função principal. Quando perguntadas sobre a renda familiar, 12 entrevistadas responderam que vivem com um salário mínimo por mês. Dez entrevistadas vivem com menos de um salário mínimo no mês e apenas duas vivem com uma renda entre um e dois salários. Uma das entrevistadas não soube responder. Se considerarmos que a média de membros da família é 3,44, chegamos à renda per capita de R\$ 342,15. A

maioria das mulheres conseguiu o acesso ao chamado Auxílio Emergencial⁴³, mas destacam-se as situações em que a falta de conhecimento com os aplicativos bancários e o acesso à Internet foram impedimentos para que o benefício chegasse à família.

Articulações teóricas entre comunicação de riscos e comunicação intercultural

Em tempos de crises de saúde pública, como a pandemia do novo coronavírus, as agências de saúde precisam ampliar suas estratégias de comunicação em saúde pela necessidade de se criar normas e mecanismos de práticas próprios para se comunicar riscos e responder a emergências (Glik, 2007). A comunicação de risco (CR) pode ser compreendida enquanto uma troca de informações e opiniões sobre determinado risco. É definida pela Organização Mundial de Saúde - OMS (2018) como a troca de informações, conselhos e opiniões em tempo real entre peritos ou funcionários e pessoas que enfrentam ameaças à sua sobrevivência, saúde ou bem-estar econômico ou social.

Os estudos sobre a CR consideram desde a elaboração de mensagens sobre a natureza do risco até as preocupações, opiniões e reações resultantes da divulgação das mensagens, além das questões legais que abordam o processo de gestão do risco (Lofsted, 2012; Heydari *et al.*, 2021). Nesse sentido, a CR desempenha um papel fundamental em termos de enquadramento do risco, que são estruturas inconscientes que organizam e traduzem as experiências de vida e aplicam esquemas interpretativos sobre os riscos (Silva, Fra-Paleo, Ferreira Neto, 2019), facilitando o consenso social sobre a construção e distribuição do risco. Estudos recentes já apontaram que indivíduos expostos a informações precisas e confiáveis tendem a adotar comportamentos mais preventivos durante o surto de uma epidemia (Wang *et al.*, 2020).

Como os riscos são variados e as populações também, essa comunicação tem um caráter dinâmico, já que precisa ser ajustada a cada situação (Glik, 2007). A adequação da CR para os diferentes públicos é outro aspecto relevante e concerne sobre a adaptação das mensagens para diferentes grupos, considerando as distintas estruturas sociais, culturas, estilos de vida, educação, classe social e outros aspectos demográficos, como gênero e pertencimento racial (Lopes; Leal, 2020). É preciso lembrar que as experiências

⁴³ “O Auxílio Emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise”. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio--emergencial>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

dos riscos, sejam elas individuais ou sociais, atravessam as dimensões culturais, sociais e psicológicas, e cada uma dessas interações interfere na percepção do risco pelo público e nos comportamentos associados a ela (Kasperson *et al.*, 1988).

Nessa perspectiva, Airhihenbuwa *et al.* (2020, p.4) sustentam que o engajamento da comunidade no enfrentamento à pandemia requer das autoridades em saúde conhecimento da cultura para o enquadramento da comunicação. “A lógica cultural de diferentes sociedades molda e influencia suas estratégias de prevenção [...] as mensagens de comunicação devem incluir múltiplas lógicas culturais [...]”. Esse aspecto merece ser destacado por colaborar para se pensar a comunicação para a lógica cultural das comunidades quilombolas, na qual a vivência coletiva e os laços de sociabilidade interferem na percepção dos riscos da Covid-19 e criam a aparente sensação de proteção dentro da comunidade.

A partir das particularidades observadas em relação às comunidades quilombolas, o conceito de comunicação intercultural (CIC) contribui para ampliar a problematização sobre a gestão da CR. O diálogo entre as duas concepções é visto quando a CR destaca a relevância das subjetividades, da percepção individual e coletiva que se articulam para percepção dos riscos e incorporação das medidas de proteção. A CIC, por outro lado, é uma abordagem das relações entre os grupos, reconhecendo e respeitando suas diferenças culturais. Busca “a adaptação mútua [...] ao invés da simples assimilação, e apoia o desenvolvimento da sensibilidade intercultural por parte de indivíduos e organizações” (Bennett, 2013). Destaca-se, desse modo, que “comunicação e cultura são dimensões sinérgicas que não funcionam separadamente (Ferrari, 2015, p. 44).

Relevante sublinhar que a perspectiva da comunicação intercultural surge com a compreensão de que os espaços populares são formados por diversas redes sociais nas quais se fazem presentes diversas práticas e representações (Sabbatini, 2011). A CIC, portanto, considera a realidade comunicacional das comunidades periféricas nas quais reside a percepção de que as desigualdades sociais e econômicas se mantêm apesar da evolução tecnológica (Oliveira; Sabbatini, 2020). Iniquidades essas que se exacerbaram durante a pandemia, dificultando ainda mais o acesso desses grupos marginalizados a serviços básicos. Nesse cenário, a comunicação requer ainda mais esforços das autoridades para o diálogo intercultural que crie engajamento de grupos sociais diversificados, empatia e disposição para considerar diferentes perspectivas (Unesco, 2020).

Entretanto, pesquisas sobre comunicação e pandemia têm apontado o distanciamento da abordagem da CIC. As campanhas em diversos países têm focado no comportamento individual, inclusive no Brasil, onde a comunicação promovida pelo Governo Federal tem sido generalista e destinada aos indivíduos, não tendo sido realizada nenhuma comunicação direcionada a populações rurais e comunidades tradicionais (Lopes; Leal, 2020; Ventura; Bueno, 2021). “A comunicação sobre riscos individuais é importante, mas é provável que a prevenção e o controle de mensagens sejam alcançados quando se envolve a voz daqueles que vivem nas comunidades, especialmente as que suportam o fardo mais pesado da pandemia” (Airhihenbuwa *et al.*, 2020, p. 1).

A comunicação focada no indivíduo ainda demonstra fragilidade porque as desigualdades estruturais limitam as escolhas individuais, como critica Casazza (2020). Os meios de comunicação repetem exaustivamente: “para a prevenção ao coronavírus é preciso lavar as mãos com apenas água e sabão, várias vezes ao dia”. Todos os brasileiros têm acesso a água e sabão? Adotar práticas de higiene depende de condições socioeconômicas que precisam ser consideradas num país em que 45,2 milhões vivem em moradias com alguma inadequação, entre os quais 31,3 milhões são negros (IBGE, 2020). Isso aponta que a distribuição dos riscos à saúde varia de lugar para lugar, é importante adaptar as comunicações de saúde pública por território, de modo a refletir o nível de ameaça e as distintas necessidades de informação dos indivíduos localizados em uma determinada área (Slavik *et al.*, 2021).

Nesse contexto, as lentes da folkcomunicação contribuem por analisar os fluxos comunicacionais dos grupos marginalizados na busca de compreender as ferramentas utilizadas por estes, sejam celulares, sejam grafites e murais, e de que maneira essas causas lhes tocam (Oliveira; Sabbatini, 2020). Desse modo, de acordo com os autores, em meio a uma crise de saúde, as informações que são veiculadas oficialmente não equivalem à leitura que diferentes públicos fazem, o que repercute em como estes se apropriam dessa leitura para tomar decisões no cotidiano.

Os aspectos discutidos da adequação das mensagens pela CR (OMS, 2018; Covello, 2003) e a consideração da comunicação intercultural (Airhihenbuwa *et al.* 2020; Ferrari, 2015; Lopes; Leal, 2020; Oliveira Sabbatini, 2020; Sabbatini, 2011) dialogam com o campo de estudos da comunicação e saúde. Para os pesquisadores dessa área, a comunicação é um direito à saúde (Araújo; Cardoso, 2007), assim como há “indissociabilidade entre os direitos à saúde e à comunicação e os conceitos de democracia e cidadania” (Stevanim; Murтинho, 2021, p.13).

Entre princípios que orientam o SUS⁴⁴, a universalidade e equidade colaboram para a discussão proposta neste trabalho. O primeiro versa sobre o problema do acesso, não apenas da exclusão digital, mas de “apropriação: apropriar-se de algo é tornar este algo próprio e isto só é possível na medida em que o dispositivo de comunicação é adequado aos seus destinatários” (Araújo; Cardoso, 2007, p.63). No Brasil, no primeiro ano da pandemia, Lopes e Leal (2020) verificaram que a comunicação governamental teve como suporte as redes sociais e o website. Desconsiderou-se, portanto, os desconectados, que somam 47 milhões de brasileiros. Ao se observar o marcador cor/raça, os números são ainda maiores: 35% da população indígena e 29% da negra não estão conectados. Isso indica que, ao fazer opção unicamente pela comunicação digital, o governo expôs ainda mais os segmentos vulnerabilizados pela ausência de acesso à informação.

O princípio da equidade do SUS considera as desigualdades sociais, o contexto e a posição que o sujeito possui no mundo, que impactam a forma de acesso e apropriação das informações (Araújo; Cardoso, 2007). A equidade refere-se às diferenças, “[...] condições de vida e saúde, necessidades e possibilidades das pessoas e a necessidade de tratar diferentemente os desiguais. Tendo como premissa a existência de uma sociedade desigual, fala de estratégias redistributivas” (idem, p.64).

Resultados e discussões

Algumas características do perfil das entrevistadas precisam ser retomadas para melhor compreensão dos hábitos de consumo midiático. A maioria vive em condição de pobreza, 16 delas são chefes de família, por isso conseguiram acessar o Auxílio Emergencial. Todavia, destacam-se as situações em que a falta de conexão com a Internet e literacia sobre as tecnologias digitais, como aplicativos bancários, apresentaram-se como entraves para que o benefício chegasse às famílias. Houve três relatos sobre tais fatos e inclusive uma reclamação: “[comecei] a receber depois de três meses. O pagamento demora para sair. Eles [governo] não falam nada e ficamos sem saber o porquê” (Participante 10, 2020).

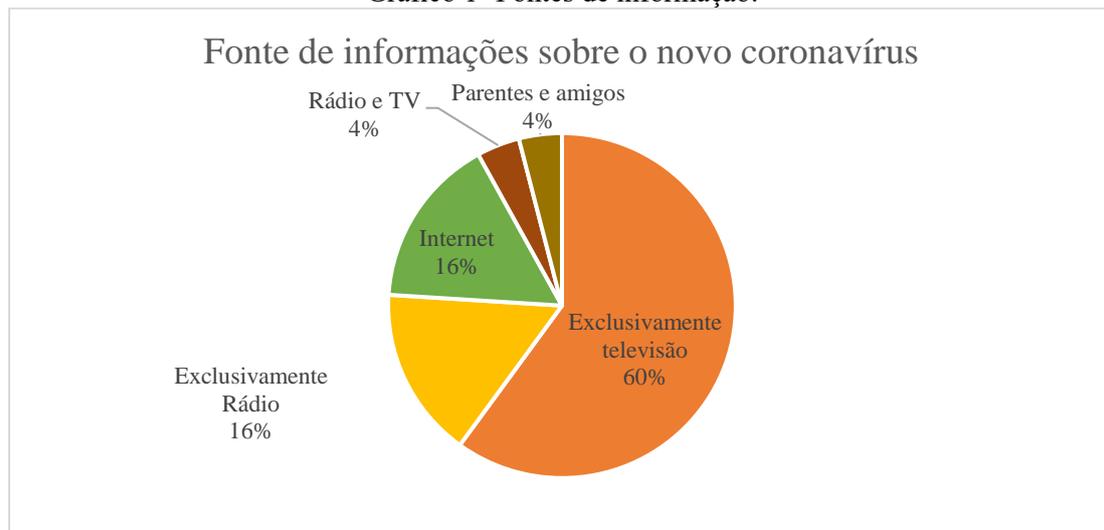
A condição socioeconômica impacta no acesso às tecnologias e, conseqüentemente, restringe as opções à informação. Entre as participantes da pesquisa, 18 responderam que têm rádio e televisão em suas casas. A presença de computadores,

⁴⁴ Princípios doutrinários: universalidade, equidade e integralidade, princípios organizativos: descentralização, hierarquização e participação.

seja de desktop ou notebook/tablet, ocorre apenas na casa de sete entrevistadas. Somente seis casas possuem acesso a algum provedor de internet. Sete mulheres não fazem o uso do celular e 14 afirmaram ter acesso à internet. Destaca-se que quatro conectam a Internet na casa de vizinhos e/ou parentes e também nos locais de trabalho.

A televisão é a principal fonte de informação entre as entrevistadas. Conforme demonstra o gráfico 1, 60% delas se informam exclusivamente pela televisão. Argumentam ser esse o meio “mais fácil de entender e compreender as informações, por ser uma fonte mais segura e confiável” (Entrevistadas 14 e 19). Outra respondente (21) prefere a televisão “porque na televisão vejo as pessoas falando é mais fácil para entender”. Outra destacou: “Eu prefiro a televisão porque ela é um meio mais fácil, explica e a gente vê o povo falando e nas redes sociais às vezes tem *Fake News*”⁴⁵ (Participante 22).

Gráfico 1- Fontes de informação.



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Quatro entrevistadas mencionaram a importância de se assistir aos telejornais para se informar sobre a pandemia. Para elas, essa é a fonte principal de informação sobre o novo coronavírus. O telejornal, ao mesmo tempo que pode passar informações úteis sobre o risco e prevenção da Covid-19, veicula notícias e dados sobre as consequências da pandemia no mundo, o que pode gerar angústia e comprometer a absorção de informações importantes, a exemplo da fala de uma das entrevistadas: “Sim, explicou claramente, mas também assustou muito as pessoas com informações, deu um choque com o tanto de que

⁴⁵ Notícias de fontes não críveis, que mesmo apresentando falsidade intencional e verificável, possuem capacidade de induzir leitores ao erro (Allcott; Gentzkow, 2017).

morreram, muitas adoeceram, a televisão trouxe informação, mas também um apavoramento” (Entrevistada 7).

Outro aspecto relevante observado na pesquisa é que não há distinção entre noticiário e as campanhas institucionais sobre a Covid-19. As notícias são realmente o número de mortes, o alastramento da doença no Brasil e no mundo, entre outras. Já as campanhas institucionais são aquelas voltadas para a prevenção do vírus, incentivando o isolamento social e o uso de máscaras, e mais recentemente sobre a vacinação. Essa confusão é percebida quando se perguntou sobre o que as campanhas institucionais sobre o novo coronavírus mostravam. Para a entrevistada 4, “Mostrava muita morte é nada de bom”; “como o Covid-19 estava avançando pelas cidades e estados, as mortes e a quantidade de pessoas contaminadas” (Participante 12); “mostrou como se proteger, mortes, pessoas contaminadas, como o vírus estava se alastrando e como chegou tão rápido nos países e cidades do mundo inteiro” (Participante 18); “mostrava como o vírus estava se disseminando entre as pessoas e também mostrava muito o tanto de hospitais que estavam sendo construídos, porque os casos só iam aumentando” (Participante 7); “mortes, pessoas no hospital sendo intubadas no CTI, grande quantidade de covas que estavam sendo abertas, o boletim diário de como a doença estava avançando” (Participante 19).

Para as mulheres do Buieié, o rádio também desempenha papel importante, sendo que 16% das entrevistadas se informam exclusivamente por esse meio. De acordo com as entrevistadas, a preferência se dá porque “acho que o rádio é mais fácil, pois está falando toda hora como a cidade e seus entornos estão” (Participante 17) ou “porque eu faço os serviços domésticos e fico ouvindo o rádio que traz informações diárias de como estão as coisas na cidade, é o boletim do coronavírus” (Participante 16).

Para 13% das entrevistadas, a informação sobre o novo coronavírus é obtida exclusivamente pela internet, pois segundo uma entrevistada, “temos uma visão ampla pela internet, as informações são do mundo todo e o tanto de casos” (Participante 15). De acordo com outra entrevistada, “no Facebook pega as informações mais concretas, já no jornal eles passam só um resumo da notícia, na Internet a notícia é completa.” A entrevistada usa como sinônimos Facebook e internet, contudo, não podemos afirmar a qualidade da informação e a credibilidade da fonte. As interações *online*, por serem mediadas por meios técnicos, transmitem informação e conteúdo simbólico a indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo ou em ambos, e que podem não compartilhar o mesmo referencial (Thompson, 2014).

Quando as entrevistadas foram perguntadas sobre a utilidade e a compreensão das informações que elas acessaram sobre o novo coronavírus, muitas afirmaram ser de grande utilidade: “eu entendi que não pode ficar aglomerando no meio de muita gente, usar álcool em gel, ter umas ou três ou quatro máscaras, usar sempre que sair de casa e lavar as mãos constantemente”; “as maneiras de prevenção e do isolamento social, de que precisavam parar tudo para não haver transmissão, assim fechou os comércios, fizeram barreiras na entrada da cidade, tirou os ônibus para evitar aglomeração e contágio” (Entrevistada 15); “a dificuldade foi entender como o vírus começou, disse que veio do morcego, depois da China e depois do porco” (Entrevistada 22).

Além dos meios de comunicação, pode-se obter informações sobre os riscos da pandemia por outras fontes, não oficiais, mas que compõem uma rede de comunicação. Nesse sentido, 87% das entrevistadas afirmaram receber outras informações através de parentes e amigos, 8,6% de agentes de saúde e 4,4% dentro da igreja. Uma única entrevistada afirmou que só se informa por meio de parentes e amigos, pois acha que eles explicam para ela de forma mais clara sobre o risco da Covid-19.

Destaca-se que o poder público não considerou a estratégia do “*two-step flow of communication*” (Oliveira, Sabbatini, 2020), princípio básico da Folkcomunicação, não inserindo intermediários nos fluxos de comunicação sobre a pandemia, como as lideranças quilombolas, que compartilham do mesmo universo simbólico das entrevistadas. A tentativa mais similar de realizar uma aproximação entre a comunicação sobre a pandemia e seus públicos de interesse pode ser percebida na campanha “Minas é do tamanho dos mineiros⁴⁶”, lançada pela secretaria de saúde do estado, em dezembro de 2020, que afirma que o estado de Minas Gerais está pronto para superar a crise. Nessa campanha, o estado utiliza apenas uma semelhança geral de sua população na tentativa de realizar uma comunicação mais próxima dos mesmos; entretanto, ao fazer isso, apenas reforça o caráter generalista de suas ações comunicacionais.

Ao falar da comunicação do governo mineiro, ressalta-se que, assim como o Governo Federal, Minas Gerais também concentrou suas ações nos meios digitais. Apenas três campanhas foram veiculadas nas mídias tradicionais e mais presentes na cultura das mulheres entrevistadas neste trabalho. As duas primeiras foram divulgadas em

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/estado-lanca-campanha-para-sensibilizar-a-prevencao-da-Covid-19>>. Acesso em: 23 ago. 2021

junho de 2020 e são assim divididas: uma focada no Programa Minas Consciente⁴⁷ e outra trata-se do balanço das ações estaduais para o enfrentamento da crise sanitária⁴⁸, dando enfoque na eficiência da administração estadual na gestão da pandemia.

Considerações finais: o nacional, o estadual e a inadequação da comunicação

No Brasil os desconectados somam 47 milhões de brasileiros. Em meio a uma crise sanitária como a do novo coronavírus, as ações de comunicação dos riscos realizadas de forma adequada auxiliam na prevenção da doença e podem salvar vidas. Entretanto, o Governo Federal não considerou as especificidades da população brasileira em suas ações de comunicação. Os meios digitais foram o foco das estratégias comunicacionais do Governo Federal e do estado de Minas Gerais. A ausência de campanhas massivas na televisão ou no rádio entre as estratégias governamentais para engajar a população na prevenção da Covid-19 desconsiderou os desconectados e as características do consumo midiático de populações como a estudada neste trabalho, que buscam se informar principalmente por esses meios.

Além da concentração da comunicação dos meios digitais, a pesquisa aponta para a ausência de adequação das mensagens aos grupos sociais, sobretudo às comunidades tradicionais. A pesquisa de Lopes e Leal (2020) revelou que as campanhas do Governo Federal, entre março e setembro de 2020, tiveram ênfase generalista. A segmentação mais visível foram os filmes institucionais destinados a diferentes regiões brasileiras, além de duas peças destinadas às crianças, ou melhor, aos cuidados que pais e responsáveis deveriam ter para protegê-las do vírus.

No mesmo período, apenas 16 peças de comunicação, entre as 94 publicadas pelo governo mineiro no Facebook, foram adaptadas. O público-alvo foram trabalhadores, em geral, e aqueles que atuam como entregadores ou motoristas, crianças, pais ou responsáveis, e gestantes. Não houve priorização da população rural, indígena e quilombola.

Destaca-se ainda que tanto no âmbito federal ou estadual não se atentou para envolver as mulheres que ocupam, especialmente nas comunidades rurais e tradicionais,

⁴⁷ O Programa “Minas consciente – retomando a economia do jeito certo” objetiva lidar com os estágios da pandemia de acordo com sua manifestação em cada região e orienta uma “retomada segura das atividades econômicas nos municípios do estado”. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/minasconsciente/entenda-o-programa>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/cidadao/banco-de--noticias/story/13055-campanha-divulga-importancia-do-plano--minas-consciente>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

o papel de responsáveis pelo cuidado, seja da família ou da própria comunidade. Embora as mulheres tenham sido as mais afetadas pela pandemia, pela vulnerabilidade e sobrecarga de trabalho, a perspectiva de gênero tem sido negligenciada tanto nas campanhas governamentais como na cobertura jornalística. Destacam Lago *et al.* (2020, p. 97) que “a pandemia não tem rosto de mulher. Não é narrada, pensada, relacionada às mulheres”.

A pandemia tem mostrado que os grupos mais vulneráveis continuam à margem do apoio estatal para enfrentar a crise atual. Contudo, resistem e criam estratégias de sobrevivência. As comunidades quilombolas têm se organizado e se (re)configurado como espaços de novas resistências, o que será analisado em trabalhos futuros.

Referências

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, 31(2), 211-236. 2017. Doi: 10.1257/jep.31.2.211

ARAÚJO, I; CARDOSO, J. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AIRHIHENBUWA C, et al. Culture Matters in Communicating the Global Response to COVID-19. **Prev Chronic Dis**. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5888/pcd17.200245>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977;

BATISTA, L. A comunicação dos riscos no mundo corporativo e o conteúdo da mensagem. In: **Organicom** Ano IV n.06. 2007

BRASIL. **Decreto n.6040/2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades dos Povos Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

CALDWELL, K. L.; ARAÚJO, E. **COVID-19** is deadlier for black Brazilians, a legacy of structural racism that dates back to slavery. 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/Covid-19-is-deadlier-for-black-brazilians-a-legacy-of-structural-racism-that-dates-back-to-slavery-139430>. Acesso em mar. 2021

CASAZZA, I. **O acesso à água e os excluídos da prevenção à Covid-19**. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1789-o-acesso-a-agua-e-os-excluidos-da-prevencao-a-Covid-19.html#.YRk40T2Sk2w>. Acesso em: 02 mar. 2021

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - **Cetic-BR**. Disponível em <https://cetic.br/pt/pesquisas/>. Acesso em: 10 mar. 2021

COVELLO, V. T. Best practices in public health risk and crisis communication. **Journal of Health Communication**, v. 8, n. February 2003, p. 5–8, 2003.

ETOWA, J., HYMAN, I. Unpacking the health and social consequences of COVID-19 through a race, migration and gender lens. **Can J Public Health** 112, 8–11. 2021. <https://doi.org/10.17269/s41997-020-00456-6>

FERRARI, M.A. **Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha**. Em 23/03/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml?_ga=2.146455476.1677150191.1616248670-733122905.1606862120>.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991

GLIK, D. C. Risk communication for public health emergencies. **Annual Review of Public Health**, 28, 33–54. 2007 DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.28.021406.144123>

Gomes, N. L. **A questão racial e o novo coronavírus** (1–8). Ed. Friedrich-Ebert-Stiftung, Brasil. 2020 ISBN 978-65-87504-02-5

HEYDARI, S. T., et al. The effect of risk communication on preventive and protective Behaviours during the COVID-19 outbreak: mediating role of risk perception. **BMC Public Health**, 21(1), 1–11. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-020-10125-5>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19 Notas Técnicas**. 2020. Disponível em: <<https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/sharing/rest/content/items/9556f8bfb3834b86a8cbe907a3cd0d2d/data>>. Acesso em: 29 abr. 2021

KASPERSON, R. E.; et al. The social amplification of risk: a conceptual framework. **Risk Analysis**, v. 8, n. 2, 1988.

LAGO, C.; et al. A pandemia não tem rosto mulher. **Revista Alaic**, v. 19, n. 35. 2020

LOFSTEDT, R. **Risk Management in Post-Trust Societies**. Londres: Ed. Routledge, 2012.

LOPES, I. Ausência de raça e gênero no enfrentamento da pandemia no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 15(2). 2021. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i2.2409>

LOPES, I; LEAL, D. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo Ministério da Saúde do Brasil. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación** N.º 145, (Sección Diálogo de saberes, pp. 261-280). diciembre 2020 - marzo 2021. ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

MACIAZEKI-GOMES, R.C.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J.. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, 28(1), p. 115-124, 2016.

NORONHA, K.; et al.. Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. **Cadernos de Saúde Pública** ISSN 1678-446436 n.º.6 Rio de Janeiro, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência.** Genebra: WHO, 2018.

PNAD 2019. **Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>>. Acesso em: 9 abr.2021.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. **Digital News Report.** 2020.

SILVA, N. T. C.; FRA.PALEO, U.; FERREIRA NETO, J. Wildfire Risk and the Role of Local Media in the Amazonian and Temperate Forests. **Int J Disaster Risk.** 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13753-019-00243-z>

SLAVIK C.; et al. Examining Tweet Content and Engagement of Canadian Public Health Agencies and Decision Makers During COVID-19: Mixed Methods Analysis

J Med Internet Res 2021;23(3): e24883DOI: 10.2196/24883

SOARES, I.P. Ainda guardo o direito de algum antepassado de cor: luta quilombola brasileira. **Revista Kátal**, Florianópolis, v. 21. n. 3, p. 574-583m set./dez. 2018.

STARR, L. T.; O'CONNOR, N. R., MEGHANI, S. H. Improved Serious Illness Communication May Help Mitigate Racial Disparities in Care Among Black Americans with COVID-19. **Journal of General Internal Medicine**, 36(4), 1071–1076. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11606-020-06557-9>

STEVANIM, L. F.; MURTINHO, R. **Direito à comunicação e saúde.** [s.l.] Fiocruz, 2021.

TEIXEIRA, J C. Brazilian housemaids and COVID-19: How can they isolate if domestic work stems from racism? **Gender Work Organ.**; 28(S1): 698– 707. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/gwao.12536>

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2014.

VENTURA, D. de F. L.; BUENO F. T. De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del “neoliberalismo epidemiológico” ante la Covid-19. **Foro Internacional.** Vol. LXI, 2 (244) 2021 DOI: <https://doi.org/10.24201/fi.v61i2.2835>

WANG X., *et al.*. Risk communication on behavioral responses during COVID-19 among general population in China: A rapid national study. **Journal of Infection**, 81, p. 911–922. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jinf.2020.10.031>

Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia⁴⁹

Ivonete da Silva Lopes
Lindemberg Ribeiro Caetano
Jéssica Suzana M. Cardoso

Introdução

A comunicação historicamente tem sido apropriada por militantes, organizações e intelectuais negros como um meio de resistência e luta contra as diversas formas de opressão, como as materiais e as simbólicas. Antes mesmo da abolição oficial da escravidão no Brasil (1888), havia publicação de jornais negros. Apesar das condições desiguais, os periódicos edificaram uma “rede de solidariedade negra à qual interessavam a conservação de garantias individuais e também a construção de uma voz coletiva direcionada ao fortalecimento do grupo” (Pinto, 2010, p.20). Em várias fases da história do Brasil, há registros da apropriação da comunicação para dar visibilidade às demandas do grupo, fazer denúncias e mobilizar a sociedade na luta contra o racismo e as desigualdades (Pereira, 2013; Gomes, 2017).

Este trabalho se insere nessa perspectiva ao analisar as estratégias de resistência e comunicação adotadas por duas organizações negras durante a pandemia da Covid-19 na rede social Instagram. Pretende-se contribuir com a produção de conhecimentos na interface comunicação e quilombolas. Um Estado da Arte sobre a temática foi realizado em quatro plataformas nacionais e duas internacionais⁵⁰. Entre os 77 trabalhos encontrados, apenas quatro analisavam a relação (comunicação e quilombolas) como central ao debate. Os estudos reforçam que os processos de mediação da informação auxiliam no desenvolvimento e emancipação das populações quilombolas. Apontam a emergência de sujeitos, que fazem uso da informação para intervir socialmente, resistir e exercer sua cidadania, dentro e fora das comunidades (Pereira; Santos; Barreira, 2016; Sgoti, 2016; Bargas, 2018; Crisóstomo; Melo; Terso, 2022)

Além das poucas pesquisas realizadas acerca da relação entre a comunicação e quilombolas, a pandemia da Covid-19 acentuou a necessidade de se discutir o tema diante

⁴⁹ Artigo publicado na Revista Mídia & Cotidiano, volume 16, nº 3, setembro-dezembro de 2022.

⁵⁰ Foram consultadas: Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OasisBr), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Plataforma Scopus e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

da negligência do governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022), que agravou a situação dos grupos mais vulneráveis, como os quilombolas. Estudos apontam a negligência do Governo Federal em ações de saúde e assistência social (Ventura; Bueno, 2021; Gomes, 2020). Destaca-se ainda a ausência de campanhas governamentais massivas de enfrentamento ao vírus, sobretudo as direcionadas aos grupos mais vulneráveis (Gomes, 2020; Lopes; Leal, 2020). Para buscar compreender a interface entre comunicação e resistência quilombola, elegemos a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N’Golo).

A Conaq nasceu no Quilombo de Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa/BA, em 1996. Articula o movimento quilombola do país, com participantes dos 26 estados brasileiros. Já a N’Golo, criada em 2005, é a organização que representa os quilombolas de Minas Gerais na luta pela promoção de direitos das comunidades, no controle social e na articulação de políticas públicas no estado. A opção por esse estado, justifica-se por ser a unidade da federação que possui o maior número de municípios com comunidades quilombolas (IBGE, 2020). Conaq e N’Golo são organizações que, cada uma em sua esfera, representam os povos quilombolas, cujas vivências são perpassadas por opressões interseccionais (Crenshaw, 2002) envolvendo gênero, raça, classe e território. Especificamente, o presente trabalho busca compreender como a comunicação tem sido apropriada pelas organizações quilombolas Conaq e N’Golo. Duas perguntas centrais direcionam o trabalho: 1) Como a comunicação tem colaborado para denunciar o descaso governamental e criar redes de solidariedade? 2) Como as organizações buscaram suprir a carência de informação estatal para proteger do vírus a população quilombola?

Comunidades quilombolas, pandemia e liderança feminina

No Brasil, os negros (pretos e pardos) formam o grupo mais vulnerável da sociedade: convivem com riscos preexistentes como doenças crônicas, acesso restrito à saúde, moradias inadequadas e trabalham em atividades mais expostas ao vírus da Covid-19, como empregos domésticos e/ou informais (Teixeira, 2020; Caldwell; Araújo, 2020; Gomes, 2020). Essa é a população que possui maior necessidade de suporte estatal. Na área da saúde, por exemplo, 67% dos que usam exclusivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) são negros (Brasil, 2017) e possuem alguma comorbidade, considerada como agravante da Covid-19 (Ferreira; Camargo, 2021).

A população quilombola integra o grupo racial negro, majoritário no Brasil. Contudo, os quilombolas possuem especificidades por serem comunidades tradicionais caracterizadas pelo território e culturalmente diferenciadas. No país, as comunidades quilombolas “[...] ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007). As mulheres quilombolas historicamente têm sido lideranças em seus territórios, atuando na promoção da saúde e da assistência social, fomentando o debate político e propondo soluções aos problemas das comunidades (Dealdina, 2020; Fernandes *et al.*, 2020). Redes de solidariedade e apoio são construídas por meio da articulação dessas mulheres nas e entre as comunidades, possibilitando eco às causas quilombolas junto ao poder público (Crisóstomo; Melo; Terso, 2022).

Essas mesmas mulheres ainda lidam com a má gestão da crise sanitária por parte do Governo Federal, que não se acanha em expor ao risco os grupos sociais vulneráveis, historicamente menosprezados nas falas racistas e misóginas do então presidente da nação⁵¹. São esses/as brasileiros/as que durante a pandemia sofrem o impacto da redução e inconstância do pagamento do Auxílio Emergencial, que teve valores significativamente reduzidos entre 2020 e 2021. Inicialmente o apoio estatal variava de R\$ 600 (\$112,15)⁵² a R\$ 1.200 (\$224,30) por mês – sendo o maior valor pago às mulheres chefes de família, no ano seguinte rebaixado para entre R\$ 150 (\$28) e R\$ 375 (\$70).

Como forma de lutar pelo direito constitucional de acesso e proteção à saúde quilombola, a Conaq entrou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), número 742, no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2020. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), depois de várias tentativas de diálogo com o Estado para garantir

⁵¹ Jair Bolsonaro em diversas ocasiões foi misógino, racista e homofóbico. Entre esses episódios citamos apenas três deles: 1) em 2014, agrediu a deputada Maria do Rosário (PT), ex-ministra dos Direitos Humanos, dizendo: “Não estupro você porque não merece”; 2) perguntado como agiria se um de seus filhos se apaixonasse por uma mulher negra, respondeu: “eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco”; e, 3) durante a campanha eleitoral para presidente foi acusado de racismo por falar que quilombolas da comunidade “não fazem nada” e “nem para procriador eles servem mais”. Baseado na trajetória política de Jair Bolsonaro, deputado federal por quase 30 anos, pode-se afirmar que está sendo coerente com sua gestão como presidente da república no desprezo aos grupos mais vulneráveis que historicamente foram ofendidos por ele.

⁵² Valores baseados na média anual (2020 e 2021) da cotação do dólar em relação ao real (US\$1 = R\$5,35). Disponível em: <https://www.aasp.org.br/suporte-profissional/indices-economicos/atualizacao-mensal/dolar/> Acesso em: 06 set. 2022.

assistência às comunidades quilombolas para o enfrentamento da pandemia, houve necessidade de recorrer ao STF.

Uma das pautas era a inclusão dos quilombolas entre os grupos prioritários da vacinação contra a Covid-19. Em entrevista concedida aos autores deste artigo, Selma Dealdina, secretária executiva da Conaq, afirmou terem conversado diretamente com Damaris Alves, então ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, sobre a inclusão. “No primeiro documento publicado pelo governo não constava os quilombolas, tivemos que ir lá brigar pela nossa inclusão e garantir o direito à vida” (Dealdina, Conaq). A ADPF 742 solicitava

[...] a interferência da Suprema Corte para que seja garantido acesso às medidas de proteção recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tais como: itens de higiene como [álcool] em gel – e equipamentos de segurança individual como máscara, além do acesso à água potável e segurança alimentar, cujo intuito é viabilizar o isolamento social para a população quilombola, medida também recomendada pela OMS (CONAQ, 2021).

Depois de seis meses, o STF determinou ser de responsabilidade do Governo Federal a elaboração de um Plano de Combate à Covid-19 para a população quilombola (STF, 2021). A demanda da Conaq foi parcialmente atendida⁵³. Não foi contemplado, por exemplo, o pedido de proteção possessória ao território tradicional das comunidades ameaçadas de despejo.

A inexistência de dados mais precisos sobre as populações quilombolas em tempos de pandemia (território, étnico-racial e gênero) continua dois anos após seu início, em 2020. A carência dessas informações levou 150 entidades representativas do Movimento Negro e das periferias do país, integrantes da Coalizão Negra Por Direitos, a enviar um documento ao então ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta (2019-2020). O documento solicitava que as informações sobre cor/raça, etnia, gênero e território fossem divulgadas (Gomes, 2020). Entretanto, cada estado decide se coleta e divulga essas informações. Pesquisa de Lopes (2021) revelou que apenas quatro estados traziam estatísticas sobre pertencimento racial e gênero em abril de 2021. Isso acontece em

⁵³ Na sequência da deliberação da ADPF 742 foi instituído um prazo de 72 horas para a criação de um grupo de trabalho interdisciplinar e paritário, com a finalidade de debater, aprovar e monitorar a execução do Plano. Como determinação, o grupo devia ser composto por representantes de Ministérios do Estado e contar com representantes da Conaq. Ainda na decisão, liderada pelo Ministro Marco Aurélio de Mello, foi determinado que o Governo Federal “Providencie, no máximo em 72 horas, a inclusão, no registro dos casos de Covid-19, do quesito raça/cor/etnia, asseguradas a notificação compulsória dos confirmados e ampla e periódica publicidade” nas plataformas de informação (STF, 2021).

desacordo com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que determina a necessidade da coleta de dados sobre pertencimento racial e de gênero.

Território, desconexão e vulnerabilidade: dilemas interseccionais

Ao analisar a comunicação na pandemia, precisa-se evidenciar que a exclusão infocomunicacional é uma dimensão da desigualdade estrutural que tem se exacerbado durante a crise global do novo coronavírus. Como enfatizam Domínguez e Navarro (2019, p. 226), a brecha digital “é um fenômeno multifatorial que está ancorado nas desigualdades históricas, sociais, econômicas, educacionais, entre outras, onde o aspecto tecnológico se expressa como mais uma exclusão”. A desconexão na pandemia foi mais um fator que ampliou as desigualdades enfrentadas por determinados grupos étnico-raciais. Foi na tentativa de desnudar problemas como este que Kimberlé W. Crenshaw (2002) cunha o termo interseccionalidade, que promove o debate, trazendo à luz opressões vivenciadas por indivíduos e grupos sociais que apresentam diversos marcadores sociais (gênero, raça, etnia, classe, território, idade...), antes invisibilizados.

No Brasil,

a histórica exclusão infocomunicacional [...] tem favorecido a lógica de concentração e centralização de capital, bem como de utilização dos meios para perpetuar a estrutura desigual de poder no país, com marcadores evidentes de classe, raça, gênero e território, vistos interseccionalmente (Martins; Lopes; Dourados, 2021, p. 75).

A desconexão de 47 milhões de brasileiros (CGI.br, 2020) pode ser considerada reflexo da lógica neoliberal que tem privilegiado o mercado em detrimento do reconhecimento do acesso à Internet como direito humano. Esse processo ganhou destaque na década de 1990, fase da expansão dos serviços de telecomunicações, quando houve desinteresse das operadoras de levar telefonia e Internet às áreas mais remotas e empobrecidas. Predominaram os interesses privados associados à escassez de políticas públicas para “efetivar o acesso das populações vulneráveis, ainda que esta seja uma reivindicação dos movimentos sociais desde o início da década de 2000” (Stevanim; Murtinho, 2021, p.127).

A política de comunicação adotada, focada no interesse do mercado, acentuou as desigualdades individuais, coletivas e territoriais, conforme enfatiza Arretche (2020, p.75): a “[...] oferta de serviços de banda larga parece depender [...] da renda média de cada jurisdição: quanto maior a renda de um estado, maior o tamanho de sua elite digital”.

Nessa mesma perspectiva, a autora salienta que no Brasil as iniquidades estruturais são contínuas e

[...] claramente marcadas por dinâmicas territoriais que não se limitam à esfera nacional e às suas [...] Unidades Federativas. Diferentes estudos revelaram fortes marcadores de desigualdade social, econômica e de infraestrutura em diferentes níveis de desagregação: entre regiões do país, entre estados, entre municípios e, inclusive, entre diferentes bairros ou comunidades de uma mesma cidade. (Arretche, 2019, p.133).

A desconexão, assim como outras desigualdades, pode ser vista com maior acuidade quando analisada sob a perspectiva territorial. Pesquisas apresentadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) (2019) sobre conexão digital na cidade de São Paulo mostram baixa conectividade entre bairros periféricos. Ou seja, mesmo dentro do maior centro econômico do país, há uma relação entre território, renda e exclusão digital. Nessa perspectiva, que associa território e comunicação, Pasti (2021, p.41) sublinha que o “olhar territorial para as condições comunicacionais exige, atualmente, a compreensão de que os lugares são diferenciados pelas distintas cargas de conteúdo técnico, informacional e comunicacional que se apresentam criando diferentes densidades”.

Baseado em Silva (2010), Pasti complementa seu argumento com a existência de círculos de informação descendentes e ascendentes no território. Nos primeiros, as informações produzidas por oligopólios midiáticos e empresas globais “atingem verticalmente os lugares [...]. Os círculos ascendentes se referem aos dinamismos mais arraigados ao lugar, ao dilema da sobrevivência, da resistência e da reprodução” (Pasti *apud* Silva, 2010, p. 2). Os círculos ascendentes são o que tentamos captar neste trabalho para compreender, diante das desigualdades e desconexão, como as organizações quilombolas tentaram levar informação para proteger a vida da população. Não se pode deixar de mencionar que as comunidades quilombolas são atravessadas por vários marcadores sociais (classe, território, pertencimento étnico- racial etc.) que aumentam a vulnerabilidade.

No caso das populações quilombolas, ao se cruzar a característica vulnerável deste grupo, descrita nesse artigo, e a condição territorial – cuja maioria se encontra em áreas rurais (Dealdina, 2020), percebe-se o acentuado grau de precariedade em que estão inseridas. De acordo com Fadigas (2017), a vulnerabilidade é a dificuldade em lidar, principalmente, com as situações de crise, onde o agir e o resistir, nessas condições, é prejudicado por uma combinação de fatores. Segundo a autora, a vulnerabilidade é a

combinação entre pobreza e agravamento de condições de risco (Fadigas, 2017) – e a pandemia se mostrou mais prejudicial aos mais pobres, elevando o risco dessa população de se contaminar e de vir a óbito.

Sublinham Guimarães e Novaes (2009) que a cidadania de uma pessoa em vulnerabilidade é frágil, pois lhe é retirado o direito, dentre outras coisas, à integridade física, acesso a políticas públicas, além da redução de direitos sociais, econômicos, trabalhistas e, até mesmo, políticos. Ao se analisar que uma grande parte das populações rurais quilombolas se encontra em áreas desprovidas de conexão com a Internet – meio pelo qual as ações por parte das organizações quilombolas são divulgadas –, percebe-se a exclusão parcial de parte desse grupo do acesso à informação, o que acarreta no aumento da vulnerabilidade de comunidades inteiras.

Metodologia

Este artigo é um recorte do projeto de pesquisa “Mulheres rurais e recursos infocomunicacionais: da desigualdade de acesso às estratégias na busca de informações sobre saúde”, que tem como um dos grupos investigados mulheres quilombolas. Na primeira etapa, adotou-se como estratégia a análise de conteúdo (Bardin, 2011) para compreender como as organizações quilombolas N’Golo (@ngolo20202020) e Conaq (@Conaquilombos) têm se apropriado da rede social Instagram para se comunicar sobre a Covid-19. Foram analisados os conteúdos postados entre janeiro e junho de 2021.

Depois da leitura dos conteúdos, iniciou-se o processo de seleção das Unidades de Registro (UR), ou palavras/expressões que sintetizam a ideia central de cada postagem. Após a organização e observação da UR presente em cada postagem, foi feita uma comparação para agrupar UR semelhantes. Esses agrupamentos de UR são as categorias, que são nomeadas pelos autores. A metodologia é complementada com trechos das entrevistas⁵⁴ realizadas em fevereiro de 2022, via Google Meet, com as integrantes dos coletivos de comunicação das duas organizações analisadas.

⁵⁴ 1ª entrevista: realizada em 05 de fevereiro de 2022, com Claudiana Aparecida de Paula, conselheira e integrante da comissão de comunicação da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N’Golo. 2ª entrevista: realizada em 10 de fevereiro de 2022, com Selma dos Santos Dealdina, secretária executiva da Conaq, Sandra Pereira Braga, coordenadora executiva no Quilombo Mesquita, GO, Débora Stefany, integrante do coletivo de comunicação da Comunidade Carrapatos da Tabatinga, Bom despacho, MG e Maryellen Crisóstomo, jornalista e assessora da Federação estadual e coordenadora do coletivo de comunicação no Território Baião, Almas, TO. Todas integrantes do Coletivo de Comunicação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq.

Resultados e discussão

Ambas as organizações (perfil no quadro 1) possuíam número de seguidores relativamente pequeno no Instagram: em 15 de fevereiro de 2022, a Conaq tinha 15,9 mil e a N’Golo, 794. A perceptível discrepância nos números de seguidores entre os perfis analisados pode ser devido à representatividade regional – uma, âmbito nacional, e outra, estadual –, o que gera tal descompasso. No caso do perfil da organização mineira, mesmo com um baixo número de seguidores, optou-se por escolher analisá-lo devido à relevância observada nos conteúdos e ao fato, supracitado, de representar um estado importante à causa quilombola. A análise realizada nos conteúdos postados, entre janeiro e junho de 2021, encontrou 209 publicações nos respectivos perfis, sendo 199 da Conaq e 10 da N’Golo.

Quadro 1 - Informações dos perfis analisados

Associação	Instagram@	Biografia	Seguidores
Conaq	Conaquilombos	Organização Política - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.	15.900
Federação Quilombola MG N’Golo	ngolo20202020	Organização comunitária - Atuando no Estado de Minas Gerais na promoção dos direitos e visibilidades das formações políticas da comunidades e acessos aos territórios.	794

Fonte: Pesquisa direta.

Nos *posts* foi identificada pelo menos uma Unidade de Registro (UR), palavras/expressões que sintetizam a ideia central de cada postagem (Bardin, 2011). As categorias foram criadas pelos autores e se orientam de acordo com o assunto tratado em cada postagem ou sua UR. Estas foram agrupadas por semelhança de conteúdo em quatro categorias: Cultura, Renda, Sociabilidade e Covid-19/Saúde, conforme é apresentado no quadro 2.

Quadro 2 - Unidades de Registro e Categorias

UNIDADES DE REGISTRO (UR)	CATEGORIA
Agricultura; Arquitetura; Artesanato; Beleza; Culinária; Cultural Quilombola (teatro/música/literatura/festas)	Cultura
Educação Financeira; Vagas de Emprego	Renda
Ação Solidária; Ancestralidade; Cidadania; Datas Comemorativas; Desigualdades Raciais; Direito; Educação; Etnia; Gênero; Geração; Meio Ambiente; Organização Territorial; Sexualidade; Raça	Sociabilidade
ADPF; Auxílio Emergencial; Boletim Epidemiológico; Divulgação/Campanha de Vacinação COVID-19; Nota de Falecimento; Saúde Quilombola	Covid-19/Saúde

Fonte: Pesquisa direta.

Dentre as categorias com maior quantidade de postagens no perfil da Conaq, destacam-se: Sociabilidade (Ação Solidária; Ancestralidade; Cidadania; Datas Comemorativas; Desigualdades Raciais; Etnia; Gênero; Geração; Meio Ambiente; Organização Territorial; Sexualidade; Raça), com 94 (45%), e Covid-19/Saúde (ADPF; Boletim Epidemiológico; Divulgação/Campanha de Vacinação Covid-19; Nota de Falecimento; Saúde Quilombola e Auxílio Emergencial), com 72 postagens (34,4%). A Categoria que apresentou menos publicações foi Cultura (Agricultura; Arquitetura; Artesanato; Beleza; Culinária; Cultural Quilombola (teatro/música/literatura/festas), com 21 postagens (10%).

No segundo perfil, da N'Golo, foram analisadas 10 postagens (entre janeiro e junho de 2021), sendo que não foram identificadas postagens na Categoria Renda (Educação Financeira; Vagas de Emprego). A Categoria com maior quantidade de postagens foi a Sociabilidade, com oito postagens (80%), e Covid-19/Saúde e Cultura, uma postagem cada (10%). Não foi possível verificar com a N'Golo o porquê de apenas uma publicação sobre Covid-19/Saúde em seu perfil, mas durante entrevista realizada com Claudiana de Paula, conselheira e componente da comissão de Comunicação da organização, ela relatou que

A estratégia que nós da N'Golo adotamos é a de reforçarmos a necessidade de se divulgar o que é postado nas redes entre os que não possuem acesso [à internet]. Ocorrem situações em que a gente posta na página e a pessoa não consegue acessar essas coisas [...] Então, eu acho que uma das estratégias que a gente está tendo é, mesmo com poucos eventos presenciais, os que têm, ocorrem com segurança, cumprimento

de todos os protocolos – a gente está reforçando essas questões; porque pessoalmente, bocaaboca, as informações são passadas e as decisões dos diferentes embates da vida podem ser solucionados [...] tem essa questão do WhatsApp, [nele] as informações chegam rápido para muita gente.

A fala da entrevistada nos dá pistas de como ocorre a comunicação entre as comunidades quilombolas articuladas à N’Golo. O WhatsApp aparece como a principal rede para comunicação entre as comunidades e a organização. Diante da desconexão que dificulta o acesso dos quilombolas às informações, a organização concentrou seus esforços na comunicação pelo WhatsApp para divulgar ações e campanhas de forma mais rápida. Ainda assim, no Instagram da organização, foi possível encontrar postagens de campanhas de ajuda, solicitando apoio financeiro e divulgando as conquistas alcançadas.

Figuras 1 e 2 - *Post* sobre “vaquinha virtual” em prol de uma comunidade quilombola mineira (05/01/2021) e *post* da divulgação da entrega de cestas básicas (26/06/2021)



Fonte: Instagram @ngolo20202020

As imagens capturadas do perfil da N’Golo (figuras 1 e 2) demonstram o caráter institucional da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, que também se articula junto à sociedade civil em prol da população quilombola mineira. Na figura 1 é apresentada uma campanha (“vaquinha virtual”) de arrecadação de recursos para a Comunidade Quilombola do Capoeirão, situada no município de Itabira, MG. Ao apresentar parte da comunidade, o perfil aproxima os interlocutores (seguidores) do público-alvo da campanha, o que visa alteridade e personifica/humaniza esses sujeitos que naquele momento se encontravam em situação de vulnerabilidade.

Já a figura 2 apresenta aos seguidores a entrega de cestas básicas realizada pela N’Golo, juntamente com a Organização Moradia e Cidadania, aos moradores da Comunidade Pimentel, município de Pedro Leopoldo, MG, durante a pandemia. A

imagem, que conta com homens e mulheres, jovens e adultos próximos às pilhas de cestas básicas, reforça o espírito solidário que permeia a cultura quilombola (Nascimento, 1980), solidariedade que não encontra ressonância nas políticas de Governo – que em momento nenhum foi citado como suporte, divulgador e organizador da ação solidária demonstrada. São organizações como essas que se articularam para levantar dados, divulgar necessidades e atender às demandas da população quilombola.

Figuras 3 e 4 - Posts no perfil da Conaq sobre ADPF (11/02/2021) e Mortes de quilombolas (21/06/2021)



Fonte: Instagram @Conaquilombos.

Observa-se que a Conaq, para divulgar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 742 (figura 3), faz referência ao movimento *Black Lives Matter*⁵⁵ (Vidas negras importam). A estratégia comunicacional quilombola foi associar a demanda dos povos quilombolas à conhecida frase desse movimento global. Pode-se inferir que a publicação, ao fazer tal aproximação, buscou dar maior impacto à reivindicação e aproximar o interlocutor do intuito da ADPF, que em síntese busca garantir a vida e direitos das comunidades quilombolas.

Já a figura 4 traz informações sobre o número de mortes da população quilombola – publicação que foi atualizada ao longo da pandemia no perfil da Conaq. Ação que tentou suprir a ausência dos dados oficiais sobre pertencimento étnico-racial, gênero e pandemia e mostrar para a sociedade o impacto do coronavírus sobre as comunidades quilombolas. É importante destacar que a inexistência desses dados descumpra a portaria⁵⁶ 344/2017

⁵⁵ Movimento que nasceu em 2013 em Los Angeles, Estados Unidos, depois do assassinato do jovem negro Trayvon Martin. Hoje é considerado um movimento global. Disponível em: <<https://blacklivesmatter.com/>>.

⁵⁶ A portaria a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que determina a necessidade desses dados desagregados para subsidiar o planejamento de políticas públicas informação do

do próprio Ministério da Saúde, que torna obrigatória a coleta dessas informações pelos profissionais de saúde.

Frente ao descaso governamental, a produção de dados tem sido feita de forma artesanal pela Conaq, conforme relata Selma Dealdina⁵⁷ aos pesquisadores deste trabalho.

Eu e Maryellen [Crisóstomo, coordenadora do coletivo de Comunicação] fizemos um caderninho para contabilizar as mortes. Imagina uma mãe enlutada receber uma ligação perguntando do que o filho morreu [?]. Tivemos caso de uma mãe que precisou levar a certidão da [Fundação] Palmares para provar que o filho era quilombola. Era um jogo de empurra-empurra, o Estado jogava para o município e o município para o Estado... essas [foram] anuências que encontramos pelo caminho, tivemos que criar uma lista dos mortos, primeiro ligamos para perguntar o motivo da morte da pessoa, depois as pessoas [das famílias] iam nos ligando (Selma Dealdina, Conaq).

Além das publicações no Instagram da Conaq, as estatísticas sobre pandemia e quilombolas estão sendo divulgadas no site “Quilombo sem Covid-19” [quilombosemCovid19.org], criado em parceria com Instituto Socioambiental (ISA). A escassez de dados oficiais sobre as comunidades quilombolas não se refere apenas à pandemia, é algo frequente, como informou Maryellen Crisóstomo⁵⁸ durante a entrevista: “Sempre fomos ‘estimativa’ e não dados. Às vezes as políticas públicas esbarram na inexistência de dados estatísticos sobre nós, quilombolas. O Estado tenta nos responsabilizar, mas não nos dão oportunidade de identificação”.

A fala da entrevistada vai ao encontro de um problema há décadas pontuado pelos movimentos negros. Em 1995, por exemplo, foi elaborado o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, entregue ao presidente brasileiro à época, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). O documento solicitava a inclusão

do quesito cor em todo e qualquer sistema de informação sobre a população [...]. A criação desta base de dados sobre a população negra [quilombola] é fundamental para a formulação de políticas públicas específicas para todas as áreas de interesse da questão racial” (Santos, 2014, p.132).

A visibilidade da questão quilombola relacionada à pandemia tem tido o apoio sobretudo da mídia independente, como as emissoras comunitárias, Mídia Ninja, Alma

SUS frente à coleta, ao processamento e à análise dos dados organizados por cor, etnia e gênero, bem como a promoção da equidade.

⁵⁷ Selma dos Santos Dealdina, secretária executiva e liderança no coletivo de mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq.

⁵⁸ Maryellen Crisóstomo, jornalista e assessora da Federação Estadual, coordenadora do coletivo de comunicação no Território Baão, Almas, TO e integrante do Coletivo de Comunicação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq.

Preta e de Olho no Ruralista, que deram visibilidade ao tema, segundo relatou Dealdina na entrevista. A entrevistada menciona que a mídia hegemônica (Globonews e alguns telejornais da TV Globo) deu cobertura à pauta quilombola: “talvez não na proporção que necessitava para de fato dialogar, denunciar e ficar mais visível [nossa causa]”. A fala anterior encontra ressonância com o que nos apresentou Claudiana de Paula, do coletivo de comunicação da Federação mineira N’Golo, que declarou ter havido uma maior cobertura sobre a vacinação, mas pouco sobre o processo da luta quilombola para garantir o direito como um dos grupos prioritários à imunização. Ainda avalia como negativa a ausência de falas dos moradores e lideranças quilombolas sobre o assunto nesses canais da mídia hegemônica.

Comunicação e proximidade na redução das desconexões

Os relatos das representantes das organizações quilombolas revelam as dificuldades e as estratégias adotadas para dialogar com as comunidades na comunicação dos riscos e das medidas protetivas para o enfrentamento à pandemia. As barreiras encontradas vão desde a desigualdade social, alcançando a desconexão (não apenas digital, mas também o isolamento pelas estradas de difícil acesso e até falta de energia elétrica). As organizações ainda precisam atuar para combater a desinformação, não raras vezes promovida pelo próprio Governo Federal e Ministério da Saúde em defesa, por exemplo, do tratamento precoce (Leal; Lopes; Andrade, 2021).

Neste tópico final, a ênfase será no destaque ao trabalho da Conaq e N’Golo no combate à desinformação nas comunidades quilombolas e nas estratégias para comunicar diante da desconexão digital. E, por fim, os círculos ascendentes da comunicação estabelecidos na centralidade da relação entre as duas organizações, juventude/lideranças comunitárias e do uso da rede social WhatsApp. A rede social aparece como principal canal de comunicação entre os quilombolas, contudo, seu uso oscila entre informação e desinformação. Para a integrante do coletivo de comunicação da N’Golo, Claudiana de Paula,

as populações quilombolas que utilizam o WhatsApp são alertadas sobre o risco que envolve as notícias falsas, a desinformação. Ainda assim, é através do aplicativo, pela sua agilidade e fácil uso, que as comunidades obtêm informações sobre questões quilombolas e pandemia.

Na avaliação de Dealdina, por causa das *Fake News*, o trabalho da Conaq tem sido dobrado. Isso porque as lideranças simultaneamente precisaram entender o impacto do

novo coronavírus e ainda combater a desinformação. “Tivemos que combater a má informação, a mentira, as notícias não verdadeiras”. Passada a fase inicial da pandemia, os desafios continuam, agora em relação à vacinação. “Tivemos que convencer os quilombolas a aderirem à vacinação. Fizemos vários cards e vídeos com lideranças falando para as pessoas se vacinarem. O argumento é que quem ama cuida dos seus [familiares, amigos e comunidade]”. Como se pode observar, a estratégia da comunicação busca envolver pessoas próximas, as lideranças do território, para explicar sobre a relevância da vacinação e, desse modo, fortalecer o vínculo social articulando os laços do indivíduo com a comunidade.

Não se pode deixar de mencionar as condições materiais de existência nos territórios quilombolas, com as quais N’Golo e Conaq precisam lidar para estabelecer comunicação e manter os vínculos. São múltiplas as desconexões. Essas encontram respaldo em uma série de trabalhos acadêmicos que articulam o acesso à Internet com a redução das fronteiras geográficas, do local conectado ao global (Novo- Corti; Varela-Candamio; García-Álvarez, 2013; Kwami, 2015; Escosteguy; Sifuentes; Bianchini, 2017; Rotondi; Pesando; Kashyap, 2020; IICA, 2020). Infelizmente, essa não é uma realidade para muitos territórios quilombolas. Sobre as desconexões, Paula explica:

[Alguns] membros da N’Golo foram a algumas comunidades que tinham dificuldade de acesso à internet, difícil acesso até às estradas [...] um dos casos é da Comunidade Mata dos Crioulos [MG]. Outro problema é a falta de luz. Várias empreiteiras começaram a fazer o trabalho, mas por causa das questões das estradas serem ruins, [as comunidades] não conseguiram [ter o problema da iluminação resolvido]. [O caso] foi levado à justiça e foi uma luta. A juíza atendeu ao pedido e começou a eletrificação na comunidade. (Claudiana de Paula, N’Golo)

Como se observa, as desconexões se sobrepõem umas às outras, a comunidade estava isolada por causa do difícil acesso pelas estradas, isso dificultava a eletrificação do território. Nesse caso, pode-se inferir que provavelmente a ausência de conectividade à Internet talvez fosse o menor problema vivenciado no local. Para se ter acesso à internet, muitas vezes as pessoas necessitam se deslocar, como exemplifica Crisóstomo, da Conaq: “muitas famílias precisam ir a casas que distam 12 quilômetros de suas residências, essa é a realidade no interior do Brasil”. Diante das diferentes dimensões do acesso digital, a conectividade precisa ser qualificada, como a metodologia CGI.br (2019) sugere, incluindo a análise da infraestrutura (banda larga no domicílio como “modelo ideal”), acesso (usuários e não usuários) e uso (competências - dimensão avaliada por meio de 16 atividades desenvolvidas pelos usuários na internet).

No panorama acima, o WhatsApp se configura como central no relacionamento entre as organizações quilombolas e as comunidades. A coordenadora do coletivo de comunicação da Conaq, Maryellen Crisóstomo, fala que a usabilidade da plataforma facilita o contato com as comunidades, seja por links de publicações, imagens e chamadas de vídeos. Ou seja, facilita o contato sem a necessidade de fazer download de vários aplicativos, nem sempre suportados nos *smartphones* disponíveis nas comunidades. “O WhatsApp é [o canal] que mais funciona, é o mais rápido e com ele mandamos mensagem por áudio, com link das postagens nas outras redes sociais, marcamos reunião, conseguimos fazer várias atividades”.

A pesquisa dá pistas para aprofundar algumas questões que nos parecem novas ou mais provavelmente precisarão ser atualizadas no campo epistemológico. A restrição de acesso ao *smartphone* e conexão à Internet tem feito com que a comunicação dos movimentos quilombolas (N’Golo e Conaq) seja feita em dois níveis, o que nos remete à teoria do *two-step-flow of communication* (fluxo duplo de comunicação), criada na década de 1940 por Paul Lazarsfeld (Temer; Nery, 2004). No século passado, a mediação era feita pelo líder de opinião. Contudo, no contexto das comunidades quilombolas, nem sempre essa mediação cabe à liderança, mas àqueles que possuem o dispositivo e sabem operá-lo, muitas vezes aos jovens. Conforme destaca a liderança da N’Golo, Claudiana de Paula, “como os adolescentes necessitam dessa ferramenta [celular] para continuar os estudos durante a pandemia, estamos pedindo a eles que repassem as informações para as pessoas que não possuem conexão na comunidade”.

Considerações finais

A comunicação colaborou para denunciar o descaso governamental e criar redes de solidariedade com a população quilombola. Destacamos que o descaso governamental tem promovido o isolamento dessas comunidades, por meio da desconexão e carência de informações adequadas para suas realidades. Somado, também, à falta de estradas e inexistência de energia elétrica, situações que ocorrem em algumas localidades quilombolas – problemas interseccionados nessas populações. As organizações Conaq e N’Golo apresentam-se como uma forma de resistência dos povos quilombolas, que além de buscarem garantir os seus direitos, precisam se organizar para enfrentar a desconexão, a desinformação e as desigualdades sociais.

Nesse cenário, enquanto o Instagram é um veículo de comunicação entre as organizações que representam as comunidades quilombolas e o restante da sociedade, o

WhatsApp apresenta-se como uma das principais ferramentas de comunicação entre as organizações e as comunidades quilombolas que representam. As redes de solidariedade, encabeçadas pelas mulheres quilombolas, aparecem como fundamentais para combater as desinformações e organizar ações de enfrentamento à pandemia. Os jovens apresentam-se como atores importantes no processo de compartilhamento da informação (uma vez que são quem possuem e/ou demandam o uso do celular e da conexão para os estudos). Quem possui o acesso ao WhatsApp compartilha as informações e orientações recebidas pelas organizações com os demais em suas comunidades.

Alguns achados nesta pesquisa precisam ser aprofundados em trabalhos futuros. É preciso entender melhor o papel dos mediadores (jovens com *smartphones*) nos territórios quilombolas e o (des)uso do WhatsApp pelas organizações sociais e governamentais para a comunicação em saúde para grupos em vulnerabilidade.

Referências

ARRETCHE, M. A geografia digital no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. In: **Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, ed. 70, 2011.

BARGAS, J. K. R.. **Quilombolas Do Pará e Mídias Digitais: sociabilidade, conflito e mobilização online** nas lutas por reconhecimento. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), Belo Horizonte, MG, 2018.

BRASIL. **Decreto n.6040/2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades dos Povos Tradicionais. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>.

Acesso em: 15 fev. 2022

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. Ministério da Saúde, 3ª ed. Brasília, DF, 2017.

CALDWELL, K. L.; ARAÚJO, E. COVID-19 is deadlier for black Brazilians, a legacy of structural racism that dates back to slavery. **The Conversation**. 2020. Disponível em:

<<https://theconversation.com/Covid-19-is-deadlier-for-black-brazilians-a-legacy-of-structural-racism-that-dates-back-to-slavery-139430>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CASAZZA, I. **O acesso à água e os excluídos da prevenção à Covid-19**. Disponível em: <<http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1789-o-acesso-a-agua-e-os-excluidos-da-prevencao-a-Covid-19.html#.YRk40T2Sk2w>>. Acesso em: 02 mar. 2021

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10 (1), p. 171-188, jan. 2002.

CRISÓSTOMO, M.; MELO, P. V.; TERSO, T.. TICs, raça, mulheres e territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 24(1):37-51 jan./abr. 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. **ADPF 742: voto favorável do relator não contempla todas as demandas da população quilombola manifestadas na ação**. 19 de fevereiro de 2021. Nota disponível em: <<http://Conaq.org.br/noticias/adpf-742-em-julgamento/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. Inclusão, tecnologias e dinâmicas territoriais: uma análise das desigualdades digitais na cidade de São Paulo. In: **Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. - 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

DEALDINA, S.. **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. Jandaíra: São Paulo, 2020.

DOMÍNGUEZ, M. M.; NAVARRO, D.. Usos del teléfono inteligente en el sector rural de México. In: RIVOIR, Ana Laura; MORALES, María Julia. **Tecnologías digitales: miradas críticas de la apropiación en América Latina**. Buenos Aires-Montevideo: CLACSO-RIAT, 2019.

ESCOSTEGUY, A. C. D.; SIFUENTES, L.; BIANCHINI, A.. Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação [online]**, v. 40, n. 1, p. 195-211, 2017.

FADIGAS, A. B. M.. Vulnerability factors of shellfisherwomen in the face of oil spill events: An analysis of the Prestige case. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 24, p. 560-567, 2017.

FERNANDES, S. L.; GALINDO, D. C. G.; VALENCIA, L. P.. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no Agreste de Alagoas. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020.

FERREIRA, R. B. S.; CAMARGO, C. L.. Vulnerabilidade da população negra brasileira frente à evolução da pandemia por COVID-19. **Revista Cuidarte**, v. 12(2), 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.1322>

GOMES, N. L.. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **A questão racial e o novo coronavírus**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020.

GUIMARÃES, M. C. S.; NOVAES, S. C.. Autonomia reduzida e vulnerabilidade: liberdade de decisão, diferença e desigualdade. **Revista Bioética**, v. 7, n. 1, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E Estatística - IBGE. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19**. Rio de Janeiro, RJ, 2020. 17p.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. **Gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios rurais**. 2020. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X4L0yU2wbpgJ:repositorio.iiica.int/bitstream/11324/7254/3/BVE19029518p.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

KWAMI, J.. Gender, Entrepreneurship, and Informal Markets in Africa: Understanding how Ghanaian Women Traders Self-Organize with Digital. In: **Comparative Case Studies on Entrepreneurship in Developed and Developing Countries**. IGI Global: jan, 2015

LEAL, D. U.; LOPES, I. S.; ANDRADE, M. P.. Cuando el gobierno informa mal: el Covid-19 y el tratamiento temprano en Brasil. In: **Razon Y Palabra**, v. 25, n. 112, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26807/rp.v25i112.185>

LOPES, I.. Ausência de raça e gênero no enfrentamento da pandemia no Brasil. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 294-300, abr./jun. 2021

LOPES, I. S.; LEAL, D. U.. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro. **Chasqui - Revista Latinoamericana de comunicación**, v. 1, n. 145, p. 261–280, 2020.

NASCIMENTO, A.. **O quilombismo**: Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NOVO-CORTI, I.; VARELA-CANDAMIO, L.; GARCÍA-ÁLVAREZ, M. T.. Breaking the walls of social exclusion of women rural by means of ICTs: The case of ‘digital divides’ in Galician. In.: NOVO-CORTI *et al.*. **Computers in Human Behavior**, 30, p. 497–507, 2013.

PASTI, A.. Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. **Revista Eptic**. v. 23, n. 2, mai./ago., 2021. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/13877/12087>>. Acesso em 15 fev.2022.

PEREIRA, A. A.. **O Mundo Negro**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

EREIRA, C. C. M.; SANTOS, J. O.; BARREIRA, M I. J. S.. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na ciência da informação. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 114-139, mai/ago. 2016 DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245222.114-139>

PINTO, A. F.. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. Brasília: Selo Negro Edições, 2010.

ROTONDI, V.; *et al.*. **Desigualdade digital de gênero na América Latina e Caribe**. Oxford: University of Oxford, 2020.

SANTOS, S. A.. **Educação**: Um pensamento negro contemporâneo. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SGOTI, S. M.. **A Comunicação Comunitária dos Quilombolas Carrapatos da Tabatinga**: o diálogo como práxis da comunicação interpessoal e grupal. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. São Paulo, p. 121. 2016.

SILVA, A. M. B.. Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre**. Anais [...]. Porto Alegre: AGB, 2010

STEVANIM, L. F.; MURTINHO, R.. **Direito à comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **Supremo determina que Governo Federal elabore plano de combate à Covid-19 para população quilombola**. 25 de fevereiro de 2021. Nota disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=461129&tip=UN>> Acesso em: 15 jun. 2021.

TEIXEIRA, J. C.. Brazilian housemaids and COVID-19: How can they isolate if domestic work stems from racism? **Gender Work Organ**, v. 28 (S1), p. 698– 707. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/gwao.12536>

TEMER, A. C. R. P.; NERY, V. C. A.. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: Aspectus, 2004.

VENTURA, D. F. L.; BUENO, F. T. C.. De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del “neoliberalismo epidemiológico” ante la Covid-19. **Foro Internacional**. v. LXI, 2 (244). 2021. DOI: <https://doi.org/10.24201/fi.v61i2.2835>

Mulheres quilombolas, desigualdade e estratégias de acesso às TIC na pandemia⁵⁹

Ivonete da Silva Lopes

Jéssica Suzana M. Cardoso

Daniela de Ulysséa Leal

Introdução

A pandemia da COVID-19 reverberou a desigualdade social que no Brasil intersecciona pertencimento étnico-racial, classe, gênero e território (Gomes, 2020; Sodré, 2020; Lopes *et al.*, 2022). No campo do acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC) não tem sido diferente. A histórica exclusão digital recai na população rural, a menos conectada, e nas mulheres negras (pretas e pardas). E quando esses grupos acessam a Internet há uma diferença na qualificação da conexão. Entre os usuários das áreas rurais, 84% se conectavam à Internet exclusivamente pelo celular, enquanto entre os das áreas urbanas, 54% o faziam. O celular também foi o único meio de conexão à Internet para 67% das mulheres negras, em comparação a 42% entre homens brancos (CGI.br, 2021).

A desconexão ou brecha digital é considerada uma nova forma de desigualdade (Selwyn, 2004; Bautista-Murillo, 2021; Gutiérrez-Provecho *et al.*, 2021). Essa desigualdade na pandemia pode ter ampliado outras formas de exclusão social, na medida em que estar desconectado restringiu a possibilidade de se obter renda, inclusive o Auxílio Emergencial pago pelo Governo Federal. Limitou também o acesso à educação e à saúde, área na qual as ações governamentais, sobretudo em relação ao novo coronavírus, têm sido feitas cada vez mais *online* (Lopes *et al.*, 2022; Acevedo *et al.*, 2019). Esse cenário evidenciou a centralidade das tecnologias para a sobrevivência, o que ratifica a relevância da pauta das TIC como direito humano: “o acesso à Internet também é necessário para garantir o respeito a outros direitos, tais como o direito à educação, à saúde e ao trabalho, o direito de reunião e de associação, e o direito a eleições livres” (Organização dos Estados Americanos [OEA], 2011, p. 38).

As mulheres, que usualmente são as responsáveis pelos cuidados familiares em saúde, sendo consideradas “um recurso de cura” (Oliveira; Moraes, 2010, p. 415), estão

⁵⁹ Artigo publicado na Pesquisa sobre uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico]: TIC Domicílios 2021, 1ª ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022.

entre as mais afetadas pela desconexão no meio rural. A menor conectividade está associada à renda (baixa ou ausente), educação e desigualdade de gênero, que reduzem a probabilidade de elas possuírem um celular em relação aos homens (Rotondi, *et al.*, 2020; Vico-Bosch & Rebollo-Catalán, 2019; Aguilera *et al.*, 2021). Almeida e Henriques (2019) complementam que elas enfrentam problemas de conectividade no campo e, muitas vezes, precisam negociar o uso do dispositivo com os demais usuários (maridos e filhos).

Este artigo se insere no debate sobre exclusão digital, gênero, raça e território. Traz o resultado da pesquisa com 25 mulheres, entre 18 e 76 anos, da Comunidade Quilombola Buieié, na área rural de Viçosa (MG). A maioria delas vive com uma renda familiar de um salário mínimo, o que as coloca na condição de pobreza. Como essas mulheres lidaram com a exclusão digital diante da necessidade intensificada de conexão trazida pela pandemia? Ante esse contexto, o objetivo deste trabalho é mapear o acesso das mulheres rurais às TIC, os hábitos de consumo de informação sobre a Covid-19 e as estratégias adotadas para minimizar a desconexão.

Análise

A assimetria em relação às TIC não se restringe entre ter ou não o acesso, mas envolve uma relação entre o acesso e o uso/apropriação. Rotondi *et al.* (2020) abordam a desigualdade em termos de hiatos digitais de gênero: o de primeiro nível se refere à disparidade de acesso ao dispositivo (celular, computador ou tablet), o de segundo, às capacidades de aprendizado que derivam de um uso diverso e do aproveitamento das tecnologias. Para Selwyn (2004) e Hernández *et al.* (2020), a exclusão é considerada em três níveis: (1) o acesso, que se refere à posse de dispositivo (celular, computador ou tablet) e de conexão à Internet; (2) o uso das TIC; e (3) a apropriação, que diz respeito à habilidade de aproveitamento maior do potencial das TIC, por exemplo, com a produção de conteúdo nas atividades participativas e produtivas.

Quadro 1: Relação das mulheres rurais com as TIC na Comunidade Quilombola Buieié

Variável	Definição	Dimensão	Estratégias na pandemia
Acesso celular ao	Posse de telefone celular.	Individual. Coletiva.	Compartilhamento do dispositivo em algumas ocasiões.
Acesso à Internet	Posse de acesso à Internet por Wi-Fi ou dados móveis.	Wi-Fi em casa e dados móveis. Acesso restrito (vizinhos ou trabalho).	Contratação de provedor alternativo com preço mais viável. Compartilhamento da rede com aqueles que não possuem Wi-Fi em casa.
Uso	Frequência da utilização das TIC.	De uso raro a frequente para lazer. De uso raro a frequente nas atividades participativas e/ou produtivas.	Ampliado devido às necessidades impostas pela pandemia.
Apropriação	Apropriação das TIC para produção de conteúdo.	De apropriação rara a frequente para lazer. De apropriação rara a frequente nas atividades participativas e/ou produtivas.	Aumento do uso da TIC para organização política com federação quilombola estadual, a N'Golo. Uso frequente para entrega das cestas com os alimentos produzidos pela comunidade. Participação na oficina de literacia para mídia digital.

Fonte: Adaptado pelas autoras com dados da pesquisa e com base em Hernández *et al.* (2020).

Para compreender algumas dessas dimensões, os resultados foram divididos nos três níveis de exclusão citados acima (acesso, uso e apropriação). O que se pretende, então, é discutir sobre essas condições de acesso às TIC e como isso impacta a vida das mulheres quilombolas do Buieié, especialmente em meio à pandemia.

Acesso

Antes mesmo da intensificação das necessidades de conexão postas pela pandemia COVID-19, as mulheres da comunidade Buieié⁶⁰ já enfrentavam questões sobre o acesso restrito às TIC. Entre as 25 entrevistadas, 12 (48%) contam com apenas um salário mínimo para sobreviver, sendo que apenas duas destas vivem com uma renda que se

⁶⁰ Agradecemos à aluna quilombola do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV, Carina Aparecida Veridiano, por ter conduzido as entrevistas entre agosto e outubro de 2020.

concentra entre um e dois salários, e o restante conta com menos de um salário mínimo. Considerando que a maior parte das mulheres vive em famílias com mais de quatro moradores por casa, a situação de vulnerabilidade socioeconômica torna-se mais evidente⁶¹.

Entre as participantes da pesquisa, 18 (72%) responderam que têm aparelhos de rádio e televisão em suas casas, entretanto, a presença de computadores (desktop, notebook ou tablet) ocorre apenas na moradia de sete delas (28%). Sobre o aparelho celular, sete entrevistadas (28%) afirmaram não fazer uso do dispositivo. Segundo uma delas, “minha filha é quem usa o celular e a Internet, ela é jovem e tem mais conhecimento do que eu” (Entrevistada 18). A fala da entrevistada reflete o que é apresentado por Escosteguy *et al.* (2017), de que existe uma insegurança das mulheres em relação ao uso dos dispositivos e tecnologias. Entre as que fazem uso do celular, vale destacar que, segundo Hernández *et al.* (2020), esse acesso pode se dar em uma dimensão individual ou coletiva, o que pode limitar ainda mais a autonomia dessas mulheres moradoras das áreas rurais.

O acesso à Internet foi confirmado por 14 entrevistadas (56%), entretanto, somente seis delas (24%) moravam em domicílios com conexão à Internet. Destaca-se que quatro (16%) se conectam na casa de vizinhos e/ou parentes e nos locais de trabalho.

Apesar da cidade de Viçosa ter mais de dez empresas que fornecem o serviço de Internet para a área urbana, somente quatro operadoras ofertam o serviço na zona rural, onde está localizado o Buieié. Outra questão importante é que apenas uma operadora oferece sinal de celular e dados móveis na comunidade e, ainda assim, a conexão não funciona em todo o território quilombola. As poucas opções para a conexão na comunidade são um impedimento para que as pessoas acessem a Internet, principalmente via Wi-Fi, já que o serviço é mais caro do que no meio urbano.

Mediante a importância da conexão à Internet para a comunidade, durante a pandemia, as mulheres e lideranças do Buieié se organizaram em busca de alternativas de conexão mais viáveis financeiramente. Apesar do esforço comunitário, apenas 15 casas conseguiram contratar o serviço, cujo valor mínimo é de R\$ 69,90 ao mês. Inicialmente, o número pode ser pequeno diante das 130 famílias moradoras do Buieié, entretanto, a

⁶¹ Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em janeiro de 2022, para que uma família com quatro pessoas conseguisse se manter e ter acesso a todos os bens incluídos na cesta básica atual, o valor ideal do salário mínimo deveria ser 4,95 vezes o mínimo vigente, isto é, R\$ 5.997,14 (Dieese, 2022).

solidariedade aumenta o percentual de usuários. Na comunidade é comum o compartilhamento da rede com vizinhos e familiares.

Uso

A condição socioeconômica impacta no acesso às tecnologias e restringe as opções informativas, assim como aumenta a desconfiança das informações *online* sobre a COVID-19, conforme relato das entrevistas. Diante disso, a televisão é a principal fonte de informação entre as entrevistadas. 60% delas se informam exclusivamente por ela e argumentam ser esse o meio “mais fácil de entender e compreender as informações, por ser uma fonte mais segura e confiável” (Entrevistadas 14 e 19). Outra respondente (21) prefere a televisão “porque na televisão vejo as pessoas falando, é mais fácil para entender”, e “nas redes sociais às vezes tem *Fake News*” (Entrevistada 22).

Para 4%, TV e o rádio são os principais meios de informação, e 16% usam exclusivamente o rádio. Parentes e amigos são fontes de informação para 4% e 16% utilizam a Internet. Aquelas que preferem se informar na Internet destacam que têm “uma visão ampla pela Internet, as informações são do mundo todo e o tanto de casos” (Entrevistada 15). De acordo com outra entrevistada, “no Facebook, pega as informações mais concretas, já no jornal eles passam só um resumo da notícia, na Internet a notícia é completa” (Entrevistada 14). Observa-se ser comum nas falas das entrevistadas o uso de “Facebook” e “Internet” como sinônimos.

As entrevistadas que afirmaram ter acesso ao celular disseram fazer múltiplos usos do dispositivo. Os principais usos citados foram a comunicação com parentes e amigos (seja por linha telefônica ou WhatsApp) (81%), seguida por ouvir música (45%), ler notícias (18%) e ver o Facebook (18%). Os dados ratificam o apresentado por Escosteguy *et al.* (2017), de que as mulheres do Buieie utilizam o celular principalmente para manter os laços familiares e afetivos.

Relacionado ao segundo hiato digital (Rotondi *et al.*, 2020) ou apropriação das TIC, a pesquisa ratificou a dificuldade no uso da tecnologia (competência técnica) principalmente para requerer o Auxílio Emergencial⁶² pago pelo governo federal.

⁶² “O Auxílio Emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise”. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>.

Algumas falas retratavam a não compreensão das informações disponibilizadas e as dificuldades com o uso dos websites e aplicativos necessários para receber o benefício.

Apropriação

A apropriação tecnológica não se limita ao acesso às TIC: também devem ser consideradas as habilidades e o uso que os indivíduos fazem das TIC em suas atividades profissionais, culturais, sociais e de lazer (Hernández *et al.*, 2020). Entre as mulheres que possuem acesso à Internet, é possível afirmar que a pandemia intensificou o uso das redes sociais, especialmente o Facebook e o WhatsApp. Essas plataformas apresentam-se não só como fontes de informação, mas também como locais de mobilização social da comunidade e de comercialização dos produtos e serviços oferecidos pelos residentes que compõem a Feira de Agricultura Familiar Quilombola do Buieié⁶³. Nesse sentido, a conectividade apresenta-se como uma aliada não só das mulheres quilombolas, mas da comunidade como um todo.

As ações desenvolvidas durante a pandemia auxiliaram na manutenção da renda dos trabalhadores, que se viram impossibilitados de vender seus produtos na feira de forma presencial. As lideranças da comunidade do Buieié, especialmente as femininas, também utilizaram o Facebook e o WhatsApp para desenvolver campanhas de solidariedade em meio à crise sanitária. Um exemplo foi a campanha de arrecadação de máscaras de proteção contra a Covid-19⁶⁴, realizada em março de 2021.

Outro benefício do acesso à Internet foi a viabilidade para que jovens da comunidade frequentassem remotamente o cursinho preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), organizado pelo Projeto Social Buieié no ano de 2021. É importante destacar o papel dos jovens e das mulheres no desenvolvimento de competências e uso das tecnologias. São especialmente elas que buscam estratégias para ampliar a apropriação das TIC na comunidade. No início de 2022, atuaram na organização e mobilização das mulheres para participarem das atividades do projeto de extensão de literacia para mídia digital, coordenado pelas autoras. Já foram realizadas três oficinas na comunidade (fotografia, Canva, Meta Business Suite e produção de vídeos). Apesar da disponibilidade em se apropriar das TIC, a falta do dispositivo tem sido um empecilho.

⁶³ Feira de agricultura familiar e artesanatos, organizada pelos moradores da comunidade e que antes da pandemia acontecia de forma presencial no Buieié. Com a necessidade de isolamento, foram criadas estratégias para a venda dos produtos em formato de delivery semanal.

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Buieieprojetosocial/photos/150707856931431>>.

Entre as dez participantes do projeto, apenas cinco delas possuem um *smartphone*, por isso precisam compartilhar o celular para fazer as atividades – o que compromete o processo de aprendizagem.

Conclusão

A pesquisa mostra a complexidade da exclusão digital entre as entrevistadas, que ainda têm o acesso ao celular/Internet como barreira inicial para uso e apropriação das TIC. Entre as conectadas, o celular é o principal dispositivo de acesso à Internet, sendo que apenas sete das 25 participantes da pesquisa possuíam computador ou tablet. Apesar da desigualdade no que se refere ao acesso, ao uso e à apropriação das tecnologias, as mulheres da comunidade demonstraram interesse em buscar qualificação para as TIC, participando aos sábados de oficinas de literacia para mídia digital.

Durante os dois anos da pandemia, observamos a articulação das lideranças femininas para reduzir essas barreiras. As quilombolas se organizaram para promover na comunidade um acesso facilitado à Internet e utilizaram as redes sociais para se mobilizar e promover minimamente a manutenção da renda dos feirantes. A pesquisa mostra como a solidariedade dos jovens e das mulheres se apresenta como uma estratégia adotada para minimizar a desconexão.

Chamam atenção as poucas opções de serviço de Internet na área rural; aqueles que operam nesse território o fazem com custo mais elevado para os assinantes. As estratégias adotadas pelas quilombolas para aumentar a inclusão digital na pandemia fazem frente à ausência de políticas públicas de conexão para os moradores das áreas rurais, comunidades tradicionais e sobretudo para as mulheres. Raras são as ações governamentais nesse campo, apesar do compromisso do país com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 5), que versam sobre igualdade de gênero e acesso às TIC e desenvolvimento de competências de produção de conteúdo.

Referências

ACEVEDO, D., TOCTAGUANO, S., TROYA, C. Impacto de Facebook en la promoción de salud en Santo Domingo de los Tsáchilas – Ecuador. **Práctica Familiar Rural**, 4(2), 1-7. 2019

AGUILERA, F. J., LEIVA OLIVENCIA, J. J., ESPÍNDOLA FONTOURA, E., PICCOLI FONTOURA, F. A. Inclusión social de mujeres rurales a través de programas de alfabetización digital para el empleo. **Revista Complutense de Educación**, 32(1), 15-25. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5209/rced.67590>

ALMEIDA, A., HENRIQUES, M. A apropriação do Facebook por agricultores que constroem a agroecologia e os feminismos em diferentes contextos socioambientais brasileiros. IN: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2018** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BAUTISTA-MURILLO, J. C. El lugar importa: brecha digital y desigualdades territoriales en tiempos de COVID-19. Una revisión comparativa sobre la realidad argentina, sus provincias y principales centros urbanos. **Argumentos. Revista de Crítica Social**, (24), 66-100. 2021 Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/argumentos/article/view/6977>>.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020**, edição COVID-19, metodologia adaptada [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Valor da cesta básica aumenta em 16 capitais em janeiro de 2022** [Nota à imprensa], 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202201cestabasica.pdf>>.

ESCOSTEGUY, A.; SIFUENTES, L.; BIANCHINI, A. Mulheres rurais e seus usos mediados das TIC: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. **Intercom, Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**, 40(1), 195-211. 2017 <https://doi.org/10.1590/1809-58442017111>

GOMES, N. **A questão racial e o novo coronavírus no Brasil**. Ed. Friedrich Ebert Stiftung. 2020. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16315.pdf>>.

GUTIÉRREZ-PROVECHO, L.; LÓPEZ-AGUADO, M.; GARCÍA LLAMAS, J. L.; QUINTANAL DÍAZ, J. La brecha digital en población en riesgo de exclusión social. **Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria**, (39), 123-138. 2021. DOI: https://doi.org/10.7179/PSRI_2021.39.08

- HERNÁNDEZ, D.; LOPEZ, O.; FLORES, S. Brecha digital y actividad económica: el caso de las mujeres indígenas en la Sierra Sur de Oaxaca, México. **Revista CTS**, 15(45), 209-238. 2020. DOI: <http://ojs.revistacts.net/index.php/CTS/article/view/181>
- LOPES, I.; LEAL, D.; CARDOSO, J.; VERIDIANO, C. Mulheres Quilombolas e ausência de comunicação intercultural para o enfrentamento da Covid-19. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación (Alaic)**, 20(38), 98-109. 2022 Disponível em: <<http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/757>>.
- OLIVEIRA, M.; MORAES, J. Práticas populares de saúde e a saúde da mulher. **Revista de APS**, 13(4), 412-420. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14498>>.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaración conjunta sobre libertad de expresión e internet**. 2011 Disponível em: <<https://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=849>>.
- ROTONDI, V. *et al.* **Desigualdade digital e de gênero na América Latina e Caribe**. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489>>. Acesso em: 23 set. 2021
- SELWYN, N. Reconsidering political and popular understandings of the digital divide. **New Media & Society**, 6(3), 341–362, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444804042519>
- SODRÉ, F. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, 18(3), 1-12. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00302>
- VICO-BOSCH, A.; REBOLLO-CATALÁN, Á. El aprendizaje de las mujeres sobre Internet y redes sociales: validación y resultados generales de una escala. **Educación XXI**, 22(1), 375-400, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5944/educXXI.21469>

Articulação digital quilombola: ações femininas frente à pandemia da Covid-19 no quilombo do Buieié, Viçosa – MG

Lindemberg Ribeiro Caetano

Introdução

As mulheres quilombolas representam parte da população feminina negra (pretas e pardas) e empobrecida que habita, em sua maioria, as áreas rurais do Brasil. Quilombolas são uma população étnico-racial de maioria negra com identidade cultural própria, relação imbricada com seus territórios, fruto de um processo histórico iniciado ainda nos tempos da escravidão no Brasil, e que simbolizam a resistência frente as diferentes formas de dominação e discriminação (Calheiros; Stadtler, 2010; MDS, 2015; Araújo *et al.*, 2017; Pires, 2021). A luta política por direitos e garantia ao acesso e posse de seus territórios, manutenção da cultura e modos de vida, respeito e valorização da ancestralidade são alguns dos atributos que elegeram as populações quilombolas à categoria política de povos tradicionais⁶⁵.

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado⁶⁶ deste autor e trata das desigualdades que afetam as comunidades quilombolas, com ênfase na perspectiva de gênero. Traz o debate acerca das limitações de acesso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e as estratégias de resistência adotadas pelas mulheres da Comunidade Quilombola Buieié (Viçosa-MG) no contexto da pandemia da Covid-19. Relevante destacar que apesar da desconexão que afeta a população rural⁶⁷, como as comunidades tradicionais, a comunicação digital teve centralidade na divulgação e disseminação das ações governamentais a respeito da pandemia (Conaq, 2021; Lopes; Caetano; Cardoso, 2022).

As TIC se tornaram cruciais na obtenção de acesso aos direitos mais fundamentais, no caso brasileiro, a importância da Internet pôde ser observada em relação ao Auxílio Emergencial. Concedido pelo Governo Federal a partir de maio de 2020 às famílias de baixa renda, para acessar o auxílio era necessário possuir um *smartphone* capaz de

⁶⁵ Além das populações quilombolas, outros 27 grupos integram as populações tradicionais brasileiras, dentre eles, marisqueiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu e as populações indígenas.

⁶⁶ Título da Dissertação: “Mulheres Quilombolas do Buieié, Viçosa-MG: articulação e resistência frente aos desafios da Covid-19”, defendida e aprovada em 24 de fevereiro de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), MG. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁶⁷ Segundo a TIC Domicílios, apenas 71% da população rural brasileira tinha acesso à internet, enquanto 83% da população urbana possuía esse acesso (CGI.br; 2022).

suportar o aplicativo digital (Caixa Tem) por onde era feito o cadastro e também se recebia o valor concedido⁶⁸. Isso demonstra uma incoerência por parte do Estado, visto que a população mais carente economicamente é a que enfrenta barreiras estruturais para acessar tais dispositivos.

Especialmente na fase inicial da pandemia da Covid-19 (ano de 2020), as desigualdades estruturais que afetam as populações quilombolas foram exacerbadas: desde a precariedade das estradas que acessam as comunidades, ausência de Internet e eletricidade, à falta de água potável em algumas delas – condições básicas para a reprodução da vida. Situação de vulnerabilidade que não foi considerada durante a pandemia, mas, ao contrário, agravou-se pelo negacionismo sistemático do Governo Federal, liderado pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022) (Lopes, Caetano, Cardoso, 2022).

Este artigo, que se orienta na documentação e visibilidade das muitas desigualdades que afetam as populações quilombolas, está organizado em cinco seções: Introdução, Metodologia, Hiatos digitais de gênero e seus efeitos sobre as mulheres do Buieié, Unidades Sociais Online e a importância feminina na articulação (ambas seções em que teorias são discutidas juntamente com a apresentação dos dados e falas das entrevistadas) e as Considerações Finais.

Metodologia

Este trabalho contou com a participação de 10 mulheres, entre 18 e 58 anos, da Comunidade Quilombola do Buieié, situada no município de Viçosa, Zona da Mata de Minas Gerais. A comunidade dista 12 km da área central da cidade e lá vivem cerca de 130 famílias, que somam aproximadamente 600 pessoas. A pesquisa realizada tem caráter qualitativo e cunho exploratório, e as entrevistas com as participantes foram realizadas na própria comunidade, em 29 de julho de 2022. Foram realizadas entrevistas individuais com aplicação de questionário semiestruturado padrão a cada uma das participantes e parte de suas falas serão usadas para ilustrar o contexto estudado.

A partir da sistematização dos dados das entrevistas, foi possível identificar o perfil racial e familiar das entrevistadas (Quadro 1).

⁶⁸ Em 2020, o apoio estatal variava de R\$ 600 a R\$ 1.200 por mês – sendo o maior valor pago às mulheres chefes de família, no ano seguinte, rebaixados para entre R\$ 150 e R\$ 375.

Quadro 1 – Perfil racial e familiar das participantes da pesquisa

Nome ⁶⁹	Idade (anos)	Cor-raça	Estado civil	Mora	Quantas pessoas
Gabriela	20	Preta	Solteira	Com a família	3
Deise	58	Preta	Viúva	Sozinha	1
Manoela	18	Preta	Solteira	Com a família	4
Bruna	42	Parda	Casada	Com a família	3
Andressa	46	Preta	Solteira	Com a família	4
Maria Eduarda	18	Preta	Solteira	Com a família	3
Stéfani	18	Preta	Solteira	Com a família	6
Gisele	57	Preta	Casada	Com a família	8
Renata	21	Preta	Solteira	Com a família	4
Fátima	18	Preta	Solteira	Com a família	2

Fonte: Elaboração própria

A faixa etária das entrevistadas variou entre 18 e 58 anos, todas se declararam negras (nove pretas e uma parda) e 70% eram solteiras, com a presença de apenas uma viúva no grupo – a única a residir solo, as demais moravam com outros familiares, variando entre duas e oito pessoas por residência.

Hiatos digitais de gênero e seus efeitos sobre as mulheres do Buieié

A centralidade da conexão à Internet para se viver é uma perspectiva já anunciada há mais de uma década pela Organização dos Estados Americanos (OEA, 2011). A organização defendeu o acesso à Internet como um direito humano, alegando que “O acesso à internet também é necessário para assegurar o respeito a outros direitos, como o direito à educação, a atenção à saúde e ao trabalho, o direito de reunião e associação, e o direito a eleições livres” (ibidem, s/p). Nesse sentido, entender a relação das mulheres quilombolas com as TIC, durante a pandemia, auxilia na compreensão de como o fenômeno da desigualdade no acesso e domínio dessas tecnologias afeta essas mulheres.

⁶⁹ Foi proposto e aceito pelas participantes o uso de pseudônimos aleatórios para garantir o sigilo das informações prestadas, conforme orientações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFV.

O trabalho de Rotondi *et al.*⁷⁰ (2020) demonstrou a ocorrência de uma desigual condição de acesso aos meios de comunicação digitais por parte de mulheres rurais latino-americanas. Os dados apontaram que a propriedade de telefones móveis em áreas rurais de 23 países na América Latina entre 2005 e 2020 era, em sua maioria, dos homens das famílias analisadas. Por afetarem majoritariamente essas mulheres em relação aos homens, os autores denominaram essa desigualdade de hiatos digitais de gênero. Inicialmente o trabalho apontou a distribuição étnico-racial dessas mulheres nas áreas rurais desta parte do continente, apontando que 43% delas são mulheres racializadas, sendo 20% mulheres indígenas e 23% mulheres negras.

No segundo momento, foi abordada a interseção e os padrões comuns entre a discriminação sofrida pela mulher rural e o hiato digital que a desfavorece. É apontado na pesquisa que a maioria dessas mulheres, devido à ausência de crédito, terra, capacitação, informações e tecnologia acabam por serem excluídas, tanto do acesso, quanto do aprendizado para lidar com as TIC. O resultado revela problemáticas de diversas ordens que afetam mulheres rurais, dificultando que um coletivo “[...] cumpra uma tarefa central, tanto para a produtividade agrícola, como na estabilidade e a sobrevivência das famílias rurais de desenvolver sua potencialidade” (Rotondi *et al.*, 2020, p. 3).

Os hiatos digitais de gênero foram separados em três categorias: hiatos digitais de primeiro, segundo e terceiro nível. Os hiatos de primeiro nível são aqueles que remetem as disparidades *no acesso* à Internet e outras TIC; os de segundo nível estão relacionados *às capacidades de aprendizado* que derivam em um uso diverso e no aproveitamento das tecnologias em questão; e o terceiro hiato digital se relaciona com *“as diferentes capacidades para melhor se aproveitar a tecnologia em termos de resultados”* (ibidem, p. 40, grifo nosso). Na realidade cotidiana, os hiatos se expressam da seguinte maneira: não possui acesso às TIC (celular, *smartphone*, internet, computador) – primeiro nível; possui acesso, mas não sabe lidar com as ferramentas (aplicativos) disponibilizadas pela TIC – segundo nível; sabe lidar com as ferramentas, porém não é capaz de resolver um problema através dessas ferramentas (checar a fonte de uma informação, por exemplo) – terceiro nível. Nesta pesquisa, analiso os dois primeiros níveis de hiatos digitais.

⁷⁰ Trabalho apoiado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Departamento de Sociologia da Universidade de Oxford, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Dentre as 10 moradoras da Comunidade Quilombola do Buieie que participaram desta pesquisa, apenas uma não possuía celular, *smartphone* ou acesso à internet, caracterizando que a maioria delas não é afetada pelos hiatos digitais de primeiro nível. Fátima (18 anos), a participante que não possui aparelho celular nem acesso à internet, informou-nos que o motivo é devido a dificuldades financeiras, que condicionam priorizar a compra de alimentos em detrimento da aquisição de TIC. Porém, 80% delas adquiriram Internet fixa (via cabo e Wi-Fi) durante a pandemia da Covid-19, dado que reitera a importância das lideranças femininas locais, que se organizaram e mobilizaram empresas privadas para o atendimento à comunidade (Lopes; Cardoso; Leal, 2022).

Conforme levantamento feito para essa pesquisa, duas empresas privadas (Crohma e Plugar) atendem a comunidade do Buieie com serviço de Internet fixa. Nas palavras de Deise (58 anos): “essa Internet é muito boa, só demorou muito pra chegar aqui para nós”. Já Gisele (57 anos) discorda sobre o serviço prestado pelas empresas de internet: “Cai muito, não é muito boa não. O vídeo trava, as vezes estou falando com as meninas no WhatsApp e trava e não volta, aí desconecta. Essa Internet é muito fraca, cai muito.” Experiência similar à de Renata (18 anos), conforme nos explicou que em sua residência outras 10 pessoas utilizam da conexão Wi-Fi, porém, mesmo quando conseguia usar sozinha o serviço, o mesmo “[...] dá uma travada, às vezes nem carrega os vídeos.”

Dentre as entrevistadas, apenas uma, Deise (58 anos, do lar e aposentada), é responsável pelo pagamento desse serviço. Nas residências das demais participantes quem paga pelo serviço de Internet são familiares, como tia (duas), avó (duas), filho/os (duas), mãe (uma) e marido (uma). Esse cenário aponta para uma dependência de familiares na aquisição e manutenção desse serviço, que se tornou essencial durante a pandemia. Cabe ressaltar que metade das participantes declararam que sua atividade profissional principal era de estudante; dessas, nenhuma declarou possuir renda mensal individual superior a R\$ 180,00 (Quadro 2).

Quadro 2 – Perfil socioeconômico das participantes da pesquisa

Nome	Idade (anos)	Atividade Profissional		Renda	
		Principal	Secundária	Individual	Familiar
Gabriela	20	Estudante	(-)	R\$0,00	(-)
Deise	58	Do lar	Aposentada	R\$1.212,00	(-)
Manoela	18	Estudante	Babá	R\$180,00	R\$1.212,00
Bruna	42	Do lar	Agricultora	R\$0,00	R\$1.212,00
Andressa	46	Agricultora	Do lar	R\$400,00	R\$400,00
Maria Eduarda	18	Estudante	Comerciante Familiar	R\$400,00	R\$1.100,00
Stéfani	18	Estudante	(-)	R\$0,00	R\$1.212,00
Gisele	57	Agricultora	Quitandeira	R\$1.818,00	R\$1.818,00
Renata	21	Estudante	(-)	R\$180,00	R\$1.212,00
Fátima	18	Do lar	(-)	R\$0,00	(-)

Fonte: Elaboração própria

Legenda: (-) Não possuía ou não soube informar

Dentre as participantes, seis possuíam uma segunda atividade profissional. Entre elas, Manoela (18 anos) declarou ser babá; Maria Eduarda (18 anos), comerciante familiar; e Gisele (57 anos), quitandeira. A respeito da renda individual, apenas Gisele (57 anos) possuía renda individual superior a um salário mínimo, que na data desta pesquisa era de R\$1.212,00⁷¹. Deise (58 anos) recebia um salário mínimo, Andressa (46 anos) e Maria Eduarda (18 anos) afirmaram ter renda mensal de R\$ 400,00, já as demais recebiam menos ou não possuíam renda. Sobre o rendimento familiar, com exceção de Deise, todas informaram que o mesmo não ultrapassa um salário mínimo *per capita* para a família, condição que as inclui como população pobre e em vulnerabilidade.

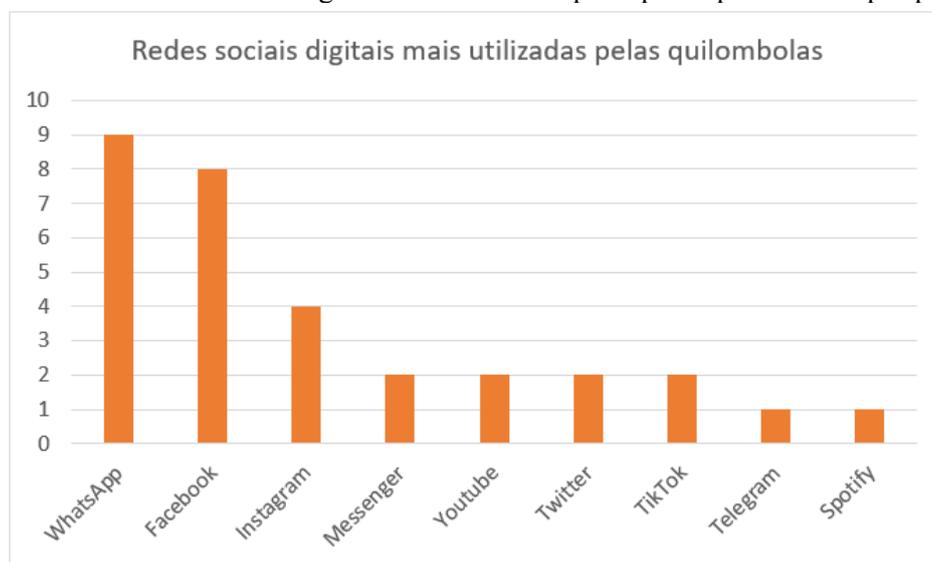
Percebeu-se, entre as jovens, o número de mulheres que possuíam as menores rendas: Gabriela (20 anos), Bruna (42 anos), Stéfani (18 anos) e Fátima (18 anos) declararam não possuir renda alguma. Gabriela e Stéfani são estudantes, atividade não remunerada, mas que exige tempo e dedicação na sua realização. A condição de estudante aumentou a dependência das TIC, como celular, computadores e internet, para o cumprimento das atividades escolares durante a pandemia de Covid-19 (Arruti *et al.*, 2022).

⁷¹ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/12/mp-com-salario-minimo-de-r-1-302-e-publicada>>. Acesso em 02 jan. 2023.

Dessa forma, para averiguar entre as participantes a presença dos hiatos digitais de segundo nível (relacionados às capacidades de aprendizado, uso diverso e no aproveitamento das TIC), foi questionado se as mesmas acessam plataformas digitais (as redes sociais digitais); se sim, quais e se já haviam realizado algum curso de formação e aprendizado em informática. Segundo Srnicek (2017), as plataformas digitais são infraestruturas digitais que fomentam e possibilitam a interação entre grupos sociais, criadas e direcionadas para a interação nos ambientes virtuais através da internet. Dentre as participantes, 90% delas acessam plataformas digitais, como Facebook, Instagram e WhatsApp, à exceção de Fátima (18 anos), que no período desta pesquisa, por dificuldades econômicas, não acessava as redes sociais.

Dentre as participantes, 90% afirmaram utilizar o aplicativo WhatsApp – a rede social digital de conversas mais utilizada entre elas, seguindo um padrão de preferência nacional. No Brasil, a estimativa é de que 92% (ou 137 milhões) dos usuários de redes sociais possuíam e acessavam o aplicativo de conversas diariamente em 2022⁷², seguido pela rede social digital Facebook, com 74% da preferência nacional. Entre as quilombolas, o WhatsApp foi a rede mais citada pelas participantes (90%), seguida pelo Facebook (80%) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Redes sociais digitais mais utilizadas pelas participantes desta pesquisa



Fonte: Elaboração própria

O destaque vai para a rede social WhatsApp, cujo resultado similar no uso dessa rede social de conversas por quilombolas foi observado por Bargas (2018, p. 12), que

⁷² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2022/07/94-tem-conta-em-alguma-rede-social-whatsapp-ldera-com-92.shtml>>. Acesso em 25 jan. 2023.

pesquisou como populações do Pará utilizam as plataformas digitais, concluindo que “as interações *online* conformam-se como canais pelos quais sentimentos, seja de pertencimento, de injustiças ou de engajamento em lutas, são formulados, ajustados, reajustados e compartilhados”. Relação observada neste trabalho na fala da participante Stéfani (18 anos): “eu acesso Facebook e WhatsApp, mas também gosto muito de assistir vídeos no YouTube. [...] Converso com os parentes e fico sabendo notícias da comunidade por esses grupos [de conversa].”

Esse exemplo corrobora com a observação de Bargas (2018) sobre a importância social e política das redes sociais digitais para as comunidades quilombolas locais. A pesquisa citada reforça a importância política do uso dos meios de comunicação digitais, especialmente as redes sociais digitais, para a luta e articulação quilombola. De acordo com Bargas (2018, p. 27): “Seja no âmbito familiar, da comunidade, de grupos regionalizados ou temáticos, seja para contato com as instâncias mais formais do movimento social, os quilombolas atribuíram valor político às suas apropriações das mídias digitais”.

No contexto de opressão racial e de gênero, mulheres quilombolas terem acesso e domínio das redes sociais digitais é um processo de autonomia política que envolve acessar e distribuir informações políticas, culturais, educacionais e que podem fomentar o debate da luta quilombola e da opressão feminina que atinge o grupo. Essas mulheres passam a criar suas próprias redes de conversa, além de articular com toda a comunidade, através de grupos em aplicativos de conversação, como o WhatsApp, facilitando que a informação chegue de forma mais rápida e uniforme a toda a população local.

Esta pesquisa não observou variação geracional no uso das plataformas sociais digitais entre as participantes, a idade entre as que afirmaram utilizar mais essas redes variou entre 18 anos (Maria Eduarda) e 46 anos (Andressa). Todavia, apenas 40% delas afirmaram já ter participado de algum curso ou oficina de aprimoramento das habilidades de informática, sendo que desse total, três eram jovens (duas com 18 anos e uma com 21 anos) e apenas uma adulta (46 anos). Os dados evidenciam uma variação geracional neste sentido: capacitação e aprimoramento do uso das TIC – quanto mais jovens, maiores as chances de ter esse acesso.

Andressa (46 anos) e Stéfani (18 anos) não souberam informar quando fizeram a capacitação, mas informaram que a mesma foi gratuita. Entre as que precisaram de efetuar pagamento pelo serviço de capacitação, Renata nos conta que:

Foi pago sim. Foi feito um sorteio na escola, a gente achou que ia ser todo mundo. Aí chegou lá, foi R\$ 64,00 e pouco a mensalidade [do curso]. Esse valor foi com um desconto, por ter sido [sorteada] pela escola, aí ganhava blusa e apostila. A gente achou que era pra todo mundo, mas não, foi sorteio.

Manoela (18 anos), Renata (21 anos), Andressa e Stéfani foram as participantes que afirmaram já terem feito algum curso de capacitação e aprendizado em informática, sendo que Manoela e Renata informaram que as aulas ocorreram em 2019 e foram pagas.

A importância de parcerias entre escolas, poder público e setor privado, no intuito de capacitar jovens em condição de vulnerabilidade, como as quilombolas, é uma das maneiras de correção das desigualdades e um mecanismo de justiça social. Porém, deve-se questionar o fato de que ao se cobrar algum valor da pessoa em vulnerabilidade para ter acesso a esses serviços, isso acaba por reforçar o processo sistemático de exclusão social. Sobre isso, Silva (2020, p. 174) discorre que “à medida que as soluções tecnológicas são cada vez mais desenvolvidas e integradas nas esferas social, econômica e política, o mesmo ocorre com os problemas que surgem com a digitalização e automação da vida cotidiana.” Portanto, é esperado que as populações quilombolas possuam mais acesso aos meios digitais para uma maior integração e autonomia do grupo nas várias esferas da vida social, dentre elas, o ambiente digital.

A participante Andressa (46 anos) informou que a capacitação digital (na forma de curso de informática) foi fornecida a ela pela Associação dos Servidores Administrativos da Universidade Federal de Viçosa (ASAV). Exemplo da importância do desenvolvimento de projetos que aproximam as instituições públicas de ensino superior da sociedade, visando a emancipação e o empoderamento de pessoas em condição de vulnerabilidade, como as populações quilombolas. Dentre todas as participantes, apenas uma, Deise (58 anos), afirmou não ter feito curso de informática (ou capacitação digital) pelo fato de ser semianalfabeta:

Nunca [fiz curso], eu estudei muito pouco, porque na época da minha mãe a gente não estudava, a gente tinha que trabalhar para ajudar ela, aí então por isso que não aprendi a ler e escrever, única coisa que sei assinar mais ou menos é meu nome, e mesmo assim ainda tenho medo de errar. [...] Eu não aprendi a ler porque minha mãe passava dificuldade e eu trabalhava na roça junto com ela para ajudar.

O caso acima é uma mostra de que o processo histórico de exclusão a que toda população negra, especialmente a quilombola, foi submetida no pós-abolição, perpetua-se até os dias atuais. E que se apresenta como desigualdade de oportunidades, acesso e

informação, resultando no fato de que mulheres quilombolas, ainda em sua fase adulta, não possuem escolarização devido a condições socioeconômicas, reforçadas pela ausência de escolas para o público do Ensino Fundamental I em suas comunidades (Jorge, 2022).

A alfabetização da população adulta quilombola se reflete no processo de acesso e domínio dos meios de comunicação digitais – através das TIC – e inclui essas pessoas no processo de acesso à informação digital. O desafio estrutural da evasão escolar e seus efeitos deletérios sobre a capacidade de ler e escrever reforça a dificuldade de acesso às redes sociais digitais, usadas também para interagir com a família, amigos e acessar informações dos mais variados assuntos. Apenas a participante Gisele (57 anos) afirmou não utilizar o Facebook de forma recorrente devido à falta de conhecimento sobre a rede social: “tenho Facebook, mas não uso muito não. Às vezes me dá curiosidade de mexer nas horas vagas, mas não aprendi direito não.”

Conforme afirmou Gisele: “eu uso [WhatsApp] para falar com as meninas da comunidade”; Bruna (42 anos): “a Carina está sempre avisando, botando nos grupos [do WhatsApp] informações sobre ações na comunidade”; e Deise (58 anos), ao afirmar que fica sabendo das atividades no Buieié, “[...] porque eu acompanho os grupos [no WhatsApp]”. Isso reforça os laços de sociabilidade, o acesso e o compartilhamento de informações entre o grupo e o sentimento de pertencer ao local de origem. Portanto, corroboro com Bargas (2018), visto que são fatores semelhantes aos pesquisados por ela que motivam as participantes desta pesquisa a utilizarem das plataformas digitais, em especial o WhatsApp, como forma de socialização, acesso à informação e articulação das lutas políticas das populações quilombolas.

Discutindo sobre a apropriação das TIC pelas populações quilombolas, Marcelo e Cardias (2016, p. 321) apontam que “as restrições e a pulverização de políticas públicas voltadas à comunicação e ao reconhecimento da diversidade cultural, possibilitam uma produção pequena, com limitações, todavia importantes para essas comunidades [quilombolas].” A formação e a capacitação da população quilombola junto a instrumentos tecnológicos, como cursos e oficinas de informática e outras TIC, engendram a emancipação e a redução das desigualdades digitais, e conseqüentemente socioeconômicas, que acometem o grupo.

Ademais, foi possível aferir que os hiatos digitais de gênero de primeiro nível (relacionada ao acesso às TIC) não acometem a maioria das mulheres do Buieié que participaram desta pesquisa, porém, os hiatos de segundo nível (ou as diferentes

capacidades para melhor se aproveitar a tecnologia) foi observado em parte das participantes. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – propostos aos países signatários da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual o Brasil faz parte, encontram-se o acesso à saúde, o bem-estar e a equidade entre os gêneros. Uma das formas para impulsionar que esses objetivos sejam alcançados é a democratização digital (ROTONDI *et al.*, 2020), no caso deste estudo, principalmente para as mulheres quilombolas.

Para que essa democratização digital ocorra, os hiatos digitais de gênero – denominação da desigualdade no acesso e domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que se expressa em mulheres em relação a homens – precisam ser superados. De acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2020), os hiatos digitais de gênero são mais uma expressão das assimetrias que envolvem as relações de poder e desigualdade entre homens e mulheres. Para a superação dessa condição, há a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para a formação e capacitação das populações quilombolas no uso e apropriação das TIC (Souza; Silva; Costa, 2019). No próximo tópico, discuto sobre a articulação entre as mulheres do Buieie através das redes sociais digitais e seu efeito sobre as ações de prevenção à Covid-19 na comunidade.

Unidades Sociais *Online* e a importância feminina na articulação

O uso das redes sociais digitais (WhatsApp, Facebook dentre outras) também é uma estratégia de comunicação adotada pelas mulheres e pelos estudantes quilombolas em suas comunidades, por ser uma forma de comunicação rápida e de baixo custo, possibilitando que mais pessoas participem dos debates ali promovidos. A pesquisa realizada por Bargas (2018) analisou como mulheres e estudantes quilombolas do estado do Pará encontram na Internet um espaço de promoção da sociabilidade, conflito e mobilização das pautas quilombolas. Através de uma pesquisa etnográfica virtual e do uso de métodos complementares, como questionários e entrevistas, analisou-se a interação dos sujeitos com as redes sociais digitais, Facebook e WhatsApp, na luta pelo reconhecimento e pelo direito territorial.

Bargas (2018, p. 179) observou novas formas organizativas no ambiente digital, criadas pelo movimento quilombola local, e as denominou de “Unidades Sociais Online” (USO). Segundo a autora, esses agrupamentos digitais (grupos de conversas nas redes sociais) presentes em cada comunidade pesquisada funcionam e se constituem através de

regras de pertencimento específicas, com pessoas específicas que interagem sobre assuntos e temas específicos ligados ao grupo. As USO variam de acordo com as comunidades devido às especificidades, as necessidades e a articulação dos sujeitos em cada local.

Na Comunidade Quilombola do Buieié foi possível observar semelhanças do que foi apontado no trabalho de Bargas (2018), seja na importância das práticas comunicacionais para articulação política, seja no fortalecimento local da identidade, ou ainda, na importância que as redes sociais digitais passaram a exercer nas relações de sociabilidade do grupo e fora deste. As populações quilombolas, como grupo social que apresenta características culturais e sociais próprias, devido à ancestralidade negra, a relação intrínseca com o território e sua biodiversidade, os laços familiares e de colaboração mútua em suas comunidades, produzem uma “territorialidade específica” (Almeida, 2004; 2008).

De acordo com Almeida (2004, p. 10), que analisou os modos de organização das populações quilombolas:

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força: laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. Aí a noção de “tradicional” não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização.

Nesse contexto, as “unidades de mobilização” de que trata Almeida (2004) são as ações de solidariedade realizadas pela liderança feminina do Buieié (arrecadação e distribuição de máscaras, álcool em gel e cestas básicas) no início da pandemia, visto o caráter comunal e de ajuda mútua que as mesmas tiveram para a própria comunidade. Outra característica que reforça a aplicação dessa teoria no quilombo Buieié é a noção de identidade coletiva (Brah, 2006), que se faz presente entre as participantes, que reconhecem através de aspectos históricos, familiares e local, a noção coletiva da identidade quilombola. As ações de solidariedade, segundo as participantes, eram informadas e repassadas, em sua maioria, através de agrupamentos digitais nas redes sociais *online*, especialmente no WhatsApp.

De acordo com Martín-Barbero (2006), as tecnologias são organizadoras da percepção e reorganizadoras da experiência, na qual as mediações são movidas através da cultura, da sociedade e do indivíduo. Portanto, “pensar os processos de comunicação

neste sentido, a partir da cultura, significa deixar de pensá-los a partir das disciplinas e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” (ibidem, p. 285). Jesús Martín-Barbero estudou as “mediações” ou fixações entre duas partes que possuem, através destas, um ponto de referência em comum, que mesmo equidistantes, estabelecem algum tipo de inter-relação entre as partes do processo comunicacional. Essa é uma visão pós-moderna⁷³ sobre o tema Comunicação.

As partes que o autor acima propõe, sob análise deste trabalho, são as mulheres quilombolas do Buieié, corpos-políticos em enunciação (Bernardino-Costa; Grosfugel, 2016) que constroem e participam das relações comunicacionais que ocorrem dentro das redes sociais digitais através de mediações, entendidas como os grupos de conversa, dentre eles, os do WhatsApp. Foi essa a rede mais utilizada pelas participantes da pesquisa (90%), que a utilizavam como forma de se comunicarem entre si e com os demais moradores locais. Conforme me explicaram algumas das participantes, os grupos de conversa são uma das principais formas de acessar informações sobre as ações de enfrentamento à pandemia do coronavírus na comunidade.

Ao ser questionada sobre como ficavam sabendo das ações de distribuição de máscaras, álcool em gel e cestas básicas para a comunidade, Bruna (42 anos) diz:

A Carina [liderança feminina local e informante-chave desta pesquisa] está sempre avisando a gente, botando nos grupos do WhatsApp. [...] Eu vi a Carina mesmo com as outras meninas, todas ajudando [nas ações]. Tenho algumas máscaras até hoje aqui. Ajudou bastante... as cestas... pra quem não poderia estar trabalhando. [...] Foi uns tempos muito difíceis. [...] O que eu lembro é isso, às vezes tem mais, mas eu não tô lembrando. Mas tudo era colocado no grupo [de WhatsApp] da comunidade.

Outro relato é de Manoela (18 anos):

Quando era colocado no grupo do WhatsApp que ia ter distribuição de máscaras e álcool em gel, a gente ficava atenta. Minha prima até participou de algumas [dessas] distribuições. O pessoal que fazia [essas ações] publicava as coisas no grupo, [...] data que iam entregar as máscaras, o álcool em gel ... eu peguei [esses materiais] aqui pra nós [pessoas da família].

⁷³ A perspectiva Pós-moderna encontra nos debates sobre o individualismo, o presente e o agora a expressão máxima da fluidez social, no qual se afirma o fim da história (Bauman, 2021), já a fase “Pós-Moderna” dos estudos da Comunicação interferiu proeminentemente na formação dos estudiosos latino-americanos (Temer; Nery, 2004).

As demais participantes afirmaram participar de ao menos um dos grupos de conversas criados pelos moradores da comunidade, sejam estes de cunho religioso, político, diversão, educação, familiar, dentre outros. É importante reforçar que a população quilombola, ainda que pertença aos grupos em vulnerabilidade no país, fruto histórico de exclusão social, também luta por acesso à conexão de internet, demanda fundamental nos tempos presentes, seja para trabalho, lazer, educação, socialização e as demais esferas da vida contemporânea (Sgoti, 2016; Bargas, 2018; Lopes; Caetano; Cardoso, 2022). Isso não os exclui da convivência e pertença, nem provoca a noção de perda da identidade quilombola, ao contrário, pode fortalecer as relações, ampliar os debates cotidianos e possibilitar o acesso a mais conhecimento.

Na sociedade contemporânea, as mídias sociais e os conteúdos gerados nas redes sociais se tornaram uma das formas mais importantes de mídia, comunicação e compartilhamento de informação, devido ao aumento na adesão dessas redes pelas populações (Gabriel, 2019). Desse modo, defendo que a participação e adesão das mulheres quilombolas do Buieie às redes sociais digitais, especificamente ao WhatsApp, durante a pandemia, caracteriza-se como agrupamentos digitais ou formas de comunicação que integram grupos específicos, que possuem interesses a partir de necessidades específicas ou genéricas e que são moderados a partir de pessoas ligadas às lideranças políticas e locais, configurando-se, assim, em “Unidades Sociais Online” (USO) (Bargas, 2018).

O caráter dessas USO no Buieie se mostrou como mediação das ações de enfrentamento durante a pandemia, possibilitando aos sujeitos acessarem informações sobre as ações de solidariedade construídas pelas lideranças femininas locais para a proteção da Covid-19. Ações que eram de responsabilidade do Estado, garantidas em lei e reforçadas com a criação de políticas específicas a essa população, como: art. 216 da Carta Magna, que assegura a proteção e promoção pelo poder público dos modos de criar, fazer e viver das populações quilombolas; a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que cobram o compromisso político do governo federal em garantir o acesso e a promoção da saúde aos quilombolas.

Enquanto o Estado (re)produzir as práticas discursivas dentro do regime capitalista, sexista e racista, ou hegemônico, ainda será necessária a criação e compartilhamento de mais USO de resistência entre os quilombolas. Embora, o que se deseja é a criação de USO com finalidades de incentivo à cultura local, educação dos

jovens e adultos, articulação entre os mais velhos e os mais jovens da comunidade, além do fortalecimento da união, não mais através da luta – que ficará no passado, mas da memória e celebração daquelas que lutaram e conseguiram transformar o sistema.

No contexto das comunidades quilombolas, muitas vezes com populações vivendo em condições de vulnerabilidade socioeconômica nas áreas rurais, como o caso do Buieie, conforme apresentado até aqui, ficou evidente a condição de pobreza ou vulnerabilidade socioeconômica a que se encontram condicionadas. Soma-se a essa condição de vulnerabilidade econômica, a social – visto que na comunidade não há posto de saúde ou comércios de médio e grande porte, impondo a ocorrência de ações de solidariedade, como a distribuição daqueles materiais (máscaras, álcool em gel e cestas básicas) entre a população local, para amenizar os efeitos da Covid-19 no Buieie.

Essas ações têm por caráter central a solidariedade, presente e pilar da cultura quilombola, e na maioria das vezes são realizadas pelas mulheres das comunidades, como visto na comunidade pesquisada. Tal leitura dos fatos nos remete ao modelo de sociedade proposto por Abdias do Nascimento (1980), o quilombismo, cujas ações de solidariedade irão reger as práticas sociais em prol da erradicação do racismo, que ataca e consome vidas diariamente no país. A práxis quilombista tem um caráter não capitalista e sim de unidade coletiva, presente nas comunidades quilombolas e que representa uma concreta fixação do resgate à liberdade, dignidade e associativismo, que promove uma resistência física e cultural desses povos.

Resistência cultural com caráter de associativismo é o exemplo de ação e emancipação digital de mulheres quilombolas com a criação do *podcast* “Ondas da Resistência” (Crisóstomo; Melo; Terso, 2022). Uma ação via rede de solidariedade, locada na plataforma digital de áudio *Spotify*, onde mulheres relatam a realidade de suas comunidades durante a pandemia da Covid-19. Na análise de Maryellen Crisóstomo, quilombola do território Baião (TO), uma das autoras e também apresentadora do *podcast*: “Nessa empreitada contamos com as tecnologias como a arte de transformar e construir alternativas para o bem viver” (ibidem, p. 49). Entretanto, o acesso à Internet e a plataformização (Van Dijck; Nieborg, 2009) são os principais desafios para que populações quilombolas acessem informações sobre políticas públicas, direito, educação, saúde, seguridade social, além do engajamento e participação política nas redes sociais digitais.

A capacidade de mobilização, articulação e partilha de informações que ocorreu no WhatsApp, especialmente, a respeito da distribuição de material para cuidados e o

acesso a esses materiais no Buieié, conforma uma unidade social *online* (USO), a qual denomino por “USO de Cuidado e Atenção Solidária”. Essa foi uma das principais funções desempenhadas por esse agrupamento digital dentro da comunidade pesquisada. Agrupamento que encontra na territorialidade específica (Almeida, 2004), fruto da história local e motivação para ações de mobilização continuada, entendendo que outras ações ocorrem na comunidade – um exemplo, é o Cursinho Popular do Buieié – e que são outras USO que atuam como mediação (Martín-Barbero, 2006) da comunicação entre os quilombolas na comunidade.

Destarte, impera a importância de que os olhares do poder público se voltem para as comunidades quilombolas a fim de atender suas demandas mais urgentes, como a regularização fundiária de seus territórios, junto do acesso aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e, principalmente, garantia à alimentação e saúde – inerentes à sobrevivência e manutenção da vida. Entendo, também, que o acesso à conexão de internet, especialmente para quilombolas estudantes que necessitam desse mecanismo para realizar atividades de ensino, caso pertença ao modelo híbrido de educação (aulas presenciais e aulas remotas), é um fator relevante para a vida contemporânea. A esse respeito, reforço que esforços devem ser tomados por parte do poder público no intuito de capacitar jovens, adultos e idosos quilombolas nas questões básicas de digitalização.

Considerações finais

No Buieié, foram as mulheres que tomaram frente das ações para a manutenção da vida dos homens e mulheres da comunidade durante a fase inicial da pandemia da Covid-19, demonstrando que muitos dos problemas das comunidades quilombolas são questões interseccionais vinculadas à raça, etnia, classe e território.

Constatou-se que as condições de desigualdade, pobreza e preconceito racial mobilizaram a ação solidária de mulheres quilombolas na coleta e distribuição de máscaras, álcool em gel e cestas básicas para a comunidade. Essas ações garantiram uma maior segurança em relação à disseminação da doença no local. Através desses apontamentos, este trabalho também se orienta na luta política pela inclusão social e econômica da população feminina quilombola no ambiente digital, meio facilitador e componente da comunicação global contemporânea.

O estudo revelou a influência das TIC, como Internet, celular e WhatsApp, nas ações das mulheres quilombolas. Observou-se a presença de hiatos digitais de segundo

nível, indicando deficiências na utilização do celular e suas funções. Os hiatos de primeiro nível foram menos comuns. Poucas participantes haviam feito cursos sobre TIC, destacando a necessidade de políticas públicas para capacitação nesse sentido. A emancipação digital pode beneficiar a participação política, a coesão da comunidade e a inserção no mercado de trabalho.

As mulheres do Buieie usam o WhatsApp para comunicação e compartilhamento, fortalecendo a coletividade quilombola. Isso destaca a importância das Unidades Sociais Online (USO), que fortalecem a troca de informações, divulgação de atividades e ações políticas. O acesso à Internet deve ser atendido pelo poder público, ampliando a comunicação de grupos vulneráveis. No entanto, o acesso à Internet exige dispositivos como *smartphones* e computadores. A oralidade quilombola também encontra espaço nas tecnologias, como aplicativos de mensagens de voz, incluindo pessoas não alfabetizadas. A solidariedade e coletividade quilombola impulsionaram ações durante a pandemia, demonstrando relacionalidade e diálogo.

A pesquisa, inicialmente focada nas mulheres quilombolas, evidenciou suas dificuldades diárias. A visibilidade, especialmente na política e educação, é um desafio. O acesso à informação e Internet é crucial para o grupo, permitindo que eles adotem novos formatos de comunicação, desafiando discursos hegemônicos e fortalecendo a luta nacional pelos direitos da população quilombola.

Referências

- ARAÚJO, A. S.; *et al.*.. Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. **Biota Amazônia Open Journal System**, Macapá, v. 7, n. 1, p. 30-37, 2017.
- ALMEIDA, A. W. B.. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** v. 6, n. 1, p. 9, 31 maio 2004.
- ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos “archivos” da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8: F.U.A., 2008.
- ARRUTI, J. M.; *et al.*.. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. **Informativo Desigualdades raciais e Covid-19** | janeiro n. 6, 2022.
- BARGAS, J. K. R.. **Quilombolas do Pará e mídias digitais: sociabilidade, conflito e mobilização online** nas lutas por reconhecimento. Tese de doutorado em Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). 199p., 2018.
- BAUMAN, Z.. **Modernidade Líquida**. Zahar: Rio de Janeiro, 2021.
- BERNARDINO-COSTA; J.; GROSFOGUEL, R.. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.
- BRAH, A.. Difference, Diversity, Differentiation. 2006 In: BRAH, Avtar. **Cartographies of Diaspora: Contesting Identities**. Longon/New York, Routledge, 1996, capítulo 5, 24 p.95-127.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007**: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Inciso I Art. 3º. Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF.
- CALHEIROS, F. P.; STADLER, H. H. C.. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 133-139 jan./jun. 2010.
- COMINTÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC Domicílios 2021 [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic_domicilios_2021_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – Conaq. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Conaq e Terra de Direitos: 2021a, 100p.
- CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial. **Estudos Feministas**, 171, 2002.
- CRISÓSTOMO, M.; MELO, P. V.; TERSO, T.. TICs, raça, mulheres e territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos** Vol. 24 Nº 1 - janeiro/abril 2022.

GABRIEL, M.. Você, eu e os robôs: pequeno manual do mundo digital. [3. Reimpr.]. – São Paulo: **Atlas**, 2019.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. **Gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios rurais**. 2020.

JORGE, L. S.. **Educação Escolar Quilombola**: Um olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos na Comunidade Quilombola de Gavião. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Pedagogia, Faculdade Federal da Bahia, 2022.

LOPES, I. S.; CAETANO, L. R.; CARDOSO, J. S. M.. Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia. **Revista Mídia & Cotidiano**, ISSN: 2178-602X, Volume 16, Número 3, setembro-dezembro de 2022.

LOPES, I. S.; CARDOSO, J. S. M.; LEAL, D. U.. Mulheres quilombolas, desigualdade e estratégias de acesso às TIC na pandemia. IN: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2021** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. - 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic_domicilios_2021_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LOPES, I. S.; LEAL, D. U.; CARDOSO, J. S. M.; VERIDIANO, C. A.. Mulheres quilombolas e ausência de comunicação intercultural para o enfrentamento da Covid-19. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación** v. 20 n. 38: Comunicação Intercultural e Folkcomunicação, 2022.

MARCELO, A. R. R.; CARDIAS, R. C.. Comunicação, identidade e território: caminhos para as comunidades quilombolas da Caçandoca em Ubatuba e do Mandira em Cananéia. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, Ano 20 n.20, p. 309-323 jan/dez. 2016.

MARTÍN-BARBERO; J.. Os métodos: dos meios às mediações. In: Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: **Editora URFJ**, 2006.

MENDONÇA, F.. Covid-19: As Lições da Tragédia. Diálogos Capitais: Webnar Especial: Saúde. **Carta Capital**, 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MDS. **Comunidades Quilombolas**. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, 31 de julho de 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais/comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 07 mai. 2022.

NASCIMENTO, A.. **Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. **Relatorias de libertad de expresión emiten declaración conjunta acerca de internet**. Comunicado de Prensa R50/11, 2011. Disponível em: <<https://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=848>>. Acesso em: 07 mai. 2022.

PIRES, J. H.S.. **Apoio de entidades às comunidades quilombolas**: análise sobre o Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira (SP). Tese de Doutorado em Educação – Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2021.

ROTONDI, V. *et al.* **Desigualdade digital e de gênero na América Latina e Caribe**. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489>>. Acesso em: 23 set. 2021

SGOTI, S. M.. **A comunicação comunitária dos quilombolas carrapatos da Tabatinga: o diálogo como práxis da comunicação interpessoal e grupal**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

SILVA, T. [org]. **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais**: Olhares Afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

SOUZA, M. F. P.; SILVA, W. L. A.; COSTA, L.P.. Comunidade Remanescente de Quilombo, desigualdade e política pública: reflexões sobre um ‘caso particular do possível’ das mulheres quilombolas em uma comunidade na região norte-rio-grandense. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 4, p. 1057-1071, out./dez. 2019.

SRNICEK, N.. **Platform capitalism**. John Wiley & Sons. 2017.

TEMER, A. C. R. P.; NERY, V. C. A.. Para Entender as Teorias da Comunicação. **Aspectus**: Uberlândia, 2004.

VAN DIJCK, J.; NIEBORG, D.. **Wikinomics and its discontents**: a critical analysis of Web 2.0 business manifestos. *New Media & Society*, vol. 11, issue 5, 2009.

Mulheres assentadas, desigualdade e apropriação das TIC

Jéssica Suzana M. Cardoso

Introdução

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm sido apropriadas como uma ferramenta que auxilia na mobilização e na visibilidade das causas de grupos marginalizados e/ou minorizados (Henriques *et al.*, 2013). O uso da tecnologia pelas mulheres rurais potencializa suas opções informativas, de geração renda e até mesmo lazer (IICA, 2020; Rotondi *et al.*, 2020). Contudo, as desigualdades sociais e as questões estruturais da sociedade brasileira podem fazer com que o uso das TIC seja limitado ou não aconteça, tornando-se mais um elemento pelo qual as mulheres rurais precisam lutar para possibilitar o seu acesso.

Nesse sentido, torna-se necessário realizar uma análise interseccional para compreender a condição de uso e acesso às TIC pelas mulheres rurais brasileiras. A metodologia interseccional, conforme Crenshaw (2002), evidencia a indissociabilidade dos diversos marcadores sociais e como isso interfere na construção das realidades. A compreensão acerca da formação dos contextos de desigualdade permite a criação de estratégias de enfrentamento adequadas.

Segundo a pesquisa sobre o uso das TIC nos domicílios brasileiros (CGI.br, 2022), o número de casas que possuem acesso à Internet subiu de 71%, em 2019, para 82%, em 2021. O aumento da conectividade no meio rural foi impulsionado pela pandemia da Covid-19 e pelas ações de mobilização das mulheres e comunidades para garantir o acesso à Internet (Lopes; Leal; Cardoso, 2022). Contudo, os domicílios rurais ainda permanecem com uma porcentagem de conexão inferior (71%) se comparados aos da área urbana (83%).

As diferenças acerca da conectividade no rural se somam a outras desigualdades, como a renda e a raça, tornando evidente a intersecção dos marcadores sociais nas formas de acesso e aproveitamento das TIC. Entre os usuários de Internet no país, mais da metade (64%) acessa apenas por meio do celular, e essa proporção chega a ser 89% entre os mais pobres. O grupo populacional que mais acessa a Internet somente pelo celular é o das pessoas negras (65% pretos e 69% pardos). Os problemas territoriais também se tornam visíveis quando o uso exclusivo do celular acontece majoritariamente (83%) nas áreas rurais do país (CGI.br, 2022). As métricas revelam que o aumento da Internet no Brasil

se deu devido à massificação do uso do celular. Luiz Stevanim e Rodrigo Murтинho (2021) ainda chamam atenção para a contribuição das interações em plataformas como WhatsApp, Instagram e TikTok no aumento da conexão no país.

Ao pensar o uso das TIC pelas mulheres rurais, ainda é importante destacar que as mesmas podem ser atravessadas por obstáculos raciais, de gênero, sociais, econômicos, além das desigualdades no uso e apropriação das TIC. Essa constatação leva à afirmação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2020) de que as mulheres rurais são o grupo social mais vulnerável aos problemas socioeconômicos e que o não reconhecimento e enfrentamento dessa situação têm impedido o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o presente artigo visa compreender como a realidade socioeconômica das mulheres rurais, residentes no assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Olga Benário, em Visconde do Rio Branco, Minas Gerais, impacta em suas condições de uso e acesso às TIC e, conseqüentemente, em sua autonomia.

O uso da Internet para a transformação social

Os movimentos sociais e as populações minorizadas têm desenvolvido estratégias para ocupar os espaços digitais, dando visibilidade às suas causas e apresentando suas próprias narrativas (Crisóstomo; Melo; Terso, 2022). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um exemplo de um grupo que utiliza as funcionalidades virtuais como ferramentas de apoio em suas lutas. As mídias digitais têm sido utilizadas para promover a geração de renda, articulações sociais, acesso à informação, manutenção de laços familiares e de amizade, promoção da cultura e do lazer, dentre outras (Gatto *et al.*, 2017; Aragão, 2019).

Para Henriques *et al.* (2013), os movimentos sociais, imersos na sociedade midiaticizada, transformam suas lutas por reconhecimento em lutas por visibilidade. Isso se dá, pois, há uma necessidade de que suas demandas sejam conhecidas pelos diferentes públicos, o que pode levar ao apoio de usuários que não compartilham o mesmo contexto e/ou espaço temporal. Os autores também adicionam que a comunicação tem a função de gerar e manter os vínculos entre os movimentos e seus públicos. Assim, é comum vermos diferentes estratégias comunicacionais serem adotadas pelos movimentos sociais para promover a mobilização e a participação na Internet.

Ao mesmo tempo que esses grupos sociais podem usufruir das potencialidades advindas do acesso à Internet, as desigualdades da sociedade brasileira impactam nas formas de acesso e de aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Os marcadores sociais raça, gênero, território e classe têm se apresentado de forma articulada na promoção das desigualdades no acesso às TIC, fazendo com que determinados grupos tenham menos possibilidades de acesso à internet.

Nesse sentido, Oliveira e Giacomazzo (2017) reiteram que a exclusão tecnológica não acontece apenas pelo não acesso às tecnologias, mas também pela inexistência de condições que permitam o seu aproveitamento. À vista disso, o acesso e apropriação das TIC deixa de contribuir para o desenvolvimento social democrático, como defende a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Wilson *et al.* 2013), e torna-se mais uma ferramenta que potencializa as desigualdades.

A Unesco também afirma que a promoção da literacia digital⁷⁴ para os cidadãos perpassa a garantia do direito à liberdade de opinião e expressão, estabelecido no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948 (Wilson *et al.* 2013). Nesse sentido, Paulo Rosa (2017 p. 90) salienta que a exclusão digital “manifesta-se também quando se impede uma pessoa ou grupo de disseminar seus valores, cultura e identidade através das TICs”. Destarte, é possível inferir que as desigualdades nas condições de acesso e apropriação das TIC pelos cidadãos impossibilita a efetivação dos direitos humanos, impedindo a população de exercer sua cidadania e de atuar para o desenvolvimento individual e comunitário.

A importância da Internet para a sociedade foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2011, quando a instituição a estabeleceu como direito humano fundamental. Na contemporaneidade, a promoção do direito à comunicação é um dos requisitos para o exercício da cidadania e uma condição para a garantia de outros direitos, como a participação social, a educação e a saúde (Stevanim; Murtinho, 2021). Um exemplo é a necessidade de conexão para utilizar determinados serviços públicos no Brasil, como o acesso a informações sobre saúde por meio do aplicativo Conecte SUS Cidadão⁷⁵.

⁷⁴ A literacia digital pode ser explicada como uma abordagem que busca desenvolver as capacidades de apropriação dos indivíduos, de modo que compreendam e utilizem os recursos digitais e seus conteúdos, para lidar com as questões do cotidiano e interagir com a sociedade (Borges; Oliveira, 2011).

⁷⁵ O Conecte SUS Cidadão é o aplicativo oficial do Ministério da Saúde e a porta de acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) de forma digital. Ele permite que o cidadão acompanhe, na palma da mão, o seu histórico clínico. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-a-plataforma-movel-de-servicos-digitaais-do-ministerio-da-saude>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

No mesmo sentido, nos últimos anos existiram vários casos que permitiram visualizar o uso da Internet pelos diversos grupos e interesses sociais. Os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estudados nesta pesquisa, são um exemplo de públicos que utilizam a Internet para o fortalecimento de suas causas e organizações, promovendo a participação social e exercitando a democracia.

Estudos apontam que o MST utiliza as redes sociais para se articular socialmente, contrapor os discursos midiáticos que o criminalizam e compartilhar suas perspectivas, além de promover debates e cativar mais adeptos à sua causa (Gatto *et al.*, 2017; Aragão, 2019). A presença e a interação do Movimento Sem Terra nas redes sociais digitais possibilitam a ampliação do debate sobre sua luta, além de promover seus produtos⁷⁶. Durante a pandemia da Covid-19, o MST utilizou o aplicativo WhatsApp para promover a conscientização da população acerca da importância das máscaras, do álcool em gel, da vacina e outras medidas protetivas contra a doença (Leal, 2023).

Fica evidente o impacto que as mídias digitais realizam na visibilidade das mobilizações dos Sem Terra no Brasil. Entretanto, as desigualdades que atingem essas populações, que residem no espaço rural, prejudicam os seus usos e formas de apropriação das TIC. Apesar de a Lei Geral das Telecomunicações, Lei nº 9.472 de 1997, ratificar que é dever do Estado garantir que todos os brasileiros tenham acesso às telecomunicações, com tarifas, preços e condições adequadas (Brasil, 1997), na prática nem sempre esse direito é assegurado.

A pesquisa “Fronteiras da inclusão digital” do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI. br, 2022) ressalta que os entraves para conectividade estão concentrados nas populações residentes de áreas rurais, remotas e de difícil acesso. Segundo a publicação, nesses locais, o custo para a expansão da infraestrutura é alto, exigindo instalação e manutenção de torres de energia solar – para a Internet via rádio –, e a construção ou o aluguel de postes em uma grande extensão territorial – para a Internet de fibra óptica. Jonathan Silva (2019) destaca que Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) afirmou que a oferta da conexão está condicionada ao interesse comercial dos prestadores de serviço. O cenário vai de acordo com a afirmação de Escosteguy, Sifuentes e Bianchini

⁷⁶ Em março de 2022, a atuação do MST nas mídias digitais gerou visibilidade e aumentou as vendas de seus bonés. Isso se deu após o posicionamento do MST, quando uma internauta questionava o uso do acessório por pessoas que não fazem parte do movimento. As publicações nas contas oficiais do Twitter e do Instagram do MST afirmavam a importância do uso do boné pelas pessoas que apoiam suas lutas. Essa discussão fez com que as vendas saíssem da média de 600 a 700 por mês, para cerca de 3 mil bonés no período. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/movimentos/2022/3/22/vendas-de-bones-do-mst-disparam-apos-polmica-quem-usa-apoia-reforma-agraria-111858.html>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

(2017) de que as áreas rurais nem sempre são vistas como rentáveis aos fornecedores de internet. Esse contexto faz com que as opções de conexão das populações rurais do país sejam restritas, mais caras e, em certos momentos, com qualidade inferior se comparadas com as localidades urbanas.

Ao tratar as questões acerca da conectividade como algo meramente mercadológico, o direito à comunicação das populações rurais, dos negros e dos mais pobres pode ser comprometido. Isso se dá, pois, como apontam os dados da TIC domicílios 2021 (CGI.br, 2022), são essas populações as que realizam o uso mais limitado da Internet no Brasil, acessando por meio de único dispositivo (celular) ou se conectando somente por um tipo de conexão (móvel ou Wi-Fi). Stevanim e Murtinho (2021) chamam atenção para os modelos e práticas que reduzem os direitos à noção de mercadoria, enfatizando a necessidade da conscientização e enfrentamento dessas ações por parte da população.

Além das dificuldades para promover o acesso à Internet impedindo o uso e apropriação das TIC, os moradores de territórios rurais enfrentam problemas como inviabilidade econômica, pouca capacitação e ausência da infraestrutura técnica necessária (Rosa, 2017). Os resultados da TIC Domicílios 2021 (CGI.br, 2022) reiteram essa afirmação quando apresentam que entre as principais barreiras para a conexão, descritas pelas populações que nunca realizaram o acesso, estão a falta de habilidade com o computador (69%) e o valor do serviço (48%). À vista disso, concordamos com Stevanim e Murtinho (2021, p. 128) quando afirmam que “a exclusão digital ainda permanece como um abismo que reforça as desigualdades sociais, étnico-raciais e regionais”. Os autores também reforçam a necessidade de compreender as condições em que o acesso à Internet no Brasil tem sido realizado.

Apesar das dificuldades para estabelecer a conexão e as limitações existentes em relação ao uso das TIC, as populações rurais têm criado estratégias para a utilização e aproveitamento das tecnologias. Como exemplos temos o compartilhamento das conexões via Wi-Fi (CGI.br, 2022); a transmissão das informações obtidas na internet, por meio de conversas e socialização, aos que não possuem acesso (Lopes; Caetano; Cardoso, 2022); e a compactação dos conteúdos para que sejam veiculados no WhatsApp (Crisóstomo; Melo; Terso, 2022). Entretanto, reforçamos o que é colocado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) (2022), quando salienta a necessidade de implementação de políticas públicas para a inclusão digital, uma vez que é dever do Estado promover o direito à comunicação.

O acesso e a qualidade da Internet nos territórios rurais impactam no cotidiano das populações, afetando suas oportunidades profissionais e de lazer. Dessa forma, a permanência dos jovens no campo pode ser influenciada devido às condições de acesso às TIC (SILVA, 2019). As autoras Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2017) ressaltam que o uso das tecnologias, em muitos lares rurais, é tido como um recurso estratégico que auxilia na educação e na mobilidade social. No mesmo sentido, Marcela Silva (2017), afirma que o uso das tecnologias por agricultoras facilita seu trabalho na propriedade, permitindo que realizem negociações com vendedores, movimentações bancárias e acesso a informações sem que necessitem sair de seu território. A autora reforça que o uso das tecnologias pode permitir que mais mulheres sejam reconhecidas e inseridas nos processos produtivos e econômicos das famílias rurais.

Metodologia

O presente trabalho é resultado da dissertação intitulada “Mulheres rurais e literacia digital: questões para além do acesso às TIC”, elaborada no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGER) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A análise compõe o projeto “Mulher rural e recursos infocomunicacionais: das desigualdades às estratégias na busca de conhecimento sobre saúde em contexto pandêmico”. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e também é exploratória, uma vez que busca compreender a realidade de mulheres rurais assentadas da cidade de Visconde do Rio Branco em relação às formas de acesso, uso e apropriação das TIC.

O assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Olga Benário está situado a 2,8 km da sede do município de Visconde do Rio Branco – MG; atualmente residem no território 33 famílias⁷⁷. O território onde hoje se localiza o assentamento foi ocupado de forma pacífica por cerca de 24 famílias integrantes do MST, em 14 de junho de 2005. Situado na zona rural da cidade, antes o território era denominado Fazenda Santa Helena e já havia sido desapropriado no ano de 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). De acordo com Manoel Teixeira (2012), o assentamento foi oficializado através da Portaria nº 110, em 11 de outubro de 2005, tornando-se o primeiro assentamento da reforma agrária na Zona da Mata Mineira.

⁷⁷ Informação obtida com as entrevistas em 09/06/2022.

Fazem parte desta pesquisa 12 mulheres do assentamento Olga Benário, com idades entre 18 e 60 anos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Marconi; Lakatos, 2003), entre os meses de maio e junho de 2022, garantindo o anonimato das participantes por meio de pseudônimos. As respostas obtidas nas entrevistas foram analisadas sob o método da análise de conteúdo (Bardin, 2011).

As mulheres do Olga Benário e suas realidades socioeconômicas

A participação das mulheres na construção e manutenção do território estudado neste trabalho é algo central. No assentamento Olga Benário, existem mulheres que ocupam posições de lideranças comunitárias e muitas delas estão envolvidas nas articulações do MST. Como será visto, temos diferentes situações socioeconômicas entre as assentadas entrevistadas.

O quadro 1 apresenta o perfil socioeconômico das mulheres que compõem esta pesquisa. Na intenção de preservar a privacidade dessas mulheres e de acordo com o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFV, utilizamos nomes fictícios para identificá-las.

Quadro 1: Perfil socioeconômico das participantes do Olga Benário.

Nome	Idade	Estado Civil	Filhos	Cor/raça	Escolaridade	Renda familiar	Mora com (quant.)
Fernanda	38	Solteira	3	Parda	Ensino Médio	1 s. m.	5
Aline	38	Solteira	3	Parda	Ensino Fundamental	3 s. m.	4
Mônica	18	Solteira	-	Parda	Ensino Médio cursando	1 s. m.	5
Marcela	18	Solteira	-	Preta	Ensino Médio cursando	1 s. m.	6
Helena	18	Solteira	1	Preta	Ensino Fundamental	1 s. m.	8
Geovana	28	Casada	2	Parda	Ensino Fundamental	1 s. m.	4
Roberta	30	Casada	3	Branca	Ensino médio	1 s. m.	5
Eliza	58	Casada	3	Parda	AIEF	R\$560,00	2
Luana	43	União estável	1	Parda	Ensino Médio	(+/-) 1 s. m.	3
Cristina	18	Solteira	-	Branca	Ensino Médio cursando	1 s. m.	5
Joana	60	União estável	6	Preta	AIEF	2 s. m.	3

Simone	18	Solteira	-	Branca	Ensino Fundamental cursando	1 s. m.	5
Legenda: AIEF – Anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) S. M. – Salário mínimo							

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2022.

Participaram das entrevistas 12 mulheres moradoras do assentamento Olga Benário. Entre essas, cinco são jovens de 18 anos e solteiras. Duas mulheres têm 38 anos e há três mulheres adultas com as respectivas idades: 28 anos (Geovana), 30 anos (Roberta) e 43 anos (Luana). As Sem Terras mais velhas são Joana, de 60 anos, já considerada idosa, e Eliza, de 58 anos. As mulheres negras são maioria entre as assentadas que participaram desta pesquisa, sendo que seis se autodeclararam pardas e três se autodeclararam pretas. Essa composição vai de acordo com o que é colocado por Fernandes *et al.* (2013), quando afirmam que há uma estreita relação entre a luta pela terra e questões raciais no Brasil, enfatizando a participação dos pretos e pardos no MST.

Apenas quatro mulheres do Olga Benário não têm filhos, as quais são jovens de 18 anos e solteiras. A única jovem mãe é Helena, cuja criança, na época das entrevistas, em maio de 2022, tinha dois anos. Destacamos a situação dessa participante, uma Sem Terra negra, mãe solo, que parou os estudos no Ensino Fundamental devido à gravidez precoce e reside em uma casa com oito moradores no total. A vulnerabilidade socioeconômica da família de Helena torna-se evidente quando esta declara que a renda familiar é de apenas um salário mínimo, sendo a renda *per capita* inferior a R\$165,00. Conforme aponta Sueli Carneiro (2011), aqui está posta a realidade de pobreza que atinge muitas mulheres negras no Brasil.

Além de Helena, somente a participante Luana também tem apenas um filho. Luana está em uma união estável, da mesma forma que Joana, que tem seis filhos. As entrevistadas Roberta e Eliza são casadas e têm três filhos cada. Fernanda e Aline também têm três filhos, mas são solteiras. Somente Geovana tem dois filhos e é casada.

De modo semelhante à realidade do Buieié e em concordância com os dados do IBGE (2020)⁷⁸, são as duas mulheres mais velhas e negras que possuem o menor grau de escolarização entre as assentadas. Mesmo tendo frequentado os anos iniciais do Ensino

⁷⁸ Segundo a publicação do IBGE (2020, p. 2): “Em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pessoas de cor preta ou parda (diferença de 5,3 p.p.). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%”.

Fundamental, Joana e Eliza não sabem ler ou escrever. Essa constatação se deu por meio da interação com as participantes, uma vez que as mesmas não afirmaram ser analfabetas durante as entrevistas. Aqui, a vergonha por não dominar as habilidades de leitura e escrita é visualizada entre as assentadas. Nesse caso, a raça e a questão geracional podem ser compreendidas como marcadores sociais que afetaram diretamente o acesso dessas mulheres à escola.

Em relação à renda familiar, apenas uma participante assentada afirmou receber menos de um salário mínimo (R\$560,00), a qual vive em uma casa com duas pessoas. Outra entrevistada informou que a renda familiar gira em torno de um salário mínimo, podendo variar para mais ou para menos, em decorrência da produção e vendas realizadas pela família, composta por três pessoas. Oito mulheres assentadas declararam ter uma renda familiar de um salário mínimo, sendo que todas residem em casas com quatro pessoas ou mais, o que faz com a renda *per capita* dessas mulheres não chegue a R\$400,00. Apenas duas assentadas possuem renda familiar de mais de um salário: Aline, que informou uma renda de três salários mínimos para uma casa com quatro residentes, e Joana, em cuja casa moram três pessoas e a renda familiar é de dois salários. Somente cinco mulheres assentadas afirmaram ser beneficiadas com programas de transferência de renda, sendo os citados o Bolsa Família⁷⁹ e o Auxílio Emergencial⁸⁰.

A maioria das mulheres Sem Terra que participaram da pesquisa estão em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Chamamos atenção para o marcador social da raça, uma vez que a maioria das participantes dessa pesquisa (9) são mulheres pretas e pardas. A condição de mulheres racializadas interfere diretamente nas possibilidades e vivências na sociedade desigual brasileira (Carneiro, 2011).

Todas as informações apresentadas até aqui podem alterar a condição de acesso, uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) por parte dessas mulheres rurais. Visto que o uso e apropriação das TIC sofre interferência de fatores econômicos, técnicos e sociais, o primeiro ponto que chamamos atenção é a idade das participantes da pesquisa, as quais variaram de 18 a 60 anos. A questão geracional pode

⁷⁹ “O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza. Além disso, o Programa oferece ferramentas para a emancipação socioeconômica da família em situação de vulnerabilidade social”. Disponível em: <<https://bfa.saude.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

⁸⁰ “O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (coronavírus)”. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

interferir diretamente nas formas de uso e apropriação das TIC, fazendo com que os adultos e mais velhos apresentem mais dificuldades (Escosteguy; Felippi; Sifuetes, 2020).

A realidade econômica das mulheres também é algo que interfere em suas possibilidades de acesso e uso das TIC (Rotondi *et al.*, 2020). Sabendo que nas áreas rurais os provedores de Internet são poucos e mais caros do que nos territórios urbanos (Escosteguy; Sifuentes; Bianchini, 2017; Silva, 2019) e que a maioria dessas mulheres (9) vivem com famílias com mais de quatro pessoas, isso pode ser mais um fator de impedimento ao acesso à conexão.

Além das questões geracionais, econômicas e territoriais, o grau de escolarização também interfere nas possibilidades de aproveitamento das TIC por parte das mulheres rurais. Entre as participantes da pesquisa, duas não sabiam ler ou escrever, três estudaram até o Ensino Fundamental e outras três até o Ensino Médio.

Os usos das mídias digitais pelas mulheres do assentamento Olga Benário

A apropriação das TIC e das oportunidades disponíveis nos ambientes digitais pelas mulheres rurais contribuiu para sua autonomia e permite que elas realizem ações como: avaliar os conteúdos e informações que acessam; produzir conteúdo sobre si, sua cultura e modos de vida; fortalecer o processo produtivo – por meio do acesso a conhecimentos e formas de escoamento da produção –; adotar estratégias de comunicação e mobilização social em seus territórios; entre outras (IICA, 2020; Rotondi *et al.*, 2020).

A pesquisa com as mulheres assentadas revela que as oportunidades digitais são alcançadas pelas mesmas principalmente via redes sociais, sendo citadas especialmente o WhatsApp, o Facebook e o Instagram. Somente duas participantes afirmaram que não possuem nenhuma rede social. As jovens assentadas Cristina e Simone, ambas de 18 anos, não possuem celulares ou computadores próprios e acessam a Internet via dados móveis, com frequência quinzenal ou devido às necessidades da escola, motivos que são utilizados como justificativa para não terem perfis em redes sociais.

O WhatsApp foi citado por nove entrevistadas como uma das redes sociais que utilizam diariamente. Esse aplicativo, lançado em 2009, permite o envio e recebimento de mídias variadas como textos, áudios, fotos, vídeos, documentos e localização, além da realização de chamadas de áudio e vídeo⁸¹. Por isso, o aplicativo é descrito como uma importante ferramenta que possibilita o contato com familiares e amigos, sem “gastar

⁸¹ Disponível em: <https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt_br>. Acesso em: 27 abr. 2023.

muito os dados”, como afirma a participante Marcela. Esse contexto reforça a colocação de Silva (2019), de que o celular tem sido utilizado como uma alternativa mais barata para promover a comunicação e o acesso à Internet no meio rural.

Entre as mulheres do assentamento Olga Benário que participam das articulações do MST, o WhatsApp é tido como uma ferramenta de comunicação essencial, pois permite o contato de forma local, regional, estadual e nacional com mais facilidade, além de ser um canal de comunicação direta com as lideranças e apoiadores do movimento. Roberta, que trabalha na gestão da Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata (Cooperarca-ZM) e sozinha administra três celulares (um pessoal e dois da cooperativa), destaca que realiza o uso do aplicativo por mais de 10 horas por dia.

Durante o período de distanciamento social, imposto pela pandemia da Covid-19, as assentadas utilizaram o aplicativo de forma estratégica para vender seus produtos no formato *delivery* e garantir minimamente a renda de algumas famílias. Segundo as participantes do Olga Benário, elas divulgavam para os clientes da cidade de Visconde do Rio Branco os produtos disponíveis semanalmente e assim combinavam as entregas, que eram realizadas pelos próprios assentados. O cenário evidencia a importância do acesso e apropriação das TIC para a inclusão das mulheres nos processos econômicos e de tomada de decisão, conforme apontam Silva (2017) e Rotondi *et al.* (2020).

Em relação ao Facebook e ao Instagram, constatamos que existem semelhanças nas funcionalidades utilizadas nos dois aplicativos. O Facebook é uma plataforma que surgiu em 2004 e que tem como missão possibilitar aos usuários se conectar com amigos, familiares e comunidades de pessoas com interesses em comum⁸². Já o Instagram é uma rede social voltada para o compartilhamento de fotos e vídeos, lançada em 2010, que busca ser um local “onde as pessoas podem se expressar, se sentir mais próximas daqueles que gostam e transformar a paixão em uma forma de ganhar dinheiro⁸³”. A própria descrição do Instagram já revela a potencialidade de geração de renda através do aplicativo.

Entre as mulheres participantes desta pesquisa, quatro participantes declararam não ter um perfil na rede social Facebook (Mônica, Eliza, Cristina e Simone). Em relação ao Instagram, também foram quatro as entrevistadas que disseram não ter um perfil nessa rede social (Fernanda, Eliza, Cristina e Simone). Cristina e Simone explicam não ter um perfil nas redes sociais devido às suas restrições para realizar o acesso à internet. Mônica,

⁸² Disponível em: <<https://about.meta.com/br/technologies/facebook-app/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

⁸³ Disponível em: <<https://about.meta.com/br/technologies/instagram/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

(18 anos) e Fernanda (38 anos) declararam não ter interesse nas redes sociais Facebook e Instagram, respectivamente.

Destacamos que o pouco interesse em utilizar as redes sociais, principalmente pelas participantes mais velhas, pode estar associado às dificuldades socioeconômicas relacionadas ao uso das TIC, como apontam Escosteguy, Felippi e Sifuentes (2020). Também notamos que a rejeição das participantes em relação ao uso dos aplicativos está relacionada com a vergonha de não saber como utilizar suas funcionalidades, seja por não saber ler ou pela inexistência da literacia digital.

Nesse sentido, o caso da assentada Eliza (58 anos) é interessante, pois, apesar de afirmar não ter um perfil no Facebook ou no Instagram, constatamos que a participante não sabia ler e tinha dificuldade no manuseio dos aplicativos, e por isso não utilizava ambas as redes sociais (nas quais ela já tem um perfil criado). Outra situação que chama atenção é a da assentada Geovana (28 anos), que tem um perfil no Instagram, mas não sabe como utilizar a plataforma. Ela diz que gostaria de aprender a postar fotos e vídeos dos bolos e quitutes que produz, para divulgar o seu trabalho.

A função mais citada pelas participantes para o Facebook e o Instagram foi lazer. Chama atenção a fala da entrevistada Joana, que não sabe ler, mas usa as redes sociais para ver fotos e vídeos. Segundo ela, o Facebook é bom porque “não acaba”, referindo-se ao “Feed de notícias” do aplicativo, que tem atualizações instantâneas e, conseqüentemente, infinitas. Da mesma forma, a participante Luana destaca que perde a noção do tempo vendo as novidades postadas na plataforma, “já cheguei até a queimar o arroz porque estava mexendo no Facebook”.

Postar fotos e vídeos é a segunda possibilidade mais citada pelas participantes ao utilizarem o Instagram e o Facebook, função que está relacionada ao mesmo tempo com o trabalho e o lazer de algumas mulheres, como no perfil de Roberta, uma das lideranças do assentamento, em que as publicações são divididas entre questões pessoais e as articulações realizadas em seu território. Ao tratar da importância do Instagram para o MST, Roberta afirma “o WhatsApp é bom para articular, mas o Instagram é bom para mostrar”. Nesse sentido, fica evidente as diferentes estratégias do movimento social para promover a visibilidade de suas causas utilizando as redes sociais.

Somente a jovem Mônica disse fazer uso do aplicativo Instagram para acessar notícias. A participante ressaltou que apenas acessa as notícias de perfis como o Mídia

Ninja⁸⁴. Segundo as assentadas Fernanda e Aline, elas não acessam as notícias das redes sociais por “medo das *Fake News*”.

A consciência das mulheres do Olga Benário diante a desinformação pode ser justificada pelo trabalho realizado pelo MST na formação política de seus militantes, especialmente durante a pandemia da Covid-19, como revela a pesquisa de Leal (2023). Contudo, lembramos que existem perfis que podem ser confiáveis e links que levam a sites seguros disponíveis nas plataformas do Facebook e do Instagram. Como apontam Landry e Basque (2019), é necessário que as mulheres desenvolvam a literacia digital para saber qual informação é verdadeira e quais sites são confiáveis, fazendo um uso crítico dos aplicativos e não deixando de aproveitar suas facilidades por medo.

As demais oportunidades existentes em ambas as redes sociais são citadas poucas vezes pelas entrevistadas, revelando que muitas mulheres não estão se apropriando de todas as possibilidades existentes nos ambientes digitais. Comunicar-se com a família foi uma funcionalidade citada por três participantes para ambas as redes sociais. Paralelamente, a facilidade de usar as plataformas para postar sobre trabalho é citada por três entrevistadas que usam Facebook e quatro que utilizam Instagram. Participar de grupos e debates é uma ação adotada somente por duas participantes que têm Facebook e uma que tem Instagram. Duas mulheres disseram utilizar o Facebook para vender/comprar e outras duas afirmaram fazer isso no Instagram. Salientamos que a faixa etária das mulheres que informaram utilizar as funcionalidades listadas acima está entre 18 e 34 anos, comprovando que a idade é um marcador social que interfere no aproveitamento das TIC.

É necessário ressaltar que quando as participantes declaram fazer postagens sobre trabalho, estão se referindo às mobilizações feitas em seus territórios, como também aos empreendimentos pessoais que realizam. Destarte, caracteriza o uso das TIC pelas mulheres rurais para a geração de renda e também para auxiliar nas articulações sociais, corroborando com as afirmações de Rotondi *et al.* (2020) sobre as potencialidades existentes no uso das TIC pelas mulheres rurais.

⁸⁴ “A Mídia Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – é uma rede descentralizada que produz e difunde conteúdos e pautas invisibilizadas pela Grande Mídia”. Disponível em: <<https://midianinja.org/sobre/>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

Considerações finais

A intersecção dos marcadores sociais como gênero, raça, classe, escolaridade, idade e outros faz com que as situações das mulheres estudadas nesta pesquisa sejam heterogêneas, ainda que compartilhem experiências em comum. Ainda assim, a análise revela que as mulheres assentadas se apropriam dos ambientes digitais, especialmente as redes sociais, destacando-se o WhatsApp, o Facebook e o Instagram.

A rede social WhatsApp é descrita como uma ferramenta que auxilia na mobilização interna e externa do território, sendo utilizada como um canal de comunicação direta entre as lideranças e a população. As redes sociais Facebook e Instagram possuem usos diversos pelas participantes, sendo citados principalmente o lazer e a postagem fotos/vídeos.

Contudo, a pouca literacia digital das mulheres rurais, articulada aos marcadores sociais, impede que seu aproveitamento das TIC e sua presença nas redes sociais aconteça de forma mais aprofundada. A presença das militantes do MST nas redes sociais é mais como consumidoras de conteúdo de terceiros, uma vez que afirmam ter dificuldades para produzir conteúdos, como informa a entrevistada Geovana. As justificativas para isso estão relacionadas com a idade avançada, a pouca escolarização e as dificuldades econômicas para a compra das TIC. A situação também indica que a defasagem no uso e apropriação das tecnologias está diretamente relacionada com o acesso à educação. Entre as mulheres assentadas que participaram da pesquisa, o maior grau de escolaridade era o Ensino Médio.

Ademais, salientamos que as mulheres negras que compõem o MST podem se encontrar em uma situação mais vulnerável, uma vez que são incipientes as discussões que relacionam a luta por reforma agrária e a raça, no Brasil. Enfatizamos a necessidade da realização de estudos futuros que investiguem especificamente a situação das mulheres pretas e pardas que participam do MST.

Referências

- ARAGÃO, W. de A. O contradiscurso do MST à mídia hegemônica: a invasão da Florestan Fernandes. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 12, p. 323-346, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.152971. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/152971>>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BORGES, J.; OLIVEIRA, L. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. **Observatório (OBS*) Journal**, vol.5 - nº4 (2011), 291-326.
- BRASIL. PLANALTO. (Org.). **Lei Geral das Telecomunicações**. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.htm>. Acesso em: 6 abr. 2023.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade racial no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2021** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic_domicilios_2021_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. N.171. 1/2002.
- CRISÓSTOMO, M.; MELO, P. V.; TERSO, T.. TIC, raça, mulheres e territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, vol. 24 nº 1, janeiro/abril 2022.
- ESCOSTEGUY, A. C.; FELIPPI, A. C. T.; SIFUENTES, L.. Reconfigurações do espaço rural e do cotidiano familiar: os sujeitos e suas práticas com as tecnologias de comunicação. **Redes**, 25(1), 211-231, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14243>
- ESCOSTEGUY, A. C. ; SIFUENTES, L. ; BIANCHINI, A. . Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. **INTERCOM (SÃO PAULO. IMPRESSO)**, v. 40, p. 195-211, 2017.
- FERNANDES, B. M. *et al.* A terra e dos desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. IN: SANTOS, R. E. (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. 3ª ed. rev. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Cultura Negra e Identidades, 2013.
- GATTO, Y. R. *et al.* O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas redes sociais on-line: identidade e representação. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 165-182, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/133179>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

HENRIQUES, M. S. *et al.* Relações públicas em projetos de mobilização social: funções e características. In: HERINQUES, M. S. (org). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. **Gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios rurais**. 2020.

LANDRY, N.; BASQUE, J. A educação para as mídias: contribuições, práticas e perspectivas de pesquisa em Ciências da Comunicação. **Esferas**, n. 13, p. 1-19, 14 mar. 2019. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/10409/0>> Acesso em: 04 nov. 2022.

LEAL, D. U., **A comunicação de risco e o papel das mulheres rurais no enfrentamento da pandemia de Covid-19 na Zona da Mata (MG)**. Tese (doutorado), Programa de Pós Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal de Viçosa/UFV, MG, 2023.

LOPES, I. S.; CAETANO, L. R.; CARDOSO, J. S. M. Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia. **Rev. Mídia & Cotidiano**, Volume 16, Número 3, setembro-dezembro, 2022.

LOPES, I. S.; CARDOSO, J. S. M.; LEAL, D. U. Mulheres quilombolas, desigualdade e estratégias de acesso às TIC na pandemia. IN: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2021** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic_domicilios_2021_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, M.M.; GIACOMAZZO, G. F. Educação e cidadania: perspectivas da literacia digital crítica. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 43, p. 153-174, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/eccos.n43.7393>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ROSA, P. R.. A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato. **Revista Nera**, ano 20, nº 36, Dossiê, 2017.

ROTONDI, V. *et al.* **Desigualdade digital e de gênero na América Latina e Caribe**. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489>>. Acesso em: 23 set. 2021

SILVA, J. F.. **Juventude Rural e telefone celular: consumo, apropriação e sociabilidade**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa/UFV, Viçosa, 2019.

SILVA, M. G. Entre vínculos e veículos: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11, n. 2, agosto de 2017. p. 98-119.

STEVANIM, L. F.; MURTINO, R. **Direito à comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

TEIXEIRA, M. T. **Assentamento Olga Benário**: um estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: UFV, 2012.

WILSON, C *et al.* **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

Mulheres rurais e Covid-19: o papel dos mediadores sociais frente à frágil comunicação governamental no Brasil

Ivonete da Silva Lopes

Daniela de Ulysséa Leal

Jéssica Suzana M. Cardoso

Introdução

No rural brasileiro habitam 30 milhões dos 213,3 milhões de brasileiros (IBGE, 2019). É caracterizado como região de vulnerabilidade social, como baixa escolaridade e condições precárias de moradia: 30,4% dos rurais não possuem água encanada e 67,4% das casas não possuem nenhum tipo de esgotamento sanitário (Braga, 2015). Essa fragilidade se reflete também no acesso à informação e à saúde, sobretudo pela indisponibilidade de serviços de saúde públicos nessas áreas e pela falta do hábito de saúde como prevenção (Arruda; Maia; Alves, 2018).

A inadequação da comunicação governamental se refere à falta de uma abordagem interseccional (classe, gênero, território e cultura) e outros marcadores sociais considerados relevantes na governança dos riscos da Covid-19 (Airhihenbuwa *et al.*, 2020; Start *et al.*, 2021; Lago *et al.*, 2020; Etowa; Hyman, 2021). A comunicação para o enfrentamento da Covid-19 no Brasil foi genérica e praticamente digital (Lopes *et al.*, 2022). Apesar de ter havido avanço na conectividade entre os rurais, ainda é essa a população menos conectada e com dificuldades de uso das tecnologias (Lopes; Bastos; Barreto, 2021).

Este artigo trata da precariedade da comunicação e saúde desenvolvida pelo governo Jair Bolsonaro (2019 – 2022) durante a pandemia da Covid-19 e destaca a relevância das estratégias de comunicação e Saúde (C&S) articulada à realidade da população rural, sobretudo considerando a desigualdade social que limita o acesso à informação. Na pandemia, a situação vivenciada de vulnerabilidade foi ampliada pela inadequação da comunicação (Gomes, 2020). Embora o texto trate do cenário brasileiro, a discussão trazida transpassa o território nacional. A desigualdade estrutural que marca a América Latina, a sobrecarga de trabalho das mulheres pela designação do cuidado enquanto tarefa feminina, ampliada na pandemia, dialogam com a realidade da região. Por outro lado, surge a potencialidade das parcerias dos governos com movimentos sociais para C&S e o uso do WhatsApp para levar informações de saúde. Esses são

problemas que precisam ser encarados e pistas que podem ser seguidas para incorporação da equidade como princípio da comunicação e saúde.

Baseado neste contexto, este capítulo traz resultados da pesquisa exploratória com abordagem qualitativa realizada em 2022 com 25 mulheres rurais da Zona da Mata Mineira⁸⁵, em Minas Gerais. Buscamos conhecer como elas lidaram com os riscos da pandemia e as estratégias adotadas para se informar e proteger a família da Covid-19. Foram entrevistados dois grupos de mulheres: 1) assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e mulheres não organizadas em movimento social. O material obtido nas entrevistas foi analisado sob o método da análise de conteúdo (Bardin, 2011).

Gênero e a função do cuidado

Gênero é uma categoria analítica que permite compreender as relações sociais construídas a partir das diferenças percebidas entre os sexos (Scott, 1995). Nesse sentido, a autora destaca que o gênero não é natural, mas se refere a relações, processos e dinâmicas sociais que tentam fixar ou estabilizar conteúdos normativos ao que se entende por masculino e feminino. A autora ainda avança ao apontar que gênero é uma “forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p.86) ou seja, as relações de hierarquia e desigualdade ganham sentido ao serem articuladas às categorias de masculino e feminino. Para Cobo (1995), esta dominação é construída desde a tenra idade, quando meninas aprendem a depender dos homens ao invés de aprenderem sobre autonomia.

Outras problemáticas corroboram com a construção e perpetuação do gênero, como a divisão sexual do trabalho, que historicamente adaptada a cada sociedade, é o modo de dividir o trabalho social baseado nas relações sociais de sexo. Nesse contexto, os homens são prioritariamente destinados à esfera produtiva, ocupando-se mais das funções de forte valor social agregado, enquanto cabe às mulheres a esfera reprodutiva (Kergoat, 2009). Segundo Cisne (2015), a divisão sexual do trabalho articula um sistema que se relaciona com a apropriação e controle dos instrumentos de trabalho por parte dos homens, haja vista que as mulheres realizam determinados trabalhos e são excluídas de

⁸⁵ A Zona da Mata, espaço desta pesquisa, é a segunda região mais pobre de Minas Gerais. É formada por 142 municípios, 128 dos quais com uma população inferior a 20 mil habitantes. A região apresenta a estrutura fundiária menos concentrada entre as demais do estado, que é o segundo com maior número de estabelecimentos agropecuários familiares do país (IBGE, 2018).

outros, segundo o acesso (ou não) aos instrumentos, o que constitui uma relação de classe entre mulheres e homens.

Esses princípios se legitimam por uma ideologia naturalista que restringe o gênero ao aspecto biológico, reduzindo as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados. Entretanto, a teorização sobre uma divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, resultado de relações sociais não naturais, mas sim vinculadas ao sistema de produção. Para Cisne (2015), a exploração da mulher é um aspecto do sistema geral de exploração do homem pelo homem, que cria as condições de alienação da mulher, a reduz à passividade e a exclui da esfera da tomada de decisões da sociedade.

Essas relações de poder hegemônicas reservam para as mulheres do meio rural um espaço marcado por formas de desigualdade que são tanto herança de um passado patriarcal como também novas formas criadas ou retomadas pela atualização do patriarcado, resultado do capitalismo (Cardoso; Pinto, 2020). Essas mulheres chegam a ganhar “a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas” (Paulilo, 1987, p.2), pois se encarregam do que é considerado trabalho “leve”, o que é pago como tal (quando é pago) ou é tido como mera ajuda. De acordo com Paulilo (2016), o “trabalho leve” não quer dizer um trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço, podendo ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde. O que caracteriza este trabalho é que ele é desempenhado por mulheres e crianças.

A sociedade brasileira tem passado por diversas transformações sociais ao longo das últimas décadas, todavia, algumas culturas se perpetuam, como a delegação quase que exclusiva às famílias e, nestas, às mulheres, de atividades relacionadas à reprodução da vida e da sociedade, como as práticas do cuidado (IPEA, 2016). Na vida cotidiana, essa prática envolve tarefas de atenção e cuidado às pessoas, assim como de manutenção dos lares e demais ambientes da vida social, sendo imprescindível para a promoção da saúde e do bem-estar. Sendo assim, o cuidado consiste em um modo de agir, que exerce efeito e repercussões na vida dos sujeitos, enquanto uma experiência humana, delineada por aspectos políticos, sociais, culturais e históricos (Pinheiro, 2009).

As desigualdades de gênero são aprofundadas pela designação do cuidado enquanto tarefa feminina (Biroli, 2016), sendo que a ausência do Estado no meio rural, seja pela falta de hospitais e agentes de saúde, creches e escolas, responsabiliza e sobrecarrega as atribuições das mulheres do campo e naturaliza a vulnerabilidade. Esse

trabalho é realizado muitas vezes de forma gratuita ou é mal remunerado (quando terceirizado). Nesse sentido, este desequilíbrio é atribuído a uma noção falsa e arraigada de que o trabalho de cuidado seria uma manifestação de amor que deveria ser prestado gratuitamente, relacionado à construção cultural a respeito da maternidade (Schildberg, 2015).

O conceito de cuidado exprime uma ação multidimensional e transversal, que se refere ao componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas que usualmente é realizado em conjunto com as atividades domésticas, envolvendo serviços pessoais para outrem (Herrera, 2017). A autora destaca que a responsabilidade da mulher pelo cuidado não remunerado para com a sua família equaciona a relação entre o trabalho doméstico e a opressão das mulheres. Essa responsabilidade também estabelece uma apropriação do tempo das mulheres, por meio de demandas quase ininterruptas que acarretam grande sobrecarga física, refletindo diretamente na saúde, inclusive a mental (Cisne, 2015). Ainda de acordo com esta autora, são as mulheres que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos pela saúde dos filhos (as), por vagas nas escolas e na assistência social em busca de garantir condições mínimas de sobrevivência da família.

A prática do cuidado é complexificada no meio rural, pois a combinação de atividades no espaço da casa e do quintal, além das formas de acesso à água e à energia, demandam mais trabalho e uma organização contínua do tempo, haja vista que os afazeres domésticos ocupam 23 horas semanais das mulheres urbanas, enquanto ocupam 25,2 das rurais, apesar de pesquisadoras feministas apontarem a plausível subestimação desses dados (Sof, 2020). Além disso, tradicionalmente, as mulheres rurais são as que guardam os saberes e as culturas de seus povos, são as que transmitem as tradições entre as gerações, as formas de vida e de subsistência de seus antepassados (Otero, 2019).

Ademais, essas mulheres exercem o papel de personagem principal no cuidado e encaminhamento dos problemas de saúde da família, elas avaliam a necessidade de providenciar o cuidado ao familiar ou não, ou seja, a mulher é um importante “recurso de cura” (Oliveira; Moraes, 2010, p.415). Entre as 25 participantes da pesquisa, a maioria (16) afirmou que são as mulheres responsáveis pelos cuidados de saúde da família. Dessa forma, duas afirmaram que a saúde da família é responsabilidade de suas mães e as outras 14 disseram ser elas mesmas as responsáveis.

Comunicação e saúde

A relação entre Comunicação e Saúde tem um papel que vai além do informar a sociedade sobre o tema saúde ou apenas prevenir de doenças; essa relação constitui um universo multidimensional no qual agentes e instituições desenvolvem estratégias, tecem alianças, antagonismos e negociações (Araújo; Cardoso, 2014). Em cenários de crise sanitária, uma das formas de relacionamento entre a comunicação e a saúde tem ocorrido por meio da comunicação de risco (CR), pela necessidade de se criar normas e mecanismos de resposta a emergências.

A CR representa um quadro no qual a população tem acesso à informação, assim como tem envolvimento com a prevenção do risco, configurando uma relação baseada na troca de percepções e opiniões de vários atores sociais, na qual a linguagem deve ser adequada, reforçando a compreensão dos processos pelo público em geral (Soriano; Hoffmann, 2015). Essa prática desempenha um papel fundamental em termos de enquadramento do risco, que são estruturas inconscientes que organizam e traduzem as experiências de vida e aplicam esquemas interpretativos sobre os riscos (Silva; Fra.Paleo; Ferreira Neto, 2019), facilitando o consenso social sobre a construção e distribuição do risco.

A Comunicação de Risco em saúde é um processo interativo que envolve a troca de informações entre as partes interessadas sobre a natureza, a magnitude, significado ou controle de um risco que comprometa a saúde coletiva. Em uma situação como a pandemia do novo coronavírus, na qual os indivíduos devem se conscientizar da gravidade da situação e tomar atitudes que defendam sua saúde e a do coletivo, é possível reduzir significativamente o contágio de forma preventiva, com a divulgação de conhecimentos sobre a amplitude dessas doenças e a educação do público sobre medidas de precaução (Jun; Yoo; Lee, 2021).

As estratégias de CR devem considerar se a totalidade dos receptores de uma mensagem de risco tem condições de compreender o conteúdo da mensagem, o que inclui as populações em vulnerabilidade. Além disso, precisa convencer os receptores a buscar novas atitudes e comportamentos em relação a determinado risco e construir condições para o desenvolvimento de diálogos a respeito dos riscos e a participação efetiva dos grupos interessados (Soriano; Hoffmann, 2015).

Em países como o Brasil, onde, além da questão territorial extensa, há uma sociedade com características regionais muito distintas e desiguais, torna-se necessária a

criação de diversas estratégias de adequação para que as ações de prevenção aos riscos sejam internalizadas e praticadas pela população (Caponi, 2020; Lopes; Leal, 2020). Dessa forma, deve-se priorizar uma abordagem interseccional, que considere vulnerabilidades da população rural e os marcadores sociais (gênero, raça, cultura, etc.).

Ao pensar ações de CR em formato digital ainda é necessário considerar as diferenças no acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC) por parte da população. Na atualidade, ainda existe uma grande parcela de pessoas desconectadas no mundo. A desigualdade no acesso às TIC é descrita por Rotondi et al. (2020) como “hiato digital”, no qual incluem-se as disparidades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, bem como disparidades entre grupos nos países, como entre homens e mulheres ou entre ricos e pobres. A importância da Internet para a sociedade foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2011, quando a instituição a estabeleceu como direito humano fundamental. Na contemporaneidade, a promoção do direito à comunicação é um dos requisitos para o exercício da cidadania e uma condição para a garantia de outros direitos, como a saúde e a educação (Stevanim e Murtinho, 2021).

Nessa perspectiva, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (2018), entre os indivíduos que estão fora da dimensão *online*, encontram-se principalmente a população rural, negra (pretos e pardos), pobre, idosa e feminina. Justamente os grupos que se encontram mais vulneráveis em tempos de uma crise em saúde pública, atravessados por diversos marcadores de desigualdade que fragilizam o exercício da cidadania. Dessa forma, para Pasti (2018), a cidadania está vinculada a um amplo acesso à informação e à democratização de condições técnicas, normativas e organizacionais para esta circulação.

Para se pensar em uma plena cidadania, não se pode ignorar a necessidade de ações de comunicação e saúde que envolvam a família na responsabilização do cuidado como política de equidade de gênero. Dessa forma, os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), como universalidade, equidade, integralidade, descentralização, hierarquização e participação, devem também reger as práticas comunicativas que envolvem a comunicação e saúde (Araújo; Cardoso, 2014).

Metodologia

Esta pesquisa tem caráter exploratório e aspectos qualitativos, e está inserida no projeto “Mulher rural e recursos infocomunicacionais: das desigualdades às estratégias na busca de conhecimento sobre saúde em contexto pandêmico⁸⁶”. Como aspecto metodológico, lançou-se mão de entrevistas semiestruturadas com 25 mulheres rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, de 18 a 73 anos, dez residentes no bairro Palmital (Viçosa, MG) e 15 no Assentamento do MST Olga Benário (Visconde do Rio Branco, MG). A pesquisa foi realizada durante o ano de 2022. Os dados das entrevistas foram tratados por meio de análise do conteúdo (Bardin, 2011), de forma manual. Essa etapa foi realizada por uma perspectiva interseccional, ou seja, pela análise crítica dos marcadores sociais de desigualdades sobre os fenômenos estudados (Díaz-Benítez; Mattos, 2019).

O Assentamento Olga Benário se localiza a 2,8 km da sede do município de Visconde do Rio Branco. Atualmente, o assentamento Olga Benário é composto por 33 famílias⁸⁷ com variados números de componentes, mantendo a média de 3,5 indivíduos por família. A organização territorial é voltada para a integração social e a construção de uma identidade coletiva. Já o bairro Palmital localiza-se no extremo Sul do município de Viçosa, a aproximadamente 8 km, na divisa com o município de Coimbra, onde se localizam as principais nascentes do ribeirão São Bartolomeu, uma das fontes de abastecimento de água de Viçosa. O Palmital não possui uma associação de moradores, articulando-se quando necessário, através da Associação de Moradores do Bairro Paraíso, bairro com características urbanas e próximo do Palmital. Contudo, a referida pesquisa afirma que 88% dos habitantes consideram importante uma associação de moradores para a comunidade (Senna, 2014).

Para garantir a privacidade de cada participante, seus nomes foram protegidos e substituídos por codinomes, entre os quais designou-se a letra “P” para moradoras do bairro Palmital e “O” para as assentadas do Olga Benário. Sendo assim, no grupo das residentes do bairro Palmital, tem-se as participantes P1 a P10, e entre as moradoras do assentamento do MST estudado, tem-se as participantes de O1 a O15.

⁸⁶ Agradecemos ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelas bolsas de mestrado e doutorado concedidas a segunda e terceira autora.

⁸⁷ Informação obtida com as entrevistas em 09/06/2022.

Resultados

No Brasil, as desigualdades sociais interferem nas possibilidades de acesso, uso e apropriação das TIC. Entre as participantes, 18 se autodeclararam negras e sete, brancas. Quanto à renda familiar, 10 participantes (50%) afirmaram que mensalmente vivem com dois salários mínimos⁸⁸, três (15%) com um salário e meio, nove (20%) com um salário, duas (10%) vivem apenas com meio salário e apenas uma entrevistada disse que sua família ganha três salários ao mês. A maior parte das participantes têm filhos (19 - 76%), o que pode acarretar mais demandas domésticas e de cuidado para as mesmas.

São as mulheres negras (pretas e pardas) que mais acessam a Internet somente pelo celular (CGI.br, 2021) e as mulheres rurais que mais possuem dificuldades na disponibilidade e uso das TIC (Rotondi *et al.* 2020). As autoras Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2017) ainda destacam que as localidades rurais nem sempre são vistas como rentáveis aos prestadores de serviços de Internet, que tendem a preferir as áreas urbanas. A condição socioeconômica e o território impactam no acesso às tecnologias e limitam as opções informativas de grande parte das populações no Brasil, especialmente as mulheres rurais.

Apesar das limitações que envolvem a relação entre as mulheres rurais e as TIC, a CR da Covid-19 promovida pelo Governo Federal foi basicamente digital, em especial no primeiro ano da pandemia, quando ainda não havia vacinas disponíveis para os brasileiros (Lopes; Leal, 2020). Dessa forma, em situações de crise em saúde pública, esses hiatos digitais tendem a aumentar a vulnerabilidade de determinadas populações. Entretanto, saber fazer o uso das TIC na busca pela promoção da saúde ou especificamente no enfrentamento ao coronavírus demanda habilidades específicas, além de confiança na fonte. Na atualidade, o conhecimento necessário para identificar desinformação e “*Fake News*”, além da destreza na busca pela checagem de notícias, faz-se fundamental para um uso proveitoso das TIC.

O celular, na perspectiva de Rotondi *et al.* (2020), contribui para a participação da mulher rural em espaços de tomada de decisão, além de potencializar esforços sociais e inclusão em processos econômicos. É importante destacar, conforme Almeida e Henriques (2019), que o acesso à Internet no meio rural acontece principalmente através do celular. O acesso à conexão via 4G é possibilitado pelo uso desses dispositivos móveis,

⁸⁸ O valor atual, em julho de 2023, do salário mínimo no Brasil é de R\$1.320,00.

geralmente *smartphones*. Quando determinadas populações têm somente uma opção de dispositivo para realizar a conexão, seu acesso torna-se restrito.

Sobre esses dispositivos, 19 participantes afirmaram ter aparelhos celulares. Além disso, na maioria das residências (17), há mais de um aparelho. A quantidade de casas com aparelhos lança luz para olharmos um meio rural mais conectado, ainda que o acesso aconteça principalmente via celular. As participantes P4 (branca, 37 anos), P5 (branca, 44 anos) afirmaram que os filhos utilizam muito o celular para os estudos, já para O4 (parda, 38 anos), os filhos usam mais o celular “porque sabem mexer mais, eles usam para jogos”. Em uma perspectiva interseccional, essas falas corroboram com o entendimento de que a questão geracional é um marcador significativo no tocante à relação com as TIC (Escosteguy; Felippi e Sifuentes, 2020), sendo que os mais jovens desenvolvem com mais facilidade essa relação.

O papel das pessoas mais novas nos territórios estudados em relação à tecnologia é frisado pelas mulheres participantes da pesquisa. De acordo com Escosteguy, Felippi e Sifuentes (2020), muitas vezes são os jovens e em idade escolar os responsáveis pela instalação da Internet nas casas rurais e pela introdução das TIC nas famílias. Cinco mulheres assentadas disseram que aprenderam a utilizar minimamente as TIC por intermédio de pessoas mais novas, sendo citados filhos, marido, sobrinhos, neto e outras mulheres.

Entre as participantes desta pesquisa, 18 afirmaram fazer uso diário dos celulares. De acordo com esse resultado, a maior parte das participantes se encontra inserida em rotinas que envolvem tecnologia (por menor que seja), lidando diariamente com seus celulares. Esse uso frequente foi caracterizado por Hernandez, Lopez e Flores (2020) como uma forma de contato significativa com as TIC. Dessa maneira, conhecer esses usos regulares e repetidos que as mulheres rurais fazem das TIC (neste caso, do celular) é, de acordo com Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2017, p. 197) compreender a “mediação da ritualidade”, como esses usos se tornam rotinas, tanto relacionados à atividade laboral quanto no seu universo simbólico cultural familiar.

De acordo com os resultados da pesquisa, o WhatsApp é o aplicativo mais usado por essas mulheres rurais, tendo sido citado por 17 participantes. Esse aplicativo, segundo sua comunicação institucional⁸⁹, surgiu como uma alternativa ao sistema de SMS e possibilita o envio e recebimento de diversos arquivos de mídia: textos, fotos, vídeos,

⁸⁹ Disponível em: <https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt_br>. Acesso em: 27 abr. 2023

documentos e localização, além de chamadas de voz e vídeo. É popular por ser um serviço gratuito e possibilitar a circulação de mensagens rápidas em qualquer lugar do mundo, por isso foi a rede social mais usada no Brasil em 2022, com 165 milhões de usuários⁹⁰.

Essa possibilidade interativa, articulada em diversos contextos (profissionais, políticos, sociais, etc.), pode ser ferramenta importante de busca por autonomia para essas mulheres rurais. A participante O3 (43 anos, parda) citou usar o aplicativo para atender clientes, pois este a ajuda a vender peças de roupa, assim como suas hortaliças, inclusive ela destacou que “tiro fotos da horta para provar que é agroecológica”. Nesse sentido, vamos ao encontro de Rotondi *et al.* (2020) quando afirmam que o acesso a um telefone celular e a uma conexão à Internet favorecem a participação ativa das mulheres nos diversos aspectos da vida rural, ajudando a combater a desigualdade.

O uso da tecnologia pelas mulheres rurais potencializa suas opções informativas, de geração renda e até mesmo lazer (IICA, 2020; Rotondi *et al.*, 2020), o que pode ser percebido em algumas falas. Para a participante O6 (30 anos, branca), gestora da Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata (Cooperarca-ZM) do assentamento Olga Benário, o uso do WhatsApp é fundamental para a articulação com o MST, devido aos grupos de trabalho virtuais que existem no aplicativo. A plataforma é tida pelas integrantes do Movimento como uma ferramenta de comunicação interna e a níveis regionais, estaduais e nacionais. Essa participante (O6) informou que, por causa dessas articulações, usa o celular aproximadamente 12 horas por dia. Nesse sentido, o MST faz desse aplicativo um importante meio para se comunicar com seus integrantes, estimulando este fluxo comunicacional, conforme a figura a seguir:

⁹⁰ Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>. Acesso em: 17 out. 2022.

Figura 1 - Divulgação do WhatsApp do MST



Fonte: Instagram MST_MG

Outros usos do WhatsApp também foram citados, como a comunicação com parentes (O7, parda, 60 anos) e “falar com a família de Belo Horizonte” (O1, parda, 38 anos). O uso do aparelho celular, ao possibilitar uma comunicação mais barata que pode aproximar entes queridos, representa para as mulheres rurais uma condição de integração familiar, uma “tecnologia do coração”, ou seja, um instrumento mediante o qual as pessoas tratam de manter alguma segurança da localização cultural (Escosteguy; Sifuentes; Bianchini, 2017, p. 204).

Durante a pandemia, com vistas a acessar CR sobre o vírus, 17 participantes afirmaram que o principal veículo de informação foi a televisão; para 13 esta é a fonte principal e quatro citaram como fonte secundária. A Internet foi a segunda fonte de informação mais citada, destacada por 13 participantes – como fonte principal para três delas e como secundária para outras dez. Entre as participantes que consultaram a Internet como fonte principal estão P5 (branca, 44 anos), moradora do bairro Palmital, que acessava o “boletim da prefeitura de Viçosa e WhatsApp”; O10 (preta, 18 anos) moradora do Olga Benário, que acessava o Google para se informar; e O2 (parda, 28 anos), também assentada, que utilizava o WhatsApp porque o MST promoveu uma vasta comunicação sobre a Covid-19, que foi disseminada por grupos desse aplicativo.

As moradoras do Assentamento Olga Benário recorreram mais às informações digitais que as mulheres do bairro Palmital, na busca de informações complementares sobre a Covid-19. Esse cenário dialoga com a maior possibilidade de conexão à Internet existente no assentamento, que conta com uma rede Wi-Fi compartilhada entre os assentados, na sede da Cooperarca - ZM, facilitando o acesso dessas entrevistadas.

A participante O2 ainda esclareceu que o MST realizou *lives* e vídeos no YouTube sobre o novo coronavírus e, para facilitar, transformava esses conteúdos em áudios, por serem dados mais fáceis e leves para compartilhamento, com vistas à disseminação através dos grupos de WhatsApp. A compactação de conteúdos para que fossem veiculados no aplicativo foi uma das estratégias criadas pelos povos rurais brasileiros para a utilização e aproveitamento das tecnologias por toda a população rural, durante a pandemia do novo coronavírus (Crisóstomo; Melo e Terso, 2022).

Essa diferença de participantes que consultaram a Internet por território se relaciona, também, com o incentivo dado, por parte do MST, através de grupos na plataforma WhatsApp que forneciam informações de qualidade no enfrentamento à Covid-19. A importância da comunicação do MST, por via desse aplicativo, foi destacada pela participante O4 (parda, 38 anos), pois nos grupos do Movimento “orientavam sobre aglomeração. Tudo era informado pelo celular”. Percebe-se que a relação entre a participante e o Movimento é pautada pela confiança, tipo de relação que permite engajamento em situações de risco, em especial por ela afirmar que não pesquisou nada sobre a Covid-19 na Internet com receio de “gerar paranoia”. Entende-se por “internet”, nesse caso, qualquer outro canal que não seja os de comunicação do MST.

O uso das TIC também foi fundamental para mitigar a vulnerabilidade econômica de muitas participantes, pois para receber o “Auxílio Emergencial”, política pública de transferência de renda, em caráter temporário e emergencial, era necessário fazer o cadastro no aplicativo da Caixa Econômica Federal, a não ser quem já estava cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) ou recebia Bolsa Família⁹¹. Entre as participantes desta pesquisa, 15 acessaram este benefício. A participante P1 (preta, 42 anos), não beneficiária do Bolsa Família, afirmou que foi simples acessar o Auxílio Emergencial. Isso porque a participante, que é analfabeta e afirma não lidar bem com a tecnologia, contou com o auxílio dos filhos para lidar com o aplicativo. Essa mediação tecnológica por parte dos mais jovens possibilitou que a família diminuísse a situação de vulnerabilidade no contexto da pandemia.

Durante o período de distanciamento social, imposto pela pandemia da Covid-19, o WhatsApp também foi utilizado de forma estratégica para vender os produtos das

⁹¹ “O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza. Além disso, o Programa oferece ferramentas para a emancipação socioeconômica da família em situação de vulnerabilidade social”. Disponível em: <<https://bfa.saude.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

mulheres assentadas no formato *delivery*, garantindo minimamente a renda de algumas famílias. Segundo as participantes do Olga Benário, elas divulgavam para os clientes da cidade de Visconde do Rio Branco os produtos disponíveis semanalmente e assim combinavam as entregas, que eram realizadas pelos próprios assentados.

Os mediadores e a potencialidade do WhatsApp

Pesquisadores da área da comunicação e saúde já destacavam a relevância das parcerias entre movimentos sociais, agentes públicos, instituições e movimentos sociais para o desenvolvimento de estratégias, estabelecimento de alianças para mitigar riscos e promover a saúde (Araújo; Cardoso, 2014). A proximidade desses atores com a cultura local contribui para aumentar o engajamento das campanhas de comunicação, o que se tornou ainda mais relevante diante da crise sanitária e da ambiguidade gerada pelo governo Jair Bolsonaro (2019 – 2022).

O Brasil teve uma gestão da pandemia da Covid-19 permeada pelo viés negacionista, a comunicação de risco sobre o contágio teve caráter generalista, não dialogando com as lógicas culturais das populações mais vulneráveis (Caponi, 2020; Lopes; Leal, 2020; Lopes *et al*, 2022). O Ministério da Saúde, enquanto um sistema perito com competência para organizar espaços materiais e sociais (Giddens, 1991), foi tensionado pela perspectiva negacionista, promovendo inclusive desinformação, a exemplo do tratamento precoce (Leal; Lopes; Andrade, 2022). Diante da lacuna comunicacional que se instaurou em meio à disseminação do vírus, alguns dos mediadores tiveram papel importante no enfrentamento do risco. Dessa forma, movimentos populares no Brasil encararam um desafio no tocante a desenvolver ações de comunicação criativas em seus territórios para ajudar a orientar e proteger suas populações no contexto pandêmico (Suzina, 2022). Nessa perspectiva do envolvimento dos movimentos sociais, o MST apareceu como importante mediador das campanhas de mitigação dos riscos da Covid-19, na promoção do cuidado e no combate à desinformação. Essa relação de confiança também é percebida quando a participante O6 destacou que “No WhatsApp do MST não teve *Fake News*. Tinha apenas conteúdo explicando o que era *Fake News*”. A afirmação da entrevistada também demonstra que o Movimento, além dos esforços de comunicar os riscos do novo coronavírus buscando proteger os integrantes, ainda produziu material visando combater a desinformação (figura 2), que foi muito disseminada durante a pandemia.

Figura 2: Combate à Desinformação



Fonte: Instagram MST

Figura 3: Saúde Mental



Fonte: Facebook MST

Como se observa na figura 3, o MST abordou sobre saúde mental e a relevância do autocuidado, tema pouco tratado pelas instituições peritas em saúde durante a pandemia, embora o contexto da crise sanitária tenha contribuído para o adoecimento mental. “A exploração do tempo e da força de trabalho, aliada a fatores emocionais como medo e a um cenário de incertezas, desenvolveu quadros de estresse, ansiedade, depressão e comportamentos compulsivos em pessoas mais vulneráveis durante o isolamento social” (Dalcin e Neto, 2021), como é o caso das mulheres rurais.

Nesta pesquisa foram várias as mulheres que relataram as dificuldades enfrentadas com o isolamento social. Para a assentada O6 (branca, 30 anos), “no início da pandemia dei graças a Deus que parou tudo, depois começou o baque”; e para P1 (preta, 42 anos), “fiquei totalmente sem expectativa”. Esses sentimentos de angústia e ansiedade, diante do contexto pandêmico da Covid-19, manifestaram-se em muitos indivíduos, impulsionados pelo medo de algo desconhecido, o que gerou um constante estado de alerta para que o contágio não acontecesse, além de uma angústia excessiva pela incapacidade de controlar o comportamento de membros da família (Cudris-Torres; Barrios–Nuñez; Bonilla–Cruz, 2020).

A sobrecarga psicológica também é perceptível nas falas de P8 (preta, 50 anos), que destacou que além do medo de sair de casa, sentia angústia pela possibilidade de “aparecer alguma visita”, e P2 (parda, 26 anos): “fiquei paranoica com medo de meus pais terem complicações e precisarem ser entubados”. A solidão ainda se apresentou como um fator de angústia, conforme a fala de P3 (parda, 73 anos): “me senti triste em casa, os parentes sumiram”.

Além da mediação institucionalizada dos movimentos sociais, observou-se também a mediação comunitária assumida principalmente pelos jovens (donos dos celulares), que possuíam e demandaram o uso do celular e conexão da Internet para estudar durante a pandemia. A posse desse aparelho e a maior habilidade para lidar com a tecnologia fez com que a juventude ocupasse a função de compartilhar as orientações recebidas das instituições de saúde ou do movimento social com os demais membros da comunidade. Eles também assumiram o agendamento da vacinação da família e vizinhos. No Brasil, a imunização na fase inicial teve a necessidade de ser programada com as instituições de saúde, de acordo com os grupos prioritários, medida que organizava o atendimento e evitava aglomeração nesses ambientes públicos.

A mediação institucionalizada (movimentos sociais) e a comunitária (jovens) foram possíveis pelo uso da tecnologia ou, mais especificamente, do WhatsApp, que auxiliou na manutenção do vínculo familiar e na integração entre os movimentos sociais e a população rural. Apesar da existência da precariedade da conexão à Internet no rural, esse aplicativo foi citado por 17 das 25 mulheres como principal uso das TIC. Destaca-se ainda que, entre as assentadas, o WhatsApp possibilitou o recebimento de orientações para a mitigação dos riscos do vírus.

Considerações finais

É importante observar que embora esta pesquisa tenha sido realizada sobre e durante a pandemia da Covid-19, ou seja, traz dados sobre um período específico dessa crise sanitária global, pensamos que os resultados contribuem para que sejam pensadas estratégias de comunicação e saúde que considerem as especificidades da população rural. Destacamos ainda a relevância da adoção de uma abordagem sensível ao gênero na comunicação, que estimule as ações do cuidado como responsabilidade de todos os membros da família.

Essas estratégias devem considerar a potencialidade do WhatsApp para campanhas de promoção da saúde, contudo, ressalta-se a imprescindibilidade de tecer parcerias com movimentos sociais, associações e outros atores para mitigar riscos, promover a saúde e combater a desinformação no rural. Esses atores (movimentos sociais, associações etc.) possuem relação de proximidade e credibilidade, portanto poderão contribuir nas ações e estratégias de saúde, além de conhecer o cotidiano dessas populações.

Para finalizar, apontamos dois achados mais relevantes desta investigação: (1) a contribuição da comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para mitigar os impactos da Covid-19 entre assentados e pessoas que vivem no entorno. As ações desenvolvidas focaram no combate à desinformação e na divulgação de evidências científicas para proteção e enfrentamento à pandemia; (2) Outro achado foi a centralidade do WhatsApp para levar informação aos rurais, sobretudo o papel dos mediadores comunitários (jovens com celulares), que foram responsáveis pelo repasse de informações aos mais velhos ou desconectados na comunidade.

Referências

AIRHIHENUWA, C., *et al.*. Culture Matters in Communicating the Global Response to COVID-19. **Prev Chronic Dis**; 17:200245. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5888/pcd17.200245external icon>.

ALMEIDA, A., HENRIQUES, M. A apropriação do Facebook por agricultores que constroem a agroecologia e os feminismos em diferentes contextos socioambientais brasileiros. IN: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2018** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Recuperado de: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf>.

ARAÚJO, I. S., CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

ARRUDA, N. M., MAIA, A. G., ALVES, L. C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais no Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. **Cadernos de Saúde Pública**. 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00213816

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, G. **Por uma caracterização dos territórios segundo o modo de vida rural e/ou urbano**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG) Brasil. 2015.

CARDOSO, A. E. R., PINTO, N. M. de A. Movimento de mulheres rurais: participação política, trabalho e grupos produtivos. In: **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 57724-5774. 2020 ISSN 2525-8761

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99. 2020. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>>.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2015.

COBO, Rosa. **Fundamentos del patriarcado moderno.** Jean Jacques Rousseau. Madrid: Cátedra. 1995.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020, edição COVID-19, metodologia adaptada** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2021. Recuperado de: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf>.

CRISÓSTOMO, M., MELO, P. V., TERSO, T. TIC, raça, mulheres e territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, vol. 24 nº 1, 2021.

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E., MATTOS, A. (2019) Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. **Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos**, v. 2, p. 1. 2019. Recuperado de: <[http://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologias_e_RI_volume-2%20\(1\).pdf#page=68](http://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologias_e_RI_volume-2%20(1).pdf#page=68)>.

ESCOSTEGUY, A. C., FELIPPI, A. C. T., SIFUENTES, L. (2020) Reconfigurações do espaço rural e do cotidiano familiar: os sujeitos e suas práticas com as tecnologias de comunicação. **Redes**, 25(1), 211-231. 2020. Recuperado de: <<https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14243>>.

ESCOSTEGUY, A. C.; SIFUENTES, L.; BIANCHINI, A. (2017) Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. **INTERCOM**, v. 40, p. 195-211, 2017.

ETOWA, J., HYMAN, I. Unpacking the health and social consequences of COVID-19 through a race, migration and gender lens. **Can J Public Health** 112, 8–11. 2021. Recuperado de: <<https://doi.org/10.17269/s41997-020-00456-6>>.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMES, N. L. **A questão racial e o novo coronavírus** (1–8). Ed. Friedrich-Ebert-Stiftung, Brasil, 2020. ISBN 978-65-87504-02-5.

HERNANDEZ, D., LOPEZ, O., FLORES, S. Brecha digital y actividad económica: el caso de las mujeres indígenas en la Sierra Sur de Oaxaca, México. **Revista CTS**, nº 45, vol. 15, 2020.

HERRERA, K. M. (2017) Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho 5343 produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208, 14, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual. Relatório de Pesquisa.** Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. **Gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios rurais.** 2020.

JUN, S. P.; YOO, H. S.; LEE, J. S. The impact of the pandemic declaration on public awareness and behavior: Focusing on COVID-19 google searches. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 166, p. 120592, 2021.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al 5404 (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**, p. 67–75. Editora UNESP: São Paulo, 2009.

LAGO, C., NONATO, C., CANJANI, E., BERGO, I. A pandemia não tem rosto mulher. **Revista Alaic**, v.19, n. 35. 2020.

LEAL, D. U.; LOPES, I. S.; ANDRADE, M. P. Cuando el gobierno informa mal: el Covid-19 y el tratamiento temprano en Brasil. In: **Razon Y Palabra**, v. 25, n. 112, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26807/rp.v25i112.185>

LÖFSTEDT, R. E. Risk management in post-trust societies. **Risk Management in Post-Trust Societies**, p. 1–165, 2005.

LOPES, I., BASTOS, M., BARRETO, H. **Desiguais e desconectados: a exclusão Infocomunicacional no Brasil**. Clacso, 2020..

LOPES, I. S., CARDOSO, J. S., LEAL, D. U., VERIDIANO, C. A. (2022) Mulheres quilombolas e ausência de comunicação intercultural para o enfrentamento da Covid-19. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. v. 20 n. 38, Comunicação Intercultural e Folkcomunicação, 2022.

LOPES, I. S., LEAL, D. U. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 145, Pág. 261-280, 2020. Recuperado de: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7718839>>.

OLIVEIRA, M.; MORAES, J. Práticas populares de saúde e a saúde da mulher. **Rev. APS**, v. 13, n. 4, p. 412-420. Juiz de Fora, 2010.

OTERO, M. **Lutadoras: mulheres rurais no mundo**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. San José; C.R. IICA, 2019.

PASTI, A. Contribuições de Milton Santos para pensar a democratização da comunicação. In: Baldessar, M. J, Monje, D. I. **Diálogos latino americanos: comunicação e democracia em tempos de convergência**. São Paulo: Intercom, 2018.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Florianópolis: UFSC, n. 28, 1987.

_____. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogos**. Florianópolis: UFSC, 2016.

PINHEIRO, R.. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2009. Recuperado de: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/cuisau.html>>.

ROTONDI, V. *et al.* **Desigualdade digital e de gênero na América Latina e Caribe**. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489>>. Acesso em: 23 set. 2021

SCOTT, J.. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: Hollanda, Heloísa B. de. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**, pp. 49-82. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

STARR, L.T.; O'CONNOR, N.R.; MEGHANI, S.H. Improved Serious Illness Communication May Help Mitigate Racial Disparities in Care Among Black Americans with COVID-19. **J GEN INTERN MED** 36, 1071–1076, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11606-020-06557-9>

SCHILDBERG, C. Uma economia para o cuidado e a sustentabilidade: nota conceitual a partir de uma perspectiva feminista. **Análise**, n. 2, 2015. Recuperado de <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11531.pdf>>.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). (2020) **Sem parar o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. 2020 Recuperado de: <mulheresnapandemia.sof.org.br>.

SENNA, Felipe Salgado. **Projeto Coletivo do Palmital- Análise de dados**. Programa de Educação Tutorial (PET) Nutrição, Universidade Federal de Viçosa. 2014.

SILVA, N. T.; FRA PALEO, U.; FERREIRA NETO, J. A. Conflicting Discourses on Wildfire Risk and the Role of Local Media in the Amazonian and Temperate Forests. **International Journal of Disaster Risk Science**, v. 10, n. 4, p. 529–543, 2019.

SORIANO, É.; HOFFMANN, W. A. M. A informação e o conhecimento no contexto da comunicação dos riscos de desastres naturais. **Caderno Prudentino de Geografia**, p. 110–123, 2015.

SUZINA, A.C. A comunicação popular e comunitária face à pandemia e às mudanças climáticas. In: **Reivindicar el cambio: comunicación popular, comunitaria y ciudadanía en América Latina** / - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Huvaití Ediciones. 2022. ISBN 978-987-48620-2-0

STEVANIM, L. F.; MURTINO, R. **Direito à comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

WOLF, E. R. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. **American Anthropologist, Arlington**, 58, n. 6, p. 1065-1078. New Series, 1956.

Mulheres rurais e a vacinação contra a Covid-19: a falta de diálogo com quem cuida⁹²

Daniela de Ulysséa Leal

Ivonete da Silva Lopes

Marco Paulo Andrade

Introdução

A vacinação é a forma mais efetiva e econômica de se prevenir doenças (Carneiro *et al.*, 2011); apesar disso, o debate sobre a hesitação vacinal (relutância, indecisão, ou recusa para vacinar) tem crescido em todo o mundo, tornando-se assim uma questão central para os programas de imunização (Oliveira *et al.*, 2021). Para Oliveira *et al.* (2021), essa hesitação se deve a causas complexas, com base em quando e onde a vacinação ocorre, qual vacina está envolvida e em qual público é administrada. De acordo com esses pesquisadores, há mais hesitação no tocante à vacinação contra a Covid-19 entre indivíduos que apresentam um conjunto de características contextuais e clínicas, tais como: ser mulher, adulto mais velho, evangélico e ter sido assintomático quando infectado pela Covid-19.

A hesitação vacinal no Brasil encontra como aliado o próprio Governo Federal. Enquanto a maior parte dos governantes se articulava para promover a vacinação de suas populações, o Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (2019 – 2022), ignorou 101 e-mails⁹³ enviados pela fabricante Pfizer, que ofertava ao país vacinas pela metade do preço. Além disso, corriqueiramente o presidente foi disseminando e promovendo um discurso contrário à vacinação (a exemplo: “se virar jacaré é problema seu”⁹⁴), inclusive afirma não ter se imunizado.

Como consequência de uma gestão negacionista (Ventura; Bueno, 2021; Caponi, 2020), embora existissem acordos⁹⁵ de transferência de tecnologia assinados entre o

⁹² Artigo apresentado com o título “Mulheres rurais, Covid-19 e vacinação: a ausência de quem cuida na comunicação do governo brasileiro” no XVI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), GT 5 – Comunicação e Saúde, Buenos Aires, Argentina, 26 a 30 de setembro de 2022.

⁹³ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4932143-lista-de-e-mails-da-pfizer-ignorados-pelo-governo-aumenta-sao-101-tentativas.html>>.

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-sobre-a-vacina-de-pfizer-se-voce-se-transformar-num-jacare-e-problema-e-seu-13155253.html>>.

⁹⁵ Como o do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz)/Ministério da Saúde com o laboratório AstraZeneca em parceria com a Universidade Oxford (Reino Unido) e o do Instituto Butantan do Estado de São Paulo com a empresa Sinovac, China (Coronavac)

Brasil e outros países, o país se atrasou nessa corrida para a produção e desenvolvimento de vacinas (Santos Domingues, 2021). Iniciou a imunização 40 dias depois que os primeiros países passaram a vacinar suas populações.

Em vista disso é que se deve investigar como os processos comunicacionais se dão no meio rural brasileiro, áreas onde habitam 30 milhões dos 213,3 milhões de brasileiros (IBGE, 2019). O rural apresenta um contexto de vulnerabilidade social, como baixa escolaridade e condições precárias de moradia: 30,4% dos rurais não possuem água encanada e 67,4% das casas não possuem nenhum tipo de esgotamento sanitário (Braga, 2015). Essa fragilidade se reflete também no acesso à informação e à saúde, em especial pela indisponibilidade de serviços de saúde públicos nessas áreas e pela falta do hábito de saúde como prevenção (Arruda; Maia; Alves, 2018). A situação vivenciada de vulnerabilidade é agravada durante a pandemia pelas condições socioeconômicas e pela falta de informação adequada (Gomes, 2020).

Este trabalho se insere neste contexto e tem como objetivo compreender a percepção das mulheres rurais sobre a vacinação e suas respostas ao apelo vacinal, assim como analisa as estratégias de comunicação governamental acerca da imunização. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que ouviu 10 mulheres da zona rural de Viçosa, município localizado na Zona da Mata (Minas Gerais).

Comunicação sobre vacinação no Brasil

A relação entre Comunicação e Saúde tem um papel que vai além do informar a sociedade sobre o tema saúde ou apenas prevenir doenças, essa relação constitui um universo multidimensional no qual agentes e instituições desenvolvem estratégias, tecem alianças, antagonismos e negociações (Cardoso; Araújo, 2021). Esse binômio no Brasil tem um longo percurso, um pouco controverso, no qual, com vistas a promover diversos modos de se conceber o processo saúde-doença, muitos modelos de processos comunicacionais foram utilizados, inclusive no tocante a campanhas vacinais.

Desde o início do século XX, as doenças transmissíveis preocupavam a saúde pública internacional, de maneira que, em grande parte da América Latina, a cooperação internacional na área da saúde esteve presente, com destaque para a Oficina Sanitária Pan-Americana (OSP), criada em 1902 e que posteriormente, em 1958, passou a se chamar Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). A varíola, doença infecciosa altamente contagiosa causada por vírus, foi uma grande preocupação, combatida no Brasil com a vacinação. Declarada obrigatória desde 1846, era aplicada de modo autoritário, com a

população tendo suas casas invadidas, sendo prescritas multas aos que a negavam e a exigência de atestado de vacinação para matrículas nas escolas, empregos públicos, casamentos, viagens e outras situações (Fiocruz, 2021). Essas medidas adotadas para a divulgação e a implementação das ações de prevenção da varíola, que não buscavam dialogar com a sociedade, eram contestadas por profissionais que defendiam a educação como um processo de conscientização (Fernandes; Chagas; Souza, 2011).

A Campanha de Erradicação da Varíola teve grande êxito, o que promoveu maiores investimentos no controle de doenças infecciosas preveníveis por imunização, permitindo a construção de uma base técnica, política e institucional que nas décadas seguintes se consolidaria como importante ferramenta do Estado neste controle efetivo (Temporão, 2003). Em 1973 foi instituído o Programa Nacional de Imunizações (PNI), segundo o autor, com vistas a aperfeiçoar a vigilância epidemiológica em todo o território nacional e promover a educação em saúde para aumentar a receptividade da população aos programas de vacinação.

Esse programa lançou mão da adequação da linguagem ao público para conferir mais eficácia aos procedimentos de comunicação, preconizando o diálogo com pais e responsáveis por todas as crianças menores de um ano, alvo das vacinas ofertadas nos serviços públicos de saúde. A informação e a mobilização das comunidades deveriam ter como propósito assegurar a adesão informada da população ao programa (Vieira da Rocha, 2003). Desde então, campanhas de imunização têm sido um exemplo bem-sucedido no tocante à comunicação e saúde no Brasil. Elas vêm passando, ao longo dos anos, por um processo de aperfeiçoamento de estratégias (como adoção da vacina oral para poliomielite) e das práticas comunicacionais.

Essas campanhas abordaram, no início, o medo, a culpa, a exclusiva responsabilização dos pais e a exploração de imagens de crianças com deficiências físicas graves. Com o tempo, deram lugar ao apelo à responsabilidade individual e coletiva na garantia da vacina para as crianças, defendida como um ato de amor, além de direito da criança (Vieira da Rocha, 2003). Segundo a autora, para se divulgar o Programa Nacional de Imunizações (PNI) optou-se por popularizar um boneco, criado em 1986 pelo artista plástico Darlan Rosa, usado nas campanhas contra a poliomielite, através de um concurso nacional para a escolha de seu nome. Dessa maneira, promoveu-se uma grande mobilização e uma participação efetiva da sociedade em torno do tema vacinação e o Zé Gotinha firmou-se como sinônimo de vacina e como referencial para a população.

A instituição do Dia Nacional de Vacinação, que demonstrou um grande impacto epidemiológico, e a promoção de Campanhas bem organizadas, contribuíram para a aceitação de práticas preventivas e fortaleceram a imagem dos serviços locais de saúde junto à população (Temporão, 2003). Contudo, mesmo com o grande êxito das campanhas de vacinação no Brasil, a hesitação na vacinação ainda representa uma ameaça global, principalmente em meio a uma pandemia, a ponto de a Organização Mundial da Saúde incluí-la na lista das dez ameaças globais à saúde (Pasternak, 2021). Para estes pesquisadores, a hesitação vacinal é construída pela falta de comunicação adequada e um sentimento de desconfiança nas autoridades sanitárias.

Pasternak (2021) destaca que alguns episódios têm contribuído para a hesitação vacinal contra o novo coronavírus no Brasil, como a declaração de médicos que são contra a vacinação, a desinformação de que vacinas que mexem com seu DNA, causam problemas de fertilidade ou efeitos colaterais perigosos. A autora ainda destaca que houve falta de transparência na comunicação da Coronovac, com alegações de que oferecia 100% de proteção, fazendo com que as pessoas se sintam enganadas quando uma pessoa vacinada eventualmente fica doente ou morre. Para Pasternak (2021, p.05), o movimento antivacinação (antivax) está “sempre pronto para se aproveitar do medo e da desconfiança. É preciso apenas uma dúzia de pessoas com boas habilidades de mídia social e o ambiente adequado para fazer muito mal”.

As estratégias da comunicação sobre a vacinação da Covid-19 no Brasil

A comunicação sobre a vacinação da Covid-19 no Brasil teve como base o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19⁹⁶, que traz em seu Capítulo 10 as diretrizes para essa prática. De acordo com esse documento:

A comunicação é uma importante ferramenta para atingirmos em tempo ágil milhares de cidadãos brasileiros. Pessoas das mais diversas classes sociais e econômicas. Desta forma, a comunicação será de fácil entendimento e constante, com o objetivo de quebrar crenças negativas contra a vacina, alcançando assim os resultados e metas almejadas (Ministério da Saúde, 2021, pag. 71)

O referido plano considera apenas a diversidade existente entre os marcadores que envolvem renda, não considerando que estes possam ser perpassados por outros, como gênero, raça, território, etc. O que é um retrocesso, pois, na perspectiva de Crenshaw

⁹⁶ Esta pesquisa utilizou a 11ª edição, de 07/10/2021.

(2002), essas dinâmicas da interação entre os múltiplos eixos de subordinação e as consequências estruturais produzem uma dimensão diferenciada na qual desvantagens interagem com vulnerabilidades pré-existentes. Em situações de crise sanitária, é demandando que o poder público busque incorporar a perspectiva interseccional para o melhor entendimento da mensagem. A interseccionalidade tem contribuído significativamente para o campo da saúde pública, no qual determinantes sociais e disparidades de saúde são abordados cada vez mais a partir dessa perspectiva, assumindo-se que uma análise mais compreensiva dos problemas sociais pode render ações mais efetivas, colaborando com a luta contra opressões e *insights* para iniciativas de justiça social (Collins, 2017).

Tendo a interseccionalidade como base, foram analisados quais os públicos prioritários da comunicação sobre a vacina. Os objetivos das estratégias de comunicação estão divididos por públicos-alvo, como mostra o quadro a seguir (Quadro 01):

Quadro 1- Público-alvo da comunicação sobre vacinação

	Público-alvo	Objetivo
1	População geral	Manter a população informada sobre a importância e segurança da vacinação, esclarecer sobre o fortalecimento da vigilância dos Evento Adverso Pós-Vacinação (<i>EAPV</i>), a fim de manter a tranquilidade no processo.
2	Profissionais da Saúde	Informação sobre a vacinação e mobilização destes profissionais para sua importância no processo, protegendo a integridade do sistema de saúde e a infraestrutura para continuidade dos serviços essenciais.
4	Gestores da rede pública	Mantê-los informados e garantir intervenções unificadas.
5	Profissionais de portos, aeroportos e fronteiras	Informações sobre a vacinação, sua importância e qual sua participação no processo.
6	Redes Sociais do MS e parceiros	Manter toda a população informada, respondendo as falsas notícias e mensagens.

Elaborado pelos autores (2022). Fonte: Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19

Conforme verifica-se no Quadro 1, as particularidades que caracterizam populações periféricas e rurais não foram consideradas na elaboração de estratégias de comunicação pelo Governo Federal. O campo “Público-geral” não consegue refletir todos os segmentos que compõem a sociedade brasileira e nem abarca todas suas lógicas culturais. Segundo Airhihenbuwa *et al.*, 2020, a lógica cultural inerente a cada sociedade molda e influencia suas práticas no tocante à promoção da saúde, de forma que as mensagens de comunicação devem incluir múltiplas lógicas culturais.

O presente plano apresenta 14 peças publicitárias que estão sendo divulgadas através de um mix de mídia que envolve televisão, TV Segmentada, Internet, Outdoor social, cartazes e rádio. Haja vista o alto número de pessoas desconectadas no Brasil ainda hoje (47 milhões de brasileiros - um em cada quatro brasileiros não usa a Internet – CGI.br, 2019), ao eleger a televisão como importante veículo para esta campanha, o Ministério da Saúde diferencia sua prática daquela que vinha desenvolvendo ao longo do primeiro ano da pandemia, quando estruturou sua comunicação exclusivamente por meio digital (Lopes; Leal, 2020).

Todavia, as estratégias de mídia e veiculação direcionaram sete vezes mais anúncios sobre a vacinação para grupo de emissoras religiosas de pouco alcance, do que para a TV Globo, líder de audiência⁹⁷. Segundo Junqueira (2021), canais religiosos ou que alugam a maior parte da grade para igrejas foram contratados para receber 20% do total de campanhas, enquanto a Globo exibiu 3%, principalmente fora do horário nobre. Dessa forma, ao não priorizar a emissora líder de audiência e com grande penetração nas áreas mais remotas, a exemplo da zona rural, o Ministério da Saúde reforça os hiatos relativos à promoção de saúde, particularmente onde o acesso a esses serviços já é precário.

Quanto às campanhas digitais, foram divulgadas através de *cards* nas redes sociais e via e-mail. Como o MS desenvolveu um aplicativo para, entre outros fatores, gerenciar o processo de vacinação e seus certificados, conforme demonstra a Figura 01, o meio digital tornou-se essencial para os brasileiros neste momento.

⁹⁷ Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2021/12/governo-privilegia-tvs-religiosas-em-campanha-pro-vacinacao-da-Covid/>>.

Figura 1 Campanha digital de vacinação

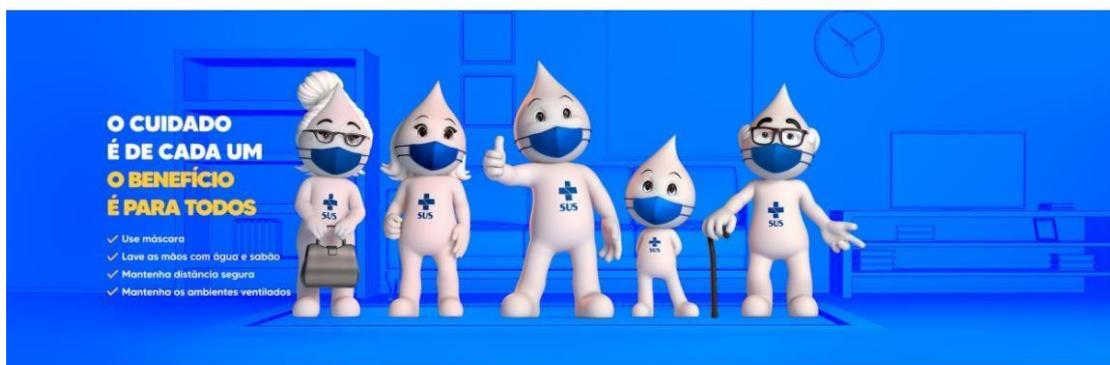


Fonte: Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19

Como se observa, o MS não direcionou às mulheres rurais nenhuma campanha que conversasse diretamente com elas. Dessa maneira, o Governo mantém um padrão de comunicação genérico, utilizado ao longo da pandemia, sem promover uma adaptação da comunicação para as populações que vivem em favelas, comunidades indígenas, em pequenas cidades, quilombos e zona rural (Lopes; Leal, 2020).

E apesar de figurar no imaginário e memória dos brasileiros o Zé Gotinha, personagem criado na década de 1980 para estimular a vacinação das crianças contra a poliomielite, somente em maio de 2021 começa a utilizá-lo na comunicação para imunizar contra a Covid-19 (Figura 2), depois da solicitação da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), em 15/03/2021.

Figura 2- Campanha de vacinação contra a Covid-19



Fonte: Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação

A demora na utilização de estratégias comunicacionais que já figuram no imaginário popular do brasileiro, como o Zé Gotinha, para enfatizar a importância da vacinação, reforça o negacionismo e o despreparo para lidar com a crise sanitária.

Metodologia

Esta pesquisa lançou mão de uma combinação de metodologias, iniciada com uma revisão bibliográfica sobre a relação entre a comunicação e a saúde. Em seguida, foi realizada uma análise documental das diretrizes da comunicação sobre a vacinação no Brasil, presente no Capítulo 10 do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, assim como das campanhas voltadas ao público em geral no período entre 20/01/2021 e 14/06/2021, buscando categorizar os aspectos interseccionais.

Posteriormente, foram realizadas entre 10/11 e 25/11 de 2021, 10 entrevistas com mulheres, entre 26 e 73 anos de idade, da zona rural da microrregião de Viçosa, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. A Zona da Mata é uma área de ocupação antiga associada à expansão cafeeira e apresenta a estrutura fundiária menos concentrada entre as demais de Minas Gerais, estado que é o segundo com maior número de estabelecimentos agropecuários familiares do país (IBGE, 2019). A estrutura agrária da região é formada por minifúndios, voltados para a pequena produção agropecuária, na qual predominam áreas de pastagens e os cultivos de milho, feijão, arroz, mandioca, café, frutas cítricas e hortaliças (Silva, 2006).

Perfil das participantes da pesquisa

O perfil demográfico das participantes (Quadro 02) revela que são produtoras rurais, agricultoras, faxineiras, trabalhadoras do lar e quitandeiras. Exercem, na maioria das vezes, mais de uma destas funções.

Quadro 2: Aspectos socioeconômicos das entrevistadas⁹⁸

Entrevistada	Idade	Cor	Escolaridade ⁹⁹	Renda mensal familiar
A	42	Preta	Nunca frequentou	1 e 1/2 salário
B	26	Parda	Graduação incompleta	2 salários
C	73	Parda	Ensino Fundamental I	2 salários
D	37	Branca	Ensino Fundamental II	2 salários
E	44	Branca	Ensino Fundamental I	2 salários
F	46	Preta	Ensino Fundamental I	1 salário
G	58	Parda	Ensino Fundamental II	1 e ½ salário
H	50	Preta	Ensino Fundamental I	2 salários
I	61	Branca	Ensino Fundamental I	2 salários
J	38	Parda	Ensino médio incompleto	2 salários

Fonte: Elaboração das autoras com dados da pesquisa

Constata-se que 70% (sete) das participantes são pretas ou pardas. Segundo a PNAD (2020), as mulheres negras correspondem a 28,7% da população, mas representam

⁹⁸ Este conjunto de entrevistadas apresenta certa homogeneidade na escolaridade devido à proximidade da área urbana e a existência de escola rural no bairro.

⁹⁹ O ensino no Brasil está dividido em: Educação básica, que compreende a educação infantil (de 0 a 6 anos), o ensino fundamental (de 7 a 14 anos) e o ensino médio (de 15 a 17 anos).

32,8% dos pobres que vivem com menos de \$5,50 dólares por dia e 9,1% dos extremamente pobres – com renda diária inferior a \$1,90. Além disso, no Brasil, os negros (pretos e pardos) formam o grupo mais vulnerável, pois convergem riscos preexistentes, como doenças crônicas, acesso restrito à saúde, moradias inadequadas; trabalham em atividades mais expostas ao vírus, como empregos domésticos e ou informais (Teixeira, 2020; Caldwell; Araújo, 2020; Gomes, 2020); e possuem maior necessidade do suporte estatal, já que 67% dos que usam exclusivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) são negros.

Quanto à renda familiar, 7 participantes afirmaram que mensalmente vivem com dois salários mínimos¹⁰⁰, 2 com um salário e meio e 1 entrevistada disse que sua família vive com apenas um salário ao mês. Ao se considerar que as famílias das participantes têm entre dois e cinco membros, percebe-se a pouca renda, estando algumas dessas famílias abaixo da linha da pobreza. Situação que se agrava em função da crise global causada pelo novo coronavírus, que acarretou um aumento considerável no preço dos mantimentos e produtos básicos.

Resultados e discussões - Mulheres rurais e a vacinação

Entre as participantes, a aceitação da vacina contra a Covid-19 foi positiva, todas já haviam sido imunizadas. Três delas já tinham tomado a dose de reforço, as demais aguardam pela dose extra do imunizante. Essa aceitação se confirma em trechos dos depoimentos: “eu estava muito confiante na vacina” (Participante D); “na minha opinião, a vacina demorou muito” (Participante G); “tomei porque preciso mesmo, tenho muito medo de agulha” (Participante A). A hesitação vacinal apareceu na fala da participante H, que afirmou que “estava com dúvida que a vacina funcionaria, mas fui vacinar assim mesmo”.

Tomando por certo que as convicções dos sujeitos sociais estão imbricadas em um sistema simbólico de compreensão de mundo, a hesitação de G pode ser interpretada como produto das controvérsias que envolveram os discursos sobre esta vacinação. Nessa perspectiva, uma das participantes (F) informou que a decisão de se vacinar foi por medo de morrer.

Desse modo, ainda que a vacinação seja parte da cultura brasileira, verifica-se que a falta de um produto comunicacional destinado às populações rurais não é algo novo.

¹⁰⁰ O salário mínimo no Brasil era R\$1.212,00 em 29/03/2022.

Não por acaso, as entrevistadas apontam que não tiveram a oportunidade de se vacinar na infância: “eu mesma já tinha uns 15 anos quando comecei a vacinar” (Participante F); “eu fui vacinar já velha” (Participante A); “antes na roça não tinha nem essa coisa de cartão de vacina” (Participante I).

Quando perguntadas sobre a forma como cada uma se informa sobre a vacina, as respostas se deram conforme gráfico 1:

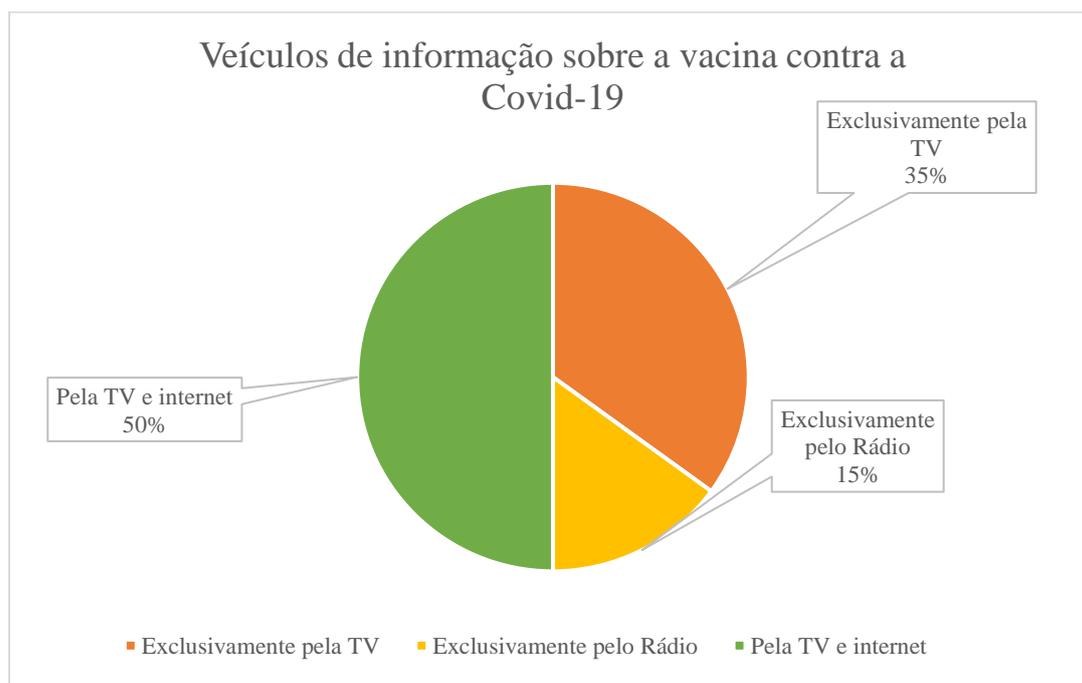


Gráfico 1 Fonte: dados da pesquisa

Os dados acima demonstram que a televisão ainda é um meio de comunicação mais importante para se levar informação ao rural. A participante G ainda cita a importância dos telejornais. A entrevistada E expõe que “estava assistindo muito jornal na TV para saber o que estava acontecendo com a vacinação”.

Pelas respostas, percebe-se que as emissoras de rádio ainda exercem um papel no processo informativo, mesmo que secundário, complementando a comunicação que chega pela televisão. Os programas de rádio locais, que anunciavam as datas e locais para vacinação, foram destacados pelas entrevistadas E e J.

No que concerne à internet, apenas uma participante citou que a utiliza como fonte de informação e, mesmo assim, em conjunto com a TV. Para esta participante (D), a utilização da mesma se deu pela necessidade de conhecer mais sobre a vacina: “eu queria saber mais sobre a vacina, então eu fui pesquisar” (Participante D).

A Internet também foi utilizada como estratégia de veiculação de informações localmente. A participante F destaca que recebe mensalmente a visita de uma agente de saúde em sua casa (“a mulher da saúde”), que leva informações sobre o novo coronavírus e sobre a vacina. Segundo F, a agente criou um grupo no WhatsApp por onde repassa as informações sobre calendário e agendamentos da vacina, e o filho mais velho é quem participa do grupo e informa a família. Nesse caso, a TIC é o meio de informação, mas se dá indiretamente, no caso da entrevistada, por intermédio do filho.

Sobre a adequação da comunicação para as especificidades locais, a gestão pública do município de Coimbra, que compõe a microrregião estudada, tem utilizado uma moto com autofalante (moto de som) que transita pelas estradas vicinais anunciando o calendário vacinal. “Lá em casa passa um motoqueiro avisando, então as pessoas ficavam mais alertas” (Participante B).

Essa ação comunicativa demonstra a relevância de ações locais, alinhadas a lógicas do território. Nesse sentido, o conhecimento sobre o território e suas lógicas é um suporte importante para a promoção da saúde coletiva, ainda mais quando estamos confrontando um risco, já que as experiências de riscos atravessam dimensões culturais e sociais, de forma que essas interações interferem na percepção pública e nos comportamentos associados a elas (Kasperson *et al.*, 2016).

A dificuldade em entender as informações sobre as vacinas, como as que envolviam as naturezas dos grupos vacinais, os diferentes laboratórios¹⁰¹ e diferença nos prazos entre as doses dos diferentes imunizantes apareceu em algumas falas. Segundo a participante E, “As informações são confusas, não entendo bem até hoje”. Para a participante A, os filhos foram importantes intermediários nesse fluxo de informações, “eles que acompanham o boletim da prefeitura”. Pontua-se que as imprecisões nas opiniões e informações sobre a vacina podem motivar a resistência e a não adesão às campanhas, o que aumenta e traz dificuldades à execução das mesmas.

No que diz respeito à responsabilidade pela saúde familiar, a maior parte das entrevistadas (70%) afirmou ser a responsável (tomar atitudes como levar ao médico), reafirmando o papel social atribuído às mulheres de serem um recurso de cura nessa articulação entre a família e a promoção da saúde. Esses resultados demonstram a relevância de estratégias de comunicação em saúde que privilegiem perspectivas

¹⁰¹ No Brasil, apesar da vacinação fazer parte da rotina da saúde infantil, os laboratórios fabricantes de vacina sempre permaneceram anônimos, não constando suas marcas nos cartões de vacinação.

interseccionais. As demais participantes afirmaram que os maridos são protagonistas em tomar essas atitudes (20%) e apenas uma afirmou que decidem tudo como casal.

Sobre o desempenho do país na gestão da pandemia, para a participante A, “o Brasil não se saiu bem, pois morreu muita gente e a vacinação atrasou”; “agora melhorou, tem muitas cidades que não estão mais morrendo gente” (Participante I); “não, não dá para entender direito; muita confusão, cada um fala uma coisa” (Participante E); “faltou informações para tranquilizar os idosos” (Participante H); “não, porque o presidente poderia ter ajudado um pouco mais, influenciava as pessoas de maneira errada” (Participante D). Para essa última participante, “não teve muita explicação para as pessoas do meio rural, o produtor rural sofre porque não tem muito valor”.

Considerações finais

Apesar da gestão negacionista da Covid-19 pelo Governo Federal, que colocou em dúvidas a eficácia da vacina, infere-se, de acordo com o relato das entrevistadas, que a cultura da imunização do Brasil contribui para a adesão à campanha pelas mulheres rurais. Além disso, a televisão se apresentou como fonte importante de informação em saúde para este público.

Ainda que o Ministério da Saúde não tenha segmentado o público das campanhas de vacinação contra a Covid-19, promovendo uma comunicação generalista, sem um diálogo apropriado a grupos vulnerabilizados, as mulheres da zona rural compreenderam a importância dessa imunização para proteger a si e seus familiares contra a pandemia.

Como principais achados desta pesquisa destaca-se o protagonismo de alguns governos locais, que adequaram as estratégias de comunicação para os rurais, com uso de moto de som e dos agentes de saúde. Outro achado é a figura do mediador, geralmente os mais jovens, que possuem o celular, ou os estudantes que vivem na área urbana e que são os responsáveis para transmitir as informações sobre a vacinação aos pais, familiares e vizinhos. Também foram eles os responsáveis pelo agendamento da imunização, feito pela internet. Por fim, considerando as particularidades da população rural, a baixa escolaridade e o acesso restrito à internet, reforça-se a necessidade de uma comunicação em saúde alinhada às práticas socioeducativas.

Referências

- AIRHIHENBUWA, C. *et al.*. Culture Matters in Communicating the Global Response to COVID-19. **Prev Chronic Dis**. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5888/pcd17.200245>.
- ARAÚJO, I. O Campo da Comunicação e Saúde: contornos, interfaces e tensões. **Intercom**, p. 1–15, 2013.
- ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2014.
- ARAÚJO, I. A pandemia e o pandemônio: Covid-19, desigualdade e direito à comunicação. **Chasqui**, n. 145, 2020.
- BRASIL -MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19** SeCovid | 11^a edição, 2021.
- CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: Entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 209–224, 2020.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.
- COSTA, M.; IANNI, A. O conceito de cidadania. In: **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, pp. 43-73, 2018.
- FIOCRUZ. **A Revolta da Vacina**. 2021 Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2>>. Acesso em: 18 set. 2021.
- GLIK, D. Risk communication for public health emergencies. **Annual Review of Public Health**, v. 28, p. 33–54, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019.
- KASPERSON, R. E. *et al.*. The social amplification of risk: A conceptual framework. **The Perception of Risk**, v. 8, n. 2, p. 232–245, 2016.

LOPES, I.; LEAL, D. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro. **Chasqui**, v. 1, n. 145, p. 261–280, 2020.

LOPES, I. Ausência de raça e gênero no enfrentamento da pandemia no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 2, 2021.

OLIVEIRA, B. *et al.*. Prevalência e fatores associados à hesitação vacinal contra a Covid-19 no Maranhão, Brasil. **Revista de Saude Publica**, v. 55, p. 1–12, 2021.

PASTERNAK, N. Vaccine hesitancy: old story, same mistakes. **Journal Health NPEPS**, v. 6, n. 2, p. e5876, 2021.

SANTOS DOMINGUES, C. Challenges for implementation of the COVID-19 vaccination campaign in Brazil. **Cadernos de Saude Publica**, 2021.

SILVA, Z. S. **Bairro Paraíso – Viçosa (MG): Uma análise da situação da Mata Ciliar**. Monografia do Curso de Geografia, Departamento de Artes e Humanidades, da Universidade Federal de Viçosa, 2006. Disponível em: <<http://www.novoscursos.ufv.br/graduacao/ufv/geo/www/wp-content/uploads/2013/08/Zelvanio-Santiago-Silva.pdf>>.

STEVANIM, L., MURTINHO, R. **Direito à comunicação e saúde**. Fiocruz, 2021.

VENTURA, D.; BUENO, F. T. De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del “neoliberalismo epidemiológico” ante la Covid-19. **Foro Internacional**, p. 427–467, 30, 2021.

VIEIRA DA ROCHA, C. Comunicação social e vacinação Social communication and vaccination. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** 10, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-597020030005000>

